

ESCRITAS

Revista do Curso de História
Vol. 15 n. 2 (2023)

TEMAS LIVRES



CORPO EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. [Marina Grigorio Barbosa de Sousa](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Plábio Marcos Martins Desidério](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. [Bertone Oliveira Sousa](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Braz Batista Vas](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Dernival Venâncio Ramos Júnior](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Dimas José Batista](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Euclides Antunes de Medeiros](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof. Dr. [Marcos Edilson de Araújo Clemente](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Profa. Dr^a. [Olivia Macedo Miranda de Medeiros](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof^a Dr^a [Rosária Helena Ruiz Nakashima](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof^a Dr^a. [Sariza Oliveira Caetano Venâncio](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

Prof^a Dr^a [Vera Lucia Caixeta](#), Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: Compromisso intelectual05

Martha Victor Vieira

EDIÇÃO: TEMAS LIVRES

Das conversas em roda à roda de conversa: Experiências de pesquisa com História Oral e institucionalidades epistêmicas tradicionais da Comunidade Ilha de São José07

Dernival Venâncio Ramos Júnior

Josiel Ferreira dos Santos

Um enredo com e sem História? De que maneira a historiografia contribui para a construção de personagens? Por uma História que é Meta-Contextual e entretém?27

Ricardo Lopes

Lis Yana de Lima

Teocrasília, de Denis Mello: Uma análise do fundamentalismo como ferramenta de dominação pelo *medo*56

Bruno Leonardo Ramos Andreotti

Nataniel dos Santos Gomes

Intersecções da História: Uma análise da consciência histórica, pensamento crítico, cultura e práticas no campo educativo73

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

A Igreja Católica e sua atuação de mediação social durante a Ditadura Militar na região Amazônica: Suas interfaces com os trabalhadores rurais88

Endrica Geraldo

Luciano Alves Gabarrão Silva

Testemunhas: Ensaio de análise de crítica das memórias de combatentes publicadas em francês de 1915 a 1928.....104

Luiza Helena Oliveira da Silva

Naiane Vieira dos Reis Silva

Carolina Alves Rodrigues

Velhice em tempos turbulentos: Reflexos do Neoliberalismo e do Neoconservadorismo durante a COVID-19153

Sthefane Monteiro Pereira

Alice Alves Menezes Ponce de Leão

Literatura e época Burguesa: O Pai Goriot de Balzac.....174

Kesse Dhone Viana Cardoso

Dagmar Manieri

Aprisionar o corpo para cuidar da alma: Função religiosa do sistema escravocrata no Brasil.....193

Elenice Alves Dias Borges

Célio Juvenal Costa

As ruínas da Cimba: Olhares sobre o patrimônio industrial e a memória local em Araguaína/Tocantins.....213

Filipe Vieira de Oliveira

Ana Livia dos Santos Silva

Informativo “Voz do Norte” e significação de violência na Amazônia Legal Brasileira232

João de Deus Leite

João Victor Ferreira dos Santos Silva



APRESENTAÇÃO: SOBRE O COMPROMISSO DO INTELLECTUAL

Este dossiê da Revista Escritas possui um viés bastante interdisciplinar, trazendo à lume onze artigos de pesquisadores de diferentes formações que se debruçaram sobre uma variedade de temas, metodologias e problemas. Entremeio aos olhares atentos e críticos sobre as rodas de conversa orais, a literatura, as narrativas historiográficas, os quadrinhos distópicos, a imprensa, o discurso religioso, o envelhecimento, o patrimônio, a memória e a educação, vislumbra-se a preocupação com a ética e a responsabilidade em divulgar ao público os resultados obtidos nas respectivas pesquisas, para assim contribuir com o avanço do conhecimento científico na área das humanidades.

Os saberes diversos mobilizados pelos estudiosos possuem em comum o compromisso que deve ter todo intelectual, mantendo o rigor crítico, mas, ao mesmo tempo, o engajamento com a sociedade na qual está inserido. Importante lembrar que a criticidade necessária à tarefa de perscrutar os discursos e às ações presentes e passadas, não se desvincula, porém, das subjetividades do sujeito cognoscente e do contexto de produção dos textos, que podem ser inferidos nas escolhas dos temas e nas abordagens teóricas e metodológicas. Nas entrelinhas do texto encontram-se o contexto e as autorias, implícitas e explícitas, que irão se desvelar aos olhos dos leitores nos artigos que aqui se apresentam.

Dernival Venâncio Ramos Júnior e Josiel Ferreira dos Santos abordam “Das conversas em roda a roda de conversa: experiências de pesquisa com História Oral e institucionalidades epistêmicas tradicionais da Comunidade Ilha de São José”. Ricardo Lopes e Lis Yana de Lima discutem “Um enredo com e sem História? De que maneira a historiografia contribui para a construção de personagens? Por uma História que é Meta-Contextual e Entretém? Bruno Leonardo Ramos Andreotti e Nataniel dos Santos Gomes tratam da “Teocrasília, de Denis Mello: Uma análise do fundamentalismo como ferramenta de dominação pelo medo”. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos investiga as “Intersecções da História: Uma análise da consciência histórica, pensamento crítico, cultura e práticas no campo educativo”. Endrica Geraldo e Luciano Alves Gabarrão Silva problematizam “A Igreja Católica e sua atuação de mediação social durante a Ditadura Militar na região Amazônica: Suas interfaces com os trabalhadores rurais”. Luiza Helena Oliveira da Silva, Naiane Vieira dos Reis Silva e Carolina Alves Rodrigues se debruçam sobre o tema “Testemunhas: Ensaio de análise de crítica



das memórias de combatentes publicadas em francês de 1915 a 1928”. Sthefane Monteiro Pereira e Alice Alves Menezes Ponce de Leão analisam a “Velhice em tempos turbulentos: reflexos do neoliberalismo e do neoconservadorismo durante a COVID-19”. Kesse Dhone Viana Cardoso e Dagmar Manieri nos apresentam “Literatura e época Burguesa: O Pai Goriot de Balzac”. Elenice Alves Dias Borges e Célio Juvenal Costa se dedicam a explorar o ato de “Aprisionar o corpo para cuidar da alma: função religiosa do sistema escravocrata no Brasil”. Filipe Vieira de Oliveira e Ana Livia dos Santos Silva enveredam o leitor para observar as “As ruínas da Cimba: olhares sobre o patrimônio industrial e a memória local em Araguaína/Tocantins”. Enquanto João de Deus Leite e João Victor Ferreira dos Santos Silva examinam o “Informativo ‘Voz do Norte’ e significação de violência na Amazônia Legal Brasileira.

Nessa maré de saberes interdisciplinares que são devassados e desbravados, os autores desse dossiê se expõem aqui ao diálogo, provocando-nos a continuarmos a construir essa teia de Penélope, sempre inacabada, que é o conhecimento.

Boa leitura.



**DAS CONVERSAS EM RODA À RODA DE CONVERSA:
EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM HISTÓRIA ORAL E
INSTITUCIONALIDADES EPISTÊMICAS TRADICIONAIS DA
COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOSÉ**

***DE LAS CONVERSACIONES EN CÍRCULO A LOS CÍRCULOS DE
CONVERSACIÓN: EXPERIENCIAS DE INVESTIGACIÓN CON
HISTORIA ORAL E INSTITUCIONALIDADES EPISTÉMICAS
TRADICIONALES DE LA COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOSÉ***

DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JUNIOR

[0000-0001-5092-1199](https://orcid.org/0000-0001-5092-1199)

Doutor em História pela UnB

Professor Adjunto da UFNT

dernivaljunior@gmail.com

JOSIEL FERREIRA DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0003-2528-8939>

Mestrando em Estudos de Cultura e Território da UFNT

Graduado em História pela UFNT

josieltaxista@gmail.com

RESUMO: Este artigo descreve experiências que articulam a História oral e institucionalidades epistêmicas tradicionais da Comunidade Ilha de São José, deslocada pela construção da UHE de Estreito no Rio Tocantins. Essa articulação foi pensada a partir da ideia de ecologia de saberes e objetivava construir conhecimento coletivamente, tentando superar hierarquias epistemológicas entre sujeitos e institucionalidades acadêmicas e tradicionais. Os resultados indicam o potencial não apenas acadêmico da experiência, mas, de maneira especial, o impacto social da experiência no grupo de pessoas deslocadas que, de modo espontâneo, compareceram ao local da roda de conversa e acompanharam a narrativa dos anciãos sobre a história da comunidade.

PALAVRAS-CHAVES: Metodologia, História oral, Roda de conversa.

RESUMEN: Este artículo describe experiencias que articulan la Historia oral y las institucionalidades epistémicas tradicionales de la Comunidad Insular de São José, desplazada por la construcción de la UHE Estreito en el río Tocantins. Esta articulación se diseñó a partir de la idea de ecología de los saberes y tuvo como objetivo construir conocimiento de manera colectiva, tratando de superar jerarquías epistemológicas entre sujetos e instituciones académicas y tradicionales. Los resultados indican no sólo el potencial académico de la



experiencia, sino, de manera especial, el impacto social de la experiencia en el grupo de desplazados que, espontáneamente, asistieron al lugar del círculo de conversación y siguieron la narrativa de los mayores sobre la historia de la comunidad.

PALABRAS CLAVE: Metodología, Historia oral, Círculo de conversación.

INTRODUÇÃO

Objetivo deste artigo é relatar uma experiência metodológica realizada durante a pesquisa sobre a Comunidade Ilha de São José. Essa comunidade é uma das impactadas pela UHE de Estreito no Rio Tocantins, fronteira entre os estados do Tocantins e Maranhão. A comunidade teve o seu espaço-território destruído pelo lago que se formou com o represamento do Rio Tocantins no ano de 2010. Para a consecução da pesquisa, dialogamos com os homens e mulheres mais idosos da comunidade, no intento de que suas interpretações da história da comunidade sulleassem¹ a escrita de monografias, artigos e dissertações de mestrado na Universidade Federal do Norte do Tocantins.

A pesquisa, inicialmente, seria realizada através da metodologia de História oral, mas o trabalho de campo e a pesquisa documental, levaram-nos a uma forma de transmissão de saberes através da oralidade que essa comunidade praticava tradicionalmente, a conversa em roda. Temos registros fotográficos de conversas em rodas tanto em momentos de trabalho coletivo, os chamados mutirões, quanto em momentos de socialidade. Essas fotografias, das quais falaremos mais abaixo, foram tiradas por membros da família Novato, um dos clãs da comunidade. Ao que tudo indica, era através delas que os anciões compartilhavam com os mais jovens, diversos saberes necessários à reprodução da vida comunitária. Nesse sentido, assumimos essas rodas como institucionalidades tradicionais da comunidade e pretendemos articulá-la com institucionalidades metodológicas acadêmicas como a História oral. Para tanto, organizamos com membros da Comunidade Ilha de São José uma roda de conversa em 2018.

Essa tarefa fora facilitada porque um dos pesquisadores envolvidos na atividade, e coautor deste texto, é nascido na comunidade e, atualmente, mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, identificado, também, com a História oral desde a graduação em História. Por parte da comunidade, participaram da roda de conversa Seu Bander (98) (faleceu no dia 06 de junho de 2022) e Dona França (89) (faleceu no dia 11 de

¹ Como partimos de a discussão sobre a necessidade descobrir o Sul teórico (Ramos, 2020), optamos por não usar metáforas geográficas como a palavra “nortear” e a substituímos por sulear, como usa Paulo Freire em Pedagogia a esperança (1992).



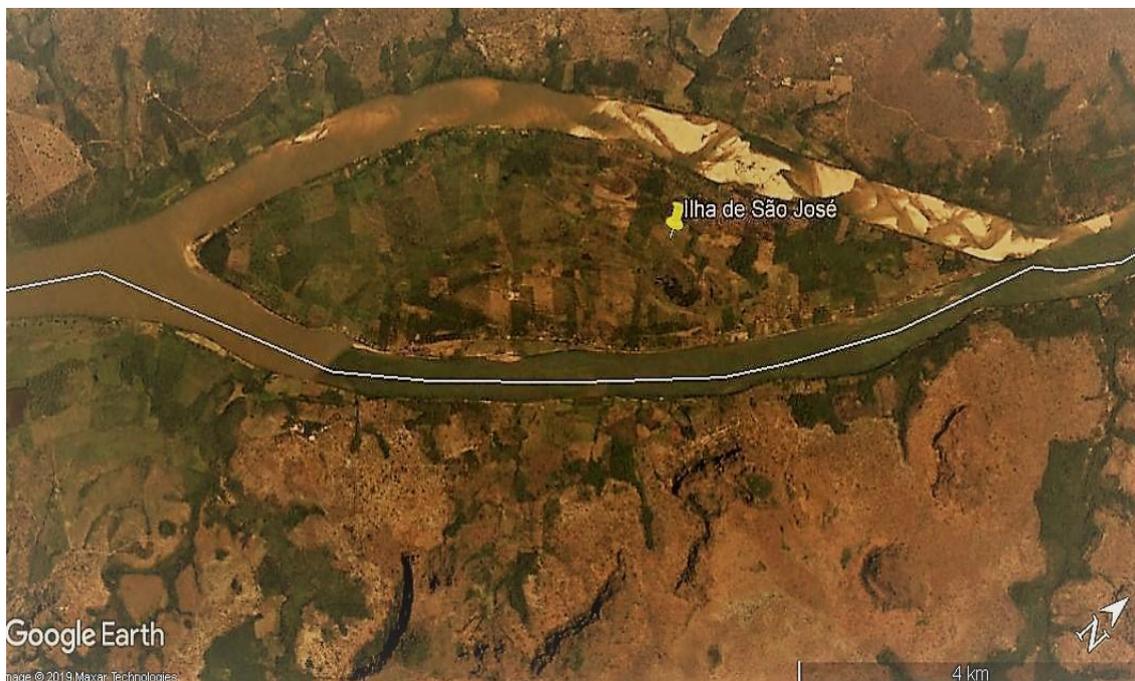
março de 2021), Dona Iraci (78) e Seu Raimundinho (73). Por parte da universidade, participaram Darnival Venâncio Ramos Júnior, Bruna Silva Cardoso, Pláblío Marcos Martins Desidério e Josiel Ferreira dos Santos, ribeirinho deslocado e pesquisador em formação. Ficou acordado que, por mais que tivéssemos um roteiro e fôssemos gravar a sessão em áudio e vídeo, o diálogo seguiria os rumos que os/as anciã(o)s dessem a ela, inclusive se quisessem nos interpelar sobre as informações e interpretações sobre a história da comunidade que pudéssemos haver acumulado por meio de leituras de documentos escritos, realização de entrevistas e coleta de fotografias nos arquivos domésticos da família.

Antes de entrarmos na descrição da experiência metodológica, contextualizaremos a Comunidade Ilha de São José a partir dos dados construídos na sessão da roda de conversa e nas entrevistas individuais de História oral realizadas pelos autores deste artigo.

A ilha e (d)os novatos

Uma ilha, como todos sabem, é um território rodeado de água por toda sua extensão. A Ilha de São José era rodeada pelo Rio Tocantins e hoje, devido à construção da Hidrelétrica de Estreito, está submersa a cerca de 6 metros abaixo do nível do rio. Ela está localizada a 35 km da cidade de Babaçulândia – TO, município do qual a Comunidade fazia parte. Ela tinha a extensão, segundo seus antigos moradores, de aproximadamente 300 alqueires; cerca de 13 km de comprimento por aproximadamente 7 km de largura e era dividida, pelos moradores, em dois braços, sendo o do Maranhão e o do Tocantins. A parte mais rasa do rio é o braço do Estado do Tocantins onde ficava as paias, já o braço do Estado do Maranhão era onde ficava a parte mais profunda do rio, ou seja, permitia a navegação todo o ano. Os moradores se orientavam, também, a partir da classificação em ponta de cima (mais próxima da cidade de Babaçulândia/TO e ponta de baixo mais próxima da cidade de Estreito/MA), sendo que a Comunidade pertencia ao município de Babaçulândia. A imagem abaixo retirada do *Google Maps* mostra a extensão da Ilha de São José.

IMAGEM 1 – ILHA DE SÃO JOSÉ, VISTA POR SATÉLITE



Fonte: Google Earth Pro 2019.

Não existe certeza sobre o quando e o porquê a Ilha recebeu o nome de São José. Uma hipótese plausível é devido ao ribeirão São José, que deságua no Rio Tocantins em frente a Ilha no braço do Maranhão. Levando em consideração que os rios eram um dos caminhos que os sujeitos usavam em sua locomoção até recentemente e que a Ilha foi “povoada” por processos ligados à navegação, ela pode ter recebido o nome em homenagem ao referido ribeirão. Quando questionamos a origem do nome, Dona França nos responde: “não sei a origem (...) porque do outro lado do Maranhão tem um ribeirão que se chama São José, mas eu não sei é por causa disso. A barra dele entrava no rio [Rio Tocantins] por baixo da ponta da Ilha, do lado de lá, do Maranhão”. (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Quando os Novatos, José de Carvalho e Francisca Ribeiro chegaram à Ilha, isso por volta de 1870, ela já era habitada. José de Carvalho, conheceu Francisca Ribeiro no Estado do Maranhão, casaram-se e mudaram para o Antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, por volta da década de 1870. Seu Bander conta que “Lá foi onde ele arranjou o casamento, casou, depois de casado é que ele veio pro Goiás, mas ficou morando beira Rio Tocantins, mas bem



aí, criou um bucado de filho lá” (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018). José teria vindo de Portugal para o Brasil à procura de seu pai, que era um imigrante português. Como contou Seu Bander:

Meu avô eu não conheci, conheci a avó. Quando eu tomei entendimento ele já tinha morrido. Então dizendo ele que era lá de Portugal, ele veio para o Brasil diz que atrás do pai dele que tinha vindo para o Brasil e não tinha aparecido lá mais, aí ele para ver se achava o pai, aí eu não sei se o pai já tinha morrido ou se estava para um canto e ele caçou para outro, de certo que não encontrou. (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Lá o casal teve muitos filhos, nove no total, mas os dois primeiros faleceram poucos dias depois do nascimento. Pensavam que era pelo local e se mudaram para mais perto do Rio Brejão e de um olho d’água que era chamado de fontinha. Nesse lugar tiveram os outros sete filhos: Antônia Ribeiro de Carvalho, Augusto Ribeiro de Carvalho, Daniel Ribeiro de Carvalho, Leciano Ribeiro de Carvalho, Orfileno Ribeiro de Carvalho, Sátiro Ribeiro de Carvalho e Manuel da Paciência Carvalho. Sendo esse último o pai de Seu Bander. Seu Bander foi um dos nossos entrevistados e tinha 95 anos, pois era do mês de novembro e a entrevista realizada no dia 15 de setembro de 2018, na cidade de Carmolândia-TO.

Para atravessar do Maranhão para o Antigo Norte de Goiás, as pessoas utilizavam barcos. Dessa forma, eles chamavam os que já moravam na Ilha para fazer a travessia, e por isso, eles foram apelidados de Novatos, por serem novos na região, como explica Seu Bander:

Aí tinha o apelido de Novato porque todos que chega num lugar assim frosteiro é novato ali né, aí pegou o apelido de novato e era conhecido como Zé Novato, é o apelido que o povo fala. Se qualquer um de nos chega num lugar assim frosteiro lá somos novato. (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

O apelido Novato tornou-se nome social da família na região. Manoel da Paciência casou-se com Ana Ferreira Virgulino, com quem teve 8 filhos, dentre esses Seu Bander (Josué Ferreira de Carvalho), que nasceu em 1922, e José Ferreira de Carvalho (1903 - 1989), ou como era conhecido, José Novato que teve também 8 filhos com Quitéria Germano da Silva (1912-1984). Três de seus filhos, Francelina Coelho de Sousa, Iraci Ferreira dos Santos e Raimundo Carvalho da Silva colaboraram com a pesquisa, compartilhando seus saberes através da roda de conversa realizada no quintal agroflorestral da casa do Seu Bander, no município de



Carmolândia/TO no dia 08 de junho de 2018. O conhecimento histórico desses interlocutores, portanto, tem um lugar de enunciação: o do Clã Novato. Não foi possível entrevistar ninguém do Clã Costa, e mesmo que as duas famílias estejam articuladas por casamentos de diversas gerações, é importante pontuar essa questão. Por outro lado, durante entrevistas individuais de História oral com pessoas dos Clãs Novato e Costa, os interlocutores foram indicados como aqueles que “possuem muita história” e que, por esse motivo, tem legitimidade do grupo todo para falar da história da comunidade.

Conversa em roda e roda de conversa: desafios da construção coletiva

Neste tópico apresentamos alguns dos desafios que os pesquisadores enfrentaram para organizar a roda de conversa. Antes, contudo, apresentamos um pouco de como foi pensado e organizada diversas etapas da pesquisa. Traçamos um caminho que parte da escolha do tema a ser pesquisado, a realização de entrevistas individuais e coletiva, as transcrições e a análise que era proposto um diálogo entre os saberes científicos e artesanais (SANTOS, 2019). Adiantamos que não nos propusemos medir o valor dos conhecimentos, seguindo uma linha a partir de Boaventura de Sousa Santos que mostra “[...] os conhecimentos artesanais que circulam por toda comunidade são-lhe, no mínimo, tão bem conhecidos quanto o conhecimento científico que detém”. (SANTOS, p. 221, 2019). A essas articulações ele chama Ecologia dos saberes. (SANTOS, 2019).

O encontro entre os autores deste texto ocorreu ainda no primeiro período do curso de História de 2017. Os professores orientam a pensarmos no projeto de pesquisa quanto antes. Sendo assim, eu, Josiel, estava iniciando o curso de História e tinha como objetivo contar a história da Ilha de São José. Falei do meu desejo ao professor Plábio Marcos Martins Desidério, professor da disciplina Antropologia na época, que nos colocou em contato e informou da etapa que cada pesquisa estava. Tanto eu quanto Dernival já havíamos realizado algumas conversas com os atingidos pela barragem e os reassentados no assentamento Mirindiba, mas apenas um semestre depois, durante a disciplina de História da América I, que nos conhecemos e iniciamos a pesquisa. Falamos da Comunidade Ilha de São José por uma hora e articulamos naquele momento a parceria, formalizada na orientação do Trabalho de Conclusão de Curso. Na ocasião, combinamos uma viagem ao local, dentro do Lago da Usina de Estreito, onde estaria localizada a Ilha de São José.



Menos de um ano depois, no dia 18 de agosto de 2018, dia de sábado, fizemos uma viagem de campo às proximidades de onde ficava a Ilha de São José. Munidos de gravador e caderno de campo para possíveis entrevistas com os poucos moradores que residem às margens do lago, fizemos o trajeto asfaltado entre Araguaína e a cidade de Babaçulândia, e depois, os outros 35 km de estrada de chão. Ao todo demoramos cerca de 1h e 40 minutos. Na chegada no local da residência de José Novato, um dos patriarcas do Clã e avô de Josiel Ferreira dos Santos, e onde reside familiares, pudemos olhar, de longe, a localização da Ilha de São José, onde restavam galhos e troncos de babaçus em decomposição. Em seguida, nos aventuramos nas águas do lago visando fotografar o que restava da ilha e, também, pescar o almoço. Depois da refeição fomos visitar a Dona França, a moradora mais velha da Ilha e no caminho repassamos os passos de uma entrevista em História oral e o roteiro que havíamos pensado. Apesar de preparados para realizar a entrevista, caso a oportunidade aparecesse, este não era a intenção primeira da visita. Como Dernival Venâncio Ramos Júnior não a conhecia senão por referências de antigos moradores, material em vídeo e impressos produzidos sobre a comunidade, essa era uma oportunidade. Dona França nos concedeu uma hora e meia de seu tempo, narrando algumas de suas vivências dentro e fora da Ilha de São José, nos descreveu um pouco da história da comunidade.

No domingo, dia 19, acordamos às 5h e nos dirigimos ao lago. Enquanto pescávamos o assunto era o mesmo: a Ilha de São José e a entrevista que fizéramos com Dona França. No entanto, foi dessas conversas que nos veio a ideia de realizar uma “roda de conversa” com os mais velhos moradores da Ilha e região. Os nomes que emergiram foram Dona França, Seu Raimundinho, Seu Bander, Seu Manoel, Dona Delia e Dona Iraci. Restava saber se aceitariam o convite. Por estarmos na região, no domingo mesmo, quando estávamos voltando para Araguaína, passamos na casa da Dona França e fizemos o primeiro convite. Ela aceitou e ficou muito feliz com a ideia de rever seus parentes, principalmente Seu Bander, que não o via há mais de 10 anos. A proposta era fazer um almoço na casa do Seu Bander. Prometemos que o cardápio seria os pratos que eles mais gostavam: peixe e frango caipira. Dona França falou do seu desejo de comer fidalgo ao molho (peixe abundante antes da formação do lago, mas que quase impossível de encontrar no ambiente lacustre).

Dias depois, na companhia de Dona Iraci a quem fizemos o convite para participar da roda, lhe explicando o que pretendíamos, visitamos Seu Bander em sua casa que fica em



Carmolândia – TO cerca de 36 km de Araguaína – TO, para levar nossa proposta e saber se ele permitiria que fizéssemos o encontro em sua casa, de modo especial em seu quintal. Como era o mais idoso, seria mais pertinente deslocar os outros possíveis entrevistados para sua casa. Ele aceitou nossa proposta e demonstrando felicidades falou: “isso me enche de alegria, saber que você tem esse cuidado comigo, de lembrar de mim, lembrar dos mais velhos” (Josué Ferreira de Carvalho, 2018). Saímos de lá com data marcada para o encontro. O próximo passo foi convidar Dona Délia e o Seu Raimundinho que estavam morando no Reassentamento Mirindiba (um dos 5 reassentamentos dos atingidos pelo Lago da Hidrelétrica de Estreito), na casa de sua filha Dorivam.

Depois de muita conversa para explicar o porquê da reunião, tio Raimundinho respondeu que nem sim e nem que não, vindo confirmar sua presença dias depois em um encontro em Araguaína. Faltava falar ainda com o Seu Manoel, que mora em Palmas – TO. Explicamos, por telefone, a proposta de fazer o encontro, mas ele não me deu esperança de ter sua presença, argumentando que não estava bem de saúde para realizar a viagem. Depois de tudo organizado, Dona França mandou me avisar que não viria. Diante dessa situação, conversamos com sua filha Maria, que entendendo o objetivo do encontro se comprometeu de trazê-la, com a condição que teríamos que levá-la de volta, o que ocorreu após realizada a roda de conversa². Também foi necessário articular com Gilmária Sousa Carvalho e Francisca Ferreira dos Santos, que ajudariam no preparo do almoço, e Bruna Silva Cardoso e Plábio Marcos Martins Desiderio, que participariam da roda de conversa, além de gravar e filmar a sessão.

Em 15 de setembro de 2018, a data escolhida pelos narradores para a realização da roda de conversa em Carmolândia – TO, saímos às 8h de Araguaína em dois carros. No primeiro seguiam Josiel Ferreira Santos, Dona Iraci Ferreira dos Santos (entrevistada), Gilmária Sousa Carvalho e Francisca Ferreira dos Santos que ajudariam no preparo das comidas, enquanto no segundo carro seguiam Dernival Venâncio Ramos Júnior, Plábio Marcos Martins Desidério (responsável pelo registro com a câmara filmadora) e Bruna Silva Cardoso (responsável por fazer o registro escrito e gravado). No caminho, fizemos uma parada no povoado de Novo Horizonte – TO, onde reside Maria, a filha da Dona França, e que tinha ficado de ir buscá-la

² No trajeto de retorno entre Carmolândia/TO e sua casa, Dona França concedeu, dentro do carro, uma entrevista para Bruna Silva Cardoso e Josiel Ferreira Santos.



em sua casa. Chegando na casa da Maria fomos surpreendidos pela quantidade de membros do Clã Novato que nos esperava.

Plábio Marcos Martins Desidério, encarregado da filmagem, esteve envolvido nos momentos mais divertidos da roda, pois era preciso ajustar a luminosidade e para conseguí-la foi necessária fazer várias mudanças no lugar em que estavam sentados os/as anciã(o)s, e com eles todos os que sentados estavam para gravar a conversa. Na procura do foco perfeito, também, mudamos várias vezes de lugar. Cada vez que eles tinham que fazer esses movimentos, eram gargalhadas que surgiam de todos os lados. Por fim, todo o cenário ajustado, nos organizamos embaixo de mangueiras e cajueiros, com gravadores e cadernos de anotações e iniciamos o diálogo. É bom que se diga que havíamos acordado que tanto faríamos perguntas quanto responderíamos perguntas que os/as anciã(o)s nos fizessem, pois estávamos, eles sabiam, “andando atrás da história da Ilha” e prontos a estabelecer um diálogo não hierarquizado protagonizado por sujeitos articulados à universidade e a comunidade.

Por cerca de uma hora e meia dialogamos e ouvimos a história da família nos tempos em que eles viveram juntos na Ilha de São José; também contaram muito do que sabiam da história da ilha e das famílias que conheceram. Um elemento a ser destacado, na roda de conversa, foi que eles contavam, a todo momento, dialogando e ancorando-se nos saberes uns dos outros. Perguntavam o que não lembravam ou sabiam mutuamente e, assim, foram construindo uma narrativa coletiva que, além de ouvida e registrada pelos pesquisadores, teve a escuta atenta de 6 gerações da família que se fez presente. Portanto, além do ganho acadêmico, o registro da história da família e da comunidade, revestiu-se de um caráter muito especial para todos que ali estavam: um momento formador (JOSSO, 2007) sobre a história da Comunidade Ilha de São José da qual faziam parte e foram arrancados.

Por outro lado, também aconteceram reencontros como o de Seu Bander e Dona França que há mais de 10 anos não se viam, e se abraçaram por um longo tempo. Depois de findada o momento da roda de conversa, os bate-papos entre eles e os membros da família que assistiam pareciam não ter fim. Havia uma espécie de comunhão em torno da história familiar e comunitária que o momento fomentou e que nos pareceu extremamente significativo. Ao término da roda de conversa e do almoço, sentíamos que ao promover esse reencontro, conseguimos criar uma situação de diálogo que foi significativa para todas as 6 gerações da família que estavam ali naquele dia e para os pesquisadores envolvidos na roda de conversa.



Nós usaríamos as histórias gravadas para a construção de monografias, artigos e dissertações. Mas esse pareceu não ser o ganho fundamental dessa experiência. Foi um momento interessante de confluência de interesses e que, por esse motivo, abriu espaço para um diálogo horizontal entre universidade e sociedade.

Para que conseguíssemos registrar a maioria da conversa, usamos três gravadores digitais, uma filmadora (que por um erro técnico, perdemos toda a filmagem), e dois cadernos de anotação. Posicionamos a câmara de forma estratégica de forma que ela enquadrava a roda de conversa, pois era o equipamento que mais cuidado demandava. Ela era operada por Pláblío Marcos Martins Desidério, que ficou posicionado próximo a ela; Josiel Ferreira dos Santos, que é sobrinho dos entrevistados, ficou posicionado do lado direito, Dernival Venâncio Ramos Júnior ficou posicionado em frente aos anciã(o)s enquanto Bruna da Silva Cardoso, estava posicionada do lado da Dona Franca, na parte esquerda. Os gravadores e a câmara foram ligados pouco antes do início da roda de conversa. A gravação durou de 2:03:47 no gravador que estava à direita e 2:16:09 no gravador que estava à esquerda. Josiel Ferreira dos Santos e Bruna Silva Cardoso transcreveram a entrevista, em 8 sessões de trabalho nas segundas-feiras à tarde corrigiam o que o Josiel tinha transcrito durante a semana e continuavam a transcrever.

Na primeira sessão, ouvimos toda a gravação e traçamos a seguinte estratégia de trabalho: usaríamos os dois gravadores de forma que teríamos um deles como principal e o outro recorreríamos quando necessário. Escolhemos o gravador que estava com o Josiel para ser o principal e o da Bruna como secundários, não porque um estaria melhor que o outro, mas para termos um direcionamento. Como nos posicionamos estrategicamente, dependendo de quem conversava na roda, um gravava o que o outro não gravava. Portanto, quando a voz de alguém estava inaudível em um gravador por estar longe, recorriamos ao outro, que estava mais perto de quem estava falando naquele momento. Fizemos a transcrição o mais rápido possível, seguindo as recomendações dos especialistas de História oral (ALBERTI, 2004; THOMPSON, 1992; PORTELLI, 2010; MEIHY, 2018), pois assim fazendo teríamos o reconhecimento das vozes com mais facilidade mesmo que para parte da equipe isso não seria um problema, pois possui convívio com os participantes das rodas. A transcrição durou quatro meses e, ao final, tínhamos quase quarenta páginas de texto. Contudo, tivemos que ler tudo que estava transcrito ouvindo as gravações, fazendo um tipo de revisão.



A roda de conversa e ecologia dos saberes artesanais e científicos

Quando pensamos em utilizar a roda de conversa para produzir o material que usaríamos na elaboração das pesquisas acadêmicas, não tínhamos dimensão do quanto a prática de transmissão de saber era usada pelos moradores da Comunidade Ilha de São José. Sabíamos da importância do estar em roda nas culturas tradicionais e, também, conhecíamos as experiências de Thompson (1992) com entrevistas coletivas no Reino Unido. Mas durante a pesquisa, na busca de compreender o dia a dia da comunidade, percebemos que a conversa em roda não era apenas uma forma de receber os vizinhos. Ela ia além, pois naqueles momentos negociava-se, fazia-se trocas, experiências e saberes eram produzidos e compartilhados. A pesquisa documental que realizamos nos arquivos domésticos de vários membros da família Novato encontrou duas imagens que retratam conversas em roda. A primeira fotografia, de 1990, quando a família ainda morava na Comunidade Ilha de São José. Nessa imagem (Foto 1), Seu Raimundo (sem camisa), Dona Adelaide (sua esposa) de vestido branco, Doracy, uma das filhas do casal. Clorisvan que também é filho, está sentado atrás das duas mulheres, na cadeira de descanso. Além deles, aparecem na foto os visitantes, Seu Getúlio (um dos irmãos de Seu Raimundo), e sua esposa Dona Miúda (Elvina Pereira do Nascimento), esses moravam em uma pequena propriedade em frente a Ilha no lado do Tocantins.

FOTO 1 – CONVERSA EM RODA REALIZADA PELA FAMÍLIA NOVATO NA
ILHA DE SÃO JOSÉ EM JULHO DE 1990



Fonte: Acervo de Doracy Pereira Carvalho.

O seu Raimundo, ao centro da roda sem camisa, centraliza o momento. Todos estão no seu campo de visão e os rodeiam, observando atentamente por ser o mais velho e, ainda, o dono da casa. Ele lidera um mutirão de debulha de feijão e todos aproveitam o momento para conversar sobre assuntos variados, trocar informações com o seu irmão, Getúlio Ferreira da Silva, que sentado de costa e vestido de branco o visitava. Todos têm em Raimundo alguém que possa lhe ensinar algo, ou ser mais velho para eles e percebido como alguém experiente. Como diziam, alguém que tem muita história para contar. Por outro lado, naquele momento, ocupava um lugar que, em outro momento, poderia ser ocupado por sua esposa ou irmã.

Na comunidade, parece haver uma autoridade ligada à idade, já que na segunda imagem, que foi tirada na roda de conversa organizada pelos pesquisadores já citados, (Fotografia 2), quem tem esse papel de conhecimento é Seu Bander, porque além de ser o mais velho, é tio dos demais entrevistados. Quando falava com sua voz suave e baixa, talvez por sua idade (então com 97 anos), os demais observavam atentamente não só pelo respeito, mas também para aprender de suas experiências de vida, pois é assim que sempre fizeram.

FOTOGRAFIA 2 – RODA DE CONVERSA REALIZADA NA CASA DE SEU
BANDER EM SETEMBRO DE 2018



Fonte: acervo dos autores.

Esta imagem de 15 de setembro de 2018, quando foi realizada a roda de conversa que resultou nas narrativas desta pesquisa, mostra a forma de roda que eles organizaram, quase espontaneamente. De um lado, os professores, que não aparecem na fotografia, do outro os conhecedores artesanais. Ao redor, à direita, como se pode ver, o público atento à narrativa. Seu Raimundo se sente à vontade, pois está novamente sem camisa da mesma forma na imagem anterior. Seu Bander, contudo, vestido com certa formalidade porque recebia visitas de sobrinhos que não via fazia tempo, conduziu, junto comigo, a Roda. Como mais velho, ele sabia que deveria transmitir os seus saberes. A roda, enquanto institucionalidade de construção de saberes artesanais, contudo, envolvia um desafio para a História oral, pois levava a uma entrevista coletiva. Essa forma de entrevista com mais participantes, contudo, foi considerada pelo historiador Paul Thompson (1992), que defende a participação de mais de uma pessoa no momento da entrevista. Isso nos fez perceber que a roda de conversa seria uma forma que, além de poupar nossos entrevistados, pois faríamos um só encontro onde todos estariam presentes, também um poderia ajudar o outro dando estímulos às memórias. Como ressalta Thompson:



Um velho casal, ou um irmão e uma irmã, frequentemente proporcionarão correções de informação positivamente úteis. Pode ser também que cada um estimule a memória do outro. Esse efeito acentua-se ainda mais quando se reúne um grupo maior de pessoas idosas. Nesse caso, haverá uma tendência muito mais forte, do que provavelmente, de que se apresentem generalizações a respeito dos velhos tempos; mas como eles discutem e trocam histórias uns com os outros, podem surgir alguns insights fascinantes. (THOMPSON, 1992. p. 266).

O estímulo à memória de que o autor fala foi percebido em toda entrevista. Quando um dos entrevistados não têm certeza ou esquece o nome de pessoas, ou lugares, recorre a outro dizendo que esse sabe dizer. Como percebemos no trecho que Seu Bander recorre aos outros entrevistados. “Vocês que tiver alguma coisa de lembranças vão contando aí. Eu to meio esquecido” (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018), dessa forma ele não só recorre aos demais entrevistados, mas lhes permite que falem.

A roda constituiu-se como um momento importante da pesquisa, pois, foi quando se produziu uma narrativa ampla sobre a Comunidade da Ilha de São José, bem como ela foi, sob muitos aspectos, uma experiência de composição entre o saber histórico artesanal e suas formas, como a roda de conversa, da qual falo abaixo e o saber científico que além do aparato técnico colocado em campo. Metodologicamente, nesse sentido, existe um duplo controle, o procedente do mundo artesanal e outro do mundo acadêmico e, por isso, a ecologia de saberes históricos artesanais e científicos ganha em legitimidade epistêmica. A roda de conversa “funcionou” em termos metodológicos porque a comunidades já fazia, tradicionalmente, conversas em roda. Mais que isso, as rodas eram uma das institucionalidades que organizaram a produção e reprodução dos saberes da vida na comunidade. Assim, a experiência conformou-se como uma ecologia dos saberes. Conforme Santos (2019), “[...] Os conhecimentos artesanais que circulam por toda comunidade são-lhe, no mínimo, tão bem conhecidos quanto o conhecimento científico que detém”. (SANTOS, p. 221, 2019), e conclui que tem que haver uma articulação entre esses saberes numa luta contra a dominação de um sobre o outro. A essas articulações ele chama ecologia dos saberes.

Roda de conversa enquanto acontecimento público de memória

Não imaginávamos o significado que a roda de conversa que assumia para os sujeitos da comunidade. Como dissemos, ao chegar na casa de Maria, filha de Dona França, uma pequena multidão nos aguardava. Eles vieram espontaneamente participar, pois a notícia tinha



se espelhado na família e todos queriam ouvir sobre a história da Ilha que os anciãos “Novatos” contariam. No momento da realização da roda, além dos/as anciã(o)s, Raimundo Novato, Iraci Ferreira dos Santos, Francelina Ferreira de Carvalho e Josué Pereira de Carvalho (anfitrião), se fizeram presente mais umas 20 pessoas, o que mostra a importância daquele momento e de como os/as anciã(o)s possuíam o reconhecimento por parte dos membros mais novos da família. Mas também pode nos mostrar interesses de outras pessoas da família em levar os mais jovens para ouvir o que seria narrado sobre a história da Ilha e de sua família. Entre eles alguns dos seus filhos, noras, sobrinhos(a) e amigos. Também na cozinha, contribuíram com o preparo do almoço, além de Gilmária Sousa Carvalho e Francisca Ferreira dos Santos, Maria Coelho de Araújo, Iolanda Rodrigues de Carvalho e Terezinha Cardoso de Araújo e que atenderam os pedidos dos protagonistas daquele momento: peixe (fidalgo) e frango caipira preparado no fogão à lenha. No momento de realização da entrevista, havia um ar festivo de mutirão que envolvia todos os presentes no quintal de Seu Bander; também havia muita atenção ao que os anciãos/as falavam. Essa foi uma dimensão adicional da experiência: a participação de pelo menos 5 gerações do Clã Novato na experiência, contribuindo para reforçar a identificação das novas gerações com a história da Comunidade e com sua luta e resistência à construção da UHE de Estreito bem como com o fortalecimento de laços intergeracionais através da escuta dos mais velhos. Assim como não tínhamos noção da importância das conversas em roda para a Comunidade, tampouco consideramos que a experiência assumiria importância política, constituindo-se em ecologia dos saberes, mas, também, em acontecimento público; e em momento em que os mais jovens da comunidade e seus descendentes puderam, através da escuta dos mais velhos oportunizada pela roda, reviver, em algum nível, as institucionalidades tradicionais comunitárias perdidas com o deslocamento, bem como fortalecer a resistência às narrativas que circularam, através de financiamento dos construtores da UHE de Estreito (SILVA JÚNIOR, 2014), sobre as comunidades deslocadas e as populações ribeiras. Financiamento esse que tem participação presente do Estado como ressalta SILVA JÚNIOR.

Destarte, o que se dá na prática é que o Estado continua tendo um papel importante como financiador e liberando licenças ambientais que permitiriam a execução das obras, enquanto que a iniciativa privada aumenta seu acesso à produção e distribuição de energia elétrica e tem os lucros e o gerenciamento das obras sobre sua tutela. (SILVA JÚNIOR, 2014. p. 33)



A resistência agora por parte desses sujeitos que tiveram sua comunidade destruída pelo empreendimento é pela memória de seus povos. Suas narrativas foram ouvidas e colaboram com a construção das experiências passadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 245 p

JOSSO, Marie-Christine. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. José Carlos Sebe Bom Meihy, Fabíola Holanda. 2 ed., 6ª reimpressão. São Paulo: editora contexto, 2018.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. Mnemosine, v. 6, n 2, p. 2-13, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Rev. Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro de 2002: p. 237-280.

_____. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**, 1 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, Dádiva e Distopia: Impactos Socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará – UFPA, 2014.

THOMPSON, Paul. **História oral: a voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXO I

Os narradores e sua trajetória

Trazemos nesse tópico um pouco do perfil biográfico dos participantes da pesquisa. Para que no decorrer do trabalho os caros leitores tenham uma melhor ideia da importância de cada entrevistado. Desse modo, construímos o perfil dos narradores por meio de conversas que mantivemos em toda minha vida, ou como Seu Raimundo tem costume de falar, “quando eu tomei entendimento de gente”, portanto quando falhou a memória, recorremos a eles para escrever suas histórias de forma que minimizasse as lacunas.

FOTO 3 – SEU BANDER E SEU RAIMUNDO NOVATO



Fonte: Fotografia acervo dos autores.

Seu Bander (in memoriam) e Seu Raimundo são tio e sobrinho. Josué Ferreira de Carvalho, filho de Manoel da Paciência e Ana Ferreira Virgulino, nasceu no dia 22 de novembro de 1922, na região próxima da Ilha de São José, antigo Norte Goiano, atual Estado do Tocantins. Casou-se com Regina Rodrigues de Carvalho, morou por muitos anos próximo do Rio Brechão,



trabalhou como lavrador e garimpeiro. Comprou uma pequena propriedade numa região próxima de Xambioá, onde criava gado. Não teve filhos biológicos, mas adotou três: José Ferreira de Carvalho, Lindalva Ferreira de Carvalho e Iolanda Ferreira de Carvalho. Quando da roda, vivia da sua aposentadoria na cidade de Carmolândia – TO, numa casa sozinho, mas próximo do seu filho José que reside numa casa ao lado.

Raimundo Carvalho da Silva, filho de José Ferreira Carvalho (José Novato) e Quitéria Germano da Silva, nasceu na região próxima da Ilha de São José, no Estado do Tocantins, antigo Norte Goiano, dia 15 de março de 1936. Trabalhou desde menino na Ilha de São José, olhando o gado de seu pai, mas só em 28 de maio de 1958 foi que mudou definitivamente, quando se casou com Adelaide Pereira de Carvalho, com quem teve 14 filhos. Dona Adelaide foi para Ilha em março de 1956, para tomar de conta de um comércio que seu irmão mais velho tinha comprado.

Depois de casado continuou como a lida do gado, e sustenta com orgulho que foi das criações que teve na ilha que hoje ele tem as coisas. Gostava de olhar suas criações nas campinas a pastar, era um bom homem de negócios. Porém, sempre contou com sua companheira que não ficava para trás na arte do comércio. Dona Adelaide tinha jeito para o comércio e era ela que fazia as compras na cidade de Tocantinópolis e por último na cidade de Estreito – MA. O casal tinha um pequeno comércio na Ilha onde se vendia de tudo, algumas mercadorias que vinha por encomenda e outras de consumo diário, era uma das poucas casas que contava com uma geladeira, que funcionava a gás.

FOTO 4 – DONA FRANÇA E DONA IRACI



Fonte: Acervo dos autores.

Dona França (in memoriam) e Dona Iraci são irmãs. Francelina Coelho de Sousa, filha de José Ferreira Carvalho e Ana Maria Coelho de Sousa (conhecida como Ana Rapé), nasceu no dia 27 de março de 1930 na região próxima da Ilha de São José, no Estado do Tocantins, antigo Norte Goiano, e quando tinha 10 anos se mudou para a Ilha com sua mãe que tinha se separado do seu pai e casado com Miguel Pinheiro da Silva. Portanto, lá ela constituiu família, tendo 8 filhos, e só saiu da Ilha em 2010 contra sua vontade, pois a água do lago a obrigou.

Dona França sempre trabalhou com vazante e quebra de coco babaçu, que era de onde tirava o sustento de seus filhos. Tinha criação de porco, e “uma mão cheinha de gado” como ela mesma fala. Não gostava de pescar, mas não dispensava seu banho de mergulho no rio, e sempre fala que só deixaria de ir ao rio quando não desse conta de se arrastar até ele. E essa é uma de suas tristezas de não ter mais o rio para seus banhos. “Muito bom. Na beira do Brejão e de um riacho chamado Brejinho, muita água. Para mim agora tá banhando de caneco é o cúmulo” (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Não gostava de pescar, sendo que uma de suas atividades de diversão preferida era a caçada de tatu, fala que, geralmente, acontecia a noite e não se usava arma de fogo, mas sim



um ou dois cachorros que farejava o animal até encurralá-lo em um buraco, depois era cavar com o auxílio de um enxadão e uma pá, que terminava na captura do animal.

Iraci Ferreira dos Santos, filha de José Ferreira Carvalho (José Novato) e Quitéria Germano da Silva, sendo a casula do casal, nasceu na região próxima da Ilha de São José, no Estado do Tocantins, antigo Norte Goiano, dia 10 de março de 1940. Com 26 anos se casou com José da Silva Santos, que já morava na Ilha e que tinha ficado viúvo com 8 filhos, sendo assim se mudou para casa do seu companheiro e juntos tiveram mais 7 filhos.

Em 1971, o casal comprou uma casa em Estreito Goiás, atual Aguiarnópolis – TO. Essa moradia ficava às margens da rodovia BR 153, onde montaram um pequeno comércio. Residiram nesse lugar até 1979, quando compraram uma chácara de 3 alqueires no Estreito Maranhão, às margens do Rio Tocantins. Com os saberes de manejos da terra, o casal tinha certeza de que era a melhor forma de criar seus filhos, pois não passariam necessidades por falta de comida, pois a terra e o rio lhes suprirão com ambulância. Portanto, em 1992, após um ano do falecimento do seu esposo, se muda com seus filhos para Araguaína – TO, onde reside atualmente.

Seu apego com o lugar onde nasceu é percebido quando chega em visita ao seu sobrinho que reside hoje na casa em que ela nasceu. Sendo que até hoje, depois de quase 10 anos que o lago cobriu a Ilha, ela ainda tem muita tristeza de olhar para onde ficava sua primeira moradia depois de sair da casa dos pais. Como nos contou “eu não gosto nem de olhar pra lá, de jeito nenhum, principalmente lá em casa. Meu Deus do céu”. (Iraci Ferreira dos Santos, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Portanto, morando em Araguaína, está no centro de onde os seus parentes moram atualmente. Isso lhe permite sempre os visitar nas suas novas moradas nos reassentamentos, sendo que a sua paixão é a região próxima da Ilha de São José, local conhecido como Brejão, o mesmo nome do Rio que banha a propriedade.

Artigo recebido em: novembro/2023

Artigo aceito em: março/2024



**UM ENREDO COM E SEM HISTÓRIA?
DE QUE MANEIRA A HISTORIOGRAFIA CONTRIBUI PARA A
CONSTRUÇÃO DE PERSONAGENS? POR UMA HISTÓRIA QUE É
META-CONTEXTUAL E ENTRETÉM?**

***A PLOT WITH AND WITHOUT A STORY? HOW DOES
HISTORIOGRAPHY CONTRIBUTE TO THE CONSTRUCTION OF
CHARACTERS? FOR A STORY THAT IS META-CONTEXTUAL AND
ENTERTAINING?***

RICARDO LOPES

<https://orcid.org/0000-0003-0808-7203>

Doutor em Sociologia pela UFRGS

rshicardo@gmail.com

LIS YANA DE LIMA MARTINEZ

<https://orcid.org/0000-0001-6608-257X>

Doutora em Estudos de Literatura pela UFRGS

yana.flafy@gmail.com

RESUMO: o presente estudo lida com personagens cuja composição se deu por meio de indivíduos ou grupos de outros momentos históricos, evidenciados no jogo *Deadliest Warrior e Deadliest Warrior: Ancient Combat*. Metodologicamente, o estudo foi qualitativo, com a análise dos personagens à luz da repraesontologia. Os resultados apontaram para um uso da historiografia enquanto um "enredo externo" e invisível, um meta-contexto e que cria uma modalidade de história, que é a história entretenimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Deadliest Warrior; Deadliest Warrior: Ancient Combat; personagens históricos.*

ABSTRACT: This study deals with characters whose composition took place through individuals or groups from other historical moments, evidenced in the game *Deadliest Warrior: Ancient Combat*. Methodologically, the study was qualitative, with the analysis of the characters in the light of the repraesontology. The results point to the use of historiography as an "external and invisible plot", a meta-context that creates a modality of history, which is entertainment history.

KEYWORDS: *Deadliest Warrior; Deadliest Warrior: Ancient Combat; historical characters.*



INTRODUÇÃO

Personagens históricos são extensivamente citados em mídias por conta de seu alto potencial comunicativo, afinal a sua compreensibilidade incide em um conhecimento em comum da audiência, que é o histórico. No entanto, a sua utilização não ocorre apenas como maneira alusão: existe todo um processo de ressignificação e de seleção para a construção de um personagem. Assim, o personagem pretende ser o indivíduo de existência histórica pretérita.

Cabe ressaltar que a ficcionalidade da mídia videogame permite a abordagem de diversos tipos de personagens. Por exemplo, há jogos com divindades, como *Fight of Gods*, no qual os personagens, que são deuses de várias religiões e que são construídos de (1) maneira enciclopédica e (2) são atribuídos características humanas, o que ocasiona uma dessacralização de suas raízes religiosas (LOPES; MARTINEZ, 2022). Nesse estudo, vamos lidar com a representação de figuras históricas e de grupos sociais representados por via do videogame *Deadliest Warrior: Ancient Combat*, no qual são representados guerreiros genéricos (que chamaremos de tipos médios) e históricos.

O objetivo da pesquisa é, portanto, perceber certa "causalidade parcial" na construção de um personagem: naquilo que é construído a partir do referente historiográfico, tomando-o enquanto conhecimento compartilhado pelo grupo de pesquisadores. Dessa maneira, o problema de pesquisa é: “de que maneira o jogo *Deadliest Warrior: Ancient* compõe seus personagens utilizando a historiografia enquanto referência?”.

Mídias importantes que abordam períodos históricos e que funcionam como pano de fundo são filmes como, por exemplo, *O Escorpião Rei (de 2002)*. Esses procuram contextualizar um pouco mais a historicidade do enredo lançando mão de alguns recursos de roteiro: um especialista (como um arqueólogo) ou um personagem que, por ser inculto, abre uma brecha para que outro personagem explique o passado para dar sentido ao plot; Nos casos aqui estudados, estamos lidando com enredos que são a História ou, no mínimo, a historiografia, entendida aqui como o resultante de pesquisas na área na produção de um jogo que foi anteriormente a adaptação de um programa de televisão. Logo, o enredo completo do game estaria disponível no programa que, em última instância, estaria baseado nas pesquisas acadêmicas, o que faz de *Deadliest Warrior* do tipo realista.

JOGOS DE LUTA “REALISTAS”



Jogos de luta podem ser 2D, 2.5D ou 3D. Isso faz toda diferença na jogabilidade na medida em que coloca a profundidade no cenário, algo que aumenta a mobilidade do lutador e altera o combate em si - pois no 2d o combate se desenvolve horizontalmente, baseado em um plano cartesiano, mais importância para o ar através de pulos (o que o torna fantástico) e faz uso de projéteis. Já no 3D, o combate se desenvolve no solo, e por isso ele se torna, em teoria, mais realista.

Nas tradições de jogos de luta, os mais famosos em 2D são o *Mortal Kombat* e *Street Fighter*, além de *The King of Fighters*. Mas existe também as franquias mais conhecidas no estilo 3D: *Tekken*, *Virtual Fighter*, *Soul Calibur*, etc. Os jogos citados possuem efeitos "sobrenaturais", mas existem outros que buscam ser mais realistas. Um exemplo de mecânica: os jogos citados, geralmente, tem personagens que continuam ativos de acordo com o nível de sua barra de vida, ou seja, é uma medição quantitativa o lutador chega ao nocaute após esvaziar sua barra. Porém, embates entre humanos reais são imprevisíveis, os mesmos golpes não possuem peso matematicamente semelhante e há outros fatores envolvidos para além de uma programação.

Os jogos realistas que encontramos em nossa revisão e que poderiam ser considerados simuladores seriam 1) *Bushido blade*, 2) *Deadliest Warrior* e 3) *Hellish Quart*. Eles possuem algumas características em comum: os cenários são 3D, os personagens podem utilizar armas distintas (justamente por causa dos modelos 3D, que permitem maior interação que as figuras chamadas sprites), os cenários são complexos. Eles também são destinados a um nicho: é preciso apreciar artes marciais ou mesmo militares para admirar estratégias ou posicionamentos em campo de batalha. Dos jogos apresentados, selecionamos a franquia *Deadliest Warrior* por conta da presença de personagens literalmente históricos (não inspirados, como no caso de *Bushido*) e possuir esse lastro de pesquisa na construção dos personagens que chamam de genéricos (esse nome será esclarecido posteriormente). Dessa franquia, optamos pelo terceiro jogo, *Deadliest Warrior*, que é uma coletânea dos dois primeiros.

Portanto, a obra em tela é parte de uma franquia: *Deadliest Warrior: The Game*, *Deadliest Warrior Legends* e *Deadliest Warrior: Ancient Combat*. O primeiro jogo é mais tecnológico, construindo guerreiros possíveis a partir de suas tecnologias (como veremos na seção posterior) - pois o programa, na primeira temporada, refletia sobre "tipos ideais" de guerreiros. Já a sequência imediata se baseia em "lendas", personagens históricos cuja

existência é documentada e refletida por pesquisadores. O terceiro é uma coletânea dos outros dois, e apresentamos os personagens na tabela 1:

Tabela 1: Personagens do jogo *Deadliest Warrior: Ancient Combat*

Nome do personagem	Referente Histórico	Continentes	Jogo Original	Histórico/Genérico
Apache	Pré-Colombiano	América	<i>Deadliest Warrior: The Game</i>	Genérico
Knight	Idade Média	Europa		
Ninja	Idade Média	Ásia		
Pirate	Idade Moderna	Europa		
Rajput Warrior	Pré-Colombiano	Ásia		
Roman Centurion	Antiguidade	Europa		
Samurai	Idade Média	Ásia		
Shaolin Monk	Idade Média	Ásia		
Spartan	Antiguidade	Europa		
Zande Warrior	Pré-Colombiano	África		
Attila the Hun	Antiguidade	Europa	<i>Deadliest Warrior: Legends</i>	Histórico
Genghis Khan	Idade Média	Ásia		
Hannibal	Antiguidade	Europa		



Hernán Cortés	Idade Moderna	Europa		
Joan of Arc	Idade Moderna	Europa		
Shaka Zulu	Idade Moderna	África		
Sun Tzu	Antiguidade	Ásia		
Vlad the Impaler	Idade Média	Europa		
William Wallace	Idade Moderna	Europa		
Richard "Mack" Machowicz	Idade contemporânea	América		

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos perceber, só dessa apreciação inicial é possível detectar algumas regularidades na construção dos personagens. A começar pelos períodos históricos, podemos perceber que o mais abordado foi a Idade Média (7 ocorrências), Antiguidade (5 ocorrências), Idade Moderna (4 ocorrências), Pré-Colombiana (2 ocorrências) e Idade Contemporânea (1 ocorrência). O mais lógico seria cogitar que as idades mais contemporâneas seriam as que teriam um maior número de guerreiros na obra por conta das evidências históricas disponíveis, porém podemos perceber que a Idade Média e a Antiguidade sobressaem.

O que os dados dão a entender é que os guerreiros são primeiramente conhecidos enquanto lendas e, posteriormente, são abordados pela historiografia, que ajuda a circular seus nomes na atualidade e os torna de interesse para o programa, que se legitima e cria conteúdo através da pesquisa científica. Assim, poderíamos afirmar que a Idade Média foi a maior produtora de guerreiros memoráveis para as artes bélicas.

Quanto à outra variável, a do continente, podemos perceber que a Europa (10 ocorrências) é a que teve mais aparições, seguida da Ásia (6 ocorrências), e com o empate da África (2 ocorrências) com a América (2 ocorrências). Ora, essa hegemonia europeia pode ser explicada justamente pela disciplina História ser nascida nesse continente, e que ela foi



ajudando a registrar os feitos dos guerreiros desde a Antiguidade pelo seu maior foco na palavra escrita. Os demais continentes apareceram mais relacionados a questão colonial, o que reforça essa percepção de que a utilização da escrita para registro é favorecida pela ordem moderna e criam maiores registros – ou seja, não necessariamente seja um eurocentrismo, mas sim uma característica cultural que é favorecida por práticas sociais e que, ao ser disseminada em outros continentes, vai providenciando registros.

DEADLIEST WARRIOR: O PROGRAMA TELEVISIVO E O JOGO

É relevante apontar que o jogo não possui uma *lore* ou um enredo próprio, pois parte de uma espécie de “simulação”, aos moldes do próprio programa original: imagina-se como seria se houvesse o encontro entre sujeitos históricos e também guerreiros de diferentes culturas. Porém, esse tipo de interação é complexa e, potencialmente, incomunicável em apenas um jogo, o que implicaria uma fonte externa de “origem” e que explicaria esse estado de coisas que é absurdo em tempos históricos.

Dessa maneira, o que ocorre é um contexto de base no qual entende-se que, no decorrer dos anos, teriam existido guerreiros que enfrentaram grandes batalhas e que ficaram famosos por força de seus feitos. Há, portanto, uma aura de mistério em torno do que se sabe sobre eles e a série se propõe a desvendá-la a partir de vários confrontos, em que a equipe faz exame sistemático de qualidades físicas e culturais dos guerreiros. Por fim, cada episódio termina com uma batalha simulada por computadores para verificar quem é realmente o guerreiro mais mortal (IMDB, 2009, s/p). O programa em tela, em específico, investiga confrontos entre guerreiros histórico e geograficamente distantes, que não se encontram nem no tempo histórico e nem territorialmente, e esse é o mote da simulação, do *What if*. Nesse caso, as comparações são possíveis, embora sempre balizadas em parâmetros que podem ser questionados.

Portanto, os produtores inserem valores para as variáveis (cada arma e atribuindo um valor numérico) e fazem um teste estatístico de cenário, simulando vários confrontos e deles tirando uma porcentagem para determinar a vitória. Ao fim do programa, existe uma teatralização do conflito com atores reais. O programa foi ao ar de 2009 a 2011, produzido inicialmente pela SpikeTV, e foi apresentado por Geoff Desmoulin, Armand Dorian, Max Geiger, Richard Machowicz - o qual inclusive tornou-se personagem no jogo, utilizando os movimentos de todos os outros lutadores - e Robert Daly.



Cabe ressaltar que esses programas de simulação são consideravelmente comuns nos EUA: existem simulações sobre conflitos entre animais diferentes (“Clube da Luta Animal”), sobre recriação de crimes (“Investigação”), etc. Fica evidente que são aplicadas ciências forenses, paleontologia e arqueologia, o que cria um redirecionamento dessas ciências para o entretenimento baseado em Educação. Mas não são apenas programas que são criados por essa filosofia, ainda existem canais inteiros (é verdade, na TV privada), como o National Geográfico, o History Channel, Investigação, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO: PERSONAGEM-HISTÓRICO

Antes de abordar propriamente os personagens históricos, podemos fazer uma reflexão sobre a História enquanto uma ciência. Das infinitas definições que existem, partimos da formulação retrospectiva de Marc Bloch (2001, p.55) que propõe que “o historiador não apenas pensa ‘humano’”, pois “a atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração” e, “dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Portanto, considerar a História como “Ciência dos homens [...] é ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. Mas essa atividade passa, sempre, por uma narrativa: “A história é a narrativa de fatos, o resto decorre dela” (VEYNE apud PRIORE, 2009). Logo, a aproximação entre a linguagem da história e a da narrativa ficcional, no mínimo, ocorre pela questão da comunicação, o que faz ambas compartilharem uma certa gramática, tal como demonstra Hayden White (2001, p.137):

O problema não é a natureza dos tipos de eventos com que se ocupam historiadores e escritores imaginativos. O que nos deveria interessar na discussão da “literatura do fato” ou, como preferi chamar, das “ficções da representação factual”, é o grau em que o discurso do historiador e o do escritor imaginativo se sobrepõem, se assemelham ou se correspondem mutuamente.

Assim, apesar de a ciência se basear na empiria das provas, a História nutre uma relação com o personagem por essa intersecção com a ficção. Na historiografia tradicional, composta de Leopold Von Hanke e pelos positivistas, “[...] poderíamos associar a história tradicional que tomaria o documento como a prova do que “realmente aconteceu” e reduziria o conhecimento histórico a descrição dos grandes fatos e seus personagens” (MAUAD, GRINBERG, 2010, p. 45). Como se pode perceber, os grandes nomes são personagens infalíveis e que servem de modelos de comportamento, explicando um processo civilizacional servindo como arquétipos



que movimentam a história. Logo, a narrativa é essencial porque a função é a de construção de “mitos de início” das nações.

Por seu turno, a escola dos *Annales* buscou escapar dessa espécie de “devoção” às disruptivas, como demonstrou o próprio Bloch alguns parágrafos acima. Já a Nova História Cultural não apenas se utilizou de títulos inusitados para monografias e houve, até mesmo, um livro escrito por Carl Ginzburg, *O Queijo e os Vermes* que é literatura.

Atualmente, existe uma tendência entre historiadores:

[...] não seria difícil encontrar grandes obras, livros verdadeiramente fundadores de tradições historiográficas que, no entanto, revelaram desprezo olímpico pelas miudezas do cotidiano, também elas históricas, ou pelos não menos históricos personagens “anônimos”, seus corpos, sentimentos, crenças, aflições. Grandes obras que descortinam com brilho o sujeito coletivo da história, embora a maior parte de seus personagens não tenha rosto, nem nome (VAINFAS, 1997, p.630)

Até o momento, realizamos uma certa revisão dos personagens na historiografia, mas ainda é possível estudar reflexões de possibilidades do uso de personagens em História. Atualmente, a ficção narrativa acabou adentrando o fazer dessa ciência por meio da escrita, integrando elementos da narrativa:

Cada vez mais, encontramos nas livrarias abordagens que, mesmo escritas por historiadores profissionais, assumem um estilo narrativo ficcional, dramatizando a vida de personagens históricos, construindo uma mise-en-scène, na qual personagens reais ganham contornos de heróis de romance num claro investimento estético. Em geral, obras de qualidade que se utilizam de recursos estilísticos da ficção também se baseiam em evidências factuais para colher informações sobre situações, processos, ambientes e sobre os próprios personagens ali tratados (MAUAD, GRINBERG, 2010, p. 120).

Nesse caso, o que está sendo apreciado é um estilo de escrita, promovendo uma fusão e que torna o texto técnico mais palatável para não profissionais. Diferentemente da vertente tradicional, existe uma separação entre aquilo que foi pesquisado e a comunicação com o leitor e, assim, os personagens se montam por motivos retóricos. Logo, isso cria uma relação com os dados colhidos pelo historiador:

A História, mestra da vida [...] é um depósito de personagens e acontecimentos consagrados e de compreensão devidamente instalada, de que se pode dispor sem problemas. O presente os atualiza pela cerimônia da própria reconstituição, que reinscreve os temas numa nova oficialidade [...]. Servem de ilustração ao já conhecido, atualizado pela visão apenas expositiva do assunto, garantida pelo bom uso da técnica (SCHVARZMAN, 2003, p.175).



Assim, a história serviria como um “depósito” para os autores, que permitiria, para a ficcionalidade, uma fonte de inspiração para rerepresentar a própria História por meio de uma habilidade narrativa de tipo artística - enquanto o historiador tem a habilidade da pesquisa e utiliza a escrita rebuscada para aumentar o alcance de suas palavras. Outra perspectiva teórica é a seguinte:

Não é possível relatar e analisar uma situação social e econômica de um período passado sem a ajuda da narrativa. Ou seja, sem colocar em relação (é o que os franceses chamam de *mise en intrigue*) os elementos de natureza diferente, sem fazer intervir diferentes personagens, os chamados atores históricos, notórios ou anônimos. Qualquer que seja a vontade do autor de fazer uma escrita impessoal, com a não utilização deliberada do “eu”, com a recusa de colocar em primeiro plano tal batalha ou tal nome célebre, o fato é que para que as obras sejam legíveis e coerentes, não se pode eliminar a estrutura narrativa (PRIORE, 2009, p.12)

Como se pode notar, para o historiador a narrativa é uma ferramenta, mas conduzi-la pode ser uma habilidade; isso porque a narrativa possui a virtude da didática, porém existe o ônus de manter a dinâmica, o que a linguagem literária consegue com maior fluidez. Por fim, a revisão bibliográfica encontrou uma leitura da História sobre a análise de conteúdo:

O PERSONAGEM, caso em que o pesquisador deve estabelecer as características ou atributos que se lhe conferem os discursos selecionados (traços de caráter, papel, posição social, familiar etc.) À guisa de sugestão, a escolha do personagem como unidade de registro pode ser útil na análise de biografias, de romances e mesmo de discursos acerca de agentes históricos pouco célebres (ou anônimos), tema ou unidade de registro muito frequentada nos estudos algo intuitivos da história das mentalidades ou da micro história (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p.547)

O historiógrafo, portanto, utiliza o personagem como unidade de análise. Nosso enfoque, portanto, e em ficcionistas falando de História, mas é um tipo especial de ficcionista, pois ele não está criando um enredo, mas sim criando encontros entre seres separados pela sucessão do tempo histórico. Nesse caso, as versões do passado do indivíduo se tornam personagens dentro do tempo histórico, que só pode ser acessado por meio da narrativa histórica.

Assim, como síntese das ideias anteriores, a disciplina História estuda o homem na duração do tempo e, como se trata do uso de narrativas como estruturação sobre os homens na duração, alguns termos da teoria literária são trazidos para a história, como o de personagem. Todavia, não se trata de um sujeito ficcional inspirado, mas sim alguém com existência no



tempo pretérito. Contudo, é possível também se construir personagens baseados em indivíduos, uma vez que:

(...) o personagem pode até parecer a criação de uma inteligência individual ou coletiva, mas é um espelho não perfeito de um grupo ou de indivíduos. Não é perfeito porque o social é só uma parte de composição. Nem me atrevo a afirmar que o personagem é uma representação em total: há também a criação, que não se trata só de contraposição ao já estabelecido, mas também justamente dessa metafísica que faz com que alguns personagens atinjam valores quase universais, que encarnem verdadeiros sentimentos (MARTINEZ, LOPES, 2019, p.17)

Certamente, esse conceito está se referindo a um personagem que precisa ser plausível, mas é possível que ele seja uma pessoa que existe, colocando um indivíduo existente em situações que ele não enfrentou em sua biografia. Então, seria impossível replicar perfeitamente a existência de um indivíduo *ipsis literis*, e numa história ficcional se cria uma outra série de fatos, que não necessariamente se conecta com a narrativa histórica - talvez em romances históricos, mas eles se propõem a inserir elementos ficcionais também.

Cada personagem será considerado como um contexto particular dentro do contexto do jogo – esse último que possui um enredo externo a ele, que no caso seria um meta-contexto. Assim, consideramos o conceito de personagem por essa via pois ele apontam para um contexto, que é uma composição de diversos referentes de diversas dimensões, que, uma vez selecionadas pelo analista, podem ser lidas como variáveis. É a combinação dessas características que geram o personagem- no nosso caso, trata-se da dimensão histórica, com a qual o indivíduo não tem uma relação pessoal, mas sim mediada pela historiografia - Indivíduos e sociedades podem ter história. O discurso historiográfico, no entanto, nada mais é do que uma reflexão sobre as efervescências, que se baseiam nas interpretações das evidências, por vestígios do passado ou por mídias, que ajudam a criar representações e que constroem o posicionamento do indivíduo para sua apreciação ou negação.

Os personagens são “pessoas” ou portadores de características de uma que são inspiradas em representações. Essa âncora com a realidade é o que permite a comunicação com o público, que consegue compreender aquilo que está sendo narrado. Quando se trata de personagens mormente baseados em figuras históricas, o referente acaba sendo o próprio indivíduo, já expresso em outras representações.

METODOLOGIA



Esse é um estudo qualitativo, baseado na análise de personagens (imagens e sons) produzindo significações verossimilhantes de grupos sociais e de personagens históricos. Logo, após a revisão bibliográfica, determinamos os contornos finais do problema, apresentado já finalizado na seção Introdução.

A coleta de dados foi censitária, ou seja, todos os personagens foram conhecidos e analisados. Como vimos, um personagem é multifacetado: ele é, ao mesmo tempo, imagem e som unidos, além de possuir uma personalidade, então é preciso operar uma seleção, um funil de aspectos de sua constituição.

O que nos focamos foi na imagem produzida, nos modelos 3D criados, pois eles são mais investigáveis do que o restante: a voz do personagem histórico nem sempre está gravada, assim como os seus movimentos de batalha não foram filmados. A imagem, no entanto, foi retratada em quadros ou imagens estáticas, além de descrições de literatos, historiadores ou demais intelectuais.

A seleção de personagens analisados obedeceu a dois critérios: seriam representativos de continentes (os que apareceram no universo) e dos períodos históricos, evidenciados na tabela 2:

Tabela 2: Amostra Escolhida

Personagem	Continente	Período Histórico
Rajput Warrior	Ásia	Antiga
Sun Tzu	Ásia	Antiga
Joana D'Arc	Europa	Medieval
Shaka Zulu	África	Moderna
Richard "Mack" Machowicz	América	Contemporânea

Fonte: dados da pesquisa

Após a seleção dessas unidades de análise, e, posteriormente, uma apreciação das figuras – mais especificamente de *frames* dos modelos sendo executados pelo *hardware* na interação com outros modelos ou com o cenário. Essa investigação do modelo se baseou em alguns pontos: 1) cotejo com o figurino do ator do programa, 2) uma revisão bibliográfica em que se determinou parte da biografia dessa figura histórica. Os resultados estão expostos na seção posterior.



ANÁLISE DOS GUERREIROS GENÉRICOS E DAS LENDAS

Nesta seção, vamos analisar o material coletado e optamos por dividi-lo entre dois momentos: um em que é analisado um guerreiro genérico e outro em que são apreciadas as lendas, os personagens históricos. Essa diferença é relevante na medida em que a construção de ambos possui similaridades e diferenças, para as quais vamos apontar na seção de considerações globais.

Rajput Warrior

Rajput é um nome considerado como uma etnia na Índia, o qual possuiu diferentes participações na história nacional deste país. A história rajput é milenar e tem registros significativos desde meados do século V d.C.:

The Rajputs' origins seem to date from a great breakup of Indian society in the northern and northwestern Indian subcontinent under the impact of the Hephthalites (White Huns) and associated tribes from the mid-5th century CE onward. Following the breakup of the Gupta empire (late 6th century), invading groups were probably integrated within the existing society, with the present pattern of northwestern Indian society being the result. Tribal leaders and nobles were accepted as Kshatriyas, the second order of the Hindus, while their followers entered the fourth (Shudra, or cultivating) order to form the basis of tribal castes, such as the Jats, the Gujars, and the Ahirs. Some of the invaders' priests became Brahmans (the highest-ranking caste). Some indigenous tribes and clans also attained Rajput status, such as the Rathors of Rajputana; the Bhattis of Punjab; and the Chandelas, Paramaras, and Bundelas of central India. Rajput ancestry can be divided between Suryavanshi ("House of the Sun," or Solar people), or those descended from Rama, the hero of the epic Ramayana; and Chandravanshi ("House of the Moon," or Lunar people), or those descended from Krishna, the hero of the epic Mahabharata. A third group, Agnikula ("Family of the Fire God"), is the group from which the Rajputs derive their claim to be Kshatriyas. Rajput habits of eating meat (except beef) and other traits suggest both foreign and Aboriginal origins (<https://www.britannica.com/topic/Rajput>).

Como podemos perceber, existe uma série de castas que se formaram após um conjunto de guerras, que deram origem a uma série de divisões, incluindo sacerdotes e guerreiros, cuja parcela desses últimos se assentou em Rajputana -a qual também possui diferentes divisões internas. Logo, a construção de um guerreiro Rajput envolve, no mínimo, o cotejo dessas variedades para que se produza uma figura que não se identifique apenas com um dos subgrupos, pois isso tiraria sua representatividade. Por essa razão, optamos por selecionar algumas imagens das etnias para proceder a análise.

Globalmente, essa etnia é conhecida por ter uma conduta guerreira, forjada em muitas guerras com outras etnias:

[...] this culture of war declined with the ascendancy of Mughal and then British sovereignty. A gradually emerging centralized state began to disable the earlier network of mobile war bands. [...] dates the beginnings of the settled Rajput “genealogical orthodoxy” to the 16th and 17th centuries. The modern definition of the Rajput was hardened into “thirty-six royal races” by British colonial historians such as James Tod whose widely read *Annals and Antiquities of Rajasthan* (1997) is now owned by most notable Rajput families. In contrast, accounts such as Kolff’s show us centuries of intermingling and competition to extend the ambit of the term Rajput. [...] The major one centers on genealogy, property, and royalty. Untraceable in the major definition, Thakur Baba perhaps expresses the minor variation, the figure of a warrior as a possibility of life, open for centuries to several castes and tribes (SINGH, 2012, p.389).

Como podemos perceber, a colonização diminuiu os conflitos internos entre as castas indianas. Também esse processo de ocupação ocasionou uma ortodoxia nos séculos XVI e XVII, uma vez que a atividade guerreira já não era tão intensa como outrora e isso retirou a força dos próprios rajput. Nesse momento, é possível passar a defini-la como genealogia ou como ética guerreira, o que demonstra certa complexidade na delimitação do grupo social, que passa de uma condição “genética” para um conjunto de ideais.

Quanto às imagens, podemos começar por uma breve apreciação comparativa:

Figura 1: Modelo 3D e Ator



Fonte: <https://psdeals.net/us-store/game/728696/deadliest-warrior-the-game-rajput-avatar>

Como podemos observar, o ator utilizou uma armadura bem mais “pragmática”, e que é esteticamente menos agradável aos olhos. A semelhança está no formato do capacete e da cor da proteção do corpo, porém de resto houve bastante liberdade artística. Quanto ao tempo histórico, é evidente que as figuras remetem ao período anterior à colonização, pois não

encontramos armas de fogo, as quais conferem vantagens para batalhas a distância e evidenciam que houve a interação com tecnologias externas. Com relação a primeira casta, começamos pela figura 2:

Figura 2: imagem etnia Suryavanshi rajput



Fonte: <https://www.facebook.com/p/Suryavanshi-rajput-100066508426586/>

Nesta imagem podemos perceber que o adereço da cabeça é o mesmo do modelo 3D, protegendo as laterais da cabeça do lutador. Como se trata de um busto, não podemos perceber o restante do traje, o que torna esse dado menos relevante para a análise do resto do personagem. As outras figuras encontradas vão complementando esse aspecto com mais cuidado, como é o caso figura 3:

Figura 3: Etnia Chandravanshi rajput



Fonte: <https://twitter.com/BhatiChhayan/status/1397055022718853121>

A região do abdômen mostra o mesmo adereço circular (que lembra uma mandala), que é menor no modelo 3D. Há, também, a presença de duas lanças, remetendo a uma veste guerreira - embora haja preponderância de joias em detrimento de peças de armadura. Ou seja, até o momento apreciamos duas figuras em vestes esteticamente agradáveis, mas também conseguimos encontrar uma figura de um guerreiro diretamente em batalha, como é o caso da imagem de número 4:

Figura 4: Etnia Agnikula rajput.



Fonte: <https://vanniyarkula-kshathriyar.blogspot.com/2011/12/rajputsagnikula-kshatriyas.html>

Como podemos perceber, essa figura possui uma veste mais pesada e que passa a linha da cintura, com a mesma cor do modelo 3D - sem as demais proteções ou ornamentos presentes nas outras figuras. Ademais, este guerreiro ostenta o escudo igual ao do personagem, cujo fronte possui adereços que remetem ao código cultural rajput.

Como se pode perceber, a construção do personagem genérico parte de códigos históricos mais “elásticos”: não há uma localização precisa, o mais importante é construir um referente que condense diversas manifestações, que aborda diferentes aparatos culturais. Isso, evidentemente, aproxima-o ao conceito de estereótipo - mesmo que não haja a atribuição causal e nem espontaneidade, pois houve uma pesquisa documental prévia. Assim como não há, propriamente, um intuito de conhecimento e existe, factualmente, um processo de estilização;



logo, podemos afirmar que esse personagem genérico é uma colcha de retalhos que é uma amostra das diferentes etnias.

Logicamente, a construção da identidade de um povo e a elaboração de uma representação compreensível é mais complexa do que a de uma figura histórica em si mesma, pois um grupo, ao mesmo tempo que produz abundância de dados, pode escapar de uma comunicação adequada justamente porque é composto de muitos indivíduos (LOPES, 2019, 2024). Afinal, o processo comunicativo é mais eficiente conquanto apele para uma cultura compartilhada (LOPES, 2019, 2024), e um sujeito histórico possui simbolizações ligadas diretamente com a sua pessoa. Essa elucubração teórica pode ser testada na próxima seção, com as lendas.

ANÁLISE DAS LENDAS

Nesta seção vamos analisar os personagens históricos, cujo modelo foi construído com base em representações históricas imagéticas ou escritas. A análise vai incidir sobre material de indivíduos e não de grupos, e vamos começar por uma francesa.

Joan of Arc

Joana possui uma importância de heroína fundadora da Nação Francesa, além de ter sido canonizada pelo Vaticano. Por isso, existem muitas versões suas em diversas mídias, tanto em pinturas quanto em filmes, e o presente jogo seria mais uma delas. A própria pesquisa acadêmica atesta esse tipo de “sucesso”:

É de espantosa atualidade a mobilização em torno de Joana d’Arc, o personagem feminino mais conhecido da História Francesa. A vida da moça, que ainda criança começara a ouvir vozes lhe revelando a missão de libertar a França dos invasores ingleses, que liderou um exército, coroou o seu rei e teve um destino trágico, sendo queimada viva como herege [...] (AMARAL, 2012, p.10).

Como se pode perceber, grande parte da sua confiança para estar nas batalhas provém de motivos religiosos: o contexto foi a Guerra dos Cem Anos, no qual estava começando a se formar o estado nacional francês e o já consolidado estado inglês, cuja realeza pretendia assumir também o trono franco.

Joana alegou visões com o Anjo Gabriel e pediu uma audiência com o rei Carlos VII, o qual permitiu que ela participasse de batalhas, das quais saiu vitoriosa - de modo que isso criou

também tensões religiosas. No entanto, ela acabou sendo capturada por aliados dos ingleses e foi julgada no Santo Ofício como bruxa, sendo queimada na fogueira, o que provavelmente criaria ressignificações de suas vitórias militares. Posteriormente, foi considerada por Napoleão, já na Revolução Francesa, como heroína da França e foi canonizada. Com relação ao modelo disponibilizado no jogo, apresentado na figura a seguir:

Figura 5: Modelo 3D e Ator



Fonte: https://deadliestwarriorthe game.fandom.com/wiki/Joan_of_Arc

No modelo 3D, é possível observar que são ressaltadas as formas femininas – o que já não ocorre com a atriz, que utiliza uma armadura em um estilo masculino, a mais comum na época. A sua armadura remete às pinturas, porém apresentando mais efeitos de reluzir, o que reflete uma adaptação de mídias medievais, cujos materiais não conseguiam dar esse efeito. Houve também uma mudança da história original, pois Joana se vestia com armaduras masculinas, o que foi uma das acusações do Santo Ofício.

O modelo, também, apresenta incrementos no *design* e fabricação da armadura, o que indica que há uma estilização baseada na figura historiográfica. Podemos perceber, dada a historiografia, que a imagem que foi “congelada” foi a das primeiras batalhas antes da coroação do rei, o que indica que foram esses momentos pontuais de luta e não o da fogueira ou o da vida camponesa, por exemplo. Ademais, a biografia levantada deu a entender que ela não possuía



treinamento militar prévio (por ser camponesa do interior) e nem há indícios concretos de que ela participou de lutas corporais, o que traça um ponto de intersecção com Rajput no tocante a ela estar, também, representando uma tradição militar, no caso a francesa.

Shaka Zulu

Shaka Zulu (1787-1829) é amplamente conhecido no mundo anglófono como líder da resistência ao Império Britânico na atual África do Sul. Biograficamente, ele era o filho bastardo do rei da tribo Zulu, Senzangakhona KaJama, e, durante o reino de seu meio-irmão, descende direto do trono, ele ganhou fama por suas artes militares individuais. Com o tempo, Shaka assume o trono:

Shaka of the Zulu was born sometime between 1785 and 1787, five to seven years after Cari von Clausewitz and died In 1828, three years before Clausewitz. Shaka, as dustomary with Mthethwa males of a certain age, was placed in a inication age-regiment from which those in their late teens where called into national service. In these regments, they received military, tended the king's cattle, kept the huts in good order, took part in organized hunts. and attended various ceremonial gatherings. Shaka gained prominence and recognition for his intellect and fighting skills As a result of his military vtories. he was named regimental commander by the chief of the Mthethwa. Dingiswayo, who took Shaka and his mother into his clan when the two were exiled from his mothers (DOUGLAS, 1997, p.1).

Portanto, do ponto de vista do combate, o imperador trouxe algumas inovações e que conduziram a um grande sucesso no campo de batalha. A primeira foi a utilização de um novo tipo de lança e o segundo foi uma formação de ataque chamada “boi”, que permitiram o combate até mesmo contra armas de fogo. Na figura 6 podemos perceber que existe uma tentativa de sintetizar essas duas contribuições:

Figura 6: Modelo 3D e Ator



Fonte: <https://pt.quora.com/Guerras-Antigas-Quem-s%C3%A3o-os-guerreiros-mais-temidos-da-Hist%C3%B3ria>

Na imagem, podemos perceber que houve menos distinção entre o ator e o modelo 3D na comparação direta com Joana D'arc. Isso também pode acontecer por conta do clima tropical onde está inserido o personagem histórico, que utiliza menos adereços do que os demais personagens. A maior diferença está nos adereços da cabeça, que não existem na figura estilizada - provavelmente por conta da dificuldade adicional de se construir e renderizar o modelo durante o processamento do jogo. Logo, aqui a estilização não foi tão evidente, pois os adereços são o que trazem a estilização para o modelo. Com relação a biografia, foi pinçado o momento em que Shaka já era rei, ou seja, na sua idade adulta, e não enquanto ainda era súdito. Diferentemente de Joana, Shaka sempre foi guerreiro em sua trajetória, então sua imagem provavelmente não variou significativamente ao longo de sua vida. Sun Tzu é um caso semelhante, embora não tenha chegado a se tornar imperador.

Sun Tzu

Amplamente conhecido pelo livro *A arte da Guerra*, Sun Tzu é afamado como um estrategista, de modo que suas habilidades marciais são menos intuitivas do que sua leitura do campo de batalha. No entanto, para chegar ao posto de general, era mister habilidade prévia em campo de batalha, conjugada com saber filosófico. Ironicamente, não são todos os historiadores que o consideram existente em seu tempo histórico, isso pois há poucos registros que

enquadram a vida de Sun Tzu. De acordo com as leituras de Daros (2017, p. 84), o historiador Ssu-ma Chi'ien afirma que foi encontrado

[...] em um escrito que data cerca de 100 a.C., ele era “[...] súdito do rei de Wu, foi o homem mais versado que jamais existiu na arte militar” [...]. Ele era natural do estado de Chi, e seu texto remonta à turbulenta época dos Estados Guerreiros da China. Diz-se que pertencia a aristocracia militar e teve como mestre o próprio avô. Sua obra manteve-se viva por mais de dois mil anos e chegou ao mundo ocidental por meio de um missionário jesuíta em Pequim, o padre Jean Joseph Marie Amiot, cuja tradução de A Arte da Guerra foi publicada em Paris, em 1772.

A experiência em batalha e o próprio livro possibilitou ter uma audiência com o imperador, que lhe atribuiu um exército. O reino se expandiu por algumas gerações posteriores, mas seu maior legado, sem dúvida foi o supracitado livro, que provavelmente foi o causador da presença do general no jogo. Com relação ao ator e o modelo, a figura abaixo demonstra suas diferenças:

Figura 7: Modelo 3D e Ator



Fonte: <https://www.pipeworks.com/new-deadliest/>

Como podemos perceber, houve uma simplificação de suas vestes, além de ter sido selecionada uma versão sua mais rejuvenescida (remetendo ao seu tempo de campo de batalha). Isso pode se dever a uma diferença entre roupas cerimoniais e roupas de batalha, informação que é impossível de checar, mas que pode ser induzida. Ainda, podemos perceber uma roupagem semelhante à dos monges, sem tantos adereços de batalha - nos quais incide a estilização, como já elaboramos nos personagens anteriores.



Assim, é como se ele fosse um soldado raso, o que provavelmente facilitou a sua elaboração - afinal, outros apetrechos, além de não facilitarem a sua identificação pelo jogador, seriam arquivos de memória para o processamento e para a memória física do *software*. Pode-se destacar também um trabalho para o tornar diferente de outros personagens mais conhecidos como Shang Tsung, da franquia Mortal Kombat, focando-se partir de uma possível realidade histórica, o que também o aproxima de um personagem genérico ao focar no hábito cultural e não na idiossincrasia. Com relação ao momento em que foi congelada, a imagem de Sun Tzu não é a histórica, mas sim mesclando feições possíveis com vestes de um soldado raso. Ou seja, existiu uma pesquisa que ultrapassou o personagem e acabou remetendo a um personagem genérico. O próximo personagem, ironicamente, é completamente conhecível historicamente, mas a sua peculiaridade não é refletida no jogo.

Richard "Mack" Machowicz

Esse personagem que não é propriamente histórico - ao menos não no nível personagens históricos anteriores, que exerceram poder sobre tropas em conquistas militares no cânone historiográfico. De fato, seria possível argumentar que a existência desse modelo é mais uma homenagem ao indivíduo, pois não houve um trabalho mais demorado em sua singularidade. Porém, mesmo assim, é possível encontrar uma biografia:

According to his biography on the Discovery Channel's site, "he participated in numerous tactical operations with SEAL Team ONE and TWO. While operating at SEAL Team TWO, he was a Naval Special Warfare Scout/Sniper, as well as being attached to the training cadre as the Leading Petty Officer of Land, Mountain and Arctic Warfare." He also has practiced Muay Thai, Jeet Kune Do, Kickboxing, Aikido, Jujutsu, Savate, Arnis, and Karate for more than twenty years, having received multiple black belts. He was a certified instructor in the Naval Special Warfare Combat Fighting Instructor Course, as well as a Naval Special Warfare Scout/Sniper. He is a qualified expert in all US navy weapons. He founded the Bukido Institute, as well as the Bukido Training System, which "teaches a performance philosophy that uses unarmed combat as a pathway for exploring the dynamics of doubt, hesitation, second-guessing, stress, pain, fatigue and fear." Machowicz also served as a personal protection specialist for many high-profile individuals within the political arena, business world and entertainment industry. (FANDOM, s/d, s/p)

Como podemos observar, se o indivíduo não é uma figura histórica abordada pela historiografia, podemos observar que todo o seu preparo pessoal em diversas artes marciais lhe facilitou a construção de uma persona de especialista em segurança, e que cuidou da imaculação

de uma série de sujeitos que poderiam ser considerados poderosos. O personagem aparece emulando todos os outros, como na figura 8:

Figura 8: Modelo 3D



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Deadliest_Warrior:_The_Game

Diferentemente dos outros modelos, esse é só um modelo 3D que utiliza os “esqueletos” dos outros modelos, pois nessa foto aparecem as armas de Shaka Zulu. Aparentemente, poderia parecer uma cópia pura e simples dos movimentos, mas é possível extrair algumas conclusões mais subjacentes. A primeira é que Mack é como se fosse a técnica de batalha incorporada, pois o programa ele ajuda a testar as armas e existem personagens assim em outras mídias (como o próprio Shang Tsung ou Seth de Street Fighter), porém esse é mais interessante na medida em que se trata de alguém essencial (um participante do programa) para testar a eficiência das armas e lhe atribuir um valor quantitativo, número a ser testado pelo computador na simulação.

Trata-se, portanto, do soldado moderno, que é especializado no combate que envolve armas de todos os tipos, e possui uma educação formal que o diferencia. Como já foi aventando, ele não é bem uma figura histórica na arte militar, mas possui trajetória no *show business*. Assim, ele é um genérico do soldado americano, e o reaproveitamento do esqueleto de outros personagens só prova que ele é uma certa “evolução” na medida em que incorpora e acumula a história militar como um todo por meio das técnicas.

Portanto, não existe um soldado americano apenas americano, ele simplesmente é um acúmulo, ele estuda as formas históricas de luta e os domina, tornando-se síntese da racionalidade. Com relação ao tempo histórico selecionado, sem dúvida está-se falando do momento em que Mack participou do programa televisivo, sem um evento que se ligue



diretamente a ele - mesmo que os EUA tenham participado de muitas guerras desde a sua fundação.

CONSIDERAÇÕES GLOBAIS: UMA HISTÓRIA QUE ENTRETÉM?

Nessas considerações, vamos iniciar respondendo ao problema de pesquisa e, posteriormente, avançar para reflexões teóricas mais amplas e que possam contribuir para a área de ficcionalidade e história. Começando pela questão norteadora, podemos afirmar que o personagem literalmente histórico é construído por um processo de revisão bibliográfica e de fixação da imagem em algum ponto da bibliografia, além de incorrer um processo de estilização para chamar a atenção do jogador - o que evidentemente não ocorreu com o programa, que apresentava a revisão bibliográfica e os experimentos enquanto conteúdo comunicacional integrados. Logo, a construção de um personagem tomando como referência a historiografia produz um enredo invisível que pode ser encontrado fora do mundo ficcional, o que se potencializou pelo jogo ser baseado em um programa de tipo *What if*, baseado no conectivo lógico “se... então”. Afora isso, o material histórico acaba sofrendo mais uma mediação, que é dado processo de estilização, mais especificamente nos acessórios, que são representados, e o gameplay tem a mediação da ação do jogador. Disso resultam os dois tipos de personagens, os do grupo e os individuais.

Quanto aos guerreiros “genéricos”, o caso analisado evidenciou uma espécie de tipo médio que tenta sintetizar as variedades, sem se preocupar tanto com uma localização histórica precisa. Assim, o enfoque foi diretamente nas artes militares dos grupos, que compõem parte das representações da sociedade para a defesa física dos demais indivíduos. Podemos definir esses personagens como artefatos bélicos da cultura, pois lidamos com técnicas e armas diretamente representadas nos modelos.

Já as lendas são uma “foto” de algo que existiu historicamente. Porém, há complementos, pois não se tem vídeos desses indivíduos não contemporâneos, o que indica que é preciso criar movimentos com base na cultura (como é o caso explícito de Sun Tzu, mais conhecido pela habilidade estratégica). Assim, as lendas acabam possuindo similaridades com os personagens genéricos em sua construção na medida em que não se conhece suas características não visuais, e suas efervescências prévias não são relevantes quando o jogador



assume como avatar. A partir desse momento, podemos entrar em considerações teóricas mais densas e técnicas.

Tanto o folclore quanto o estereótipo precisam “congelar” o tempo para gerar a imagem a ser compartilhada. Afinal, tanto a história quanto o indivíduo estão imersos no devir histórico, e o que dita aquilo que constituirá a memória social são processos de efervescência, mais ou menos marcantes. Para exemplificar com um dos casos estudados, Joana D’arc levava uma vida “mundana” enquanto camponesa, e sua imagem histórica se sedimentou em alguns processos de efervescências: 1) as vitórias em batalhas e 2) a condenação na fogueira. No entanto, o jogo analisado focou na efervescência de tipo 1 (na qual ela demonstrou um tipo de protagonismo) e que produziu um apagamento de todo o restante da trajetória, que só é acessível via historiografia altamente especializada (nesse caso, em francês). Logo, a memória se constrói por meio dessas efervescências, e quanto mais especializado, mais efervescências se conhece - e o historiador, no caso, é, em teoria, o maior conhecedor delas em diferentes sociedades.

Quanto ao *What if*, cada *round* é uma probabilidade de confronto, ele não é propriamente histórico (apenas o último o é, até ser jogado novamente em outra partida). Afinal, em batalhas reais, com a arma a chance é de morte ou de modificação corporal, e um jogo eletrônico cria uma ilusão de que essa atividade não envolve riscos. Essa aposta de si é uma sensação desconhecida por quem não é guerreiro de fato.

A historiografia, nesse jogo, acaba sendo pano de fundo e, ao mesmo tempo, existe para dar existência, para ser ignorada (no *What if*) e para gerar algum tipo de compreensão do enredo. Dessa maneira, a ficção e a história caminham paralelamente, a historiografia garante que a ficcionalidade seja também interessante porque a ficção adquire uma âncora. Ou seja, trata-se de uma perversão da história que a reafirma por ser reversível, o que leva a um experimentalismo: a história é rearranjada, mas é só um exercício diletante para a ocasião do jogo, como se fosse um metaverso efêmero de exercício da história como ela é, por meio do avatar.

Por meio dessa afirmação, poderíamos indagar sobre como é a experiência histórica utilizando avatares de figuras históricas, e seus potenciais educativos. É preciso, primeiramente, ponderar que a situação de batalha é um tanto a-histórica, pois ela se repete em diversos cenários: nela intervém a necessidade de sobrevivência de acordo com o meio e o adversário, preparo físico e estratégia. Dessa maneira, não se produz uma experiência propriamente



histórica com o jogo, ainda é possível um outro contato com personagens para além do ensino formal ou outras produções midiáticas. Assim, essa vontade de ser preciso na estética ocasiona que esse jogo acabe sendo, também, um museu interativo (LOPES, 2021), mesmo que estilizado.

Além disso, poderíamos esboçar uma história entretenimento, diferente de um uso da história para fins de entretenimento a partir do jogo analisado? O primeiro contorno é que a história entretenimento, assim como a história pública, se volta para o grande público, embora os fins sejam diferentes. A segunda discussão é que existe uma tentativa de verossimilhança, com base na revisão bibliográfica - pois se trata de uma mídia que utiliza a história como ambientação, como um depósito. Essas reflexões podem ser aplicadas na comparação entre os modelos 3D e os atores - o ator busca emular o mais próximo possível a figura histórica, enquanto o modelo já é estilizado e possui limitações técnicas impostas pelo *hardware* – assim, como diria Bruno Latour, o próprio aparelho produz um tipo de agência. Além disso, existe um processo de simetriação dos personagens e eles são equalizados entre si em suas qualidades para gerar conflitos possíveis - enquanto no programa televisivo isso não ocorre, pois é necessária a assimetria para definir um vencedor no combate. Essa característica da história-entertainment – a do embasamento e da impossibilidade de apresentar bibliografia – talvez acabe dificultando o próprio consumo pelo público mais amplo, pois a obra não se basta por si mesma, ela precisa de um estudo prévio da historiografia, o que tende a aproximar cientistas humanos e demais apreciadores da História e que se constituem em nicho.

Uma história-entertainment colocaria algumas questões para o Ensino de História num geral. Afinal, seria uma concorrência? Ambas bebem da mesma fonte, que é a historiografia, porém uma gera uma obra datada e a outra pode se reconfigurar conforme o contexto social cambie, pois as aulas são constantemente atualizadas. O professor de história pode incorporar novas informações, enquanto uma obra concluída carrega um grau de *zeitgeist*; o entanto, a obra consegue concretizar uma situação histórica por meio de interação, o que é mais difícil no ensino. Assim, existe uma certa concorrência “sadia” entre ambas, a qual é benéfica para a disseminação do conhecimento histórico caso elas se mostrem complementares.

De um ponto de vista epistemológico, a própria História poderia ser considerada também uma mídia? Seria possível responder que sim visto que ela se coloca entre ciência e mídia na medida em que media percepções sobre algo (passado) que não pode ser imediato



porque não nos é acessível nem mesmo com equipamentos adequados. Ainda assim, ela é o meio e a mensagem, pois, como postula McLuhan (2013, p. 7), o que faz de uma mídia uma mídia é sua capacidade de transmitir uma mensagem: “é a mensagem. Isto é apenas dizer que as consequências pessoais e sociais de qualquer meio resultam da nova escala que é introduzida em nossos assuntos por cada extensão de nós mesmos, ou por qualquer nova tecnologia”. A História estuda, fórmula e veicula a mensagem através de si mesma.

Portanto, o acesso dos pares e demais leitores é um parâmetro importante para pensar a questão. Um antropólogo, por exemplo, que pesquisa uma sociedade que vive longe dos grandes centros, consegue torná-la acessível a outras pessoas por meio do deslocamento geográfico; um biólogo consegue demonstrar a existência de uma bactéria por meio dos instrumentos do seu trabalho, como um microscópio; porém, a realidade histórica é contínua: “O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória” (BLOCH, 2001, p.9).

Então, o momento presente consome a existência dos momentos anteriores para vir a existir, de modo que a evidência aponta para a reconstrução mais ou menos metódica de acordo com a coesão e a crítica dessas fontes. A ciência histórica, portanto, produz uma intermediação com o passado, tendo o caráter duplo de mídia e ciência, com o fito de contribuir para o enraizamento da identidade indivíduos por meio da identidade histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto apresentou uma reflexão sobre a construção de personagens a partir de referências históricas, na produção de símbolos. Para embasar empiricamente essa reflexão, investigamos o jogo "*Deadliest Warrior: ancient battle*", que apresenta como base personagens históricos de dois tipos: o individual e o baseado em grupos já existentes historicamente. A análise foi qualitativa de 5 personagens (Rajput, Joana D'arc, Shaka Zulu, Sun Tzu e Richard Mack) e apontou, como resultado mais geral, para um processo de estilização (nos moldes do *marketing*). O personagem que é produzido historicamente não possui um *background* dentro do jogo, pois está fora do enredo e dentro da historiografia. Como se trata de um experimento, um *What if*, o enredo da obra é construído hipoteticamente. O personagem, assim, é formulado por uma seleção dentro da biografia do indivíduo historicamente existente, escolhendo entre



efervescências produzidas pelos personagens históricos. Dito isso, podemos concluir o texto com algumas reflexões finais.

Uma reflexão possível com base nos personagens e suas diferentes eras é que, conforme a guerra se especializou, os generais se afastaram do campo de batalha e se focaram na gestão e na estratégia. A modernidade, assim, criou o soldado profissional, o que elevou o nível de habilidade dos combatentes e abriu menos brecha para desempenhos acima do normal – que é o que permite galgar degraus na hierarquia militar com maior rapidez. Assim, a experiência em campo de batalha passou a ser menos relevante na construção da qualidade guerreira do que a trajetória em si mesma, a passagem pelos cargos.

Após todo esse esforço investigativo, é possível realizar uma última reflexão baseada no *What if* estudado, conjugando multiverso e a liquidez baumaniana, mesmo que se trate de uma teoria de origem científica. Ora, na ficção, o multiverso cria realidades que não se relacionam, não é preciso tecer alguma relação entre esses multiversos, eles apenas existem – o que possui grande potencial comercial. Porém, também impede que os mundos ficcionais se complexifiquem com novos elementos, fazendo no máximo referências (que também apontam para o conceito de multiverso).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Flavia Aparecida. História e ressignificação: Joana d'Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou O ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo; MAUAD, Ana Maria. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Campus, 1997.

DAROS, Romeu Porto. O Pensamento Estratégico Em Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz E Carlos Matus. **Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 4, n. 2, p. 83-102, 2017.

DOUGLAS, Carla. An Assessment of Shaka Zulu in Terms of Clausewitzian and Sun Tsuiian Theories. NATIONAL WAR COLL WASHINGTON DC, 1997.

FANDOM. Richard Machowicz. Wiki. Sem Data. Disponível: <https://military-history.fandom.com/wiki/Richard_Machowicz#cite_note-2> Acesso em: 19/01/2023.



GRIFFITH, Samuel B. Sun Tzu: The art of war. London: Oxford University Press, 1963.

IMDB. *Deadliest Warrior*. 2009. Internet Movie Data Base. Disponível: <<https://www.imdb.com/title/tt1281313/>> Acesso em: 19/12/2022.

LOPES, Ricardo Cortez. *Construindo Contextos*. Curitiba: Viseu, 2019.

_____. MARTINEZ, Lis Yana de Lima. O argumento ateu do Deus Alheio no jogo Fight of Gods: uma aplicação do processo dessacralizador. IN: MEZADRI, Fernando; REIS, Marcos Vinícius de Freitas; DA SILVA, Ricardo Oliveira. **Ateísmos, descrenças religiosas e secularismo: história, tendências e comportamentos**. Rio Branco: Nepan Editora, 2022.

_____. O patrimônio militar japonês em Shadow Fight II: análise de uma ressignificação. **Historiæ**, v. 12, n. 2, p. 130-150, 2021.

_____. *Repraesontologia: fundamentos da ciência das representações*. Belo Horizonte: Parajás, 2024.

MARTINEZ, L. Yana L.; LOPES, Ricardo Cortez. *Personagens: entre o literário, o midiático e o social*. Curitiba: Viseu, 2019.

MAUAD, Ana Maria; GRINBERG, Lucia. *Teoria da História*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MCLUHAN, Herbert Marshall. *Understanding media: the extensions of man*. Berkeley: Ginkgo Press, 2013.

SINGH, Bhrigupati. The headless horseman of Central India: Sovereignty at varying thresholds of life. **Cultural Anthropology**, v. 27, n. 2, p. 383-407, 2012.

SCHVARZMAN, Sheila. As encenações da História. *História*, v. 22, p. 165-182, 2003.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: _____. *Trópicos do Discurso; ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Artigo recebido em: fevereiro/2024

Artigo aceito em: março/2024



*Escritas: Revista do
Curso de História de
Araguaína*

*ISSN: 2238-7188
Araguaína v. 15 n.2: 2023*



**TEOCRASÍLIA, DE DENIS MELLO: UMA ANÁLISE DO FUNDAMENTALISMO
COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO PELO MEDO**
***TEOCRASÍLIA, BY DENIS MELLO: AN ANALYSIS OF FUNDAMENTALISM AS A
TOOL OF DOMINATION THROUGH FEAR***

BRUNO LEONARDO RAMOS ANDREOTTI

<https://orcid.org/0000-0003-3665-7760>

Doutor em História pela PUC-SP

brandreotti@gmail.com

NATANIEL DOS SANTOS GOMES

[0000-0003-3911-1552](https://orcid.org/0000-0003-3911-1552)

Doutor em Linguística pela UFRJ

nataniel@uems.br

RESUMO

Este artigo analisa a obra "Teocrasília," do quadrinista Denis Mello, explorando como o pensamento fundamentalista evangélico é apresentado na construção do cenário distópico, articulando-o com elementos histórico-políticos do Brasil. A distopia, entendida como a negativa extrapolação do status quo, destaca-se ao representar, de forma exacerbada, os elementos do fundamentalismo evangélico que se destacam no Brasil contemporâneo. Publicada inicialmente em 2016 como um zine, a série evoluiu para sua forma atual pela Editora Guará em 2021, com previsão de seis volumes e três já publicados. Os volumes lançados apresentam a Teocrasília como uma espécie de realização política do projeto fundamentalista evangélico, alertando para os possíveis efeitos dessa concretização. O artigo destaca que toda utopia, mesmo a fundamentalista, implica uma distopia, ressaltando a relevância crítica da série diante das dinâmicas contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Teocrasília; fundamentalismo; distopia.

ABSTRACT

This article examines the comic "Teocrasília" by the artist Denis Mello, exploring how evangelical fundamentalist thought is portrayed in the construction of the dystopian scenario, articulating it with historical-political elements of Brazil. The dystopia, understood as a negative extrapolation of the status quo, stands out by representing, in an exaggerated manner, the elements of evangelical fundamentalism that are prominent in contemporary Brazil. Originally published in 2016 as a fanzine, the series evolved into its current form by Editora Guará in 2021, with a planned six-volume series, three of which have already been published. The released volumes depict Teocrasília as a kind of political realization of the evangelical fundamentalist project, warning of the potential effects of this concretization. The article emphasizes that every utopia, even the fundamentalist one, implies a dystopia, highlighting the critical relevance of the series in the face of contemporary dynamics.

KEY-WORDS: Teocrasília; fundamentalism; dystopia.



INTRODUÇÃO

De acordo com a carta do apóstolo Paulo escrita para os cristãos de Tessalônica³, percebemos que ele e a comunidade cristã da época tinham a expectativa de que o Cristo voltaria para instaurar seu Reino ainda durante sua geração. “Dizemo-vos, pois, isto, pela palavra do Senhor: que nós, os que ficarmos vivos para a vinda do Senhor, não precederemos os que dormem.” (apóstolo Paulo, 1 Tessalonicenses 4.15 – ARC). Passados dois mil anos, isso não aconteceu e gerou inúmeras interpretações do Apocalipse, das mais inofensivas às mais deturpadas, gerando grupos fundamentalistas⁴ que afirmavam que tinham a data e sabiam detalhes sobre o fim dos tempos, em franca contradição com as palavras do próprio Cristo de que não se saberia a hora do acontecimento. (Mateus 24.36)

No 1º século da era cristã já eram crescentes as disputas de narrativas, ao ponto de haver gente que saía de cidade em cidade caçando hereges, acusando-os, gerando tumultos e intranquilidade. O apóstolo Paulo, por exemplo, era considerado herege por muitos, afinal havia deixado o judaísmo e entrado na nova religião, que anunciava que um jovem rabino, morto como um criminoso, havia ressuscitado e era o Messias. Além disso, havia curandeiros, misturando diversos cultos diferentes⁵, para tornar a religião mais palatável. Mesmo entre os cristãos, havia aqueles que ofereciam cura em troca de dinheiro. Religião naquela época, já era um bom negócio para muita gente, que ensinava o que não entendia, usando o “texto bíblico”, uma vez que o cânon não estava totalmente fechado, como um invólucro para as suas cobiças. Homens arrogantes e soberbos, envoltos em uma suposta piedade performática, presos aos processos de fantasia, de mentes inchadas e delirantes, lutando por uma suposta verdade encontrada no texto, em uma verdadeira disputa de narrativas. Nesse sentido, a ortodoxia paulina sofria de difamação contra tudo e todos, conforme os interesses, escrutinada na busca

³ A carta do apóstolo Paulo a essa comunidade cristã é, possivelmente, o documento mais antigo do Novo Testamento, escrito por volta de 50 d.C. Tessalônica era a cidade mais populosa e próspera da Macedônia, por ali passava a principal estrada de ligação entre Roma e a Ásia.

⁴ Seguimos Nogueira, quando ele afirma que “igrejas e comunidades das mais diversas são fundamentalistas, ainda que não sejam intituladas como tal. (...) O Fundamentalismo não só no Brasil, mas também nos EUA, onde se originou, está disseminado entre as diversas igrejas protestantes e é propagado por diversas organizações para-eclésiásticas.” (NOGUEIRA, 2002, p. 32).

⁵ Como diz Boff: “A Igreja em sua estrutura apresenta-se tão sincrética como qualquer outra expressão religiosa [...] o cristianismo puro não existe, nunca existiu nem pode existir. [...] O sincretismo, portanto não constitui um mal necessário nem representa uma patologia da religião pura. É sua normalidade.” (BOFF, 1982, p. 150-151).



de benefícios para a alma ou na justificativa para fixações emocionais, psicológicas e espirituais. E olha que não havia redes sociais virtuais com seus algoritmos naquela época! De lá para cá, as coisas assumiram dimensões que nem o apóstolo podia imaginar, em crescente desonestidade para consigo e para os devaneios criados, como minhocas que se disfarçam de anacondas.

As interpretações contemporâneas do Apocalipse que a igreja evangélica tem criado, são também pré-condicionadas pela leitura moral e política que ela faz da humanidade. São profecias que se voltam para as Américas contra o materialismo, as drogas, os abusos cristão-evangélicos, as rupturas eclesiais etc., sempre temas óbvios para qualquer pessoa que esteja minimamente informada. Estranhamente, a maioria da comunidade evangélica ignora, nessa interpretação, nações que têm práticas cotidianas da desigualdade, da opressão e da ditadura. Isso, talvez, porque não apareça como agenda moral da igreja, embora mesmo presente em larga escala naqueles lugares, se preocupando muito mais com o casamento gay do que com a destruição de vidas humanas pela violência, pela desigualdade, pela perseguição étnica, racial ou religiosa, ou ainda, pela crise ambiental no mundo inteiro! Essas experiências subjetivas são sempre muito pré-condicionadas para tê-las.

Essa leitura moral e política que a igreja evangélica faz da humanidade é o principal elemento para a constituição do cenário distópico da HQ *Teocrasília*, obra do quadrinista Denis Mello. O presente texto procura expor como o fundamentalismo evangélico é elemento central na ambientação distópica de *Teocrasília*.

O dispensacionalismo e o fundamentalismo evangélico

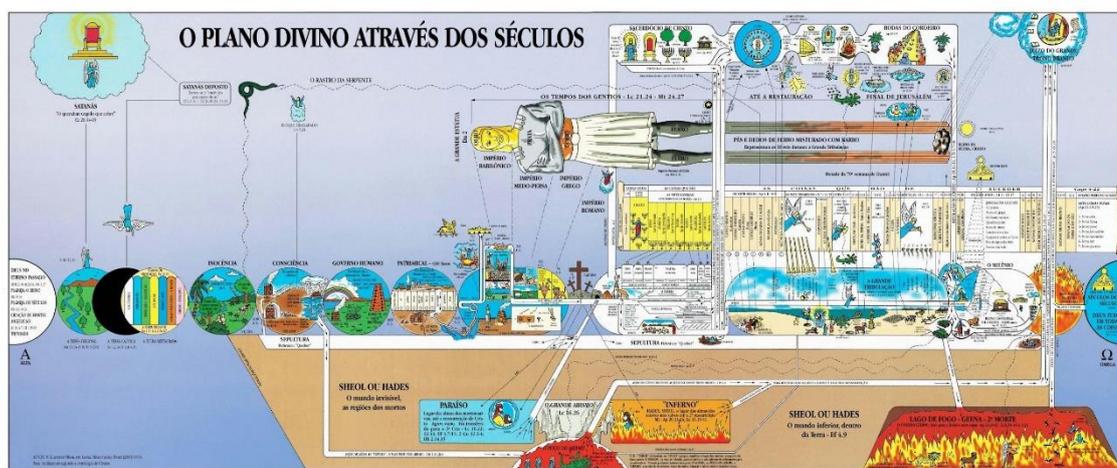
O dispensacionalismo surgiu com Jon Nelson Darby, líder dos Irmãos de Plymouth, na Inglaterra, no século XIX. O religioso afirmava haver descoberto verdades bíblicas, que não haviam sido reveladas durante séculos, nem mesmo aos apóstolos, com base nas visões de Margaret McDonald que dizia ter experimentado uma visão dos cristãos sendo arrebatados, em um período da história que ela chamou de Grande Tribulação. A essa visão, minimamente estranha, ele misturou um caldeirão de “novas revelações” e criou a teologia dispensacionalista, com base na interpretação literal das profecias. Tal modelo de análise se tornou muito popular, devido ao trabalho de grande popularização por parte de seus seguidores por meio de uma enxurrada de livros, folhetos e artigos publicados, numa verdadeira onda de doutrinação, como

a *Bíblia de Scofield*, uma Bíblia com anotações feitas por Scofield, seguidor de Darby. Scofield se tornou ministro evangélico três anos depois de se tornar um cristão, escreveu os comentários da Bíblia, sem nenhuma formação teológica e, ao colocar suas observações junto aos textos apostólicos, conseguiu a visibilidade que não teria de outro modo, com sua interpretação simplista e deformada dos textos bíblicos. Afinal, discordar de Scofield seria o mesmo que discordar do texto bíblico!

Um dos livros que mais ajudou a impulsionar o dispensacionalismo no Brasil foi *O Plano Divino Através dos Séculos*, de Lawrence Olson, pastor norte-americano que morou no Brasil durante anos e foi missionário das Assembleias de Deus. O livro descreve que a única forma de entender as intenções de Deus é por meio de suas manifestações na história, que ele chama de dispensações, em que cada período tem uma ação divina. Assim, o texto apresenta de forma bastante detalhada a “ação de Deus durante a história da humanidade”. O mapa abaixo, que fez e faz sucesso entre os evangélicos, é uma amostra de como se entendia o início e fim da humanidade a partir dessa teologia, de Gênesis a Apocalipse.

A premissa do mapa publicado nos anos 1970 com muito sucesso, antes mesmo do êxito atual dos infográficos pelo mundo inteiro, era apresentar toda a Bíblia, de Gênesis a Apocalipse, passando pela dimensão espiritual, por meio de desenhos. Cada “era” representa uma “dispensação”. O sucesso pode ser explicado pela baixa escolaridade dos seus leitores que buscavam um método simples para entender as profecias bíblicas.

Figura 1 – O plano divino através dos séculos



Fonte: <https://www.cpad.com.br/mapa---o-plano-divino-4403/p>



Os defensores do dispensacionalismo usam a palavra grega *oikonomia*, em português, “dispensação”. O termo grego é usado pelo apóstolo Paulo com o sentido de algo como “administração da casa”. Logo, seus defensores entendem que Deus age como se fosse um administrador e ocasionalmente intervém no mundo, assim todas as épocas estão entrelaçadas aos propósitos divinos, que se dividem em sete períodos ou dispensações. Além disso, entendem que o povo judeu tem um papel muito importante no futuro da humanidade, inclusive com certos privilégios divinos, gerando uma hermenêutica, no mínimo, esquisita.

Sem dúvida, que o mapa acima ajudou a disseminar uma escatologia simples e literal em território brasileiro, quando boa parte da população era iletrada, antes de sua publicação no livro. Esse tipo de interpretação literal era bastante didática e rompia com as diferenças de formação escolar, principalmente com o livro sendo considerado um item de luxo. Com a premissa do proselitismo, interpretações assim eram de fácil entendimento e, conseqüentemente, de fácil reprodução. Naquele contexto, o estereótipo do crente era de alguém que recitava a Bíblia, manifestando o uso decorado de versículos da leitura e da interpretação popular do livro sagrado dos cristãos, quase sempre desqualificando leituras mais técnicas ou desconsiderando saberes científicos, algo bem em moda ultimamente não só por evangélicos! Houve um tempo que esse tipo de mapa era emoldurado e colocado na casa de muitos fieis, como uma forma de mostrar sua identidade ou mesmo como ferramenta para apresentar sua fé aos vizinhos que pudessem visitar sua residência, quase como se fosse um mapa do tesouro, no caso para a vida eterna, o que mantinha um constante diálogo entre o fiel e sua interpretação do Apocalipse.

O outro fator que ajudou a popularizar tal conceito estava ligado ao fim do século, algo que traz ansiedade e medo do fim para a maioria dos leigos, principalmente quando a população tem pouco acesso ao estudo, como era quando essa escatologia chegou ao Brasil, no início do século XX, no Pará, por meio dos missionários da Assembleia de Deus.

Alguns grupos pentecostais, como a Igreja do Evangelho Quadrangular, defendem quatro pontos em sua teologia: Jesus cura, batiza com Espírito Santo, salva e vai voltar. O último item passou a ser entendido de forma mais fácil a partir de interpretações literais e pouco ortodoxas, como o dispensacionalismo. Tal sistema não está restrito a uma denominação, mas se alastrou pelos grupos evangélicos como vírus, sem controle.



O dispensacionalismo está baseado em três pressupostos básicos:

1. A interpretação literal das Escrituras. Para citar um exemplo, as “profecias” do Antigo Testamento com relação a Israel devem se cumprir literalmente. Se Israel tinha a promessa de possuir uma porção de terra no Oriente Médio, significa que deve ter aquele território como posse eterna, como um tipo de antecipação da Nova Jerusalém celestial!

2. A dicotomia entre o Israel do Antigo Testamento e a Igreja do Novo Testamento. O dispensacionalismo nega qualquer tipo de relação entre o Israel do Antigo Testamento e a Igreja do Novo Testamento. Seguindo a análise literal, afirma que as profecias do Antigo Testamento devem se cumprir em Israel, como “povo de Deus na terra” (sic) e a igreja seria o “povo celestial de Deus” (sic), assim, Israel passará a eternidade na “nova terra” e a igreja, no “céu”. Um verdadeiro malabarismo de interpretação para justificar esses pressupostos!

3. A Igreja é um parêntese que não havia sido previsto no Antigo Testamento. Essa terceira pressuposição afirma que a Igreja não foi profetizada no Antigo Testamento e que Israel aguarda a saída da Igreja do mundo para desempenhar o seu papel na agenda divina após o “arrebatamento”.

Assim, pode-se resumir as ideias do dispensacionalismo com

(...) a existência de sete dispensações, sendo elas: a da inocência, a da consciência (ou responsabilidade moral), a da promessa, a da lei, a da graça e a do reino, sendo que “dispensação é um período de tempo durante o qual o homem é provado quanto à obediência a alguma revelação específica da vontade de Deus”. (...) se o homem tivesse preenchido todas as condições necessárias na primeira dispensação, as outras seriam desnecessárias; porém, o homem falhou e continuou a falhar a cada chance dada nas demais dispensações, o que demonstra o fracasso humano e a misericórdia divina. (SEBASTIÃO, 2010, p. 21)

O dispensacionalismo está ligado ao fundamentalismo evangélico, conforme veremos a seguir, com todas as suas implicações.

Para Nogueira, “o fundamentalismo e a sua leitura bíblica são uma das principais vozes dentro do protestantismo nacional” (2002, p. 32), que vem por influência da igreja norte-americana e fez missão no território brasileiro durante o século XX. Daí a importância de entender o que é fundamentalismo e suas principais ideias.

O século XIX apresenta uma série de transformações na realidade norte-americana: os Estados Unidos estavam deixando de ser um país agrícola para se tornar uma nação industrializada e isso implicava numa mudança na religião que se tornava mais “liberal” e “progressista”, quase “secular”. O modelo anterior já não dava conta de responder ao mundo



que se apresentava ali. Nesse contexto, o conservadorismo dá luz ao “fundamentalismo”, que pregava leituras literais do texto sagrado dos cristãos, tentando se manter fiel à tradição herdada, assumindo um caráter de “monitoração e ‘monotonização’ discursiva, advogada pelos fundamentalistas e seus seguidores” (CASTRO, 2003, p. 50).

O fundamentalismo surge como uma resistência aos movimentos modernistas e liberais, que acreditavam, respectivamente, que a Bíblia e seus dogmas deveriam ser questionados a partir da ciência e que a ciência seria o instrumento para instauração do “Reino de Deus”, transformando a sociedade e reduzindo sua desigualdade. Ocorre, que com essa iniciativa de mudança o mundo caminha para o empobrecimento no que diz respeito, sobretudo, ao desenvolvimento acerca dos estudos teológicos. Como o “objetivo explícito era o de despertar o interesse no resgate do passado, no ressurgimento de uma identidade supostamente perdida” (CASTRO, 2003, p.13), esse tipo de investigação passa a ser parte de uma retomada a princípios de dogmatização em uma esteira de repetição sistemática.

Sendo o fundamentalismo uma reação ao modernismo e ao liberalismo teológico do século XIX, teve a intenção de proteger o protestantismo da apostasia e salvar a América e o mundo do socialismo. Opondo-se aos métodos históricos e críticos para análise do texto bíblico, apresentou claramente suas opções ideológicas, inclusive, impedindo os avanços da ciência nas escolas norte-americanas e proibindo o ensino da Teoria da Evolução, só para citar um exemplo. Parece que a história se repete com muito mais frequência do que imaginávamos!

Conforme Nogueira (2020, p. 35-36),

O Fundamentalismo tinha uma epistemologia bastante simplista, mas muito aceita na época, consistindo numa espécie de caricaturada da filosofia de Francis Bacon, filósofo empirista inglês do século XVII, a “filosofia do senso comum”. Este baconianismo americano se caracterizava por ser antiespeculativo, antimetafísico, buscava conhecimento intuitivo, examinava os fatos ajuntando-os e classificando-os.

O fundamentalismo em sua opção ideológica foi contra o movimento de igualdade racial, liderado pelo reverendo Martin Luther King; apoiou a Guerra do Vietnã, em alguns casos; chegou a ingressar na Ku Klux Klan; além de apoiar as ditaduras na América Latina em nome do estilo de vida norte-americano, em franca oposição aos movimentos sociais de esquerda da época. Ele se espalhou pelo mundo lutando contra ideias plurais, relativistas ou algum outro que tivesse relação com a Modernidade.



É por lutas como essa que nos importa trazer à tona, nesta discussão, o fato de como alguns posicionamentos, oriundos de ideias fundamentalistas estão diretamente ligados a interpretações equivocadas dos livros sagrados, a exemplo, como já mencionado, o livro de Apocalipse. A partir do momento em que os indivíduos não conseguem olhar para as diferenças, crendo apenas nos seus próprios sistemas de “verdades”, o sentido dos ensinamentos de Cristo perde a razão, tornando-se uma lei fria e opressora. E o pior é nos darmos conta de que, diariamente, nos deparamos com ataques promovidos por fundamentalistas cristãos, que julgam e se mostram intolerantes ante grupos, igrejas ou religiões diferentes da sua.

O texto do professor Waldir Augusti e do padre Antônio Luís Marchioni, *Por que falamos tanto em fundamentalismo religioso hoje em dia?*⁶, publicado no site *Carta Capital*, traz uma leitura do cenário político-religioso do país na atualidade. Nele, o reverendo Carlos Eduardo Calvani, da Igreja Anglicana do Brasil, se posiciona acerca de determinadas ações partidárias com fundo religioso, sob uma perspectiva crítica ao fundamentalismo evangélico realizado em nome da fé. Para Calvani (2020),

Os evangélicos têm um projeto político muito perigoso para o Brasil. Utilizam as Escrituras Sagradas do modo como lhes convém, para interferir na Comissão de Direitos Humanos, para propor ou alterar leis e infringir descaradamente as cláusulas pétreas da Constituição Federal. Eles se infiltram nos partidos e conseguem ser eleitos para cargos no executivo e no legislativo [...] No fundo, seu projeto é acabar com as manifestações religiosas com as quais não compartilham, sejam elas católico-romanas, espíritas, do candomblé, umbanda ou de qualquer outra religião que não a deles; desejam interferir na orientação sexual privada das pessoas “em nome de Deus”; fazem acusações levianas de que o movimento LGBT deseja acabar com as famílias; querem dominar o ensino religioso nas escolas públicas e, se conseguirem tomar o poder, não hesitarão em se infiltrar nas forças armadas utilizando o potencial bélico brasileiro para seus objetivos.

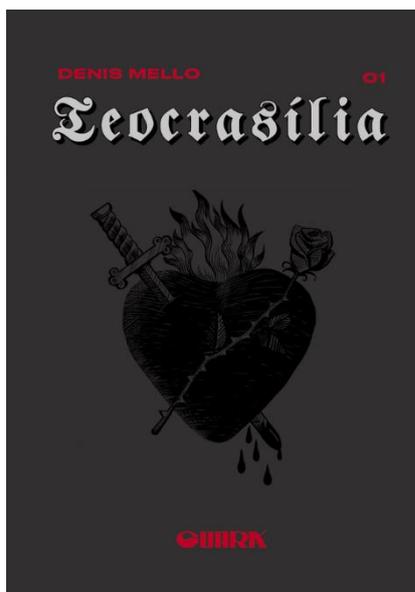
Teocrasília

Pode-se entender uma distopia como uma extrapolação negativa do status quo à época de sua funcionalização ficcional (FERREIRA, 2015, p.61) e é justamente o pensamento fundamentalista evangélico que é o elemento do status quo do Brasil contemporâneo que aparece como negativamente extrapolado em *Teocrasília*, série em quadrinhos de autoria de Denis Mello. *Teocrasília* tem sua publicação inicial em 2016, em formato zine e em 2021 o projeto toma a forma atual pela Editora Guará, com previsão de conclusão em seis volumes,

⁶Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/por-que-falamos-tanto-em-fundamentalismo-religioso-hoje-em-dia/>>

com três publicados até o momento: *O Fim da Inocência* (2021), *As Sombras do Cárcere* (2021) e *Laços de Sangue* (2023).

Figura 2 – Capa do primeiro volume de *Teocrasília*



Fonte: MELLO, 2021a

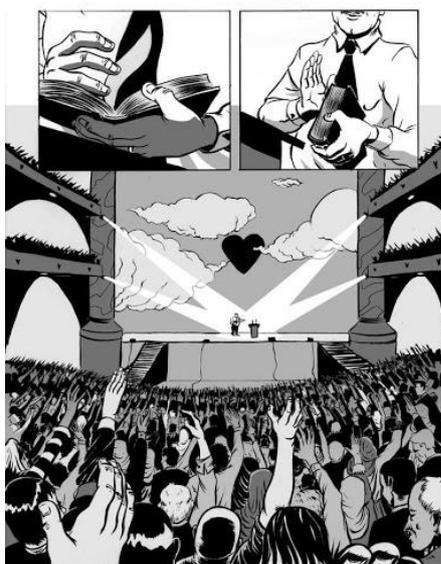
Na história somos introduzidos em um futuro não muito distante em que o poder foi tomado por meio da Bancada da Palavra, um movimento tanto político institucional quanto religioso, uma referência bem explícita à Bancada Evangélica, em que o Brasil se livrou de todo comunismo e esquerdismo, em alusão aos temores infundados de uma conspiração comunista que assombra o imaginário de uma parte da extrema direita brasileira e do pensamento fundamentalista evangélico. No primeiro volume, em um culto da Bancada da Palavra, um de seus pastores diz:

[...] Eu preciso lembrá-los, irmãos, como somos abençoados. Abençoados de viver em uma nação temente a Deus! Uma nação sem pecados, regida pelos princípios de Nosso Senhor. Uma nação que exorcizou o demônio do comunismo! Que expurgou a podre esquerda vermelha! Que triunfou na restauração dos princípios do homem de bem! Sabem por eu gosto de lembrar vocês disso, povo de Deus? Porque a memória do cidadão muitas vezes é curta. Para que não voltemos a errar, é importante lembrar, irmãos e irmãs. Váamos pederastia aos montes das ruas! Até na tv! Uma praga se espalhando entre as crianças do nosso país. Uma escola que incentivava isso! Um ensino ideológico, meus irmãos! Que fazia lavagem cerebral em nossa prole. Cujo único intuito era levar eles em direção ao Inimigo e nenhum outro! Uma nação nas mãos do Espinhoso! Com drogas infestando os lares...” (MELLO, 2021, p. 29-32).

No trecho é possível notar a visão sectária de mundo advinda do fundamentalismo evangélico, que exclui qualquer diversidade, ao mesmo tempo em que vê um pânico moral no “ensino ideológico”, em referência ao movimento Escola Sem Partido, que entendia que há “um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários” (QUEM SOMOS NÓS, 2023), mas também associada ao Mal, compondo assim um inimigo que une o comunismo e o comunista, a homossexualidade e ao uso de drogas como moralmente condenável e à lavagem cerebral de crianças e adolescentes nas escolas, associando esses elementos ao diabo. Após relembrar as mazelas que ficaram no passado do mundo de *Teocrasília*, o pastor continua:

Mas nós fomos libertos! Aleluia! Graças à ação milagrosa dos nossos amados gran-pastores! Que trabalharam duro naquele antro de demônios que era Brasília através da Bancada da Palavra! E hoje, meus irmãos, somos vitoriosos! Sabem por quê? Porque esse é o desejo de Deus! E Deus é maior que tudo e que todos! Em nome de Jesus, irmãos, temos o Divino Altar em Brasília cheio de pastores iluminados. Triunfamos agora e para sempre! O tempo da depravação chegou ao fim! E, lembrem-se! Na Legião do Altar estão nossos guerreiros sagrados! Na suspeita de qualquer atitude subversiva e transgressora não hesite em denunciar ao legionário mais próximo (MELLO, 2021, p.32-33).

Figura 3 – Culto evangélico como parte do cotidiano fundamentalista que o Brasil foi envolvido na visão de Denis Mello.



Fonte: MELLO, Denis. *Teocrasília*. Rio de Janeiro: Universo Guará, 2021, p. 30.

Como somos informados, a Bancada da Palavra instituiu o governo denominado Divino Altar, estabelecendo uma espécie de teocracia no Brasil, fazendo alusão também à Legião do Altar, espécie de força paramilitar opressora e repressora do Estado, conclamando cidadãos e fiéis (no cenário de *Teocrasília* significando a mesma coisa) para que denunciem atitudes subversivas. O estímulo ao denunciamento remonta também à prática governamental do período da Ditadura Militar no Brasil. No cenário existem os chamados *Campos de Reconsagração*, referência bastante explícita também aos campos de concentração nazistas, para onde são levados aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos pelo governo, onde pessoas são submetidas à tortura por militares, conforme visto nos volumes 2 e 3 de *Teocrasília*, prática que também remonta ao período da Ditadura Militar.

Figura 4 - Políticos conhecidos do público brasileiro representados na ditadura moral-religiosa em *Teocrasília*, de Denis Mello.



Fonte: MELLO, Denis. *Teocrasília*. Rio de Janeiro: Universo Guará, 2021, p. 13.

Em resumo, no mundo de *Teocrasília* não há liberdade religiosa e as pessoas são obrigadas a seguir a conduta moral ditada pela Bancada da Palavra, espécie de utopia fundamentalista evangélica realizada no Brasil.

Na história também acompanhamos a resistência ao Divino Altar, consubstanciado no *Retiro Solidário Laico* (ReSola), um lugar em que é possível desfrutar de liberdades e direitos retirados pelo atual regime político, como, por exemplo, a liberdade religiosa e de culto. No



panfleto que busca atrair pessoas para o ReSola, uma peça ficcional que é artifício recorrente de Denis Mello para que possamos de fato imergir no universo criado, pode-se ler:

É importante lembrarmos de tudo que ocorreu, não devemos nos deixar seduzir pela tentação de esquecer e naturalizar o período pelo qual estamos passando porque as coisas não estão certas, e você sabe muito bem disso. São tempos obscuros e o regime teocrático montou uma forte estrutura de acobertamento para que a massa aceite sem pestanejar o que está acontecendo, e certamente as coisas piorarão muito nos próximos anos, com gerações inteiras crescendo dentro de uma nação alienada e alienante. Filhos e filhas que não terão noção do que é uma vida com liberdade de escolhas e pensamentos, com vasta produção cultural e entretenimento, uma vida de crescimento a partir das diferenças. Temos fanáticos religiosos que acreditam que o país é um paraíso, ignorando conscientemente que seus pastores são os que mais desviam da conduta por eles estabelecida, abusando de drogas, prostituição e, principalmente corrupção, enriquecendo à custa dos fiéis? Com certeza! Assim como temos loucos fascistas que esperaram a vida toda um momento como esse para poder exercer o poder sobre o próximo, e a Legião do Altar possibilitou isso. (MELLO, 2021, p. 54)

É interessante contrapor o discurso do pastor ao panfleto. Enquanto o passado é demonizado pelo culto religioso, é idealizado pelo discurso panfletário, e pelos mesmos motivos: uma vida livre a partir da diversidade. Outro ponto interessante é a acusação de hipocrisia, de que os líderes da Legião do Altar não vivem de acordo com os princípios que eles mesmos pregam.

Como toda distopia, a de *Teocrasília* também tem um caráter pedagógico de alerta, apontando o que deve ser mudado na realidade presente, com um chamado à ação (FERREIRA, 2015, p.72-73), alertando para os riscos das implicações políticas de um fundamentalismo religioso.

Implicações para a igreja evangélica

As interpretações dispensacionalistas têm uma gama imensa de implicações para a igreja evangélica brasileira, filha do fundamentalismo norte-americano dos séculos XIX e XX. Vale lembrar que a igreja evangélica não é um movimento monolítico, mas apresenta inúmeras manifestações e abordagens, mas nossa abordagem mostra o que tem predominado em termos de pensamento, principalmente, entre pentecostais e neopentecostais, mas não exclusivamente, chegando aos currais protestantes. Para entender o imaginário religioso protestante (vide ALVARENGA, 2013).

A ortodoxia fundamentalista está ligada à moralidade externa, promovem-se atitudes comportamentais para os fiéis, que beiram à hipocrisia e à insanidade. Como o “arrebatamento”



que pode ocorrer a qualquer momento, o fiel deve manter a santidade, segundo, claro, o dogmatismo estabelecido, para poder ser levado por Deus.

Outra implicação é o proselitismo, já que o momento é uma oportunidade de “ganhar almas para Jesus”, posto que Cristo pode levar seu povo a qualquer instante, não pode deixar ninguém para trás, quando ele vier buscar a igreja. Tais conversões em massa, que têm acontecido, não seriam fruto de estratégia de marketing ou medo, mas do cumprimento de profecias bíblicas. Por isso certos livros fazem tanto sucesso, como a série *Deixados para trás*, que apela para o terrorismo, para alguma hecatombe nuclear, guerra, fome, doenças (a pandemia do Covid-19 foi a “onda perfeita” para se “surfear” no “mar” fundamentalista!), unificações monetárias, o crescimento de organizações internacionais, entre outras fontes para criar teorias da conspiração e mentiras com ar de verdade e piedade cristã. A prática das missões está muito ligada ao risco imaneente do “arrebato”, talvez o maior incentivador da prática missionária desde o século XX, já que a história foi escrita antecipadamente e o Apocalipse deve ser visto como um exercício de leitura de um futuro que se aproxima.

Graças a esse modelo criou-se a ideia que é inútil lutar contra guerras, a fome e mesmo contra a desigualdade, e apoiar quem tente fazê-lo, já que são acontecimentos inevitáveis e foram predeterminados por Deus, para que possa julgar e condenar os não fiéis. Esse pensamento extremamente maniqueísta ignora os inocentes e leva a comunidade da fé a ter uma vida pautada no egoísmo e numa fé individualista. Algo inédito para o cristianismo institucional durante praticamente 20 séculos, além de criar um corporativismo evangélico absolutamente etnocentrista, que se preocupa apenas com os seus, desconsiderando o próximo, com citações bíblicas tiradas de contexto que apoiam tais barbaridades. O fiel de classe média, por exemplo, reclama que ganha pouco e é explorado pelo seu patrão e/ou governo, mas acha um absurdo assinar a carteira de trabalho de sua empregada doméstica e busca sempre um jeito de se dar bem!

Sua pauta religiosa é ortodoxa-moralista-heterônoma, oriunda das trincheiras de grupos e lideranças religiosas que sentiram o escanteamento da religião por conta da evolução da ciência e do otimismo com a Razão, especialmente de meados do século XIX ao início do século XX. (DUSILEK, 2020, s.p.)

Assim a igreja evangélica brasileira se apoia no conservadorismo hipócrita e individualista, separando o sagrado do profano: tudo feito para a igreja é sagrado e deve ser



feito com toda a dedicação, mas o trabalho “do mundo” não deve ter a mesma dedicação, afinal o “mundo jaz no maligno”, no entanto, o dinheiro recebido pela igreja do “trabalho mundano” é sempre bem-vindo!

A relação do salvo versus o condenado ou do crente versus o ímpio tem gerado todo tipo de preconceito, criando uma comunidade extremamente fechada, preconceituosa com quem não pertence a ela, sectária e utilitarista. Fica exposto um dualismo histórico e moralista, que trabalha com suas conveniências e aparências. Se no passado, o protestantismo era de vanguarda e colocou o país de “pernas para o ar” criando escolas, hospitais, métodos de ensino eficazes, trazendo a ciência para o cotidiano, hoje virou sinônimo de retrocesso, conservadorismo e hipocrisia. Aparentemente será difícil formar novos intelectuais de viés evangélico como Antonio Trajano⁷ e Eduardo Carlos Pereira⁸, já que o trabalho fora da igreja, serve apenas para proclamar a fé.

Uma outra implicação está ligada ao campo político com o apoio a Israel e a oposição aos palestinos, fruto da ignorância histórica que produz muito preconceito entre as nações, além de incentivar guerras no Oriente Médio. Para piorar, apresenta como algo bom e necessário para o bem da humanidade cristã, ocidental e branca, colocando os Estados Unidos como um tipo de xerife no cenário mundial, já que é o exportador de tal crença. Logo, o fundamentalismo brasileiro “é pouco criativo, não incentiva reelaborações e muito menos contextualizações” (NOGUEIRA, 2002, p. 33) e repete apenas o que foi trazido pelos “irmãos do Norte”.

A versão tupiniquim do fundamentalismo procurou ser uma cópia carbono da versão do Norte, tentando assumir o “american way of life”, mas com algumas características muito próprias, já que a população brasileira é, por si só, mais conservadora. Vale lembrar que a versão norte-americana foi uma reação ao modernismo, ao liberalismo, à secularização e à urbanização em uma sociedade que estava entrando em um período de intensa industrialização. Já a versão brasileira não tinha os mesmos desafios, mas reagiu contra a Igreja Católica Romana, o “perigo” do socialismo na década de 1960, de forma radical. Defendendo o capitalismo, o governo ditatorial militar, contrário a qualquer tipo de ideologia política, fez alianças para conseguir o

⁷Antonio Trajano foi um professor e autor de livros didáticos de matemática com enorme influência em todo o país, também presbiteriano.

⁸Eduardo Carlos Pereira de Magalhães foi um ministro evangélico presbiteriano, professor, escritor e um dos mais importantes líderes do movimento protestante brasileiro do final do século XIX.



que queria, como diz Dusilek, “o fundamentalismo impinge mediante sua cooptação”. (2020, s.p.)

Considerações Finais

Essas interpretações contemporâneas dispensacionalistas fazem muito sucesso entre os leitores evangélicos norte-americanos e foram importadas para a igreja brasileira quase de forma unânime. Obras como *A agonia do grande planeta Terra* (sic), de Hal Lindsey, e a série de romances *Deixados para trás*, Tim LaHaye e Jerry B. Jenkins, são panfletárias e servem para enfatizar o moralismo cristão-evangélico fundamentalista, sempre por meio do medo e do pavor, nunca como sinal de esperança.

Além disso, a hipocrisia, o denominacionalismo e sectarismo da igreja evangélica, como Denis Mello apresenta em *Teocrasília*, mostram o quanto ela perdeu o ensino essencial, prático e honesto do texto para o “reino” aqui e agora, o que mina o caráter pastoral da carta destinada ao encorajamento e ao conforto dos que sofrem.

Assim a história narra um período que ocorre logo após a "Revolução da Palavra" (referência a como a Bíblia é chamada pelos fieis), o Brasil mudou radicalmente seus hábitos e cultura pelas normas dos "Legionários do Altar", grupo fundamentalista que assumiu o poder nesse futuro distópico. E como sempre há aqueles que não se enquadram nos modelos impostos de cima para baixo, eles são direcionados aos "Campos de Reconsagração" para convertidos a esse modelo.

De certa maneira são esses elementos do presente que são exacerbados para compor o cenário distópico criado por Denis Mello em *Teocrasília*, espécie de concretização política do projeto fundamentalista evangélico, ou de utopia fundamentalista evangélica, servindo também de alerta aos possíveis efeitos dessa concretização, nos lembrando que toda utopia existe ao custo de uma distopia.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Leonardo Gonçalves de. O imaginário religioso e a construção identitária de uma nação. In. **Teologia e espiritualidade**. Revista eletrônica do curso de Teologia. n. 3. Faculdade Cristã de Teologia, Curitiba, 2003.

Bíblia. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Thomas Nelson, 2019.



BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CASTRO, Alexandre de Carvalho. **A Sedução da Imaginação Terminal**. Uma Análise das práticas discursivas do fundamentalismo americano. Rio de Janeiro: Horizontal, 2003. Acesso em 18 de mar. De 2024

O PLANO DIVINO. **CPAD**. Disponível em: <<https://www.cpad.com.br/mapa---o-plano-divino-4403/p>> Acesso em 18 de mar. de 2024

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade**. Uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUSILEK, Sérgio Ricardo Gonçalves Dusilek. A resistência. In. CHEVITARESE, André; CAVALCANTI, Robinson; DUSILEK, Sérgio; MARIA, Tayná Louise de (Orgs.). **Fundamentalismo religioso cristão: olhares transdisciplinares**. Rio de Janeiro: Kliné Editora, 2020.

FERREIRA, Vítor Vieira. **O bom lugar, o futuro catastrófico, Ficção Científica e algumas distopias brasileiras**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, 2015.

MELLO, Denis. **Teocrasília – O fim da inocência**. Rio de Janeiro: Universo Guará, 2021a.

MELLO, Denis. **Teocrasília – As sombras do cárcere**. Rio de Janeiro: Universo Guará, 2021b.

MELLO, Denis. **Teocrasília – Laços de sangue**. Rio de Janeiro: Universo Guará, 2022.

NOGUEIRA, Paulo A. de Souza. Leitura bíblica fundamentalista no Brasil: pressupostos e desenvolvimento. In: **Revista Caminhando** 10, v. 7, 2002, p. 31- 49.

QUEM SOMOS. **Escola Sem Partido**. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos/>> Acesso em 18 de março de 2024.

SALGUEIRO O. P., Jose. **Bíblia comentada**. Texto de la Nácar-Colunga VII (último) Epístolas católicas. Apocalipsis. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1965.

SANTOS, João Alves dos. **O Dispensacionalismo e suas implicações doutrinárias**. Disponível em: <<http://www.seminariojmc.br/index.php/2018/01/15/o-dispensacionalismo-e-suas-implicacoes-doutrinarias/>>, acesso em 18 de março de 2024.

SEBASTIÃO, Andréa dos Reis. **A crença no arrebatamento da Igreja: seus desenvolvimentos e transformações imagéticas**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São



*Escritas: Revista do
Curso de História de
Araguaína*

*ISSN: 2238-7188
Araguaína v. 15 n.2: 2023*

Paulo, 2010.

Artigo recebido em: novembro/2023

Artigo aceito em: março/2024



INTERSECÇÕES DA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA, PENSAMENTO CRÍTICO, CULTURA E PRÁTICAS NO CAMPO EDUCATIVO

INTERSECTIONS OF HISTORY: AN ANALYSIS OF HISTORICAL AWARENESS, CRITICAL THINKING, CULTURE AND PRACTICES IN THE FIELD OF EDUCATION

DOUGLAS MANOEL ANTONIO DE ABREU PESTANA DOS SANTOS

<https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>

Doutorando em Educação pela UNIFESP

dpestanda@usp.br

RESUMO: A História é moldada pela ação humana ao longo do tempo e no contexto do espaço social. Esta ação, embora intrinsecamente individual, frequentemente transcende o domínio pessoal e influencia a sociedade de diversas maneiras. O presente texto visa analisar como o ensino de História pode ser abordado sob duas perspectivas distintas: a tradicional, de escopo mais limitado, e a amplificadora, de natureza mais inclusiva. Independentemente da abordagem adotada, é essencial a existência de uma consciência histórica para realizar tal análise. Ao longo deste estudo, percebe-se que a finalidade primordial do ensino de História é estabelecer uma conexão significativa entre a vida cotidiana contemporânea e o passado historicizado. Conclui-se, portanto, que o ensino de História não se configura apenas como uma profissão, mas também como uma missão.

PALAVRAS-CHAVE: História, ensino de História, abordagens pedagógicas, consciência histórica, interação temporal, responsabilidade social, historiografia.

ABSTRACT: History is shaped by human action over time and within the context of social space. Although intrinsically individual, this action often transcends personal domain and influences society in various ways. This text aims to analyze how the teaching of History can be approached from two distinct perspectives: the traditional, with a more limited scope, and the amplifying, with a more inclusive nature. Regardless of the adopted approach, the existence of historical consciousness is essential for such analysis. Throughout this study, it becomes evident that the primary purpose of teaching History is to establish a meaningful connection between contemporary everyday life and the historicized past. Therefore, it is concluded that the teaching of History is not just a profession, but also a mission.

KEYWORDS: History, teaching of History, pedagogical approaches, historical consciousness, temporal interaction, social responsibility, historiography.

Introdução

Esqueci-me no tempo. Perdido na selva de neurônios entrelaçados em pequenas fagulhas elétricas. Levantei-me sem lembrar meu nome. Chamei minha mãe insistentemente. Sem resposta. Quem eu era? Onde estava? (SANTOS, 2022).

O conceito de história, imbuído de uma plurivocidade clássica, transcende uma única definição, abrangendo diversas realidades intrinsecamente ligadas à experiência humana.



Inicialmente, 'história' é entendida como a soma das ações humanas ao longo do tempo e do espaço, uma tapeçaria complexa de atos e intenções, cada um entrelaçado na malha cultural da qual todos são parte integral.

Esta concepção se expande para incluir a 'história' como um produto da investigação científica do passado, onde a narrativa é construída através de um rigor metodológico e argumentativo. Aqui, entra em cena a ciência da História, uma disciplina que transcende a mera coleta de fatos para interpretar e compreender os eventos dentro de um contexto mais amplo. A historiografia, por sua vez, representa o apogeu dessa ciência, diferenciando-se da narrativa espontânea por sua adesão às normas metodológicas e sua capacidade de construir uma compreensão coerente do passado.

Além disso, este texto propõe uma análise mais profunda sobre a inter-relação entre as três concepções de 'história'. A historiografia, como um subconjunto da história enquanto ciência, e esta, por sua vez, como um aspecto da história em sua totalidade, revela a complexidade intrínseca do conceito. No cerne das relações sociais e culturais, a formação da consciência histórica, tanto individual quanto coletiva, é um processo dinâmico. A história não é apenas um registro de eventos; é uma tapeçaria viva que se transforma continuamente através da reflexão e da interpretação.

Convém levar em consideração que não há precedência cronológica de cada um desses momentos sobre qualquer dos demais, mas que estão entremeados no processo de aprendizado e de convivência social, próprio a todo e qualquer agente racional humano. Essa tessitura dos processos reflexivos do pensamento e da consciência histórica se dá em diferentes círculos da vida pessoal e social (MARTINS, 2011b).

Aqui, o pensamento histórico é destacado como um elemento vital da vida social, uma ferramenta para entrelaçar experiências dentro de um contexto cultural específico. A articulação dos tempos passado, presente e futuro é crucial na formação desse pensamento. O indivíduo, sob esta luz, emerge não apenas como um agente na história, mas também como um produto dela. A interação dinâmica entre tradição, memória e narrativa molda a consciência histórica, e por sua vez, a identidade pessoal e coletiva.

Este texto também explora as dimensões da tradição, tanto em suas formas 'brandas' quanto 'fortes', e como elas influenciam a identidade e o conflito interno. A tradição 'branda', descritiva e retrospectiva, contrasta com a tradição 'forte', que possui uma densidade normativa



e implica em um senso de continuidade e preservação. A interação entre essas formas de tradição é complexa e muitas vezes conflitante, refletindo a tensão entre a individualidade e as expectativas sociais.

Ademais, este movimento de escrita se aprofunda no entendimento de como o legado histórico influencia a constituição da identidade individual e coletiva dentro de uma cultura histórica. Neste contexto, o indivíduo não nasce em um vácuo histórico, mas sim em um mundo repleto de histórias e tradições que moldam sua identidade. A passagem da herança sociocultural para a constituição autônoma de si é um processo contínuo de apropriação consciente e crítica dos fatores históricos.

Intenta-se em todo o momento fitar este tema a partir de uma visão holística do conceito de história, enfatizando a interconexão entre as várias camadas da experiência histórica e a formação da identidade pessoal e coletiva. Através desta abordagem, pretende-se destacar como cada indivíduo se apropria reflexivamente de seu tempo vivido, transformando-o em história.

Intenção e Ação: Desvelando as Complexidades da História Contemporânea

A história, em sua essência, é tecida pelo agir humano no tempo e no espaço social, onde cada ação individual, impulsionada por intenções específicas, contribui para construir o mosaico complexo da sociedade. Esta intrincada relação entre intenção e ação forma a espinha dorsal da narrativa histórica, desafiando a historiografia a desvendar as múltiplas camadas de significado que compõem o nosso passado.

A intencionalidade humana, impulso primário por trás de toda ação, tem suas raízes em uma situação concreta, que por sua vez, é transformada pelo ato de agir. Tomando o exemplo da pesquisa genealógica para reivindicar uma nacionalidade e obter um passaporte de outro país, observamos uma intenção clara que altera a realidade inicial do indivíduo. Esse processo dinâmico, característico de toda ação humana, é moldado por uma miríade de influências e culmina na emergência de uma 'nova situação', revelando o papel da historiografia em contextualizar e interpretar tais transformações.

A narrativa historiográfica, ao reconstruir essa cadeia de eventos, estabelece um panorama significativo, tecendo uma trama que conecta causas e efeitos, antecedentes e consequências. O historiador, nesta tarefa, frequentemente recorre a uma técnica narrativa que



ordena cronologicamente os eventos, utilizando o futuro do passado para apresentar uma sequência lógica e compreensível.

Um exemplo desta abordagem narrativa pode ser encontrado na obra de Ronaldo Vainfas sobre Padre Antonio Vieira. Nesta biografia, a relutância de Vieira em discutir sua genealogia, especialmente frente às exigências da Inquisição, ilustra o uso da narrativa para ordenar o 'antes', o 'agora' e o 'depois'. Esta técnica é um reflexo do método historiográfico mais amplo, que busca estabelecer uma linha do tempo coerente e significativa.

Além disso, a análise da ação humana na história requer uma compreensão profunda das influências que moldam o plano intencional do agir: os valores, ideias e interesses que fundamentam e orientam as ações. Este plano intencional, precedendo tanto lógica quanto cronologicamente a ação concreta, é crucial para entender as motivações por trás dos eventos históricos.

Na esfera interpretativa, surge a necessidade de estabelecer um sentido plausível para a memória, tanto aquela enraizada na experiência quanto a submetida ao crivo da lembrança e da análise crítica. Aqui, a interdisciplinaridade se torna fundamental. Disciplinas como psicologia, literatura, economia, sociologia, filosofia e antropologia se entrelaçam para oferecer uma visão holística da história, contribuindo para a construção de uma compreensão complexa e multifacetada do passado.

Neste contexto, a memória individual e coletiva, o tempo e o espaço social convergem para formar a cultura histórica, na qual a identidade é forjada, consolidada e perpetuada.

Dentro desta dinâmica, identificada por Jörn Rüsen como a 'constante antropológica da cultura histórica', cada indivíduo, a cada momento, processa e reinterpreta a realidade à sua volta. Este constante reprocessamento da experiência humana, englobando passado, presente e futuro, atua como um palco no qual a vida concreta é vivida e reimaginada.

O estudo da história, portanto, transcende a mera cronologia de eventos. Ele envolve a análise profunda das intenções, ações e influências que moldam as experiências humanas.

A historiografia contemporânea, ao enfrentar este desafio, busca não apenas documentar o passado, mas também compreender como as ações e intenções humanas, entrelaçadas no tempo e no espaço, contribuem para a construção contínua da história.

Função Socio pedagógica da Consciência Histórica: Uma Exploração Interdisciplinar



A função socio pedagógica da consciência histórica se manifesta em diversos cenários, notadamente na cultura histórica que permeia a vida social, tanto na forma de instrução quanto na escolarização. A didática da consciência histórica no ambiente escolar representa uma faceta crucial dessa dinâmica, onde a representação intelectual da memória e da consciência históricas é moldada pelas mentalidades e pelas organizações sociais.

Estas, por sua vez, se baseiam em critérios específicos para a escolha de temas, objetos, textos e espaços, conforme expresso em conteúdos programáticos, manuais, roteiros e exercícios. A encenação da história como um espetáculo visual e intelectual exige uma reflexão teórica e metodológica cuidadosa, articulando-se com as dimensões de gostos, afinidades, afetividades e emoções.

A construção da identidade e da especificidade dos grupos sociais por meio da elaboração da consciência histórica engloba uma mescla de critérios político-administrativos e posições teórico-metodológicas. Neste contexto, a capilaridade didática do ensino de história assume um papel desafiador para o campo epistêmico da História-ciência, interagindo com o espaço de sua efetividade social.

Observemos a existência de uma dinâmica que se pode denominar, com Jörn Rüsen, de *constante antropológica* da cultura histórica (RÜSEN, 2001). Essa tese apoia a noção de que o estudo da história não é apenas uma exploração de eventos passados isolados, mas sim uma ferramenta ativa para compreender e navegar no presente, e até mesmo para influenciar e moldar o futuro. Rüsen vê a história como uma parte integrante da "cultura histórica", na qual a interpretação do passado é constantemente moldada e remodelada por questões e necessidades contemporâneas, formando uma "constante antropológica" que é crucial para a compreensão humana tanto do presente quanto do futuro.

Da mesma forma, o professor de história, embora não necessariamente um explorador das conexões entre presente e passado, desempenha um papel fundamental na formação da consciência histórica, do pensamento histórico e da cultura histórica no contexto social. O ensino de história, portanto, reside nesta dimensão de complementaridade, evidenciando a interseção e interdependência entre o ensino tradicional e as abordagens mais abrangentes.

No ensino tradicional, que não deve ser confundido com práticas conservadoras ou retrógradas, o foco recai sobre a institucionalização do sistema educacional, abrangendo desde o ensino fundamental ao superior. O ensino potenciador, por outro lado, relaciona-se com o



papel estético da história na comunicação social e seu impacto na formação da consciência histórica nas pessoas e suas comunidades. Ambas as perspectivas são interdependentes, e a abordagem mais abrangente pode ter efeitos significativos sobre a disciplina formal dos sistemas de ensino.

Nesse processo, cada indivíduo é chamado a desenvolver uma consciência histórica que reflita sua experiência pessoal do tempo, articulando o sentido histórico a partir da identificação dos componentes culturais e seus efeitos no presente. Tal apropriação da história é essencial para a constituição do sujeito histórico, sendo um processo dinâmico e contínuo.

O ambiente escolar representa o primeiro contexto formal de apropriação da consciência histórica, precedido e acompanhado pelo contexto familiar e social mais amplo.

A abordagem pedagógica na educação histórica frequentemente se baseia na exemplificação, onde a história ensinada é apresentada como uma série de exemplos notáveis de atos e comportamentos. Esses exemplos servem como âncoras para uma segunda vertente do ensino: a problematização dos elementos que compõem os conteúdos definidos para a instrução escolar.

O sistema de escolhas, incluindo critérios de periodização e objetivos instrucionais, é influenciado por políticas de Estado e contribuições de historiadores e pedagogos.

O ensino exemplar requer que sejam explicitados, tanto entre os educadores quanto para os alunos, os requisitos essenciais dessa forma de educação histórica. Estes incluem as ideias diretrizes para a escolha dos assuntos, a fundamentação argumentada das escolhas, a demonstração de que os assuntos são modelares para a consciência histórica, a especificação dos conceitos utilizados na exposição e análise dos assuntos, e a dimensão pragmática dos assuntos, ilustrando como o domínio do passado auxilia na compreensão do presente e no planejamento para o futuro.

O ensino de história encontra sua missão mais destacada no estabelecimento da correlação substantiva entre a vida cotidiana do presente e o passado historicizado, partindo das questões percebidas pelos estudantes em suas experiências atuais. O "lugar social" do ensino de história é, portanto, onde se constroem experiências históricas, promovendo a sensação de que o tema é relevante e pertinente. A identificação inicial com questões históricas desperta o interesse do grupo, evoluindo para a busca de respostas críticas que contribuam para a elaboração ou expansão da identidade singular ou coletiva.



Essa abordagem didática demanda dos educadores o domínio de métodos e técnicas de pesquisa histórica, conhecimento das categorias e conceitos da História-ciência, consciência da natureza aproximativa dos assuntos escolhidos, e o entendimento de que a experiência combinada professor-estudante com o passado passa a fazer parte da narrativa histórica.

É justo endossar que, o ensino de história deve equilibrar a necessidade de abordar problemas históricos com a complexidade das respostas, evitando a apropriação particularizada e instrumentalização subjetiva do passado.

A consciência histórica, abrangendo diversas dimensões como tempo, realidade, identidade e moral, forma uma trama única na qual os diversos fios podem ser analiticamente distinguidos e valorizados, contribuindo para a estruturação da consciência histórica e a formação da cultura histórica do futuro.

O Ensino de História: onde entra esta discussão?

A reflexão sobre o ensino de história, abrangendo as dimensões interna e externa, revela a complexidade da disciplina. Na dimensão interna, a formação do historiador é um processo que envolve não apenas o acúmulo de conhecimento sobre o passado, mas também o desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas essenciais para a interpretação histórica. Esta formação deve se estender ao domínio de técnicas de pesquisa e análise, fundamentais para a compreensão e contextualização dos eventos históricos.

A transição do historiador para o papel de educador traz consigo desafios únicos. Além de dominar o conteúdo histórico, é necessário desenvolver habilidades pedagógicas para transmitir esse conhecimento de maneira eficaz. Isso implica a criação de estratégias didáticas que incentivem o interesse dos alunos e promovam uma compreensão profunda dos temas abordados.

Ademais, A transição do historiador para o papel de educador é uma jornada complexa, repleta de desafios e exigências específicas. Esta mudança de foco, de um especialista em pesquisa para um transmissor de conhecimento, requer um conjunto diversificado de habilidades que vão além do domínio do conteúdo histórico. Na realidade contemporânea, marcada por rápidas mudanças sociais e tecnológicas, o papel do educador em história tornou-se ainda mais multifacetado e exigente.



Primeiramente, o historiador-educador deve ser capaz de traduzir seu conhecimento especializado em conteúdos acessíveis e envolventes para um público diversificado, muitas vezes sem o mesmo nível de familiaridade com o assunto. Isso envolve não apenas a simplificação de conceitos complexos, mas também a habilidade de os conectar com as experiências vividas e interesses dos alunos. As metodologias de ensino, portanto, devem ser adaptativas e inclusivas, capazes de abordar diferentes estilos de aprendizagem e níveis de compreensão.

Além disso, a era digital trouxe novas dimensões ao ensino de história. O educador contemporâneo deve estar apto a integrar tecnologias digitais no processo de ensino, utilizando ferramentas como plataformas de aprendizado online, recursos multimídia e bases de dados digitais. Estes recursos podem enriquecer significativamente a experiência de aprendizagem, oferecendo novas maneiras de explorar e interagir com o material histórico.

Outro desafio importante é o desenvolvimento de habilidades críticas nos alunos. Em um mundo onde a informação é abundante e muitas vezes contraditória, é crucial ensinar os estudantes a avaliar fontes, a identificar vieses e a formular argumentos bem fundamentados. Isso implica não apenas na transmissão de fatos históricos, mas também no fomento de uma compreensão mais profunda dos processos de construção da história e da sua natureza interpretativa.

A contextualização cultural e a relevância social são igualmente essenciais na educação histórica. O historiador-educador deve ser capaz de relacionar os eventos e figuras históricas com questões contemporâneas, promovendo um entendimento de como o passado influencia o presente e vice-versa. Essa abordagem pode auxiliar os alunos a compreenderem a história como uma parte viva e ativa de suas vidas e comunidades.

A promoção da empatia e do entendimento intercultural é uma responsabilidade crucial do educador em história. Ao explorar a história de diferentes povos e culturas, é importante destacar a diversidade de experiências humanas e incentivar os alunos a apreciar e respeitar essa diversidade. Isso não apenas enriquece sua compreensão da história, mas também fomenta habilidades sociais essenciais em um mundo cada vez mais globalizado.

Portanto, o papel do historiador-educador na sociedade contemporânea vai muito além do simples repasse de informações. Ele envolve a criação de um ambiente de aprendizado



dinâmico e interativo, onde os alunos são encorajados a se engajar, questionar e conectar-se com a história de maneira significativa e relevante.

A organização das práticas de ensino nas instituições educacionais é um aspecto crítico da dimensão interna. Isso envolve a escolha cuidadosa dos conteúdos programáticos, a implementação de metodologias que estimulem o pensamento crítico dos alunos, e a incorporação de uma variedade de perspectivas históricas no currículo. Essa abordagem multifacetada é essencial para uma educação histórica inclusiva e abrangente.

A produção de materiais didáticos e recursos de apoio ao ensino é outra faceta importante. A qualidade e a precisão desses materiais têm um impacto significativo na eficácia do ensino de história. Livros, recursos audiovisuais e digitais devem ser constantemente atualizados para refletir as descobertas historiográficas mais recentes e oferecer uma representação equilibrada de diferentes pontos de vista.

A difusão da história no ambiente escolar vai além do ensino formal em sala de aula. Inclui a promoção de atividades que estimulem o envolvimento ativo dos alunos com o passado, como projetos de pesquisa, excursões a locais históricos e palestras com especialistas. Essas atividades enriquecem a experiência educacional, proporcionando aos alunos uma compreensão mais profunda e pessoal da história.

Na dimensão externa, o contexto social e cultural em que a história é ensinada exerce uma influência significativa sobre a forma como é percebida e compreendida. O ambiente cultural molda as interpretações históricas e afeta a maneira como os alunos e o público em geral se relacionam com o passado. A consciência dessa influência é crucial para um ensino de história eficaz e responsável.

A historiografia e as suas reverberações

A produção da historiografia e seu ensino estão intrinsecamente ligados ao contexto cultural e social. A história é constantemente reescrita e reinterpretada, e o ensino deve abordar essa dinâmica, enfatizando como as narrativas históricas mudam ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais.

É justo reafirmar que a produção da historiografia e seu ensino, inseridos no âmbito escolar, são processos que não ocorrem isoladamente, mas estão profundamente enraizados no contexto cultural e social em que se desenvolvem. Este fenômeno reflete a natureza



intrinsecamente dinâmica da história, que não é um registro estático do passado, mas um campo em constante evolução, moldado e remodelado por novas interpretações e descobertas.

A reescrita e a reinterpretação da história são elementos fundamentais na prática historiográfica contemporânea. Ao longo do tempo, as narrativas históricas são reformuladas para incorporar novas evidências, perspectivas e metodologias. Este processo é crucial para o desenvolvimento de uma compreensão mais completa e matizada do passado. No ensino de história, é essencial abordar essa fluidez, destacando como diferentes períodos e sociedades podem interpretar eventos passados de maneiras distintas, influenciadas por suas próprias realidades culturais, políticas e sociais.

Atualmente, o ensino de história também enfrenta o desafio de abordar questões de memória coletiva e identidade nacional. A história ensinada nas escolas muitas vezes desempenha um papel na formação da identidade nacional e na memória coletiva de um país. Este aspecto da educação histórica requer uma abordagem crítica e reflexiva, pois as narrativas nacionais podem às vezes simplificar ou omitir aspectos controversos ou negativos do passado.

A interseção da historiografia com a teoria crítica oferece novas perspectivas e entendimentos. As abordagens pós-modernas à história enfatizam a subjetividade das narrativas históricas e questionam a ideia de uma verdade histórica objetiva. Este enfoque tem implicações significativas para o ensino de história, pois incentiva os estudantes a reconhecerem a multiplicidade de perspectivas e a complexidade inerente à compreensão do passado.

Além disso, a era digital trouxe novos desafios e oportunidades para o ensino de história. O acesso fácil a uma vasta quantidade de informações online requer que os educadores ensinem os alunos a avaliar criticamente as fontes de informação e a diferenciar entre interpretações históricas bem fundamentadas e aquelas que são especulativas ou distorcidas. Ao mesmo tempo, as tecnologias digitais oferecem ferramentas inovadoras para a exploração e apresentação da história, desde bancos de dados online até recriações virtuais de eventos e locais históricos.

Portanto, no contexto atual, o ensino de história exige uma abordagem que seja ao mesmo tempo fundamentada no rigor acadêmico e aberta às diversas e mutáveis interpretações do passado. Isso envolve preparar os estudantes para entenderem a história não apenas como uma série de fatos, mas como um campo de estudo complexo e discutível, onde o questionamento e a análise crítica são essenciais.



A história desempenha um papel vital na formação do pensamento e da consciência histórica dos indivíduos. O ensino de história, portanto, deve visar não apenas a transferência de conhecimento, mas também o desenvolvimento de uma compreensão crítica de como a história influencia as identidades individuais e coletivas.

A multiplicidade de usos da história na cultura contemporânea é um testemunho de sua relevância e ubiquidade. A história é utilizada em diversos contextos, desde a educação formal até os meios de comunicação e a política. Essa diversidade de aplicações destaca a importância da história na formação da memória coletiva e na compreensão do presente.

No entanto, também é essencial reconhecer e abordar os abusos da história, onde eventos passados são distorcidos para atender a agendas específicas. Desenvolver uma compreensão crítica desses abusos é fundamental para a formação de uma consciência histórica saudável e responsável.

Notas sobre o Papel social da escola

A Educação se caracteriza como um bem comum, pois representa a busca pela continuidade de um modo de vida que, deliberadamente, se escolhe preservar. E, a escola, precisa ser vista pela sociedade como espaço de proteção social, que vai além da socialização de conteúdos institucionais (SANTOS, 2019).

A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel crucial na formação cívica e cultural dos indivíduos, e o ensino de história é um componente essencial deste processo. A escola, como ambiente de aprendizagem, serve como um microcosmo da sociedade, onde os estudantes não apenas adquirem conhecimentos, mas também aprendem a navegar e a entender a complexidade do mundo social e histórico em que vivem.

A reflexão acerca do papel social da escola implica numa análise profunda de sua evolução histórica. Neste processo evolutivo, como se configuram nossas políticas educacionais atuais e que tipo de escola elas procuram promover? Recorrendo à metodologia dialética, emergem duas visões contrastantes. A primeira concebe a escola primordialmente como um ambiente preparatório para o mercado de trabalho, enfatizando a formação profissional. Por outro lado, a segunda visão argumenta que a escola deve ser um espaço de formação integral do cidadão, capacitando-o a atuar de forma consciente, crítica e participativa na sociedade.



Essa tensão dialética entre as duas principais percepções sobre o papel social da escola na contemporaneidade revela uma profunda dualidade no pensamento e no desenvolvimento das sociedades modernas, desde o século passado até os dias de hoje. A síntese dessas correntes, muitas vezes antagônicas, é fundamental para uma compreensão mais abrangente e inovadora sobre o papel social da escola e da Educação nas próximas décadas.

Para avançar nesse debate, é crucial reconhecer a escola como um espaço de proteção social, onde a educação transcende a mera transmissão de conteúdos instrucionais. Deve-se abraçar uma perspectiva holística da educação, englobando princípios de totalidade, disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. Esta visão ampliada da educação contempla não apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas também o desenvolvimento de habilidades vitais para a participação efetiva e crítica no tecido social.

No contexto do ensino de história, a escola se torna um espaço vital para o desenvolvimento da consciência histórica. Através da história, os estudantes são expostos a diversas culturas, épocas e eventos, o que amplia sua compreensão do mundo e de seu próprio lugar nele. Este processo educativo permite que os alunos vejam além de suas experiências imediatas, conectando-os com o passado coletivo da humanidade e ajudando-os a entender as origens e evoluções das sociedades contemporâneas.

Além disso, o ensino de história nas escolas desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania crítica e informada. Ao aprender sobre os sucessos e falhas do passado, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais profunda das forças que moldam a política, a sociedade e a cultura. Esta compreensão é crucial para que se tornem cidadãos engajados, capazes de participar ativamente nas decisões que afetam suas vidas e comunidades.

O papel social da escola no ensino de história também inclui a promoção de valores como empatia e respeito pela diversidade. Ao estudar diferentes povos e culturas, e ao entender as complexidades dos eventos históricos, os estudantes aprendem a valorizar perspectivas diferentes das suas. Este respeito pela diversidade é essencial para a construção de sociedades mais inclusivas e tolerantes.

Assim, o ensino de história nas escolas ajuda a combater a desinformação e os mitos históricos. Em uma era de fácil acesso a informações nem sempre confiáveis, a capacidade de analisar criticamente fontes e argumentos torna-se uma habilidade indispensável. Ao fornecer aos estudantes as ferramentas para questionar e investigar de maneira crítica, a educação



histórica fortalece suas habilidades de pensamento crítico, preparando-os para enfrentar os desafios da era da informação.

À Guisa de uma Conclusão

Em conclusão, este artigo explorou a complexidade e a plurivocidade da história, destacando a importância do contexto cultural e social na produção historiográfica e no ensino. A história, como demonstrado, transcende uma narrativa linear ou uma coleção de fatos estáticos; ela é uma tapeçaria viva, tecida pelo agir humano, moldada por intenções, e constantemente reinterpretada à luz de novas compreensões e contextos.

A historiografia, como um subconjunto da história enquanto ciência, serve não apenas para documentar o passado, mas também para iluminar o presente e orientar o futuro. O ensino de história, por sua vez, deve refletir essa dinâmica, incentivando os alunos a reconhecerem a natureza fluida da história e a desenvolverem uma consciência crítica sobre as forças que moldam as narrativas históricas.

O papel do historiador-educador é central nesse processo. A transição do historiador para o educador exige uma reconfiguração de habilidades, onde a capacidade de comunicar eficazmente o passado torna-se tão importante quanto a habilidade de investigá-lo. As escolas, como espaços de aprendizagem e desenvolvimento, desempenham um papel crucial na promoção dessa compreensão histórica, servindo como pontes entre o passado e o presente, e entre a teoria e a prática.

Além disso, a relação entre a tradição e a identidade cultural, tanto em suas formas 'brandas' quanto 'fortes', revela a complexidade da formação da identidade e da memória coletiva. Este aspecto da história, que frequentemente reflete e perpetua as tensões sociais e culturais, precisa ser abordado com um senso crítico e reflexivo, tanto na pesquisa quanto no ensino.

Portanto, a história, em todas as suas formas e funções, é fundamental para a compreensão da experiência humana. Ela não é apenas um registro do que aconteceu, mas uma ferramenta essencial para entendermos quem somos e como chegamos aqui. Neste sentido, o estudo e o ensino de história oferecem uma oportunidade única de reflexão, conexão e crescimento, essenciais para a construção de um futuro mais informado e empático.



Referências

BLUMENBERG, Hans. *Die Lesbarkeit der Welt Frankfurt/Meno*: Suhrkamp, 1981.

MARTINS, E. de Rezende. **A exemplaridade da História: prática e vivência do ensino**. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). *Perspectivas do ensino de História: ensino, cidadania e consciência histórica*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, p. 83-92, 2011a.

_____. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *Educação histórica. Teoria e pesquisa* Ijuí: Editora Unijuí, p. 49-80, 2011b.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, D. M. A. de A. P. **Tempos fluidos com lembranças em conta gotas**. Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 126–129, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38304>

SANTOS, E. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961>

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira* São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Coleção Perfis Brasileiros).

Artigo recebido em: novembro, 2023

Artigo aceito em: março, 2024



*Escritas: Revista do
Curso de História de
Araguaína*

*ISSN: 2238-7188
Araguaína v. 15 n.2: 2023*



A IGREJA CATÓLICA E SUA ATUAÇÃO DE MEDIAÇÃO SOCIAL DURANTE A DITADURA MILITAR NA REGIÃO AMAZÔNICA: SUAS INTERFACES COM OS TRABALHADORES RURAIS

THE CATHOLIC CHURCH AND ITS ROLE OF SOCIAL MEDIATION DURING THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE AMAZON REGION: ITS INTERFACES WITH RURAL WORKERS

ENDRICA GERALDO

[0000-0003-2373-9708](tel:0000-0003-2373-9708)

Doutora em História pela UNICAMP

Professora Adjunta da UNILA

endrica@gmail.com

LUCIANO ALVES GABARRÃO SILVA

[0009-0004-0862-9863](tel:0009-0004-0862-9863)

Mestre em História pela UNILA

Professor da SEDUC-TO

lucianogababarrao7@gmail.com

RESUMO: A Igreja Católica no Brasil é diversa e complexa, dividida em três correntes ideológicas: Conservadora, Progressista e Libertadora. A Igreja Conservadora apoiou o golpe de 1964 e representou interesses capitalistas, enquanto a Progressista criticava as desigualdades sociais, mas era contra o comunismo. A corrente Libertadora tinha uma postura radical, focada em questões sociais e nos menos favorecidos economicamente. Durante a ditadura militar, a igreja assumiu uma postura crítica ao governo, defendendo os direitos humanos. A atuação da igreja junto aos sindicatos e a denúncia das violações de direitos humanos foram fundamentais nesse período. Com a redemocratização nos anos 1980, surgiram movimentos sociais e um discurso pró reforma agrária, fortalecendo a luta por terra, como o MST. A ditadura reprimiu esses movimentos, mas não conseguiu extingui-los, porém marcou o ressurgimento dos movimentos sociais e a democratização do país. A política agrária na região amazônica foi marcada por violência e repressão.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; direitos humanos; trabalhadores; movimentos sociais.

ABSTRACT: The Catholic Church in Brazil is diverse and complex, divided into three ideological currents: Conservative, Progressive, and Liberationist. The Conservative Church supported the 1964 coup and represented capitalist interests, while the Progressive Church criticized social inequalities but was against communism. The Liberationist current had a radical stance, focused on social issues and the economically disadvantaged. During the military dictatorship, the church took a critical stance against the government, defending human rights. The church's involvement with labor unions and its denunciation of human rights violations were crucial during this period. With the redemocratization in the 1980s, social movements and a pro-land reform discourse emerged, strengthening the struggle for land, such as the MST



(Landless Workers' Movement). The dictatorship repressed these movements but failed to extinguish them, marking the resurgence of social movements and the democratization of the country. Agrarian policy in the Amazon region was marked by violence and repression.

KEYWORDS: Catholic Church; human rights; workers; social movements.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação da igreja católica e dos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das lideranças religiosas da região. A pesquisa busca dar visibilidade aos sujeitos sociais que resistem e se organizam em instâncias coletivas de mobilização e reivindicação de pautas específicas em um determinado tempo e lugar. Segundo Maria Gohn (2011), essas ações promovidas pelos movimentos sociais podem ser diretas ou indiretas, envolvendo pressões, denúncias, resistência ou a promoção de eventos em prol de suas reivindicações. A atuação desses movimentos se dá principalmente no campo político, utilizando estratégias para conquistar a adesão popular e pressionar instituições, como o Estado, para o atendimento de suas demandas.

Durante os governos militares, a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal foi incentivada como forma de promover um cenário favorável à agropecuária. O processo de expansão contou com investimentos direcionados pelo Estado, que subsidiou as empresas agropecuárias para a exploração da terra. Esse direcionamento dos investimentos contribuiu para o aumento da violência no campo, em uma região já marcada pelos baixos números no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como ressaltam Crestani, Oliveira e Strassburg (2014).

Até então, a atuação da igreja em questões sociais estava limitada à assistência social e à criação de escolas paroquiais, hospitais e catequese, sempre em parceria com o Estado e as elites industriais e latifundiárias. No entanto, a manifestação da igreja em prol dos posseiros intensificou as medidas tomadas pelo governo, como a promulgação da lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Pró-Rural. Além disso, o Estatuto da Terra buscava impossibilitar a criação de sindicatos, enquanto a nova lei municipalizava os conflitos agrários, deixando nas mãos das autoridades locais. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) pelo governo, que entregou as grandes propriedades rurais para as principais empresas, demonstrou as reais intenções do Estado brasileiro em relação ao capital



empresarial, oferecendo incentivos fiscais. Essa manobra aprofundou os conflitos agrários na região, transformando-a em uma zona de alta tensão e intensificando a luta pela terra.

Diante desse contexto, é fundamental compreender a atuação dos agentes da Comissão Pastoral da Terra e das lideranças religiosas da região como sujeitos sociais que resistem e se organizam em instâncias coletivas. A análise desses movimentos e suas estratégias políticas é essencial para compreender as demandas desses sujeitos sociais, bem como as tensões e conflitos presentes na região da Amazônia Legal.

Unidade na diversidade: explorando as diferentes correntes dentro da Igreja Católica

De acordo com Mitidiero Junior (2008), a igreja é plural e complexa e, no Brasil, pode ser classificada em três correntes ideológicas ou setores fundamentais, que, ora divergem entre si, ora comungam dos mesmos interesses.

A Igreja Conservadora representa aversão às transformações sociais, essa mesma igreja apoiou o golpe de 1964 no Brasil; atende aos interesses capitalistas das elites; possuía o lema “a ordem, o progresso e a fé”; não tinha preocupação social com os mais desafortunados socialmente; foi organizadora da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”; e fomentava o ultraconservadorismo da direita brasileira. No Brasil, os grandes expoentes dessa corrente “foram os Bispos Dom Sigaund de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos dos Goytacazes e o cardeal Barros Câmara, do estado do Rio de Janeiro” (GONÇALVES, 2012, p. 24).

A Igreja Progressista é oposição à igreja conservadora, critica publicamente as mazelas sociais e o sistema capitalista que aprofundava as desigualdades sociais, porém comungava igualmente da ala conservadora que era contra o comunismo ou revoluções promovidas pelos proletariados. Um dos grandes representantes dessa ala progressista foi o bispo de Olinda e Recife, Dom Hérder Câmara (GONÇALVES, 2012).

A igreja Libertadora é uma corrente política-filosófica radical dentro da igreja. Sua linha ideológica é voltada para as questões essencialmente sociais e os menos favorecidos economicamente. Acredita-se que a relação da igreja com o capital e o sistema capitalista faz parte do pecado, pois creem que é contra as ideias de Jesus Cristo. Havia uma aproximação entre a ciência e o marxismo e o principal defensor desta corrente é o teólogo Leonardo Boff (GONÇALVES, 2012).



Em relação à Igreja, o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas (...) A Igreja começa, nesse ano de 1973, produzindo vários documentos importantes, que são praticamente tomadas de posição, como é o caso dos documentos. Ouvi os clamores de meu povo e também o documento de Goiânia, O Grito das Igrejas (MARTINS, 1985, p. 118).

Contudo, houve mudanças significativas na igreja católica. A ala progressista e libertadora tomou maior protagonismo com o aprofundamento dos militares no governo federal. Ficou visível que eles não tinham interesses em transferir o poder para os civis, que deixou a sociedade sobre uma ditadura, extinguindo os direitos e garantias universais, promovendo torturas e assassinatos, políticas antissociais, contra os movimentos em busca de terra, contra a produção tradicional do homem simples do campo. A igreja assumiu uma postura contra as arbitrariedades, defesa dos direitos humanos e contra a repressão e a tortura e a favor do homem do campo, postura tomada pela mudança ocorrida por meio do Concílio Vaticano II (1962 - 1965) e também pela Conferência de Puebla (1979) possibilitando novas estruturas das pastorais, na Teologia e diretrizes que foram aplicadas. Com a proporção em que a igreja atuava em favor dos movimentos e classes populares, membros da igreja tornavam-se alvo de repressão policial. Gradativamente, a igreja passou a exercer de maneira mais contundente uma postura crítica ao governo dos militares, postura que atraiu diversos movimentos e grupos que viviam sendo reprimidos. Porém, a igreja católica é uma instituição complexa e de pluralidade, há diversas correntes que muitas vezes se divergem por interesses ou por ideologias, parte progressista outra conservadora.

Conforme as transformações nas relações sociais, a Igreja Católica Apostólica Romana apresentou-se de maneira mediadora “conservando a integridade moral, espiritual e psicológica dos trabalhadores e, da mesma forma, preservando a propriedade privada como alicerce do modo de produção capitalista”. Com a contribuição da instituição religiosa, alguns direitos sociais foram criados, com a justificativa da preservação da dignidade do trabalho e do trabalhador. (AMARAL e BILHÃO, 2019, p. 296). “A atuação da igreja junto a sindicatos durante a ditadura, o surgimento dos movimentos de base da pastoral operária, e, ainda, o papel dos movimentos ligados à Igreja na organização dos trabalhadores no campo”, fazem parte da história das relações da instituição religiosa com os movimentos operários e camponeses, porém, a historiografia não tem privilegiado essas relações.



A Igreja Católica como mediadora na Ditadura Militar: uma revisão historiográfica

As representações na historiografia geralmente remetem ao negligenciamento histórico. Criou-se uma figura do operário como “anarquista, estrangeiro e branco” que trabalha em grandes indústrias e centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, remetendo esse reflexo com o restante do Brasil, negligenciando diversos aspectos sociais, raça e gênero e religião do operariado. Durante os regimes militares, não foi diferente, os historiadores da Igreja Católica faziam referência aos católicos fora da classe trabalhadora, incorporando o discurso de anticomunismo contra os sindicalismos, como objetivo de “desarticular a classe operária”. Contudo, a historiografia do trabalho desfez e desmontou diversas narrativas na concepção desse estereótipo de operário, desfazendo esse perfil branco, anarquista e masculino.

Todavia, historicamente, a igreja Católica, ao assumir o combate ao comunismo e anti-sindicalismo contribui para a manutenção da sociedade capitalista. Mesmo quando ela assumiu um discurso pró social, preocupada com as dificuldades e “mazelas sociais” não apenas no campo da fé, mas também com atuação no campo político, ao criar, em 1935, a Ação Católica Brasileira (ACB), tinha como objetivo a organização de uma “estratégia de acompanhamento do homem, do nascimento à morte, tendo esse acompanhamento um sentido globalizante”⁹ no sentido de controle dos sujeitos sociais dentro da norma. A exemplo também da organização da Juventude Operária (JO C), Juventude Agrícola Católica (JAC) com formações e orientações.

Durante meio século, o marxismo foi proibido – sob o epíteto caricatural de ‘comunismo ateísta’ – como o inimigo mais terrível e traiçoeiro da fé cristã. A excomunhão decretada pelo Papa Pio XII depois da Segunda Guerra Mundial foi apenas a sanção canônica de uma luta implacável e obsessiva que construiu um muro de hostilidade na América Latina e pelo mundo afora os féis da Igreja e os movimentos políticos orientados para o marxismo. (LÖWY, 2000, p. 111).

De acordo com Luiz Silva (2016), a igreja, como diversos setores da sociedade, apoiou o golpe-civil militar, com a justificativa do temor do comunismo e sua corrente ateia, a qual assombrava não apenas a igreja, mas diversas entidades. Com as violações de direitos civis básicos e o avanço de órgãos repressores, “a igreja católica teve uma posição fundamental nas denúncias de desrespeitos aos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar brasileira

⁹ Manoel, Ivan. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. Acta Scientiarum, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999, p. 212.



(1964-1985).” (SILVA, 2016, p. 6). Essa posição foi se firmando durante o período dos governos militares devido a violação dos direitos humanos. Essas violações afetaram toda a sociedade e, de forma especial, os camponeses. Reprimiu fortemente os movimentos trabalhistas e de oposição, criando órgãos de fiscalização e repressão.

No decorrer da década de 1980 foi representada pelos acontecimentos como a redemocratização, ascensão dos movimentos sociais, e o surgimento de uma pluralidade filosófica e política, assim como o fortalecimento de um discurso pró reforma agrária, ocasionando o fortalecimento dos movimentos associados à busca por terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), referência na luta por direito à terra. Durante a conjuntura do processo de redemocratização, criou-se um espaço em que as possibilidades do trabalhador rural em busca de propriedade rural fossem mais acessíveis, diferentemente do período dos governos militares não havia facilidade como encontrada após abertura política em 1985 e os anos seguintes.

No período da ditadura militar (1964 - 1985), diversas entidades, organização e partidos políticos atuavam de forma clandestina devido às opressões a partir dos Atos Inconstitucionais (AI), que reprimiam os adversários políticos e entidades que não atendessem os mesmos interesses dos militares, fazendo com que esses grupos entrassem na ilegalidade. Contudo, não houve a extinção dos movimentos sociais, porém suas atividades estavam limitadas devido ao contexto político.

A ideologia desenvolvimentista justificava a integração nacional pela incorporação das terras da Amazônia Legal ao mercado. Logo, por meio da perspectiva da Segurança Nacional é que se vendia a ideia de segurança interna e externa. Nesse sentido, em nome da “proteção” da Amazônia era necessário fazer avançar o “desenvolvimento” mesmo às custas das vidas ceifadas, do crescimento do número de pessoas submetidas à pobreza e à marginalização crescentes. A intervenção política/jurídica e institucional sobre a região tinha por objetivo a apropriação da terra e das águas, por meio de ações econômicas e governamentais. A região precisava se abrir à indústria e ao comércio, bem como às redes de transporte e comunicação, tornando-se viável economicamente e conectando-se efetivamente às demais regiões “progressistas” do país. Percebe-se, assim, que “os conflitos agrários” são fruto de uma estratégia de ocupação pensada pelo Governo. Ainda conforme Oliveira (2010, p. 84):



Se por um lado, a repressão era focada como política de controle atrelada à ocupação planejada, por outro favoreceu para o aparecimento dos posseiros como sujeitos de um processo mais amplo que foi o acirramento do conflito, não como contraposição política que se colocava frente ao projeto modernizador que impunha mudanças ao seu modo de vida, mas, sobretudo, como acontecimento que rompia com seu modo de vida e colocava em crise sua sociabilidade, seus costumes e hábitos. (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

A década de 1980 proporcionou reacender os movimentos sociais, período em que a democracia reacendeu após durar 21 anos de regime autoritário, alternância de poder entre os militares da mais alta patente, sem a participação civil. O país encontrava-se devastado economicamente, com alto índice de inflação, moeda desvalorizada, desemprego alarmante e economicamente um desastre deixado pelos militares.

Momento em que eclodiram as reivindicações populares, devido às insatisfações geradas pelo abuso de poder, falta de representatividade e as repressões, o que gerou o estopim fazendo a sociedade civil desenvolver movimentos como as Diretas Já (1983) que foi o principal movimento que combatia a ditadura militar e contou com as maiores personalidades brasileiras dentre a liderança católica, artistas e políticos que reivindicavam direitos humanos e a participação política.

Autoridades da igreja católica tiveram papéis decisivos na defesa dos direitos humanos. Na região nordeste se destacou Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda e Recife e na região sudeste do país, o cardeal arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns. Através das interlocuções, Dom Evaristo Arns fundou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (1972) e nos anos de chumbo as pessoas recorriam a igreja à procura de ajuda.

Os camponeses da região Amazônica, a partir do regime militar, começam a viver uma nova política agrária permeada por violência e repressões, trazendo um tempo de emergência e aprofundamento dos conflitos nos movimentos camponeses. Diante desse cenário cria-se a Federação de Trabalhadores Rurais da Amazônia. A ação violenta do estado faz com que os movimentos sociais de maneira geral, assumam um espaço fora dos órgãos oficiais e vão à clandestinidade, porém não deixam de ser um instrumento de representatividade para os camponeses. O Estado, ciente da atuação clandestina dos movimentos na região, cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970. Com a criação do órgão, procurava-se neutralizar a possibilidade de mediação dos movimentos sociais com os camponeses.



Ricardo Kotscho (1982) afirma que o agravamento deste conflito teria realmente visibilidade nacional a partir da chegada, em 1968, do bispo espanhol Pedro Casaldáliga. Três anos depois, nomeado bispo de São Felix do Araguaia, escreveu a carta intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, a primeira manifestação da igreja em relação a ocupação na região e aos perigos advindos da violência física e da questão social. Devido os anos de chumbo e a censura imposta à imprensa, essa realidade não era exposta, e a carta do Casaldáliga teve grande repercussão, “pois se tratava da primeira denúncia contra ação predatória e antissocial das grandes companhias financiadas pelo governo na Amazônia” (KOTSCHO, 1982, p. 21).

Até então, a atuação da igreja em questões sociais estava limitada à assistência social, bem como à criação de escolas paroquiais, hospitais e de catequizar, porém sempre ligada ao estado, às elites industriais e latifundiárias. Esta manifestação da igreja em prol dos posseiros vem intensificar as medidas tomadas pelo governo, como dificultar a atuação dos movimentos por meio da promulgação da lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Pró-Rural. Enquanto o Estatuto da terra tinha como objetivo impossibilitar a criação de sindicatos, a nova lei municipalizava os conflitos agrários, deixando na mão as autoridades locais. Com a criação da SUDAM, o governo entregou as grandes propriedades rurais para as principais empresas, terras que seriam destinadas para a população, ação que demonstrou as reais intenções do estado brasileiro com o capital empresarial, dando incentivos fiscais para essas empresas. Essa manobra aprofundou os conflitos agrários, transformando a região numa zona de alta tensão promovendo ainda mais a luta pela terra.

A premissa organizadora era a crença da modernização como força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas na Amazônia Legal. Assim, a expansão agrícola, patrocinada pelos governos militares, de acordo com Cunha e Silva (2012), contribuía para aumentar a conflitualidade e a violência nos espaços sociais agrários com graves violações dos direitos humanos. O entrelaçamento entre os planos políticos, econômico e social fez da questão fundiária um problema de segurança nacional. De fato, com essa política de ocupação da região, a cultura camponesa foi fragilizada “à medida que houve uma desagregação de costumes e hábitos, ou seja, da cultura dessa população; agravando o futuro destes indivíduos na região. Ou seja, à medida que cresceram os investimentos para o grande proprietário” (CUNHA, SILVA, 2012, p. 6). Na tentativa de apontar alternativas para as formas universalistas de



submissão de todas as dimensões da cultura e da vida, Escobar aponta para duas direções complementares: a resistência local de grupos de base às formas de intervenção, e a desconstrução do desenvolvimento (ESCOBAR, 1995, p. 11), tarefa necessária para a desconstrução das formas universais que estruturam a sociedade moderna.

Faz-se necessário colocar no campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos e populações pois, “ao desmontar-se a representação da periferia como a encarnação do atraso bárbaro, desmitifica-se a autorrepresentação europeia como a portadora universal da razão e do progresso histórico” (CORONIL, 1997, p. 74). Para ele, uma vez que se incorpora a natureza à análise social, a organização do trabalho não pode ser abstraída de suas bases materiais (CORONIL, 1997, p. 29-30). Não são por acaso os discursos sobre a violência praticada contra os camponeses, os corpos e sobre as terras camponesas, casas e plantações queimadas e destruídas, assassinatos, despejos, ameaças etc. Concordamos com a filósofa alemã quando afirma que: “Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história” (ARENDR, 1985, p.35). Para Hannah Arendt, a forma extrema de poder é o “todos contra um” e a forma extrema de violência é “um contra todos” (ARENDR, 1985, p. 35). Frente à violência praticada, uma parte do clero e dos bispos da região Araguaia-Tocantins posiciona-se a favor dos “posseiros” e contra a grilagem de terras.

A Igreja Católica tem importante presença na Amazônia Legal, a partir da segunda metade do século XIX. No caso do antigo norte de Goiás pode-se perceber a atuação da Ordem dos Frades Pregadores (O.P.), com a criação dos Colégios católicos em Porto Nacional e em Conceição do Araguaia, preocupados com a formação da elite da região e com a catequese indígena. Mais tarde, outras congregações e ordens religiosas católicas também adentraram a região. Especificamente no Bico do Papagaio, encontra-se o Colégio Dom Orião, em Tocantinópolis, sede da diocese, assumida pela congregação da Pequena Obra da Divina Providência na década de 1950 e o Colégio Santa Cruz, em Araguaína, ambos, da década de 1960 (CAIXETA, 2014).

Não por acaso, em 1952, Dom Elder Câmara funda a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Entretanto, ainda no início da década de 1960, a CNBB era constituída por Dom Elder e outros bispos progressistas do Nordeste e um pequeno número de padres e leigos engajados, preocupados em garantir a área de influência do catolicismo no Brasil. A maior expansão dessa atuação “preferencial pelos pobres” se deu após a Conferência Episcopal



Latino-Americana de Medellín (1968) e da Conferência de Puebla (1979). Estas conferências estão fundamentadas na Teologia da Libertação (KRETZER e OTTO, 2009) e impactaram a região do Bico do Papagaio. Com a criação da revista *Voz do Norte* ela passa a fazer as denúncias da violência praticada no “Bico do Papagaio”.

A igreja da denúncia, portanto, foi a Igreja de um grupo de pessoas engajadas com a causa camponesa que davam voz a quem não tinha e, pelos escritos e pela prática, chamavam a atenção do país sob a tragédia que se abatia sob o Araguaia-Tocantins tendo como vítima milhares de camponeses pobres, e como agente da violência, o capital expropriador. (SILVA, 2011, p. 94).

Além da visão em que parte da igreja percebia que o estado promovia aos trabalhadores rurais em particular, políticas e ações que contribuem para que vivam como párias, não tenham participações dos bens nem dos serviços da sociedade, favorecendo viverem na miséria e na ignorância numa situação de desumanidade.

A Criação da CPT e a disputa da Igreja vs Estado: o papel articulador da Igreja na região amazônica

Nas grandes periferias dos centros urbanos e rurais surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em 1971, entidades mediadoras que se preocupam com diversas questões sociais do indígena à juventude. E a preocupação com a questão da terra não ficou de fora, a CPT foi à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 “para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização”. Os posseiros da região amazônica foram os primeiros a receber os agentes da CPT. A região norte, principalmente ligada à Amazônia, durante o regime militar era e é um ambiente altamente conflituoso em que os grandes latifundiários encontravam respaldo pelo governo federal e com o órgão que fiscalizava as terras da região, assim como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que foi criado pelo Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980.

A criação da CPT representava que igreja percebeu que a intensificação dos conflitos na região amazônica era um descaso da política do governo federal, e devido a isso a igreja criou um instrumento que fosse articulador desses conflitos e que fosse capaz de conectar as prelazias e as diversas dioceses da região amazônica. A atuação da Pastoral da Terra não agradaria as autoridades e os latifundiários, entrando numa polêmica ainda maior quando a



CNBB cria um documento “Igreja e problemas da terra” apresentado em fevereiro de 1980, esboçando a disputa entre a Igreja e o Estado no qual os bispos assumiam um apoio aos esforços e resistência do homem no campo em favor de uma digna reforma agrária. O presidente da república, em contrapartida, desenvolve uma estratégia de um órgão que ficasse a frente, criando o GETAT, se tratando de uma atuação inversa ao que a igreja tinha proposto. “Para manter um controle maior sobre as ações da Pastora da Terra, a CNBB exige que a esta entidade seja nacionalmente presidida por um bispo católico” (GONÇALVES, 2012, p. 16).

A direção do GETAT à época da sua fundação aceitava as denúncias de maneira formal. Para que houvesse uma possível providência contra os abusos e arbitrariedades, os camponeses eram representados geralmente por religiosos ligados à CPT, entidade que representava os trabalhadores rurais por meio de assessoria jurídica através de advogados que eram os representantes legais que estavam a par dos acontecimentos ocasionados por autoridades. Isso “provocou o ódio generalizado de grileiros, pistoleiros, funcionários públicos, policiais e magistrados arbitrários contra os denunciadores, que divulgam com alarde os atos de violência” (FERRAZ, 2000, p. 92).

A CPT caminha por uma frente ampla, tem como objetivo uma sociedade igualitária e possui uma caminhada longa e passos bem atuantes. Nessa linha, é uma característica da CPT ser comprometida no campo político e social, colocando-se a serviço dos trabalhadores rurais, uma das classes oprimidas, assume também o seu anseio e projeto de uma nova sociedade, fazendo analogia ideológica à igreja libertadora e progressista.

Os religiosos da região são conhecidos também como subversivos, a exemplo, o missionário Arpone que foi sequestrado por militares através de um helicóptero da FAB em 1979, durante uma atuação dos oficiais contra uma suposta Guerrilha do Araguaia. Para as autoridades, a atuação de alguns bispos e padres era contra as arbitrariedades que promoviam aos posseiros e indígenas, por meio de orientações sobre seus direitos, como a contratação de advogado para auxiliá-los na esfera judicial. Arpone era visto pelas autoridades do governo como um intruso, que desmoralizava as instituições como o INCRA e a GETAT, pois exercia ações de tentar resolver questões sociais e fundiárias na região (KOTSCHO, 1982).

Os 300 lavradores do bico do papagaio que foram pedir ao presidente Sarney urgência na desapropriação das terras em que vivem acamparam em frente ao Palácio do Planalto, onde passaram a noite protegidos por cobertores de jornais



arranjados por grupos de jovens e operários das cidades satélites (JORNAL DO BRASIL. 26 jun. 1986. p.1).

Em 1986, o movimento sindical brasileiro, após a morte do Padre Josimo, mobilizou um acampamento com cerca de 400 famílias em frente ao Palácio do Planalto. O protesto teve a duração de 3 semanas enfrentando as adversidades como o frio da noite, pois estavam dormindo ao relento sobre jornais. O presidente da época, José Sarney, os ignorou.

O presidente da CNBB entregou a José Sarney carta elaborada pelos posseiros que há dois dias estavam acampados diante do Palácio do Planalto. Na carta, com baixo assinado, eles reivindicam a desapropriação de 41 áreas concentradas, principalmente, na região do Bico do Papagaio, algumas das quais já tinham sido desapropriadas pelo presidente (O ESTADO DE SÃO PAULO. 26 jun. 1986, p. 14).

Mas a manifestação gerou frutos. O então presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, atuou como mediador ao governo federal, teve uma audiência com o presidente da república para fazer a reivindicação dos trabalhadores rurais, o que resultou na desapropriação de diversas áreas rurais, entre elas áreas na região do Bico do Papagaio.

Até então, a atuação da igreja estava limitada à catequese e assistência aos miseráveis, e contava com o apoio dos grandes latifúndios e do governo. A partir de 1975 setores da igreja progressista e libertadora começaram a mudar o papel da igreja, inspirados pela teologia da libertação e na doutrina de opção preferencial pelos pobres. Para a parte progressista da igreja era claro que os conflitos agrários não aconteciam por acaso, mas decorriam da política governamental. Por isso, ela decidiu criar um organismo articulador, capaz de promover uma interlocução entre os camponeses e as autoridades competentes, sua ala progressista, tornou-se porta voz dos oprimidos¹⁰.

Assistentes sociais que trabalhavam para o governo ficaram surpresos com a mudanças que notaram em alguns posseiros da região nestes últimos três anos: eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostrando um conhecimento da legislação que não possuíam antes. Mas o trabalho solidário de Arpone e alguns outros religiosos e agentes pastorais (KOTSCHO, 1982, p. 21).

E por meio da CPT foi possível realizar a mediação e envolver-se nesses conflitos agrários, criando estratégias de resistência, dando orientação jurídica, formações para os camponeses e denunciando as arbitrariedades nos meios de comunicação como fez na *Voz do*

¹⁰ “É um período em que prevalece uma ideologia de “portavozismos”, quer dizer, os sujeitos sociais não estão configurados para se auto representar e a igreja passa a falar por eles” (ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., p. 99.)



Norte. Atuação mediadora construiu pelo vazio deixado pelo Estado, preenchendo esse espaço, o que ocasionou mudanças nas atitudes dos posseiros. “Eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostram um conhecimento de legislação que não possuíam antes” (FERRAZ, 2000, p. 92).

A partir da metade da década de 1980, instituições como a CONTAG e a CPT obtiveram seu maior prestígio na mediação dos movimentos camponeses, principalmente na região amazônica. O governo decide atender projetos e reivindicações apontadas pelas entidades que representavam os trabalhadores rurais. A igreja e as estruturas sindicais atingiam, então, o auge do prestígio junto às instâncias oficiais (FERRAZ, 2000).

O interesse na pesquisa não é evidenciar as características positivas ou negativas da Igreja Católica, porém não podemos deixar de escanteio as atuações frente aos movimentos sociais, o envolvimento no âmbito político na mesorregião do Bico do Papagaio em relação aos camponeses. A discussão presente se fundamenta no instrumento de comunicação desenvolvido pela diocese de Tocantinópolis *Voz do Norte* em contexto a uma estratégia de resistência que permite dar voz aos conflitos que são silenciados pelos meios de comunicação da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o regime militar no Brasil, a Igreja Católica apresentou diversas correntes. Enquanto uma ala conservadora inicialmente apoiou o golpe de 1964, vislumbrando a ameaça comunista, outras vertentes progressistas e libertadoras passaram a criticar as violações de direitos e a opressão promovidas pelo governo. Nesse contexto, a Igreja assumiu novos papéis, ora mediando entre capital e trabalho, ora denunciando a repressão. Sua atuação junto aos movimentos populares também a colocou na mira da censura. Contudo, as transformações ecumênicas do Concílio Vaticano II e a Conferência de Puebla impulsionaram mudanças, fortalecendo as pastorais em defesa dos direitos dos trabalhadores. Assim, a Igreja Católica esteve marcada por pluralidade e disputas internas durante o regime autoritário brasileiro.

A atuação da Igreja Católica em prol dos posseiros marcou uma mudança em sua postura social, que anteriormente estava mais voltada para a assistência social e ligada ao estado e às elites. Essa manifestação intensificou as medidas tomadas pelo governo para dificultar a atuação dos movimentos, como a criação do INCRA e a promulgação de leis que municipalizaram os conflitos agrários e entregaram as terras às grandes empresas.



A política de ocupação da região amazônica promovida pelos governos militares, com o objetivo de modernização, resultou em aumento da violência e conflitualidade nos espaços agrários, com graves violações dos direitos humanos. A cultura camponesa foi enfraquecida e houve uma desagregação dos costumes e hábitos da população local, prejudicando seu futuro na região.

Em suma, o período do regime militar na região Amazônica trouxe uma política agrária marcada por violência e repressão contra os camponeses. No entanto, a atuação dos movimentos sociais e da Igreja Católica em defesa dos direitos dos camponeses foi fundamental para enfrentar essas adversidades e denunciar as violações dos direitos humanos. A luta pela terra e a resistência local são aspectos importantes na desconstrução das formas de opressão e na busca por justiça social.

FONTES

JORNAL DO BRASIL. 26 jun. 1986. p.1.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 26 jun. p. 14.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. 826 p

AMARAL, Deivison Gonçalves. BILHÃO, Isabel Aparecida. **Igreja católica e mundo do trabalho no Brasil: breve análise historiográfica**. Jundiá-SP: PACO editorial, 2019.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CRESTANI, Leandro de Araújo. OLIVEIRA, Nilton Marques de. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, Frades e Intelectuais: Leitura sobre os Sertões do Brasil Central (1882-1935)**. 2014. São Paulo: CRV.



CUNHA, Valdeir Vieira da; SILVA, Aichely Rodrigues da. A Luta pela Terra no Maranhão: o caso do Bico do Papagaio. **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

CORONIL, Fernando. **The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela**. Chicago: University of Chicago Press. 1997.

ESCOBAR, Arturo. **Encontering development: the making and the unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERRAZ, Sidney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz, Maranhão: Ética Editora, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: Uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

KRETZER, Altamiro Antônio; OTTO, Crarícia. Educação e Instituições Religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano 1, n.3, 2009, p.259-282.

KOTSCHO, Ricardo. **O Massacre dos Possesiros: Conflito de terras no Araguaia-Tocantins**. São Paulo – SP, Brasiliense. 1982.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, M. **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCWACZ, (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. In PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, 2008.

SILVA, Luiz Fernando Mangea. A ditadura civil-militar e a igreja católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico. **Encontro de História da Anpuh-Rio. XVIII**,



*Escritas: Revista do
Curso de História de
Araguaína*

*ISSN: 2238-7188
Araguaína v. 15 n.2: 2023*

2016, Rio de Janeiro. Anais. Entre o local e o global. Rio de Janeiro - Nova iguaçu. p01-09.
ISBN 978-85-65957-05-2.

Artigo recebido em: novembro/2023

Artigo aceito em: março/2024



TESTEMUNHAS:

**ENSAIO DE ANÁLISE E DE CRÍTICA DAS MEMÓRIAS DE
COMBATENTES PUBLICADAS EM FRANCÊS DE 1915 A 1928¹¹**

WITNESS:

***ANALYSIS AND CRITICISM ESSAY OF COMBATANT MEMORIES
PUBLISHED IN FRENCH FROM 1915 TO 1928***

Jean-Norton Cru¹²

LUIZA HELENA OLIVEIRA DA SILVA
<https://orcid.org/0000-0001-5886-6809>

Doutora em Letras pela UFF
Professora Adjunto da UFNT
luiza.to@uft.edu.br

NAIANE VIEIRA DOS REIS SILVA
<https://orcid.org/0000-0003-1117-3655>

Doutora em Letras pela UFNT
Docente do Instituto Federal do Ceará, campus de Crateús
naianevieira@hotmail.com

CAROLINA ALVES RODRIGUES
<https://orcid.org/0009-0009-7743-0336>
PROFESSORA DE FRANCÊS
carolalvesrodrigues@hotmail.com

Resumo: Trata-se de tradução de capítulos do livro *Témoins: essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants édités en français de 1915 a 1928*, de Jean Norton Cru (1929 [2016]). Nesse livro, Cru estabelece linhas fundadoras do que seria definido como literatura de

¹¹ Tradução e notas de Luiza Helena Oliveira da Silva (UFNT/CNPq), Naiane Vieira dos Reis Silva (IFCE) e Carolina Alves Rodrigues (professora de francês). Trata-se de tradução de capítulos do livro do historiador francês Jean-Norton Cru (1879 – 1949), combatente na I Guerra Mundial e que se dedicou como investigador aos textos produzidos por aqueles que testemunharam os horrores da guerra, considerando diferentes documentos, principalmente os que seriam editados em livro. A tradução deste trabalho considera a necessidade de que pesquisadores brasileiros tenham facilitado o acesso a uma reflexão fundadora dos estudos do testemunho. O livro é extenso, a versão francesa de que nos utilizamos chega a 610 páginas (CRU, 2016), com fonte pequena e espaço simples, o que dá a dimensão da pesquisa a que se dedicou por anos o historiador. Foram selecionados os capítulos em que Cru elabora sua interpretação crítica a respeito das produções, trata da metodologia que aplicou a sua investigação e tece considerações sobre a literatura antes e depois da Guerra. Deixamos de fora as análises particulares que elabora para centenas de livros. O trabalho de tradução atende aos objetivos de pesquisas em andamento realizadas pelo Grupo de Estudos do Sentido – GESTO (UFNT).

¹² Historiador e escritor francês.



testemunho (*littérature du témoignage*), buscando estabelecer elementos que atestam a “veracidade” dos depoimentos.

Palavras-chave: literatura de testemunho; I Guerra Mundial; documentos do testemunho.

Abstract: This is a translation of chapters from the book *Témoins: essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants édités en français from 1915 to 1928*, by Jean Norton Cru (1929 [2016]). In this book, Cru establishes the founding lines of what would be defined as testimonial literature (*littérature du témoignage*), seeking to establish elements that attest to the “veracity” of the testimonies.

Keywords: testimonial literature; World War I; testimony documents.

PREFÁCIO

A guerra produziu uma massa considerável de documentos... Aos futuros historiadores da guerra, é necessário, se quiserem poder agir e obter resultados, preparar um terreno prévia e progressivamente preparados... A tarefa que ora se oferece, que é como a mais facilmente executável e a mais útil é uma revisão de trabalho e de crítica; e essa própria revisão merece a prioridade, em razão de sua urgência particular, o trabalho bibliográfico... A intervenção bibliográfica terá, pois, um ponto de partida negativo: desqualificar, depois de triagem, um número talvez elevado de publicações, reduzi-las ao máximo até uma quantidade em um repertório. Mas ela terá também um ponto de partida positivo: será bem ativa. Deverá colocar em destaque as obras essenciais¹³. Inspirei-me nessas ideias e meu presente trabalho o coloca em prática, mas com um luxo de detalhes com os quais nenhum historiador sonhava, porque em seu pensamento, tratava-se de uma classificação de muitos milhares de artigos enquanto o domínio bem limitado de meu estudo mal chega a 300. Elaborei profundamente um pequeno campo. Para serem úteis, tais trabalhos deviam aliar a precisão dos detalhes e o rigor do método à objetividade. Buscarão querelas sobre este ponto, dir-se-á talvez que por não ser muito objetivo meu trabalho não tem valor científico. Mas o leitor atento não pensará em me julgar equivocado quanto às palavras. Não sou subjetivo na medida em que, como testemunha, julgo testemunhos. Quem, portanto, seria melhor mesmo para fazer uma primeira triagem das narrativas dos combatentes que um de seus irmãos de armas contanto que seja honesto e paciente em suas pesquisas? Como um não-combatente de nossos dias ou do futuro poderia fazer certas críticas que encontrará aqui e que somente elas podem estabelecer que certos testemunhos são duvidosos? Os pequenos fatos significativos da trincheira constituem

¹³ Pierre Caron, na *Revue de Synthèse Historique*, tome 33, 1921, p. 6-11.



um domínio fechado, conhecido daqueles únicos que viveram a vida do *poilu*¹⁴. No tribunal e em outros lugares não se pode ser juiz e parte implicada. Mas se não for excepcional nosso assunto quanto a essa regra, é preciso renunciar a todo estudo sério dos testemunhos pessoais dos combatentes e se resignar a ignorar a guerra tal como ela foi para os que nela estavam como testemunhas-atores, isto é, a guerra naquilo que ela tem de mais íntimo, de mais concreto, de mais humano, de mais essencialmente observável. Na minha preocupação com a exatidão, treinado aliás pelo rigor de meu método, fui levado a julgar os atores mortos há muito tempo, como M. Bédier julga Chateaubriand. Poder-se-á achar isso brutal, talvez cruel. Desculpo-me bem humildemente junto àqueles que poderei ter machucado, mas em verdade eu não tive escolha. Devia proceder assim, sem preocupação com ninguém, não tendo visto além dos textos, ou então renunciar a fazer trabalho sério e útil.

Ao longo de muna crítica, insisto por conhecer e estabelecer os fatos essenciais da biografia dos autores: são as credenciais da testemunha. Testemunha eu mesmo, teria o direito de me solicitar meus documentos. Executo: Jean Norton Cru, nascido em Labadie-d'Andare, cantão de Saint-Agrève (Ardèche), em 9 de setembro de 1879. Estudos no liceu de Tournon, bacharel em Letras, certificado e diploma de estudos superiores de inglês. Professor no liceu de Oran, licenciado por tempo ilimitado por conveniência pessoal. Professor no Williams College, em Massachussets (EUA), desde 1908, exceto um ano passado em Oran e cinco anos no Exército. Serviços militares: três anos no 140° RI (Grenoble) como soldado e cabo de 1900 a 1903. Na mobilização, embarcado em 15 de agosto de 1914 em New York, retornado ao 110° RIT em Romans, em 28 de agosto. Chegou ao front em 15 de outubro de 1914 como cabo no 240° RI (75° depois 30° DI). Sargento em fevereiro de 1915. Passou ao 321° RI (133° DI) em dezembro de 1916. Destacado em fevereiro de 1917 para a armada britânica: intérprete no 55° DI Britânico. Destacado em agosto de 1917 para a armada americana: intérprete na 1ª DI Americana, depois instrutor na escola de Biesles. Ajudante em janeiro de 1918. Em missão aos Estados Unidos em setembro de 1918 (conferencista). Desmobilizado em 31 de agosto de 1919. Estada no front 28 meses nas trincheiras, mais 10 meses na comunicação, mais 10 meses atrás do front. Idade: 25-39 anos. (As indicações acima instituem a biografia-tipo, sucinta e significativa, que me esforço para fornecer para cada um dos 250 autores aqui presentes)¹⁵.

¹⁴ Mantivemos o termo em francês, na referência específica à designação aos combatentes da I Guerra Mundial (NDT).

¹⁵ Tenho que reconhecer os preciosos serviços que me prestou o professor F. W. Whittman, de Williams College, que datilografou e revisou meu texto, com uma paciência e uma desenvoltura incansáveis.



INTRODUÇÃO GERAL CAPÍTULO PRIMEIRO A GÊNESE DESTA LIVRO

A humanidade sempre se glorificou por fazer a guerra, embelezou o ato da batalha, retratou com magnificência os ataques dos cavaleiros, o corpo a corpo dos soldados em marcha; atribuiu ao combatente sentimentos sobre-humanos: a coragem ardente, o ardor para a luta, a impaciência de alcançar o desprezo pelas feridas e pela morte, o sacrifício feliz de sua vida, o amor pela glória. Os séculos, os milênios ancoraram essa concepção no espírito dos cidadãos que não combateram. Quem ousaria duvidar de coisas tão antigas, confirmadas pelo testemunho unânime das gerações desde as origens do tempo? Voltaire duvidou disso, Rousseau negou com energia o ardor natural do homem pelos combates, mas o século XIX acreditou poder desmenti-los. Assim, apesar do descrédito no qual a concepção começava a ruir no século XVIII, nós a vimos em agosto de 1914 tão solidamente estabelecida que jamais, mesmo em certos espíritos, graças à epopeia da Revolução e do Império, graças aos alemães, a epopeia de Sadowa e de Sedan.

Acreditava-se, acredita-se ainda, conhecer as guerras. Acredita-se que as histórias gerais, as histórias militares, os estudos estratégicos nos dão das guerras da Antiguidade, da Idade Média, dos tempos modernos, da época contemporânea uma imagem que rivaliza na exatidão com a história política, social, econômica, intelectual ou artística desses mesmos períodos. É uma ilusão tão tenaz quanto perigosa. A história militar foi até aqui inferior às outras histórias. Ela o é porque se ocupa de feitos especiais que as testemunhas, os cronistas, os historiadores do tempo, todos cujos escritos são os únicos documentos do tempo, foram construídos para deformar pelo espírito do patriotismo, de orgulho, de tradição¹⁶. Sem dúvida, os testemunhos sobre a história política são também deformados, mas se pode chegar, com os métodos históricos de hoje, a corrigir em grande medida essa deformação. Isso é possível apenas porque o erudito hoje não compartilha dos preconceitos do autor do texto-documento. Não é o mesmo com a história militar. A deformação dos documentos é total, ela o é por tradição, tradição que remonta às origens mesmas da humanidade social, tradição que se impõe ainda hoje ao historiador no próprio momento em que trabalha sobre documentos

¹⁶ “As façanhas de armas são curiosas para ler. Não se tem ideia de que a verdade possa ser... travestida com mais serenidade, sem falar da política da guerra que falseia os feitos no objetivo disciplinar, moral ou político’ (Ardant du Picq, p. 137).



deformados. Como poderia corrigir o erro do documento totalmente e, no entanto, levar consigo o mesmo erro? A história não militar ganhou muito em precisão há uma centena de anos, por um lado, graças a uma prática, por outro, graças a uma atitude moral. Sua nova prática consiste em não se contentar com documentos oficiais ou os que provêm dos grandes atores; ela se pôs a pesquisar todos os documentos possíveis, os que dizem respeito aos detalhes da vida provincial, os que vêm das testemunhas as mais humildes. A atitude é a da imparcialidade científica; a história a tomou como seu o magnífico lema da *Révue Historique: Ne quid falsi audeat, ne quid veri non audeat historia* (Cícero, *Oratória*). A história militar, que não adotou nem essa prática nem essa atitude, pode ainda merecer o nome de história, no sentido que damos a essa palavra no século XX?

Nossa época é orgulhosa de seu espírito científico, envaidece-se de não aceitar qualquer coisa sem controle, precisa de provas advindas de uma experimentação minuciosa e rigorosa. Não deveria ainda fazer exceções, nem aceitar sem controle a interpretação tradicional de alguns fenômenos humanos observáveis e verdadeiros. Alguém se perguntou se a concepção tradicional da batalha está de acordo com os fatos materiais e psicológicos observados pelas testemunhas? Existem somente testemunhos? Quem são? Seus autores estão realmente qualificados para testemunhar? Quais são suas credenciais? Essas questões eu me coloquei, como também sem dúvida outros soldados, desde o dia em que, em 1914, o contato, o choque brutal das formidáveis realidades da guerra reduziu a migalhas minha concepção livresca dos atos e sentimentos do soldado em combate, concepção histórica e que, ingenuamente, acreditava científica. Compreendo, então, que ignorava a guerra de uma ignorância total porque, no tocante ao que ela tem de fundamental, sempre verdadeira, de aplicável a todas as guerras, essa ignorância levava à ruína todas as opiniões que dela derivavam. Detestando realmente a guerra, menos pelas misérias que ela me infligia – estava estoico – que pelas angústias e as torturas morais, eu me ponho a amá-la como objeto, pus-me a estudá-la em todas as suas fases com a ajuda de precários meios de que então dispunha! Mais a guerra se revelava a mim temível e mais o mistério que a envolvia, e de que acabava de me dar conta, mais me apaixonava. Desde 1914, a guerra teve para mim a atração de um assunto novo, um fenômeno tão antigo, pareceu-me tão virgem quanto a velha América apareceu aos olhos de Isabel, a católica. Mas outros antes de mim tiveram certamente a mesma surpresa depois de ter enfrentado o mesmo choque; eles deveriam ter estudado o mistério, eles o teriam talvez elucidado em grande parte e publicado suas observações. Em todo caso, esses pesquisadores não deveriam ser numerosos nem influentes porque não tinha ouvido falar deles, porque todo mundo parecia compartilhar em agosto de 1914 as ideias tradicionais.



As diversões não faltam nas trincheiras e eu tinha todo o tempo que quis para ler. Foram os livros e as revistas que inicialmente faltaram, mas logo eu pude ter tudo que queria: tinha os catálogos das editoras, os livros me chegavam de Paris pelo correio, tinha uma pequena bolsa que esvaziava na medida em que lia os livros. Esse frenesi de estudo amenizava meus sofrimentos: apreciei as baratas menos que os outros, tive mais estabilidade de espírito, menos pessimismo, menos inveja com relação ao conforto dos suboficiais, da segurança das emboscadas. Antes do ataque, compartilhava a angústia comum, mas ela não tinha sido antecipada – ao menos no mesmo grau – por semanas de previsões de infelicidade, de imaginações, procuradas para causar sofrimentos inúteis. Como eu não reclamava muito, os camaradas me chamavam o patriota, atribuindo uma maior fé ou força da alma à calma, muito relativa, de um espírito absorto. O que eu lia? Inicialmente, estudava a técnica elementar das armas, para resolver os problemas da curiosidade mais imediata. O que causa o barulho dos projéteis na sua trajetória? O canto modulado do obus, o som das balas que parecem explodir? Quais são suas diversas velocidades em relação ao som? Vejo-me em novembro de 1914, lendo na trincheira, no moinho do córrego Forges, alguns bons artigos de imprensa sobre essas questões. Tais noções adquiridas me preveniram contra algumas lendas, em particular a lenda das balas explosivas. Quando pude ter os livros, abandonei os diários de que tinha então tirado tudo que podiam dar. Abordava, então, as questões da história militar e, por volta de 1915, as primeiras narrativas de guerra pelos meus próprios irmãos de armas foram publicadas em volume. Desde então, sem deixar de lado a história militar, interessei-me particularmente pelo testemunho de combatentes. Passaram pelas mesmas surpresas que eu? Qual era a natureza de sua experiência e as tinham levado a conclusões que vislumbrei depois de tê-las procurado em vão nos livros? (nessa data eu não conhecia ainda Ardant du Picq). Tive a felicidade de escolher bem e as memórias de guerra que li em 1916 são as que classifico hoje entre as melhores. Se o contrário tivesse sido produzido, é possível que meu entusiasmo pelos testemunhos dos combatentes não tivesse durado. Durante nosso ataque do fim de junho de 1916 a Verdun no lado oeste da ravina de Vignes, tinha na minha bolsa *Sous Verdun*, de Genovoix, e *Ma pièce*, de Paul Lintier. Vejo-me ainda em setembro de 1917 discutindo os méritos de *Feu*, de Barbusse, com o capitão, oficial de carreira, a cuja admiração sem reserva faltava espírito crítico. Li sem descontinuar até o Armistício. Então, longe de encontrar nisso uma razão para me desligar da guerra, não vi ali senão uma ocasião de me entregar mais completamente a meu objeto graças às maiores facilidades para pesquisar as obras e me munir de todo um aparato de referências e de crítica permitindo melhor seguir as narrativas, controlá-las, estimar sua veracidade. Desde 1919, abasteci-me de uma série completa de



cartas do front por 50.000^e (no câmbio negro)¹⁷, de cronologias, de quadros de medidas, de bibliografias. Pude também explorar os entornos de meu objeto, ler ou reler as memórias militares de 1914, os romances de guerra, de Balzac a Margueritte e Paul Adam.

Mas eu não sonhava seriamente em publicar um livro. Em 1922, minha família me pressionar a me dedicar a publicar minhas impressões de guerra. Os argumentos foram colocados tão fortemente que eu me deixei convencer, mas eu me encarreguei de escolher o que me agradava mais: não minhas próprias lembranças, mas as lembranças dos outros, as lembranças publicadas em volumes, as que tinha que lido e de outras que ainda leria, todas, se possível, reunidas, triadas, escolhidas, a fim excluir as narrativas dos civis, das não-testemunhas. Minhas próprias lembranças, eu queria utilizá-las para melhor compreender as narrativas de meus irmãos de armas e para fazer disso uma crítica séria, excluindo toda fantasia literária, toda complacência de camaradagem das *cartas*, toda publicidade. A finalidade com a qual eu começaria esse trabalho de bibliografia crítica é o que eu explicarei no capítulo III. Em 1923, eu começava o trabalho definido em vista de uma obra destinada à publicação. Eu já tinha sete anos de leituras assíduas de lembranças de guerra e estimava que depois de um ano suplementar de preparação e organização eu estaria pronto para redigir. Mas o tema se revelou muito mais vasto e sobretudo mais complexo do que eu previa. Eu precisei não de um ano, mas mais de quatro anos de preparação e só pude começar a escrever em 1927. Eu queria fornecer para cada autor algumas precisões indispensáveis: estado civil, biografia militar, número do regimento e da divisão, elementos de uma descrição bibliográfica da obra. Na maior parte dos casos me confrontei com dificuldades. Alguns autores já tinham um nome na literatura, os outros só tinham existência na página de título de seus livros de guerra, nos quais seus nomes eram frequentemente trocados por pseudônimos. Eles não apareciam em nenhum anuário. Uma outra dificuldade surgia quando eu precisei completar minha coleção.

Devo dizer aqui que eu não quis trabalhar com obras de biblioteca; adquiri pessoalmente todos os textos, todas as obras de referência que menciono, porque necessitava marcar neles passagens relevantes, a inscrever referências a outras páginas, a outros volumes, a outros autores, anotar neles um comentário marginal, dotá-lo de um quadro e de um índice quando estavam deles desprovidos, a muni-los de um erratum, a inscrever meu julgamento provisório nas páginas em branco, julgamento que revisei ano após ano, na medida em que a leitura de outros textos lançava mais luz sobre isso, a guarnecer a página de título de indicações bibliográficas etc. O conjunto de

¹⁷ A partir de 1923 tive as séries de 200.000^e (Exército), 100.000 (interior) e para os setores importantes apenas notas de 50.000 (coloridas), 20.000 e 10.000. Ver mais adiante Bibliografia da Introdução.



mais de 300 volumes de textos que apresento aqui contém uma enorme acumulação de notas do qual apenas uma parte pude passar para o meu livro, ainda que fosse redigido quase que inteiramente baseado nesses textos anotados. Tenho outras notas em fichas, resumos de lançamentos, mas preferi redigir baseado nos materiais diretos: o texto do autor e meu comentário que o acompanha. É assim que minha redação contém – ao lado de um elemento visível: citações de passagens escolhidas, incorporação do comentário essencial – todo um elemento invisível (texto não citado, comentário omito), mas presente contudo pelo espírito em que se inspira a expressão de meu pensamento. Posso dizer sem grande exagero que meu livro contém todo o essencial dos textos e do comentário: a parte mais frágil nele sendo materialmente incorporada, a maior estando somente mentalmente presente e sensível apenas aos leitores que leram a obra discutida e que lembram dela suficientemente.

Digo que era difícil completar minha coleção de textos. As bibliografias existentes eram muito pouco precisas, continham títulos demais, misturando os mais diversos gêneros. Estava restrito a adquirir as obras com relação aos seus títulos, por mais enganoso que fosse o indício. (*Le crime de Sylvestre Bonard* não seria um romance policial?) Às vezes eu comprava um livro de memória de guerra só para descobrir, tarde demais, que um burguês do interior tinha anotado e publicado suas impressões. Às vezes, eu lia e anotava um volume inteiro antes de me dar conta que eu tinha lidado com a pseudo-memória de um soldado fictício, escrita por um civil de mais de 50 anos, literato hábil e bem informado, suponho. É assim que eu constituía não apenas uma, mas duas coleções: a dos livros recebidos, depois de ter feito seu reconhecimento, e dos livros recusados. Os recebidos não eram os bons e recusados os ruins; não, os recebidos eram os livros de combatentes, testemunhas de fatos que eles contavam, e seu testemunho podia se encontrar excelente ou igual ao que há de pior nesse gênero. Essa ideia, aparentemente tão elementar, de nunca misturar na mesma lista as testemunhas e as não testemunhas, de nunca confundir os testemunhos que são documentos, com os registros de segunda mão, que não estão neles, ninguém parece tê-la tido. Eu bem que encontrei listas ou enumerações de livros de guerra, de uma dúzia a vários milhares de títulos; em todo caso, Lintier se encontrará citado ao lado de Le Goffic, Galtier-Boissière ao lado de Maurice Barrès, ou de Bourget, de Victor Giraud, de René Boylesve, de Bazin, de Dumur. Ao não ter outro resultado senão de impor a lógica de separação desses nomes, no que concerne às suas obras de guerra, meu livro não terá sido inútil. Para as guerras do passado, essa noção do testemunho é ainda mais vaga nos nossos espíritos. Assim, se fala sempre dos soldados napoleônicos de Raffet como se eles fossem uma existência gloriosa senão na imaginação do artista inspirada pela lenda. Esquece-se que Raffet nasceu em 1804, que ele tinha 11 anos em 1815, que ele jamais viu esses



soldados napoleônicos no campo, que suas primeiras litografias militares são de 1830. Raffet só tem direito de testemunhar através de seus desenhos de 1859 porque ele acompanhou o exército na Itália.

Tinha, portanto, a tarefa de ser completo, de incluir todos os testemunhos dos combatentes lançados de 1914 a 1928, mas é evidente que muitas obras me escaparam. Para não omitir nada, seria necessário completar minha lista lendo no Musée-Bibliothèque de la Guerre muitos milhares de volumes. Teria apreendido nisso todo um pequeno número respondendo às exigências que eu creio dever impor¹⁸ e tendo escapado aos únicos meios de pesquisa de que dispunha. Uma obra como essa não pretenderia ser completa de primeira; para o futuro eu convoco a todos os que se dão conta da importância do assunto, que compreendem o que eu chamo de testemunho em oposição à narrativa de segunda mão, para que me indiquem as omissões deste trabalho a fim de que elas sejam reparadas numa edição futura.

Meu livro, que surge 10 anos depois do fim da guerra, nasceu das minhas meditações na trincheira; é a culminância de 14 anos de pensamentos constantes aplicados ao mesmo objeto, em detrimento das ocupações do dia das quais sou desinteressado ao ponto de cessar de ler os jornais; é o produto de cinco anos de trabalho especializado no campo das memórias pessoais dos combatentes. É assim o livro de um *poilu*, de um dos que permanecem fiéis à nossa guerra, um dos que sobreviveram espiritualmente tão bem quanto seu corpo.

CAPÍTULO II: A NATUREZA DESTE LIVRO

Inicialmente, eu me propus a escrever uma bibliografia tão completa quanto possível dos testemunhos de combatentes publicados. Instruído pelas insuficiências das listas que tinham sido escritas, entendi que era ilusório fazer uma escolha de obras com relação à formulação do seu título ou mesmo com relação a um exame superficial de seu conteúdo. Para que a bibliografia fosse verdadeiramente útil, para que ela respondesse à minha intenção de admitir as narrativas de testemunhas e nada além disso, era necessário me obrigar a ler os textos inteiros, a fazer pesquisas sobre a campanha de cada autor para determinar suas funções, seu grau, sua unidade, a duração de

¹⁸ Ver o detalhe dessas exigências, cap. II.



sua estadia no front a fim de me satisfazer sobre esse ponto essencial: ele estava qualificado para testemunhar?

Essa simples bibliografia de 300 volumes levava, pelas verificações que ela exigia, todo um estudo crítico cujos elementos demandavam ser utilizados. Eles me levaram a reunir à bibliografia uma análise e uma crítica que tomaram proporções tais que a redação que eu tive que resumir, cortar, omitir a fim de permanecer nos limites racionais. Por mais atenta que fosse minha leitura, ela não me permitiu compreender tudo o que importava apreender nesses textos; depois de ter lido 300 volumes eu constatei que tinha chegado apenas ao ponto de partida: eu tinha uma boa visão do conjunto e estava preparado para ler com proveito cada obra porque nessa segunda leitura eu podia julgá-la com relação a todas as outras e não mais em absoluto. Eu li, portanto, duas vezes todos os textos que apresento aqui e isso é o mínimo porque vários eu li três ou quatro vezes; em onze anos *Ma pièce* foi lida seis vezes, *Sous Verdun* dez vezes¹⁹. Na primeira leitura os textos foram anotados, na segunda novas notas vieram completar e corrigir as primeiras.

Quais são os princípios que me coloquei para limitar, definir e organizar meu trabalho? Contrariamente a outros bibliógrafos, eu não quis princípios a priori. Diante de um tema que eu persisto em considerar como absolutamente novo, como podia saber de antemão quais seriam os melhores princípios? Uma única ideia presidiu meu trabalho desde o início, é a ideia que tinha adquirido desde as minhas primeiras leituras na trincheira: nunca pensei até aqui em estabelecer uma distinção entre os testemunhos dos atores da guerra sobre seus próprios feitos, gestos e sentimentos de um lado e os fatos históricos, compilações de anedotas, relatórios de chefes e todos os outros materiais de uma natureza não pessoal, não íntima, por outro lado; essa distinção é essencial, todo o estudo que não a marca tende a obscurecer o tema em vez de esclarecê-lo. Sem jamais pré-julgar o valor dos materiais não pessoais, pode-se afirmar que eles são de uma natureza aos outros, que pertencem a um campo de estudo distinto. Alguma similaridade que pudessem às vezes oferecer, aparentemente, com os documentos pessoais, eles diferem por esse fator que decide tudo: a psicologia. Pense no contraste psicológico seguinte: os sentimentos do homem que redige um histórico detalhado da primeira semana da batalha de Verdun e os sentimentos de um homem que redige baseado em seu diário de memórias sobre esses mesmos dias que ele viveu sob o fogo. No primeiro caso, apenas inteligência toma parte no trabalho, no segundo todas as emoções experimentadas se reproduzem aos poucos: tremuras, tormentos, parada do coração, raiva repentina,

¹⁹ Três vezes uma e outra como texto francês comentado em minhas classes.



contrição da garganta, enjoo de angústia se repetem minimizados. O primeiro trabalho no plano abstrato é livre, pode concluir por branco ou preto; o segundo é mantido no concreto, a lembrança de suas emoções refreia a fantasia de seu espírito²⁰. Tal é a ideia fundamental do meu trabalho: reestabelecer as relações dos narradores que agiram e viveram os fatos, exceto as narrativas dos expectadores, estivessem na sede a alguns quilômetros da cena ou no seu escritório em Paris. Pouco a pouco, na medida em que eu completava a exploração do objeto, os princípios se apresentaram a si mesmo e se impuseram de uma evidência a posteriori. Enumero-os:

1° Considerar todas as narrativas de combatentes publicadas originalmente em francês, o que exclui as traduções, mas inclui as narrativas da armada belga e as narrativas de franceses vinculados à armada britânica e à armada americana.

2° Considerar todas as narrativas de combatentes publicadas em volumes, excluindo aquelas que são ainda manuscritas e as que foram publicadas apenas em periódicos. As exclusões são motivadas por duas razões. Uma diz respeito ao meu trabalho: quero adquirir pessoalmente todos os textos que critico a fim de poder conservá-los à minha disposição, consultá-los a todo momento, anotar neles, marcá-los de todas as formas. A outra diz respeito aos que usarão o meu trabalho: desejo que se possam procurar ou consultar facilmente todos os materiais que examino. Por outro lado, se muitas das narrativas foram lançadas em periódicos, quase todas as que têm algum valor foram editadas em livros.

3ª Considerar todas as narrativas de combatentes editadas pelas livrarias parisienses e fazer apenas uma escolha muito limitada das que são editadas no interior. A grande maioria dos livros de guerra do interior são das obras que se endereçam ao círculo limitado dos amigos de um soldado, dos veteranos de uma unidade. São livros pequenos, de uma tiragem restrita, difíceis de obter e de bem pouco interesse do ponto de vista geral. Procurei, então, completar tanto quanto possível as obras editadas em Paris admiti apenas 9 obras editadas no interior. É verdade que três dentre elas são melhores de toda a nossa série.

4ª Considerar todas as narrativas de combatentes, salvo as da guerra no mar porque não tenho qualificação para verificar, aceitar ou recusar, comentar, julgar, citar, classificar. Sua inclusão introduziria em um trabalho preciso um elemento de dúvida, imprecisão e mesmo de erro caracterizado. Encontrar-se-á alguém, espero, para preencher essa lacuna.

²⁰ Ver o contraste entre as memórias e as impressões (*Journaux: Jean Saison*)



5ª Considerar todas as narrativas de combatentes dando à palavra combatente uma significação diferente à daquela dos lexicógrafos, mas conforme a prática da guerra de 1914-1948: todos os homens que fazem parte das tropas combatentes ou que vivem com elas sob o fogo, nas trincheiras e no acampamento, na ambulância do front, nos pequenos estados-maiores: o capelão, o médico, o condutor do carro de saúde são combatentes; o soldado prisioneiro não é um combatente, o general que comanda o corpo da armada também não, nem toda a equipe do QG. A guerra mesma impôs essa definição fundada na exposição ao perigo e não no porte de armas, que não significa nada. Os médicos do batalhão não tinham armas, os oficiais da tropa estavam frequentemente armados apenas com um cacete; vivendo sob o fogo, eles eram combatentes enquanto os oficiais da 83ª divisão territorial (mantida em Paris durante toda a guerra) não eram combatentes a despeito do seu sabre e do seu revólver.

6ª Considerar todas as narrativas de guerra, dando às narrativas dos combatentes a significação seguinte: diário de bordo, diário da guerra, memórias da guerra, cartas do front, pensamentos, reflexões e meditações sobre a guerra, narrativas ficcionais, mas apenas quando a ficção não é senão um voo ligeiro sob o qual se pode distinguir a persona do autor, sua experiência da guerra, sua unidade, os setores que ocupou, em uma palavra, os fatos reais de sua própria campanha. Em suma, considerar as lembranças de guerra sob qualquer forma que se apresentem na condição de que sejam memórias pessoais e não fatos emprestados aos verdadeiros atores. Incluo o livro de Albert Thierry, projeto do tratado de paz, pensado e composto nas trincheiras e na prisão durante uma curta evacuação. Excluo o Dixmude de Le Goffic e todos os livros de guerra de Henry Bordeaux os quais, por exemplo *Les dernier jours du fort de Vaux*, são feitos de empréstimos das anotações de Delvert, do abade Cabanel (cadernos estudados aqui sob o nome de seus autores) e de alguns outros cadernos inéditos.

Além disso, durante muito tempo admiti o princípio de considerar apenas as narrativas das patentes inferiores do exército, desde o simples soldado até o capitão. Abandonei-o porque os próprios fatos se encarregaram de aplicá-lo. Nenhum oficial de nível superior ao de capitão publicou memórias no sentido que as defino aqui, exceto um único, comandante da brigada, o contra-almirante Roarch'h. É necessário incluir a essa exceção as cartas do tenente-coronel Bourguet publicadas depois de sua morte. Quanto aos comandantes Bréant, Henches, Lefebvre-Dibon, eles



só tinham o posto de capitão na maior parte do período narrado. No nível limite de capitão há uma lógica dos fatos que é plena de ensinamentos²¹.

Dessas restrições resulta que a poesia da guerra fica de fora de nosso estudo. Poder-se-ia, contudo, captar dela impressões de guerra, mas como a parte da literatura é maior que a parte da informação documental, os inconvenientes da admissão da poesia são maiores do que suas vantagens. Se tivesse admitido a poesia, deveria admitir o teatro de guerra, e excluí-lo pelas mesmas razões. Por outro lado, admiti o romance porque, contrariamente à ideia admitida, há muito pouco romances de guerra, e esses romances são só memórias pessoais apenas mascaradas. Na medida em que as obras respondem a esses princípios, não excluo nenhuma pelo seu pouco valor. Em mais de 300 volumes há todas as qualidades e não vejo nisso qualquer inconveniente. Essa admissão no conjunto de obras, sem distinção de qualidade, oferece mesmo vantagens: 1º pode-se dar conta da porcentagem de obras excelentes, boas, aceitáveis etc.; 2º as obras inferiores servem para nos fazer mensurar mais exatamente o valor das melhores; 3º servem também para caracterizar os erros mais graves ou mais comuns, são documentários por suas mesmas falhas, instruem a crítica, permitirão no futuro melhor compreender a psicologia dos combatentes escritores, eles são uma lição. É por isso que às vezes eu as analisei longamente e citei abundantemente. Sua inclusão não tem inconveniente, não pode criar confusão alguma, porque, além do julgamento visivelmente motivado que carrego sobre cada um deles, dou no fim do volume, entre as diversas tabelas, um quadro de classificação das obras ou mais ainda dos autores pelo seu nível de valor²². Na primeira abordagem, isso poderia surpreender. Seria absurdo elaborar tal tabela para obras propriamente literárias, por exemplo dos 300 principais romances franceses. Mas se trata aqui de obras cujo valor, por mais importante que seja, só está em função do valor da sinceridade, do valor documental. É então possível classificá-las quando se é capaz, depois de duas leituras ao menos de cada obra, de julgá-las relativamente a todas as outras. Diria mesmo que é indispensável operar essa classificação a fim de dar uma significação de conjunto a essas múltiplas críticas individuais, a fim de oferecer também aos que farão uso desta obra os trabalhos completos, a conclusão geral que é de direito esperar de uma documentação lentamente acumulada durante os anos. Essa classificação é tão mais desejável que em 14 anos cada novo livro é anunciado pelo editor, julgado pelas críticas, e as mais sérias, como “um dos três ou quatro melhores que foram lançados sobre a guerra”, quando não é a “obra-

²¹ “Para conhecer a guerra, é necessário ter vivido como comandante de companhia no máximo... Apenas o que vive noite e dia na trincheira conhece a guerra moderna... Nosso mestre é nossa miséria cotidiana... Os camaradas são os que vão dos comandantes ao *poilu* inclusive. Os outros são os chefes”. Capitão Rimbault (*Réflexions*).

²² Ver Tabela 1.



prima indubitável da literatura de guerra”. Esses exageros repetidos, esses elogios excessivos, pronunciados apressadamente, sem qualquer senso de responsabilidade, terminaram por confundir o espírito do público e por impor aos espíritos lúcidos as noções mais absurdas sobre o valor relativo às memórias de guerra. Muitas pessoas cultas vieram mesmo a confundi-las em uma mediocridade geral.

CAPÍTULO V: DE ALGUMAS IDEIAS FALSAS SOBRE A GUERRA

Ao uso dos leitores não-combatentes que não compreendem nunca o sentido completo das críticas que endereçamos aos autores de narrativas suspeitas, queremos refutar aqui mais detidamente certas noções inexatas e tradicionais, escolhidas entre as mais deformantes, que dão aos civis uma visão da guerra que não tem nada em comum com a dos combatentes. Para ser mais claro, o fazemos sob a forma de enumeração.

1. A LUTA – *A guerra é uma luta. Ora o homem tem um gosto inegável por combate, por esportes os mais agressivos como o futebol e o boxe. Portanto, o homem deve ter gosto pela morte, malgrado seu risco, malgrado a morte.*

Os combatentes tinham mais ou menos essa ideia antes de ver o fogo. Desde que conheceram a guerra, compreenderam que ela é uma luta entre dois grandes grupos de indivíduos: coalisões, nações, exércitos... até as divisões. Duas divisões inimigas são dois pequenos exércitos completos e eles realmente lutam. Entre dois grupos, como entre dois indivíduos, não há mais luta, exceto em casos muito excepcionais: quase sempre um dos dois bate, enquanto o outro só pode se curvar e receber os golpes. Por exemplo, a artilharia da trincheira alemã atira sobre a infantaria francesa; ela não pode pensar em contra-atacar; seus fuzis, granadas ou metralhadas são inúteis contra o obuses; ela só pode se proteger se possível, devendo resistir passivamente à agressão. Se, contudo, a artilharia da campanha francesa identificou o alojamento dos obuses inimigos, ela pode por seu turno lhes infligir uma cruel correção sem que eles tenham a menor possibilidade de lhe responder. A pesada artilharia inimiga poderá participar dos 75 e se ela conhece bem sua posição pode massacrá-los tranquilamente. Poder-se-á ainda lançar mão de toda a artilharia na potência máxima, dos aviões de bombardeio, dos aviões de caça etc. e cada vez se terá um carrasco e uma vítima impotente, sobretudo se o executor tem dados exatos. Em um ataque bem preparado, a luta entre duas infantarias é sempre desigual: uma é dizimada, atingida na sua retaguarda, privada de



água depois de dois ou três dias, atingida por deflagrações em uma trincheira alargada, encoberta de escombros... a outra se lança sobre ela, friamente, saída da véspera, nutrida, hidratada, confiante. A defesa é ilusória, é a redenção se a fuga não pôde ser feita a tempo. Em um ataque como se fazia de outubro de 1914 a maio de 1915, é o inverso e a luta é também desproporcional. O agressor se expõe sobre o solo, se colide com os arames, sem golpear aos defensores que, abrigados na sua trincheira e confiantes em suas redes, atiram sobre a onda de ataque e o dizimam sem grande risco. Em todo caso, não é a luta com que sonharam os guerreiros de antes. Quem então quereria contemplar dois boxeadores em que um suprimiria sem risco seu adversário preliminarmente paralisado? Não, a guerra não é uma luta, ela não desperta admiração que temos pelos torneios de atletas. Os soldados são carrascos ou vítimas, caçador ou caça, e na infantaria temos a impressão de que desempenhamos na maior parte do tempo o papel de vítima, de presa, de alvo. Esse papel dificilmente faz apreciar a glória dos combates²³.

2. A CORAGEM, O MEDO – *Os bons soldados são corajosos, os maus soldados têm medo.*

Todos os soldados sem exceção têm medo e a grande maioria experimenta uma coragem admirável fazendo o que deve fazer a despeito do medo. Temos medo porque somos homens e é o medo que preservou a vida de todos nós que sobrevivemos. Sem medo não teríamos vivido vinte e quatro horas na linha de frente; teríamos cometido tantas imprudências por desatenção que rapidamente teríamos recebido a bala que espia o imprudente. Quanto à coragem, muito se tem falado; dever-se-ia inicialmente encontrar uma outra palavra; uma serviria para a coragem de Aquiles, a outra para o *poilu*, que é totalmente diferente. A coragem de Aquiles vem da consciência que tem a ver com sua força e sua elevadas intenções. Se ele ataca com vigor, ele triunfa sempre. Sua coragem é seu melhor escudo, protege sua vida. A coragem do *poilu*, infelizmente...!²⁴

3. A BAIONETA – *A arma favorita do poilu é a baioneta.*

O *poilu* está convencido que se ele tivesse deixado a baioneta na caserna ainda se teria vencido a guerra e os mortos e feridos seriam menos numerosos. A baioneta matou muitas pessoas,

²³ Essa refutação destrói também a noção simplista do choque, tão popular que Ardant du Picq tem tão categoricamente desmentido. “O choque é uma palavra” e, entre outras, em muitas passagens de *Études sur le combat* (Ver aqui Cap. VI e n. 5).

²⁴ “A que nos serve nossa coragem? Um homem se defende contra os tremores da terra que vai engoli-lo? Atira-se com fuzil num vulcão que vomita sua lava em chamas?” – Galtier-Boissière (aqui, em *Diários*). “Nossos heróis não têm a segurança que davam antigamente o vigor do braço e a intrepidez do coração; o progresso dos armamentos suprimiu o antigo valor; a coragem moderna consiste em não recuar diante da morte invisível e inevitável” (Chaine, aqui em *Réflexions*). Um aviador observa: Enquanto, com outras armas, o valor pessoal dificilmente proteja dos golpes, ela tem uma importância primordial para evitar os ferimentos e a morte”. Marc (aqui em *Diários*).



ela matou bem menos que qualquer outra das infinitas variedades de arma da qual se serviu. Eu não vi a guerra de agosto a setembro de 1914, mas pelo período que acompanhei declaro não ter jamais visto fazer uso da baioneta, jamais vi a baioneta suja de sangue, ou fincada num corpo. O uso era de colocar a baioneta no cano da arma no começo do ataque: não é uma razão para chamá-lo de um ataque à baioneta, mas de um ataque à polaina. Consulte as narrativas de guerra: ninguém dos melhores fez menção ao uso da baioneta²⁵, em contrapartida todas as narrativas que mentem, aliás, nos regalam com massacres truculentos de arma branca. Quanto aos civis como Le Goffic, bem colocados para ver, eles mostram a lâmina agitada num vai e vem que fura um corpo a cada golpe. (Ver aqui as *Réflexions* : Voivenel).

4. As PILHAS DE MORTOS - “*Os alemães atacam entre cinco ou quatro colunas... entre três ou quatro minutos os milhares de inimigos dizimando a planície*” (Veaux).

O inimigo avança em colunas de quatro... vê-se surgir outras colunas massivas, sem fim (Debrulle). - Não há mais terra, mas um tapete de cadáveres (Lekeux). - As trincheiras estavam cheias de cadáveres e em mais de quatrocentos metros atrás a terra estava positivamente sob corpos (Descubes). - Uma barreira de mortos que avança (Jean Renaud). - As camadas superpostas de cadáveres *boches* nivelavam na superfície o cruzamento [de trincheiras] que na véspera se afundava na terra a três metros (Péricard). - Os cadáveres alemães se comprimiam até a dois ou três metros de altura (Gauchez). - Os prussianos caíam totalmente espremidos... que havia cadáveres restando de pé (Louzanne)”.

Poderia, assim, só citar os combatentes sem mencionar os romances do front.

Esses fantásticos exageros se encontram em todas as narrativas de narradores suspeitos e algumas narrativas de bons narradores que não pertencem à infantaria. Elas constituem um dos melhores critérios de falso testemunho; interessa, portanto, tornar a mentira evidente às pessoas menos informadas sobre a guerra. Para simplificar, apresentamos uma hipótese que é embelezada pelos falastrões. 1º Suponhamos que 2.500.000 mortos²⁶ tombaram no campo de batalha franco-belga: alemães, franceses, britânicos, belgas, americanos, portugueses etc. 2º

²⁵ Ver (aqui, em *Diários*), a mais bela narrativa de carga que se conhece, mas longa demais para ser citada inteira (Gaultier Boissière).

²⁶ Essa aproximação se obtém com a ajuda do total das perdas dos diversos beligerantes deduzidos: para os alemães, os mortos do front oriental, para os anglo-franceses, os mortos de Gallipoli, Macedônia, Itália, e, para todos, os mortos em ambulâncias, hospitais, campos de prisioneiros as perdas da frota, os afogados em transportes torpedeados, os mortos por doença do front e dos depósitos, as vítimas de acidentes (descarrilamentos, acidentes nas escolas de aviação, de granadeiros, de artilharia), etc.



Suponhamos que durante cinquenta e um meses eles se acumularam na terra sem serem enterrados, sem se decomporem, sem desaparecerem de maneira nenhuma e como tal todos mortos no mesmo dia. 3º Suponhamos a queda não se deu nas zonas da Batalha das Fronteiras, de recuo em direção ao Sena, da Batalha do Marne (onde as perdas totais em um mês – 20 de agosto a 20 de setembro de 1914 – igualaram as de seis a sete meses durante a guerra de posições). 4º Suponhamos que a linha do front permanece praticamente imutável durante cinquenta e um meses de Nieuport à Suíça sem sofrer as oscilações que foram até quarenta quilômetros em Somme, quinze de Verdun, quatro a cinco em Champagne, em Artois e alhures, sem falar da repressão profunda de setembro-novembro de 1918. 5ª Suponhamos uma linha mediana indo de Nieuport à Suíça, passando pelo meio do *no mans land* e suponhamos que todos os mortos sem exceção caíram a menos de 1500 metros de um lado e outro dessa linha mediana²⁷. Nós concentramos, assim, todos os nossos mortos a amigos e inimigos, espalhados no tempo da duração da guerra, espalhados no espaço de Liège à Revigny, do Sambre ao Grand Morin, de Anvers à periferia de Paris; nós concentramos em um pedaço de terreno de 3000 metros de largura ao qual atribuímos um comprimento de 900 quilômetros medindo em todas as suas sinuosidades. A superfície desse terreno é de 2,7 milhões de metros quadrados ou 270.000 hectares ou 2.700 quilômetros quadrados. Em média, haverá um cadáver para cada 1.080 metros quadrados, ou por cada quadrado de terreno de 33 por 33 metros, ou por cada retângulo de 100 por 10,8 metros. Dir-se-á que os mortos foram muito mais numerosos em certos pontos do front que em outros. Essa diferença é bem menor do que se supõe. O Vieil Armand, os Eparges, muito ativos em 1915 deixaram de sê-lo depois, Verdun, ativo em 1916 e por períodos em 1917, foi pacífico o resto do tempo etc. Todos os setores do front foram sucessivamente ativos e pacíficos. Meu cálculo teórico que mostra os cadáveres dispersos em largos intervalos, exagerando a regularidade de sua dispersão, confirma o essencial de minha experiência dos maus setores, e todos os dois são confirmados pela técnica militar que exigia a extrema dispersão dos combatentes e a organização em níveis, seja nas trincheiras, seja no ataque que se fazia, do nosso lado e do deles, tanto por ondas de indivíduos largamente separados, ondas se sucedendo a grande distância, quanto por colunas de tropas em grandes

²⁷ Esses mil e quinhentos metros representam, por um lado, o alcance realmente eficaz dos projéteis, gás, tanques, ataques etc. Sobre tropas organizadas em níveis, e de outro lado, se quisermos, as oscilações do front que nós reduzimos totalmente a esse mínimo.



intervalos. Mesmo em agosto de 1914, na ausência de uma técnica posterior, a intensidade do fogo obrigava a abrir mais e mais os intervalos. Que cada um refaça o cálculo a partir de seus próprios dados, que aumente o número de mortos, que diminua o comprimento do front se acredita que minhas aproximações são muito inexatas: o resultado não chegará jamais a justificar o monte de mortes porque, não esqueçamos, minha hipótese apresenta como mortos do mesmo dia todos os mortos de 51 meses. Desde que se compacte bem os mortos para um dado dia e em um dado lugar, não sobra mais para o lado vizinho, sendo obrigados a admitir que em vários quilômetros de front não caiu um único morto de agosto de 1914 a novembro de 1918!

Se esse raciocínio direcionado às más testemunhas tira ademais dos pacifistas²⁸ um de seus temas de efeito, tanto melhor. O céu nos guarda de pôr nossa fé em argumentos tão fáceis de demolir! A causa da Paz ali tem tudo a perder.

5. OS FLUXOS DE SANGUE – Sobre os fluxos de sangue eu poderia fazer citações tão abundantes quanto sobre as pilhas de mortos. É uma tradição literária que remonta a Homero de fazer derramar o sangue às torrentes no lugar do combate. Quanto a Barbusse, ele faz crepitar o sangue nas chamas que a bala tem o dom acender, parece, no corpo humano. Contentemo-nos com três exemplos: “Como um aguaceiro vermelho de sangue dos bravos respingava sobre as aveias altas (Christian-Frogé). – As trincheiras alemãs cheias de cadáveres onde eles se agitavam no sangue até os joelhos (*La Frégeolière*). Uma camada de sangue vermelho... – Uma fonte de sangue jorrando... – Um riacho negro que afluiu no rio” ... (Barbusse).

A lenda dos jorros de sangue se acha refutada ao menos em parte, porque eu já falei dos montes de mortos. Os cadáveres estando dispersos os cadáveres, seu sangue também, e os filetes vermelhos não podem constituir torrentes. Isso não impede a verdade teórica que os seis litros de sangue de cada um dos dez milhões e meio de mortos no local encheriam o reservatório de

²⁸ Mas, dir-me-ão, você não é um pacifista? – É uma questão de palavras mas que importa aqui. Odeio a guerra e mais conscientemente que muito pacifista porque quatro anos de front impregnaram minha carne e meu espírito desse ódio. Eles são lembrados, serão sempre lembrados. Contudo, de 1914 ao momento em que escrevo isso (janeiro de 1928), não quis o epíteto que me assemelharia a tantos homens cujos métodos e argumentos desaprovo, alguns homens que escreveram livros que critico sem indulgência neste trabalho. Os pacifistas mais conhecidos, os mais verbais, os mais sensacionais tiveram como objetivo: 1º desacreditar a guerra; 2º desacreditar a guerra, 3º etc... Somos alguns, espero, a querer, por outro lado: 1º buscar, estabelecer a verdade sobre a guerra; 2º desacreditar a guerra na medida e apenas na medida em que essa verdade adquirida nos permita logicamente fazê-lo. Faço minha a bela definição de Elie Faure: “Militarista: o criador do pacifismo. Pacifista: o criador do militarismo” (aqui em *Réflexions*).



5.000 metros cúbicos. Mas não se trata de teoria, trata do que se viu na realidade. Eu vi pouco de sangue em Verdun e alhures. Muitos cadáveres não oferecem traços ao menos que sejam levantados: a terra, a grama absorvem o sangue sob o corpo. Certos ferimentos causam a morte sem cortar uma artéria. Há hemorragias internas. Vi, mesmo, arranhão do couro cabeludo ensanguentar a trincheira mais que de dez mortos. Sob um bombardeio assassino os obuses semeiam a terra na trincheira em raros flocos de sangue como se espargem as arenas. Os que abusam dos jatos de sangue em suas narrativas são, portanto, narradores infiéis que se inspiram na tradição poética e não na sua experiência. Temos aqui um outro critério do falso testemunho.

6. Erros diversos. – É inútil discutir aqui como outras ideias falsas que foram fortemente refutadas pelos escritores do front. Tais são: o ódio pessoal que o *poilu* sente em relação aos inimigos, sua confiança e sua admiração sem reservas com relação aos grandes chefes, a ofensiva preferida à defesa, o desejo de ir até o fim, a ignorância tática do *poilu*, as balas explosivas etc.

7. AS LENDAS HERÓICAS. – Em contrapartida, gostaríamos de discutir essa opinião: a guerra deu lugar a grandes feitos, a atos de sacrifício que dizem respeito ao maravilhoso e que rivalizam em beleza lendária com o que a história nos conta de mais surpreendente: Cynégire em Marathon, Léonidas em Thermopyles, Horatius Coclès, Bayard na ponte do Garigliano. A guerra certamente deu origem às lendas, isto é, narrativas de incidentes criados do nada, ou, como pelas lendas históricas mencionadas acima, tão deformadas pelo exagero que equivalem a uma pura invenção. Mas essas lendas dizem respeito sobretudo aos espíões e às atrocidades; é necessário acrescentar a isso as lendas sobre os efeitos maravilhosos de 1875. Essas lendas não foram localizadas nem datadas; são antes temas de lendas de que os narradores infiéis se apropriam, cada um fixando em tempo e lugar, sobre toda a extensão do front e sobretudo durante os três primeiros meses da guerra²⁹. Quanto às lendas heroicas, há apenas duas que são de uma notoriedade geral: a *Em pé os mortos!* e a Trincheira das baionetas.

Em pé OS MORTOS. – A primeira nasceu no front, mas a forma sobre a qual ela é aceita foi criada pelos civis em Paris. Transformaram em lenda heroica a crise de emoção de

²⁹ Ver entre outros os temas do cavaleiro enforcado e estripado, do batalhão inimigo destruído em um cercado, mortos congelados em quadros, cadáveres tão numerosos que ficavam de pé, pilha de palha em torno de mortos sem ferida etc. Um oficial do estado-maior, patenteado, se diz testemunha de um desses fatos; um general historiador adota um outro em sua história da Guerra (ver aqui em *Diários*: A. Bertrand, H. d'Estre, Tézenas du Montcel; Gandolphe; em *Réflexions*: Julia; em *Cartas*: Robert; em *Romances*: Bertrand, Des Touches).



um combatente visionário que exprimiu seus sentimentos no estilo dos místicos. Péricard foi socorrido, na opinião dele, pelos mortos que agiram como mortos, isto é, em espírito e miraculosamente. Os jornalistas, não tendo o sentido místico, mudaram a versão do autor o fazendo combater realmente e materialmente os feridos atingidos por uma explosão de energia. A lenda de Péricard que era verdadeira como impressão pessoal de um místico, que pode permanecer verdadeira para outros místicos, foi transformada em uma lenda heroica absurda porque, transportada no plano da realidade, ela cai sob os efeitos das objeções da experiência, ainda que essas objeções não fossem se opor a um fato puramente místico. Pode-se reportar à análise mais detalhada que fiz mais adiante sob o título Péricard.

A TRINCHEIRA DOS BAIONETAS – A lenda da Trincheira das baionetas, em contrapartida, não analisada neste livro porque ela não encontra lugar alguma na narrativa dos combatentes, mas nós fazemos a ela frequentes alusões. Essa lenda não parece ter existido durante a guerra. Ela foi criada pelos primeiros turistas civis ou militares visitantes do front; tendo a fileira de baionetas, que emergiam do chão, eles não compreenderam o significado e fabricaram uma conforme noções absurdas que tinham da batalha. A descoberta dos ossos na trincheira cheia os confirma na sua maravilhosa invenção. Eles não sabiam que há, ao longo do front, nos maus setores, dessas trincheiras cheias que são fossas comuns de franceses ou de alemães. Nesses lugares infernais apenas se deixam apodrecer os mortos sobre o solo se não puder fazer de outro modo; mas eles são muito inconvenientes³⁰: eles ofuscam a vista e o olfato, causam náuseas a ponto de que não se pode mais comer, eles minam a moral. Se é ofertado na proximidade um segmento de trincheira inutilizado, apressa-se de colocar ali os cadáveres e de recobri-los de terra; livra-se assim com cem vezes menos de pena do que se fosse cavar tumbas individuais, procedimento tão longo, tão fatigante que é inadmissível na linha de frente quando se trata de uma dezena de mortos. Sejam os mortos nossos ou dos inimigos, se esforça por marcar lugar na fossa comum. Não é fácil; o que se tem à mão para isso? Tive que enterrar franceses na floresta de Forges, numa noite de dezembro de 1914: para tombas, painéis esburacadas; para cruzeiros, nada; não tínhamos conseguido encontrar nada, nenhum bastão, nenhum fuzil, nenhum destroço de batalha. Fez-se o impossível para evitar nesses casos e entre os objetos que podem servir para marcar as tumbas, os fuzis abandonados são ainda os mais

³⁰ Sem ofensa a Henry d'Estre que, de seu posto no estado-maior, declara que sente sempre bem o corpo de um inimigo morto (aqui, em *Diários*).



fáceis de encontrar. Às vezes, se coloca a coronha para cima (o que impediria a heroica versão dos ignorantes), às vezes a baioneta para cima. Nossos livros de guerra fazem menção às trincheiras-cemitério marcadas por uma linha de fuzis. Vejam-se os fatos históricos aos quais a lenda veio se juntar após a guerra. Em junho de 1916, a 11ª corporação (Nantes) foi levada a Verdun; a 21ª divisão, general Douvin, é recrutada no 12 de junho rumo à floresta de Haudromont e na costa de Froideterre; as 3ª e 4ª companhias do 137ª de Fonetay-le-Comte sofrem um violento ataque que submerge suas fronteiras situadas nas encostas do sudoeste de Douamont; uma parte dos homens são mortos, outros são capturados, outros escampam. Os alemães, donos do terreno, juntam os mortos dispersos na terra, nos buracos de obuses e nas trincheiras, coloca-os em uma parte da trincheira que não pode servir ao seu uso, instalam fuzis ao longo da fossa e a enchem. E isso é tudo. Quanto à lenda, ela não resiste ao exame. Quando falam às vezes de trincheira cheia pelo bombardeio, os *poilus* querem dizer que a trincheira é destruída como trincheira utilizável: larga demais, obstruída demais para servir, vale mais evacuá-la e se colocar no buraco do obus que o avizinha. Os obuses são incapazes de encher uma trincheira no sentido em que os não-*poilus* compreendem encher; porque os obuses cavam tão quanto enchem e sua dispersão os proíbe de cavar sempre em uma mesma linha para preencher sempre uma outra linha. Para preencher uma trincheira, é necessário que os obuses, adaptando as sinuosidades das fossas, caiam rigorosamente a um metro à frente do parapeito, sem que um se perca na trincheira porque ele deitaria os fuzis que, para as necessidades da lenda, devem permanecer plantados retos e alinhados durante todo o período do bombardeio. Mas suponhamos que essa impossibilidade tenha acontecido e que os obuses, desobedecendo por uma vez a lei da dispersão, tenham feito o milagre de encher uma trincheira. Restaria ainda explicar um absurdo: por que os homens se deixaram enterrar? Eu imagino a ideia dos criadores de lendas: o soldado é atacado em seu posto na floresta de Haudromont como ele estava antes na sua guarita em frente ao hotel da divisão. Essas pessoas não sabem que há mais de latitude para se deslocar na linha de frente que quando se está de guarda na caserna; que nos piores setores essa liberdade é sem limite, que a independência de cada um é total, que uma seção só fica relativamente agrupada pelo fato de um sentido bem animal, o sentido de rebanho. É inclusive para o melhor, a iniciativa de cada um lhe permite tirar o melhor de cada situação que não pode dificilmente ser pior. Esse prefere se abrigar em uma miserável fossa que serve de trincheira, prefere a proteção que oferecem os buracos dos obuses. Se a trincheira parece tornar-



se insustentável, todo mundo se espalha no buraco dos obuses. Nesse caso, o que faz a verossimilhança do quadro heroico? Essa fileira de homens de pé com baionetas fixas, deixando a terra lhes subir do calcanhar ao joelho, à cintura, aos ombros, à boca... Só ficariam os braços para fora e

Esboçado no ar vazio unido grande sinal de cruz³¹.

Outro absurdo: nenhuma trincheira nessa data e nesses lugares não teria tido a profundidade suficiente. Outro absurdo: como é possível que desses homens enterrados vivos e de pé tivessem sido encontrados os esqueletos deitados?

A lenda é devida evidentemente aos espíritos romanescos que se deixaram enganar pelas numerosas narrativas, é bem verdade, que mencionam os soldados enterrados durante um bombardeio. Mas esses soldados estavam nos abrigos desmoronados sobre os obuses e são mortos esmagados pelos caibros ou asfixiados pelos gases de deflagração ou sufocados sob a terra. Em muitos casos, eles estão num espaço tornados vazios, recebem ar por uma fissura e são resgatados ao cabo de algumas horas e às vezes de dois dias. Mas essa versão de abrigo desabado não poderia se aplicar à nossa lenda. Em 1921 ou 1922 um artigo foi publicado no *L'illustration* sobre certa lenda e resumo de não tê-la anotado. O autor é um padre, velho tenente no 137^a, e ele protesta contra a versão lendária que associava tanta glória a seu regimento³². Causa perdida! Os sobreviventes das trincheiras das baionetas – e deve haver mais de um – viriam testemunhar fatos, que eles não apagariam a lenda e não convenceriam os amantes do heroísmo milagroso. Em contrapartida o comandante patenteado Henri Bouvar, que acreditava poder falar de Verdun em testemunho porque ele estava no estado maior da 2^a armada (região de Verdun), dando em um livro com pretensões históricas uma narrativa desse incidente conforme a lenda que ele aceita (*La gloire de Verdun*, p. 119-122. La Renaissance du Livre, 1922). Mas conjuramos nossos camaradas *poilus* de jamais se afastar das lições tão claras de sua experiência e de desmentir tudo o que a contradiz, em particular as lendas heroicas. Que

³¹ Sully-Prudhomme (Le gué) – Enterro-me em plena trincheira para um pequeno obus, caído perto do parapeito (Verdun, floresta das Caurières, janeiro de 1917). Posso dizer que não posso deixar de fazer e, ainda que aturdido, fugi rapidamente graças à massa reduzida do deslizamento de terra.

³² Comparar o protesto do professor Poisson, jesuíta, contra as narrativas lendárias de Le Goffic sobre os marinheiros de Dixmude (aqui, em Diários). – Ler sobretudo as citações que demos ao advogado católico Jubert, aqui em *Memórias*.



eles sempre declarem que o fato heroico da Trincheira das baionetas é uma mentira, que ele não tem o sentido comum e que nos cobrirá de ridículo junto às novas gerações que serão menos enganadas que nós pela beleza das anedotas de guerra. É necessário protestar, é necessário que todos os *poilus* que como eu tanto sofreram em Verdun se deem conta de que nossos verdadeiros sofrimentos se encontram insultados por essa caricatura de heroísmo saída dos cérebros dos emboscados³³.

Sobre AS LENDAS. – As lendas corrompem toda a história, mas a história militar sofreu e sofre mais que qualquer outra. Um dos desejos mais ardentes do *poilu*, frequentemente repetido nas memórias de guerra, era de que se soubesse um dia, conforme pensava, após a guerra, toda a verdade sobre sua guerra. Nada se oporia a isso hoje porque as testemunhas são legião, e sobre o número não faltam aqueles que unem a probidade intelectual à inteligência. Mas desde o armistício, o público e os próprios combatentes cometeram o erro de banir o assunto da guerra, da guerra-batalha. Egoísmo no caso civis, era um crime no caso dos combatentes, uma traição do passado de sofrimentos incompreensíveis, uma traição dos amigos desaparecidos, uma traição do juramento feito antes de dizer tudo desde que se pudesse, uma traição do depoimento sagrado da verdade que cada um trazia consigo. As lendas encontrarão campo livre e a versão chocante da Trincheira das baionetas nasceu, se expandiu, se concretizou em um monumento de cimento, entre a indiferença geral dos combatentes. Onde estavam essas cóleras que vi no front, na leitura de uma versão inexata de um feito de guerra relatado por um pobre jornalista que não aguentava mais? Não se falava nada menos que de passar ao seu escritório, durante uma licença, e lhe puxar as orelhas. Hoje que eles podem ser ouvidos, os combatentes não dizem palavra e deixam crescer uma lenda bem mais absurda que lhes davam que as narrativas que lhes davam acessos de raiva em 1915 ou 1916. Que esses dez anos de indiferença sirvam como relaxamento às mentes outrora saciadas com um assunto que é muito invasivo. Que doravante se voltasse a falar disso em um tom mais leve, com desejo de fazer sair a verdade para transmitir às nossas crianças! Jamais uma geração sofreu tanto quanto a nossa pela guerra, mas por isso mesmo nenhuma foi mais favorecida por estabelecer as verdades

³³ “... lendas baixas que se pensam lisonjeiras e que batem na cara dos que pretendem beijar” Carta de Marc Boasson, aqui em Cartas. – “Quando os absurdos nos parecem fortes demais, publicados milhões de exemplares, um movimento de humor nos faz bem acelerados”. Jubert (aqui, em *Memórias*). “O bom francês se deixa levar, entusiasmar pelas proezas as mais ridículas com uma maldade perfeita”. Coronel Ardant du Picq (aqui, cap. VI).



e enfraquecer as lendas. *Si vis pacem, para... veritatem*. Era uma banalidade no front, mas era necessário dizê-la novamente porque parece ter sido esquecida desde o armistício. Parece pronto a deixar fazer, a permitir que nossas crianças se nutram de fábulas, dessas fábulas que nos conduziram a agosto de 1914.

APÊNDICE

As refutações eu precedem tendo por objetivo esclarecer nosso objeto, é natural reunir aqui as observações sobre os fatos que, na minha opinião, explicam a abundância de testemunhos do front em grande proporção 1º dos *poilus* mais velhos, 2º dos intelectuais na trincheira. Tentar-se-ia atribuir a quantidade de lembranças pessoais unicamente ao grande número de mobilizados tendo estado no fogo, número muito superior de fato aos efetivos combatentes dos dois Napoleões. É a explicação que se oferece à primeira vista e unicamente. Anos de estudos me convenceram que as duas razões anteriormente citadas são bem mais prováveis.

Em nenhuma de nossas guerras, desde 1792 a idade média dos combatentes foi tão elevada e são os homens feitos que se analisam e que se narram mais que as Maria-Luisa. O quadro II que dá a idade exata dos 5/6 dos autores examinados aqui, revela que o ano médio de seu nascimento é 1883-1884 e sua idade média 30-31 anos em 1914, 34-35 em 1918. Os jovens soldados têm bem pouca escrita. Foi o mesmo com a guerra de Secessão de que um americano disse: “The war was fought by a ryge army of boys”. Encontrei a esse respeito alguns dados que estabelecem um contrastes eloquente entre as duas grandes guerras da raça branca do ponto de vista efetivo. Entre os 2.778.304 soldados da armada da União, 72% tinham 22 anos e abaixo. (Ou ainda: 28% tinham mais de 22 anos, 43% tinham de 18 a 22 anos, 25% tinham 16 e 17 anos, 3,5 % tinham 15 anos. Não se tem preciso em que momento eles tinham essa idade, sem dúvida em seu alistamento). Por outro lado, 50% dos mobilizados franceses tinham de 29 a 47 anos em 1914 e 33 a 51 anos em 1918 (homens nascidos de 1867 a 1885, classes 1887 a 1905).

A segunda razão é que os homens das profissões liberais foram enviados e mantidos no front em mais forte proporção que os das outras profissões, como suas perdas em mortes o comprovam. Supomos de fato que as perdas em mortes se distribuem entre as profissões na proporção dos efetivos mobilizados em cada uma delas e relacionamos 100/M (ou



Mortos/Mobilizados) essa relação igualitária de mortos aos mobilizados. Encontrar-se-á que que realidade o numerador foi não 100, mas muito menor ou maior seguindo as aptidões das diversas classes aos serviços de retaguarda:

Minas	57/M	Agricultura	124/M
Transportes	62/M	Comércio	134/M
Indústria	70/M	Domésticos não agrícolas	189/M
Serviços públicos	78/M	Profissionais liberais	209/M

Fiz os cálculos com os dados tomados dos estatísticos que encontrei no *Almanach du combatant*, anos 1923, páginas 29-32. Essas perdas de profissionais liberais permitem julgar o preconceito em Barbusse de lisonjear preconceitos populares³⁴.

CAPÍTULO VI: AS NARRATIVAS DE GUERRA ANTES DE 1914

As lembranças da Grande Guerra não são evidentemente sem exemplos no passado da nossa literatura ou a da antiguidade. Elas dão contudo a impressão de serem únicas no seu gênero e essa impressão parecem responder a uma realidade quando lidas relativamente todas e que lidas ou relidas algumas das narrativas pessoais mais conhecidas do passado. Não convém que eu fale com muita segurança destas porque eu conheço apenas bem pouco dos exemplos, mas o que eu li, eu as estudei com a mesma atenção, o mesmo escrúpulo os detalhes que as memórias de 1914-1918. Se não me aventuro muito, será útil preceder a crítica e análise dos livros de guerra de nossos contemporâneos para algumas observações nos livros de guerra dos nossos ancestrais.

A ANTIGUIDADE – A antiguidade nos oferece memórias pessoais? Eu conheço apenas *L'Anabase* e *La guerre des Gaules*, narrativas de comandantes na liderança e por isso mesmo contrários ao seu espírito ao do que pesquisamos: impressões dos soldados nos falando enquanto homem e não depoimento justificativo provando que a campanha foi bem gerenciada. Xenofone é melhor que César nesse ponto de vista, parece mais sincero e confia seus

³⁴ «Nada de profissão liberal à minha volta... Somos soldados combatentes, nós outros, e não há quase intelectuais..., etc.» Le feu, p. 19 (ver aqui em *Romances*).



sentimentos com mais abandono. Também os *poilus* cultos os citaram mais de uma vez e quando não o podiam, eles faziam alusão à longa e difícil caserna. César faz pensar em Ludendorff; no caso dos dois, o leitor sente a tese e o desejo da justificativa. Passemos, não há nada lá para nós, mas notemos superficialmente que Quinte-Curce escreveu uma pretensa história de Alexandre que é um puro romance. Esse exemplo não será perdido.

DA IDADE MÉDIA À REVOLUÇÃO – Avancemos os séculos. Deixei de ler Joinville porque me pareceu que as aventuras tinham mais lugar que a guerra em sua narrativa. Eu não pude encontrar o Loyal Serviteur, mas seria interessante controlar suas relações de proezas porque foram assinaladas no caso dele graves inexatidões sobre os feitos da guerra de Bayard. Como podemos pretender julgar os soldados em geral quando não verificamos os grandes feitos do combatente mais famoso? Em Monluc se pode colher observações interessantes que nos teriam esclarecido antes do primeiro choque de 1914 se nós soubéssemos compreender. Testemunha do progresso das armas de fogo, Monluc assinala o momento ou elemento atlético ou esportivo no qual desaparece a batalha. Desde que um soldado frágil possa abater de longe um guerreiro forte, hábil e bravo, feita da antiga noção de coragem, a que chamo de coragem de Aquiles (Ver Capítulo V). Que prova de nossa ignorância, de nossa obstinação pelas lendas, que essa ideia de coragem de Aquiles ser ainda aceita em 1914 depois de 350 anos de progresso incessante de armas de fogo depois de Monluc! Mas como Xenofone e César, Monluc é um grande líder; ele escreve como tal e não se esquece a não ser raramente de falar como ser humano. Passemos, passemos. Assinalo o príncipe de Ligne apenas para notar sua frase, muito conhecida, de reverente admiração pelo homem de guerra, e por sublinhar duas outras bem pouco conhecidas, mas mais fecundas em ensinamentos. Debochando dos teóricos que discutiam sobre o melhor modo de usar o sabre pelos cavaleiros, ele pergunta: “Vale a penas dissertar como se deve dar esse golpe de sabre que não existe?... Por que falar do que não acontece nunca?” Sobre a arma de choque da infantaria ele é tão cético quanto à da cavalaria: “Estou bem distante de acreditar nas baionetas, apesar de todos os belos feitos que contam os franceses em todas as suas guerras”³⁵.

DE 1792 A 1915 – Mas eis que estamos na Revolução e é apenas desde esse momento que nós teremos qualquer coisa que soa melhor em nossos livros de guerra. Pela primeira vez a

³⁵ *Préjugés militaires*, ed. Dumanine, Paris, 1875, p. 12 e 22. Comparar com Ardant du Picq: “O manejo do sabre é uma piada tão boa quanto a esgrima com a baioneta...”. Ver Cap. VI.



tropa teve cadernos de rota e se correspondeu com a família: diários de campanha e cartas de guerra, é ainda hoje o que caracteriza o melhor do pensamento escrito do combatente. Intui-se isso porque eles aparecem então e não antes. No lugar dos mercenários estrangeiros ou nacionais, iletrados sem ligação com os civis, nós temos uma armada nacional em que mais de um sujeito do interior escreveu convenientemente e pensa racionalmente, mantém sua família informada de suas aventuras e às vezes possui um caderno de rota. Não são mais os soldados no sentido antigo, são os cidadãos com os dons e as virtudes da pequena burguesia, dos artesãos, dos fazendeiros. Grande revolução do ponto de vista que nos interessa! Quanto resta desses documentos manuscritos nos arquivos privados ou públicos? Publicou-se muito pouco para que possamos julgar no geral; é necessário desejar que outros diários vejam o dia se queremos conhecer as guerras do tempo na verdade de seu detalhe em vez da lenda de seu conjunto. Mas seria necessário também que os que se encarregam de editar os manuscritos ou de reeditar as obras tornadas inacessíveis sejam dotados de senso crítico e senso histórico. É o que não se encontra muito em Lorédan Larchey, entretanto saído da Ecole des Chartes que editou o diário do sargento Fricasse e reeditou as memórias do capitão Coignet, nem em H. Gouthier-Villar que editou as memórias de Vaxeaire, nem em Raul de Cisternes que editou o diário do granadeiro Pils, nem em Maurice Barrès que editou a memória de seu avô, o comandante Auguste Barrès, e ainda menos em François Castanié que preparou uma edição popular de Coignet, a única não esgotada hoje. Esses editores não se propõem a servir à história de uma maneira desinteressada. Larchey, o melhor dentre eles, conta que o diário de Fricasse fará “condenar por nossos contemporâneos esse ao bem-estar a qualquer preço que ameaça falsear nosso julgamento dos deveres militares”... o espírito de covardia de “alguns artigos de paramédicos de 1871 que poderia citar como dos modelos desse gênero antinacional principalmente” (p. ix-x). Raoul de Cisternes edita Pils para fornecer “sua pedra fundamental que esse fim de século elevou à glória de seus primeiros anos” (p. x). Barrès quer “seguir a tendência do espírito nacional e distinguir o verdadeiro desenho político da França” (p. XVI). Esses editores não nos informam exatamente sobre o manuscrito original que eles corrigem ou resumem sem nos permitir saber onde e em que medida. Larchey eliminou as repetições e as palavras inúteis, e é uma pena. Raoul de Cisternes pretende estar confinado a afrancesar certos torneios de frases alsacianas, mas a comparação do fac-símile de uma página do manuscrito com o texto impresso prova que ele recompôs quase ao original. Barrès demonstra uma incompreensão total do valor



documental: ele deveria ter dado *em extenso* o fragmento do diário original, único válido, é que cobre apenas quatro meses, se reservando de abreviar tanto quanto necessário as lembranças modificadas e verdadeiramente deformadas que foram escritas de 30 a 40 anos depois dos acontecimentos. Os redatores de memórias muito frequentemente narraram em sua velhice as aventuras de sua juventude e quando eles tinham para se guiar notas tomadas de outrora no dia a dia, eles as desenvolviam com um espírito diferente, suprimindo as impressões que para nós são as mais preciosas porque elas são pessoais e sinceras, para substituí-las por uma versão banal da lenda criada posteriormente aos fatos.

JOLILER – As correspondências não têm esse defeito. Um literato contemporâneo Étienne Jolicler editou as cartas de guerra de François Xavier Joliclerc, primo de seu bisavô, voluntário da armada de 1793 a 1796. Há apenas dezoito cartas, endereçadas pelo soldado à sua mãe, camponesa do Jura. O estilo é notavelmente correto, há apenas algumas falhas ou particularidades para provar sua originalidade (eu fiquei...; se o Parque não encerra o fio dos meus dias), mas Joliclerc se exprime bem simplesmente na maior parte dos casos. Ao ler essas cartas o combatente de 1914-1918 se encontra em país conhecido: bem poucas menções aos combates a fim de não inquietar sua mãe, aspirações à paz a despeito de sua improbabilidade, luta infrutífera contra os piolhos, cólera desdenhosa contra os emboscados³⁶ e os bons faladores de antes, precisam de um pouco de dinheiro para poder beber vinho de tempo em tempo, felicidade de receber cartas de casa, espera da morte porque não se saberia fazer sempre a guerra e continuar a escapar dela. Pode-se nada imaginar de mais conforme aos sentimentos expressos pelos *poilus*? E nada mais estranho às bobagens senis e às mentiras gloriosas do capitão Coignet? Joliclerc é piedoso mas ele não quer rezar pela vitória: “Por que pedir pela chuva enquanto meu camarada pede pelo calor? Não. Eu digo simplesmente: Que a santa vontade se faça sobre a terra como ao céu” (p. 168). É o que encontramos nos nossos melhores livros de nossas guerras³⁷.

FRICASSE – O diário de marcha do sargento Fricasse foi escrito no dia a dia, ou quase, e muito evidentemente sem ajuda de um colaborador instruído. Esse testemunho é desprovido

³⁶ A fabricação das munições desempenha o mesmo papel que na nossa guerra: “Esses cidadãos preferem fabricar pólvora a queimar o bigode dos austríacos (p. 189). Soube que havia jovens que davam até mil desculpas para trabalhar na extração do nitrato” (p. 200).

³⁷ Por exemplo o pastor Giran, soldado argelino de 2ª classe, ou Bouguet, tenente-coronel patenteado (aqui em *Reflexões* e em *Cartas*).



de glória, é sincero e se o autor tivesse podido se colocar do ponto de vista estritamente pessoal ele teria nos fornecido um documento precioso. As passagens pessoais, muito raras e muito breve, são excelentes; mas o sargento acredita que interessa narrar as campanhas da armada da República, ele explica os movimentos de sua armada, de sua semibrigada, mais raramente de seu batalhão e de sua companhia.

É raro que ele diga eu, ele adota um nós impessoal. E no entanto ele sabe ver; ele tem descrições ingênuas e saborosas dos países estrangeiros, dos costume e dos usos dos habitantes. Ele descreve as misérias do inverno 1796-1797 com um tom de verdade: “O rigor do inverno parecia aliviar nossos males; a neve, a chuva gelada vinham pesar sobre nossas roupas leves... realmente era miséria e compaixão. Nossos soldos estavam atrasados há vários meses e nós não recebíamos mais um centavo... Um pouco de pão gelado era toda a nossa comida, esse lugar não permitindo encontrar madeira para esquentar nossos pobres membros todos afligidos de frio no acampamento” (p. 93-95).

PILS – O diário de marcha do granadeiro Pils, pai do pintor Isidore Pils, é muito mais abundante. Não se encontram senão raras notações pessoais e sinceras que remontam ao caderno de rota; todo o resto traz a marca de uma redação posterior aos acontecimentos, feita provavelmente com a ajuda da história de Thiers. Não sejamos enganados por tais documentos que pretendem nos dar as impressões imediatas da epopeia. Eles nos dão somente as da lenda de Aigle, quando levou todo o tempo que precisava para se constituir. Contudo, Pils é superior a Marbot e a Coignet: longe de ser um fanfarrão e um mentiroso, ele é muito modesto e o que provém de suas memórias pessoais é muito bom. Infelizmente ele que narrar as campanhas de Napoleão e elaborar estratégias. Veja-se uma notação pessoal: organização de Oudinot, ele narra a pilhagem pelos franceses do castelo saxão onde o marechal veio estabelecer seu quartel general em maio 1813. “Os móveis e as mesas que guarneciam essa suntuosa residência tinham sido destruídos; as telas de mestres e as fotografias tinham sido cortadas pela baioneta. A catástrofe da guerra aparecia lá em todo a sua fealdade; os bárbaros não tinham agido com mais brutalidade (p. 166)”.

BARRÈS – Jean-Baptiste Auguste Barrès era mais jovem que Joliclerc, Fricasse, Coignet e Marbot de 18, 11, 8 e 2 anos, mas tinha um ano a mais que Pils. Simples soldado nos recrutamentos de infantaria da guarda durante 3,5 anos, ele assistiu em Ulm, Austerlitz, Iéna, Eylau e Friedland mas sem ser engajado. Subtenente em dezembro de 1807, tenente em 1809,



capitão em 1812, ele fez campanha na Península, assistiu em Lutzen, Bautzen, Leipzig e na caserna; ausente Waterloo. Ele terminou sua carreira como chefe de batalhão, promovido a esse grau em 1827. Seu neto e editor chamou *souvenirs* o que é verdadeiramente um diário de 1804 a 1835, mas a partir de 1804 a 1814 é provavelmente bem mais abundante que a que segue. O que Maurice Barrès publicou é um estrato de um manuscrito que deve ser muito longo. Deve-se desejar que Philippe Barrès publique inteiro esse documento que é particularmente interessante pelas razões seguintes. Em 1804 o jovem soldado de 20 anos resolveu ter um diário; com 56 anos ele decidiu transcrever suas velhas notas e sabemos que ele completou essa transcrição há 61 anos, em 1845. Seu neto conhece apenas essa segunda redação, mas ele descobriu em seguida um caderno contendo as notas originais do período de 18 de julho a 17 de novembro de 1805 e, contudo, ele nos deu os trechos desse período. Por que ele achou bom fazer cortes em um documento tão curto e tão precioso, o único que nos dá as impressões diretas, espontâneas e sinceras? Eu pude comparar esse fragmento de 24 páginas (página 30-54 do volume) as passagens correspondentes da segunda redação (*Revue des Deux Mondes*, de 1922, 1º de outubro, p. 504-508). Como se pode suspeitar, as duas versões diferem; o jovem soldado de 1805 e o velho oficial da reserva não escrevem sob as mesmas influências. Veja-se como a segunda versão é deve “melhorar” a primeira. *Estilo*: ela adiciona palavras inúteis que tornam o texto banal. *Fatos*: ela omite quase tudo o que é anotações pessoais dos soldados sobre si mesmos, seu esquadrão, sua companhia e a substitui por uma histórica que explica os movimentos das grandes unidades e por tudo o que podiam fornecer as histórias publicadas antes de 1840 ou mais tardiamente 1845. *Realidades da guerra*: ela omite a menção à chuva, à lama, ao frio; a menção às bebedeiras e as pilhagens que condenavam o honesto soldado. *Sentimentos sobre a guerra*: ela omite as frases seguintes e tudo o que participa do seu espírito, “quatro meses de corrida, de cansaço, de miséria me provaram que nada é mais temeroso, mais triste que a guerra (p. 32). Se eu tivesse caído me deixado cair, eu não teria conseguido me levantar, tanto minhas forças estavam aniquiladas. Não caminhava mais, eu me arrastava... Começava a lembrar de Paris (p. 35). Eu fui testemunha de uma amostra dos horrores da guerra... A vila [bávara] foi em instantes inteiramente devastada; não se contentavam de tirar a madeira, tiravam os móveis, os instrumentos de arado, os objetos pessoais, a roupa. Os líderes se perceberam, mas tarde demais, dessa torrente devastadora... Esse espetáculo, novo para mim, me partiria o coração; eu derramava lágrimas sobre a sorte desses pobres habitantes (p. 40).



Nós estávamos sob corrente de chuva, na lama até os joelhos, não tínhamos comido nada durante o dia e todos os nossos membros adormecidos de frio... Um oficial veio nos tirar desse lugar de morte... Eu vi pela primeira vez um campo de batalha. Esse espetáculo me congelava de medo... tudo era cheio de morte... eu não comi o dia inteiro (p. 43)”. Se esse soldado fala assim³⁸ ele que serve nessa unidade de elite que Napoleão favorecia e recusava expor, as impressões dos soldados ordinários deviam ser bem piores e mais ou menos conforme as nossas. São elas que nos informarão a verdade da epopeia imperial quando saberemos encontrá-las sob a forma original que elas deveriam conservar. A glória napoleônica foi provada apenas por velhotes que traíram as impressões de sua juventude. Auguste Barrès como outros sofreu a influência corrupta de uma lenda muito posterior a Waterloo, mas sua narrativa se contenta de esconder as feiuras e os sofrimentos, ele tornou-se banal, vazio, pomposo, sem jamais cair na invenção ou na mentira. Eu examinei o texto da segunda versão e não encontrou ali qualquer traço dessas fábulas que são o essencial do texto de Marbot e de Coignet. O velho comandante não pôde mesmo resolver apagar a impressão de horror que lhe causou Eylay em que ele foi apenas expectador: “A mais horrível carnificina... terrível espetáculo... me saí apavorado (p. 87-88)”. Auste Barrès é um homem honesto.

MARBOT E COIGNET – Eu guardei para o final Marbot e Goignet que oferecem o mais perfeito exemplo de deformação de lembrança de guerra que eu conheça. Suas lembranças são um documento que nos instrui sobre a atitude que temos tido com relação à guerra: flagelo terrível enquanto dura, nós a detestamos; enfeitado de heroísmo, de glória, cantado de modo épico, vinte ou quarenta anos depois, nós achamos que ela lisonjeia mais que o triunfo da paz. Também Marbot e Coignet são os mais populares dos soldados memorialistas de todas as nossas guerras antes de 1914 porque eles nos mostram a beleza dos combates melhor que os outros. Irmãos pelo sucesso na mentira³⁹, e por suas funções de emboscadas do front, eles diferem de todo o resto. Um de família burguesa, filho de um general chefe da armada da Diretoria, foi ajudante de campo de diversos marechais, depois coronel de cavalaria sob o Império, morreu tenente general, inspetor general de cavalaria, grande oficial da Legião de honra e nobre da

³⁸ Trata-se, não nos esqueçamos, da campanha de Austerlitz que nos apresenta como uma marcha triunfal de soldados exaltados de glória.

³⁹ Cf. Genevoix sobre os faladores de 1914: “Os maníacos da mentira, os cômicos malfeitores, e que não têm outra desculpa que não ignorar o mal de que são responsáveis”. (Aqui, em *Diários*).



França. O outro, valete de fazenda iletrado, aprendeu a soletrar para passar ao cargo de sargento, serviu nove anos no posto como granadeiro da Guarda, dois anos como oficial do serviço de correios da sede geral, não conseguiu jamais ler correntemente e permaneceu incapaz de escrever suas lembranças. Esses dois mestres falastrões diferem de todos os outros memorialistas que conheço no que diz respeito a jamais tomarem notas e redigiram tudo de memória na sua velhice; longe de se esconder, eles se gabam.

COIGNET – As lembranças de Coignet foram redigidas entre 1850 e 1853 por algum escriba que tinha levado a sério as bravatas que o velho soldado narrava há 35 anos em um café de Auxerre. Sobre as campanas do Império o soldado napoleônico não podia testemunhar pois ele só os acompanhou como espectador sem nunca estar engajado. Mas esse soldado da retaguarda se coloca como abatedor. Sendo oficial do serviço de correio, ele encontra o meio de matar um oficial bávaro em 1813, um oficial inglês na véspera de Waterloo, um oficial prussiano depois. Seu editor Castanié, excitado pelo tom sedutor do livro, se coloca em sintonia com a lenda e diz que seu herói “tinha livrado a França de uma centena de inimigos (p. III)”. Eis que nos informam sobre o efeito da intoxicação que produzem essas narrativas gloriosas. Coignet tem um dom de ubiquidade que lhe permite se encontrar em todo lugar onde se passam os acontecimentos históricos; ele talha para si um papel de primeiro plano em todas as lendas caídas no domínio comum, em todos os episódios narrados por Thiers cujo escriba de Auxerretinha o texto sob os olhos para guiar as narrativas erráticas de seu narrador. O Petit Caporal monta a guarda no lugar da sentinela? Essa sentinela é justamente o camarada de quarto de Coignet que foi testemunha da cena. Lannes foi morto em Essling? Caulaincourt em Smolensk? Colocou-se a maca de Lannes “no meio a nós” e Caulaincourt “eu vi cair a dois passos de mim”. Coignet em Iéna viu a rainha da Prússia fugir em sua carroça, em Paris ele viu as roupas de baixo de Marie-Louise e carregou o rei de Roma em seus braços; na ponte de Bérézina, antes de autorizar a passagem, Napoleão colocou o marechal Davout à direita e Coignet à esquerda da entrada da ponte. E é assim ao longo de todo o livro. Às vezes os detalhes têm algo de surpreendente: fala-se de um platô famoso em Austerlitz? Coignet o vê como “montanhas inacessíveis”. Inútil prosseguir porque todo o livro é tecido por esses exageros. Pode-se afirmar sem dúvida de erro que em *Os três mosqueteiros* Dumas dá o quadro mais exatamente histórico que as pretensas lembranças de Coignet e as pretensas memórias de Marbot.



MARBOT – Marbot não se contenta com as narrativas de batalha, ele declara ter sido encarregado de missões diplomáticas e militares que o faz atravessar toda a Espanha, Alemanha e Áustria. Émile Bourgeois quis examinar duas de suas narrativas de missão e concluiu que são inventadas do zero. Seria bom verificar as outras. Não sou qualificado para fazê-lo e me contento de examinar os incidentes de menor importância. Essas verificações não oferecem dificuldade alguma desde que se saiba fazê-lo: os falastrões não calculam jamais e é pelo cálculo que se destacam os seus absurdos. Veja-se um exemplo: 3 de dezembro de 1805, no dia seguinte a Austerlitz, Napoleão “chegou às margens do lado de Satschan... percebeu flutuando a cem passos do dique um amplo pedaço de gelo isolado sobre o qual estava estendido um pobre suboficial russo... a coxa atravessada por uma bala... Napoleão ordenou fazer tudo o que se poderia para salvar esse infeliz”. Depois de tentativas infrutíferas por outras, Marbot e um tenente se despem, entram na água, chegam ao gelo, empurram-no nadando, depois “sentindo enfim que nós tínhamos o pé no fundo do lago, nós passamos nossos ombros embaixo do bloco de gelo e o levamos para a costa... O imperador veio felicitar o tenente e eu pela coragem etc... e chamando seu mameluco Roustan... ele nos fez beber de um excelente rum...”. (tome I: p. 265-270). Todo homem que tem o hábito de comparar as narrativas que leu à sua própria experiência ficará cético diante dessa história, ele pegará um lápis e calculará com a ajuda de peso específico de gelo qual deverá ser a dimensão de um gelo capaz de suportar a carga de um homem de 70 quilos. Ele achará que se o pedaço de gelo suportado deve emergir em alguns milímetros, deverá atingir um peso de 1000 quilos; esse bloco é o que Marbot e seu companheiro tinham levantado sobre seus ombros e transportaram na costa andando na lama, com o russo estendido sobre “o pedaço de gelo”. Eis seis páginas inteiramente consagrada na narrativa detalhada de uma pura lorota. Pode-se mesmo, ainda que Marbot seja muito moderado nas datas, calcular a rapidez de suas viagens na carroça nas suas missões de Paris a Berlim ou a Dantzig. Chega-se a resultados prodigiosos. Assim, em 1807 Marbot parte de Paris em 10 de maio do castelo de Finkestein, perto de Osterode ao sudoeste de Dantzig. Ele faz a viagem em oito dias e meio, descansa um dia, volta a Paris de onde é reenviado imediatamente a Finkestein, onde, sua missão cumprida, ele se une a Lanes em Marienbourg, em 25 de maio. Em quatorze dias Marbot percorreu três vezes a distância de Paris na Polônia, as duas últimas viagens são feitas em quatro dias e meio, ou seja dois dias e um quarto para cada uma. Ele se gaba dessa rapidez superior à de todos os outros mensageiros e que lhe vale elogios do imperador (I: p.



358-360). Quanto ao episódio muito conhecido de sua égua Lisette em Eylau, ele foi admirado por pessoas que se recusam a refletir; para explicar a moda de uma história tão inverossímil é necessário admitir que a credulidade dos leitores é sem limite (I: p. 345-357). Que pensar do general de cavalaria Morland, morto em Austerlitz, trancado em um barril de rum, enviado a Paris onde dez anos depois “o barril sendo quebrado pelo envelhecimento, ficou muito surpreso de ver que o rum tinha feito crescer o bigode do general de um modo tão extraordinário que ele passava para baixo da cintura (I: p. 264)”. Eu me limito aqui ao primeiro dos três tomos e apenas menciono que anotei bem poucos erros. Como Coignet, Marbot recolhe lendas do folclore dos soldados napoleônicos, adapta-as a seu uso e se serve delas várias vezes. Na sede de Gênova uma bomba “caindo sobre o brigue inglês, o perfurou do convés à quilha, e ele se afundou num piscar de olhos” (I: p. 113). No campo de Bolonha o Imperador apontou um morteiro em um brigue inglês e erra, mas o cabo “ajusta por sua vez e faz cair a bomba bem ao meio do brigue, que furou cada vez mais... se encheu de água imediatamente imerge majestosamente” (I: p. 203-204). Esse tenente general tem a mesma presunção cândida que o analfabeto Coignet: “Assisti a essa cena... [o ato de rendição de Gênova]. Sou o único oficial que... [Marengo] etc.”. Há pessoas para aceitar titubear as narrativas de combates desse gênero? “Embora nossos soldados atirassem sobre os inimigos a vinte e cinco passos, estes continuavam sua rota sem responder, porque para fazê-lo seria necessário parar e os momentos eram muito preciosos. Cada divisão, cada regimento [russo, algumas semanas antes de Eylau] marchou então sob nossa fuzilaria sem dizer palavra nem diminuir sua marcha um único instante. As ruas de Golymin estavam cheias de moribundos e feridos, e não se ouvia um único gemido porque eles eram proibidos. Foi dito que nós atiraríamos em sombras. Enfim nossos soldados se lançaram com a baioneta sobre essas massas e foi apenas os perfurando que eles adquiriam a convicção de que estavam lidando com homens” (I: p. 327). Os três grossos tomos alcançaram perto de cem edições na França e o sucesso dessas traduções foi relativamente grandioso. Uma edição escolar, contendo os episódios salientes, foi lançado na Inglaterra em 1897; ela teve um grande sucesso nas escolas americanas durante a guerra. Marbot, depois de ter alcançado os mais altos graus da armada, não recuou diante de qualquer inverossimilhança, e, supondo a lamentável credulidade do público a respeito da lenda de Aigle, explorada sem limite. O publicou tudo aceitou, os próprios historiadores não buscaram querela com Marbot a não ser em certos pontos. Ah! Marbot bem



nos dá um documento, mas é um documento sobre a estupidez humana fascinada pela glória militar⁴⁰.

LEMBRANÇAS DE 1870-1871 – Entre 1815 e 1870, as campanhas da Argélia, as guerras da Crimeia, da Itália e do México deram lugar às lembranças. Porém, não se podem comparar pela quantidade a que nos deu a guerra de 1870-1871. O comandante patenteado Palat, atualmente general, publicou em 1896 uma bibliografia contendo em torno de 7500 títulos de obras sobre essa guerra: história, técnica militar, histórias únicas, relações de repórteres, contos e romances de guerra, e em particular diários, cadernos e lembranças. A parte mais volumosa se compõe de obras alemãs e a menor de obras francesas; algumas obras dos não beligerantes encontram-se ali, inglesas na maior parte. Qual é exatamente o número dos livros franceses e, entre eles, o número dos livros de lembranças pessoais? É impossível dar disso a mais vaga aproximação, pois, eu já disse, apenas a leitura pode revelar a natureza dos textos sobre a guerra, os títulos sendo o sinal o mais enganoso. É certo que nós vivemos na ignorância a mais absoluta sobre sua quantidade, sua qualidade, seu valor documental. Podemos unicamente supor que se eles não fossem inferiores às lembranças pessoais de 1914-1918, eles não teriam ficado desconhecidos como estão: os melhores esgotaram-se há muito tempo desde sua primeira edição e não foram reimpressos; os outros não são vendidos. Quis conhecer um certo número e todos os que encomendei esgotaram-se, exceto um, as *Impressions de campagne* do doutor H. Beaunis, que é muito estimável⁴¹.

Os romances sobre 1870-1871. – Mas o que distingue a literatura da guerra de 1870 é a predominância do romance sobre as lembranças reais; se as lembranças ficaram desconhecidas embora numerosas, os romances e os contos, pouco numerosos, mas graças aos escritores talentosos, civis ou não combatentes, adquiriram uma reputação mundial. Certos contos de Alphonse Daudet e de Maupassant, as seis novelas dos *Soirées de Médan* por Zola, Maupassant, Huysmans, Henry Céard, Léon Hennique e Paul Alexis, *La débâcle*⁴² que Zola publica há vinte anos depois da guerra, *Une époque*⁴³, a teatrologia que os irmãos Margeritte pbulicaram de 27

⁴⁰ Cf. Genevoix sobre os faladores de 1914: “Os manipuladores do heroísmo fabricado, os colecionadores de proezas sobre-humanas, os cozinheiros da epopeia de usos do passado. Ah! Essa credulidade imensa do passado, e o que essas pessoas lhe dão de alimento!” (Aqui em *Diário*).

⁴¹ Ver em Bibliografia da Introdução.

⁴² Ver em Bibliografia da Introdução.

⁴³ Ver em Bibliografia da Introdução.



a 33 anos depois da guerra, todas as ficções fazem da guerra um tema literário. Zola se informou com cuidado, mas como ele não tinha visto nada do que conta, ele só pode sustentar que nos tem dado um romance histórico, o que nunca é um testemunho. Os Margueritte esforçaram-se ainda mais para fazer reviver uma época já remota, mas é necessário se lembrar que eles eram crianças de 10 e 3 anos na época da guerra. Esses escritores seguiam uma tradição: durante muito tempo o público foi representado nas guerras de 1792 a 1815, menos pelas memórias, bem pouco lidas, que pelas narrativas militares de Balzac, o episódio de Waterloo por Victor Hugo n*Os Miseráveis*, as 40 páginas de Stendhal na *Chartreuse de Parme*, o sequestro do reduto de Merimée, os fragmentos muito curtos de Vigny na *Servitude et grandeur militaires* e as cartas da Itália de Paul-Louis Courier. Eram de grandes escritores, eram de grandes obras, mas as páginas consagradas estritamente à guerra formavam um total modesto. Balzac, o mais abundante, o que nos dá? Passagens bem curtas de três romances *Les chouans*, *Une ténébreuse affaire*, *Le médecin de campagne*; alguns contos militares nos quais a guerra não aparece por assim dizer: *Le colonel Chabert*, *Adieu*, *L'auberge rouge*, etc. É necessário lembrar o estabelecimento dessa tradição e por várias razões: 1º O talento dos escritores não impedia suas ficções de serem uma imagem distante da realidade, pois não tinham jamais assistido a um combate, salvo Stendhal nos seus inícios e foi sempre incapaz de contar a sua campanha; salvo também Courier que tinha o dom de escrever cartas nas quais ele inventava quase tudo; 2º Essa tradição habituou o público depois de 1871 a buscar os quadros e as impressões da guerra nos romancistas mais do que nos velhos combatentes; ela explica em parte o esquecimento no qual caíram as narrativas de testemunho; 3º A tradição anterior a 1870, reforçada pela de 1871 à 1914 comprometeu a apreciação dessa magnífica floração de impressões pessoais publicadas de 1915 à atualidade, em proveito de três romances de combatentes (*Gaspard*, *Le jeu*, *Les Croix de bois*) e de toda a literatura de romancistas civis que tomaram a guerra por tema (Bourget, Bazin, Bordeaux – que escreve à paisana ainda que usando o uniforme -, Le Goffic, Dumur etc.). O público vai buscar a guerra em todo lugar exceto onde ela se encontra e Ernest Psichari morto na guerra mas não inspirado por ela é considerado como escritor do front; 4º Chegou-se a formular os princípios sobre os quais a tradição é supostamente estabelecida: toda obra de expressão pessoal não poderia ser senão obras de literatos, livre das contingências de datas e de fatos precisos; o caderno de rota é apenas banal, monótono, condenada ao prosaico dos acontecimentos jornalísticos tolamente notados, o que lhe interdita todo o escopo geral como



toda realização da arte. Os Tharaud, embora combatentes, expõem esses princípios em seu livro de guerra (ver aqui em *Souvenirs*). Diversos artigos de crítica sobre os livros da guerra demonstram esses princípios com a ajuda de exemplos escolhidos entre as obras que são objeto de nosso trabalho (ver em particular Marie e Nourry em *Monde Nouveau*, em 15 de dezembro de 1925).

OS MALFEITOS DA TRADIÇÃO LITERÁRIA – Assim, para falar bem da guerra seria necessário nunca tê-la vista, seja nunca tê-la notado e esperar tê-la suficientemente esquecido. Não se deve surpreender-se se essa enormidade causou irritação no autor desse livro: explica-se assim por que sua crítica tornou-se dura quando se ocupa dos literatos puros e dos que professam desprezar os cadernos de rota.

5° Os literatos que deram livre curso à sua fantasia nas suas ficções de guerra incorrem em responsabilidades. Penso que Maupassant e, em menor grau, Zola têm uma parte de responsabilidade nas atrocidades de agosto de 1914. Quando o primeiro descreve um camponês que assassina prussianos, uma camponesa que coloca fogo em sua casa para queimar o inimigo alojado em sua casa, um atirador argelino que serve a seu tenente “um excelente filé”... de prussiano (*La père Milon, La mère Sauvage, Tombouctou*); quando o segundo, com sua mania de detalhes horríveis, descreve a cena em que o alemão é sangrado como um porco por franco-atiradores, (*La Débâcle*, p. 358), eles caluniam seus concidadãos; mas os alemães, levando a sério essas distrações dos romancistas naturalistas, acreditaram encontrar exemplos em 1914 e sua repressão foi o que se sabe. As invenções absurdas de dois grandes romancistas franceses agiram como as mentiras que caíram sobre aqueles que as lançaram ou sobre seus vizinhos inocentes. Porque é necessário se dar conta que Maupassant e Zola eram muito lidos na Alemanha onde eles eram, com relação aos nossos autores romancistas, mais populares que na França. Se eles tinham caluniado seus compatriotas de 1870, Dumur caluniou os alemães de 1914 em romances nos quais ele levou aos últimos limites a descrição da bestialidade sangrenta; tais exageros desonram a profissão das letras e deveriam conduzir seu autor aos tribunais. Essas invenções gratuitas foram tomadas por fatos reais por muito dos leitores, pois se o público toma os romances ordinários como ficções há uma forte tendência a levar os romances de guerra a sério e como depoimentos. Ele tem razão quando se trata de obras de combatentes como o romance de Jean Bernier, *La perece*, história verdadeira que não quase não difere das memórias dos *poilus*. Mas quando se trata de obras de civis, o erro do público é completo, engana-o com



mentiras audaciosas que se abrigam atrás da independência e da propaganda patriótica. O romance de guerra para os literatos civis é um flagelo da verdade histórica ao mesmo título que as lendas que tento desacreditar⁴⁴. Essa verdade histórica de nossa guerra nós queremos defendê-la perante e contra todos, pois não é uma verdade abstrata, transcendental, ela é marcada na nossa carne, na lembrança de nossos sofrimentos e nossas angústias. Se todos os romances de guerra dos literatos viessem a desaparecer, a arte não perderia nada e a história ganharia força e influência. Unamo-nos contra essa falsa literatura e façamos-lhe uma guerra tenaz. Os *poilus* escreveram muitas das belas páginas de verdade vivida para substituí-la: trata-se apenas de se dar conta que elas existem.

VILLEBOIS-MAREUIL – Entre 1871 e 1914 se encontram as lembranças do coronel Villebois-Mareuil, oficial que renunciou, no serviço dos bôeres durante a guerra sul-africana⁴⁵. Documento precioso por sua espontaneidade não afetada por uma redação posterior, é feito de notas encontradas sobre o corpo do oficial, morto em Boshof, África Austral, em 5 de abril de 1900. Precioso também por seu pano de fundo que nos revela o conflito entre o profissional, saído da Escola de Guerra, imbuído das doutrinas ofensivas de nosso estado-maior, e os generais bôeres, fazendeiros líderes de fazendeiros, combatentes de primeira ordem, de forma alguma militares pelo espírito e os métodos, e que querem chegar à invasão pelos meios que seu bom senso lhes sugere. O sábio oficial francês queria pressionar os ataques ao máximo; desesperado por ver suas opiniões escutadas com deferência mas não seguidas, em seu diário ele acusa seus amigos de inércia, timidez, pusilanimidade, de cegueira... se ele não acrescenta covardia, ele certamente o pensa. Os bôeres levam isso para a defensiva; eles compreendem que a pequena trincheira para atiradores ajoelhados os protege contra a artilharia, que os dois ou três fios de ferro lisos de sua rede é suficiente para cortar o élan de um assalto, que sua qualidade de bons atiradores lhe permite fazer mal ao inimigo, sem quase sofrer eles mesmos. Uma vez que o inimigo adota a ofensiva eles estimam que seria loucura imitá-lo e perder as vantagens enormes da defensiva. Tal é o conflito: de uma parte os princípios abstratos de um militar, cheios de uma ciência escolar que toda as guerras contemporâneas contradizem; de

⁴⁴ Aqui dois erros inofensivos mas que dizem muito sobre a ignorância do autor. Sobre o terreno reconquistado em Artois, maio de 1915, nossos caçadores colhem o trigo com sua baioneta, o trigo semeado pelo inimigo (Bazin. *Les Nouveaux Oberlé*, p. 279).

⁴⁵ Ver em Bibliografia da Introdução.



outra parte medidas que impõem a situação e que adotam dos chefes realistas, habituados a refletir sobre casos concretos, sejam da guerra ou de uma exploração agrícola de um país novo. A leitura desse livro deve nos fazer refletir; ela deve nos obrigar a nos questionar o que os franceses até então não quiseram se perguntar: o que teria acontecido de 21 a 24 de agosto de 1914 se, conduzidos por *burghers* em vez dos nossos generais, as armadas francesas fossem enterradas, apenas a 30 centímetros, fossem protegidas, apenas por um fio liso aqui, por galhos acolá, e tivessem abandonado ao inimigo a iniciativa do ataque, com seu cortejo de fortes perdas, queda moral, perda de confiança na possibilidade de jamais ter êxito contra um adversário que mata e não se matar⁴⁶. A guerra uma questão muito simples, uma questão de experiência, a qual todo combatente pode adquirir. Se tanta gente não compreende a guerra, é porque acredita que ela é uma técnica difícil, que é envolta em mistério. No dia em que ela for compreendida, a paz será assegurada, porque nenhum povo quererá arriscar uma ofensiva condenada ao desastre, sabendo que a vítima se recusa a atacar também, contar-se-á com uma defensiva impenetrável. Esvaziemos nossos espíritos de toda noção tradicional, apeguemo-nos à nossa experiência e veremos claramente o problema mais importante dos homens civilizados. As memórias de antes e depois de 1914. - Assim, de Joliclerc que lutava em 1793 a Villebois-Mareuil que lutava em 1900, temos mais de um século de cartas, diários, cadernos e memórias dos combatentes, tropa e oficiais de tropa. A massa, a verdade interna e externa, o valor documental do conjunto desses testemunhos ficam desconhecidas, porque a mina de informações não foi explorada cientificamente. É uma perda séria para a história militar; uma perda incalculável para a humanidade que se esforça para formar uma opinião sobre o fenômeno guerra. É preciso fazer o inventário dessas fontes, é preciso prepará-los, e depois usá-los. Entretanto, nós temos documentos similares sobre a guerra de 1914-1918, e estes são certamente superiores ao que podemos conhecer hoje de tudo o que os precedeu. Se a armada da Convenção instituiu uma nova era dando nascimento às memórias dos simples soldados e dos oficiais subalternos, a armada de 1914 levou uma revolução mais ou menos igual mantendo na linha de frente, ao lado camponês, do operários e dos pequenos burgueses, a quase totalidade dos intelectuais de uma nação que contavam muito: profissões liberais incluindo o clero, alta

⁴⁶ A defensiva tinha contudo adeptos, muito raros é certo, entre nossos patentesados. O comandante Samuel Bourguet escrevia em 1915: “Tive o sentimento muito fechado que se quisesse e pudesse aplicar as ideias que defendo há dez anos, os alemães não teriam entrado na França” (aqui em *Cartas*).



burguesia e nobreza cultos, oficiais de carreira bem mais capazes de escrever que aqueles de Jemmapes e de Waterloo. Desses intelectuais servindo na fileira como soldados e chefes de companhias, de fato, poderíamos esperar bem mais de diários de rota que o diário tão fino de Fricasse. A sua cultura geral eles acrescentavam uma vantagem essencial: aquele de pertencer a uma geração que tinha por trás de si quase um século de romance realista, psicológico e descritivo, relatos de viagens mais honestos que aqueles de Chateaubriand, crítica literária rompida na análise, estudo filosófico feito para promover a independência do pensamento, estudo histórico em que os fatos substituem a tradição, estudo científico que prova o valor da experiência. Uma palavra resume o que todas essas disciplinas ensinam: realismo. Esses intelectuais saberão descrever os espetáculos da guerra, eles saberão analisar seus sentimentos⁴⁷. Esta dupla capacidade é o que distingue nossos escritores do front de seus antecessores.

ARDANT DU PICQ – Nem todos, pois há uma exceção sobre a qual não tínhamos falado. Um único soldado antes de 1914 nos deu a nota de realismo descritivo e psicológico, tão correta, tão plena que a geração de 1914 não a ultrapassou. É o coronel Ardant du Picq⁴⁸, capitão na Crimeia, chefe de batalhão na Síria, tenente-coronel na Argélia, que não conheceu a guerra de 1870 porque ele foi morto já no início da sua primeira convocação. Seu livro *Études sur le combat*, obra póstuma, inacabada, projeto de livro mais que obra redigida, é a obra mais forte, a mais verdadeira, a mais científica jamais advinda de uma pena militar francesa. Esse livro passar por uma obra técnica e não se pensar em assemelhá-la às lembranças do *poilu*. Mas sua técnica é bem nova, é a técnica da psicologia do combatente, a partir da experiência pessoal do autor na Crimeia. Nisso ele se assemelha aos livros dos *poilus*, é o único que se aproxima deles e difere profundamente dos estudos técnicos de Jomini em Foch. Para o combatente de 1914-1918 nada do que foi publicado antes da guerra lhe lembra melhor suas impressões sob o fogo que os *Études sur le combat* que não concordam apenas com sua experiência, mas lhe revelam fenômenos que ele conhecia sem suspeitar, que preservou apenas no subconsciente. Os militares professam admirar Ardant du Picq, mas essa admiração é inexplicável porque todas

⁴⁷ Eu falo aqui daqueles que eram capazes de fazer mais do que os que fizeram tudo. Ver-se-á que muitos dentre eles menosprezaram sua experiência para seguir a corrente da tradição mentirosa.

⁴⁸ Ver em Bibliografia da Introdução.



as ideias, sem exceção, dos *Études sur le combat* são antagonistas dos artigos de fé dos militares.

Estes veem no combate dos trabalhadores, do equipamento, uma manobra que constituem uma dinâmica; du Picq vê nisso, sobretudo, o homem de carne e de pensamento, torturado por apreensões, aterrorizado pela invocação da morte e entre os chefes seus sarcasmos visam tanto "o homem da matemática" quanto o "o homem da parada militar" (p. 163, 277, etc.)⁴⁹. Eles acreditam na ofensiva a todo custo, no ataque levado ao máximo até o contato e no corpo a corpo, até nos combates de arma branca; du Picq nega o choque, que seja de cavalaria contra cavalaria, de cavalaria contra infantaria, de infantaria contra infantaria; ele declara o soldado incapaz de chegar até ali porque a carga bem sucedida imediatamente contra um inimigo que se retira ou ela mesma se retira diante de um inimigo que expõe bravamente; em todo caso a abordagem não ocorre porque um dos dois partes evita, esquiva, se recusa, se faz de morta ou se rende se o inimigo não se rende antes, mas nunca se apunham reciprocamente⁵⁰. Eles acreditam que o comandante continua a comandar sob o fogo, que ele

⁴⁹ “O combatente vislumbrado como ser racional, abdicando sua natureza móvel e variável para se transformar em pião impassível e fazer função de unidade abstrata nas combinações do campo de batalha, é um homem das especulações de gabinete, e não é nunca o homem da realidade. Este é de carne e osso, é corpo e alma; e por mais forte que seja a alma ela não pode dominar o corpo a esse ponto que não haja nela revolta da carne e confusão de espírito face à destruição. O coração humano... é então ponto de partida em todas as coisas de guerra; para conhecê-las é preciso estudar... Nós aprenderemos a desconfiar da matemática e da dinâmica material aplicadas às coisas do combate; a nos proteger das ilusões do campo de tiro e de manobra em que as experiências se fazem com o soldado calmo, ponderado, descansado, saciado, atento, obediente, com o homem instrumento inteligente e dócil em uma palavra, e não com esse ser nervoso, impressionável, emocionado, confuso, super excitado, móvel, escapando a si mesmo, que do chefe ao soldado é combatente... Ilusões contudo, persistentes e tenazes, que sempre reaparecem no dia seguinte dos mais absolutos desmentidos a eles infligidos pela realidade e portanto o menor inconveniente seria praticar o impraticável (p. 1 a 4). – Comparar a opinião de um *poilu* (aqui em *Romance*: Bernier e notas).

“Quando se raciocina em plena segurança, depois do jantar... da guerra, do combate, se sente animado do mais nobre ardor e se nega a realidade” (p. 113).

“As organizações táticas sobre o papel organizam sempre um ponto de vista mecânico, negligenciam o coeficiente essencial, o moral, e quase sempre se enganam” (p. 119).

“A tática é a arte de fazer combater os homens com o seu máximo de energia que apenas a organização pode dar ao encontro do medo. Que não parte dali e faz com que matemática esteja errada. É a ciência soberana da guerra” (p. 145). Ver o argumento do tigre (aqui em *Memórias*: Pastre).

⁵⁰ “Nós temos um pouco de confiança absoluta demais *en avant, en avant, pas tant de façons* [adiante, adiante, não importa o modo] (p. 145). Nossa confiança no avante louco tornou-se um fiasco completo (p. 272). A vantagem pertence à defesa completada por movimentos ofensivos feito a propósito... O tiro rápido... torna impossível as cargas da cavalaria... e as cargas da infantaria... que se tornam elas? (p. 167). O choque é uma palavra... jamais, jamais não se encontra duas resoluções iguais face a face (p. 154). Os ímpetos da cavalaria que se encontram é a poesia, jamais a realidade (p. 75). Jamais havia ali o confronto da cavalaria com a infantaria (p. 76). Não há ali confronto de infantaria com infantaria (p. 156). O combate de perto não existe (p. 158). O combate faça a face e corpo a corpo... é excessivamente raro (p. 6). O franco combate não existe jamais (p. 125). A abordagem não é



tem sua tropa nas mãos, que ele realmente dirige os movimentos, o tiro, o assalto; du Picq afirma que assim que é recrutada uma tropa escapa totalmente do comandante que lidera de longe, apenas os de baixa patente engajados com a tropa conservam alguma ação nela, diminuída, aliás, por sua própria desordem e limitada aos vizinhos imediatos; todos os comandos de tiros são ilusórios⁵¹. Eles acreditam na virtude do espírito militar que comparam ao patriotismo, eles acreditam na virtude da farda, da pluma, dos galões, das insígnias vistosas, das armas de parada, das evoluções do campo de manobra; du Picq deseja a morte do espírito militar, a simplificação do uniforme, a supressão da pluma; ele não para de ridicularizar os exercícios de parada e as falsas lições de campo de tiro e de manobra⁵². Poderia levar mais

jamais mútua (p. 88). O inimigo nunca fica no lugar, porque, se ele permanece, é você que foge, o que suprime sempre o confronto (p. 153). Desde Guibert, observa-se que as ações de confronto são infinitamente (infinitamente tomado no sentido matemático) raras (p. 126). Com o corpo a corpo... haveria extermínio mútuo, mas sem vencedores... A palavra é portanto bem forte; é a imaginação dos pintores e dos poetas que viu o corpo a corpo (p. 66-67). Os combates com baioneta (em que não se dá jamais um golpe de baioneta) ... (p. 128). O manejo do sabre é tão boa piada quanto a esgrima com a baioneta, tomada no ponto vista de uma utilidade, de um uso qualquer no combate (p. 236). Quantos são enganados pela fraseologia militar e se figuram um ataque, um levante com a baioneta como uma matança mútua... A palavra baioneta antes da palavra marcha..., nos ilude a cada passo das narrativas (p. 313). Fala-se muito da baioneta, confesso por minha conta, não ter visto dar um único golpe, à noite na trincheira (capitão V., citado por du Picq, p. 367). Os fogos são... o único meio de destruição empregado pela infantaria (p. 277). Os escritores militares não cedem diante da experiência; eles só podem compreender que é uma coisa mais forte que as razões, o instinto do homem que sempre prefere o combate de longe ao combate de perto" (p. 281).

A comparar às narrativas dos *poilus* sinceros, por exemplo Meyer e Naegelen (aqui em *Diários* e em *Romances*). Veja-se as opiniões do general Trochu sobre o tiro e sobre o choque que se aproximam daquelas de Ardant du Picq. "As tropas submetidas à emoção do combate não se ajustam jamais disparando, que se supõe chegadas com algum grau de calma e de solidez. Elas atiram frente à precipitação. Muitos dos homens mal suportam e não suportariam de forma alguma se as sevícias do recuo nos os obrigassem. (p. 179). – A multidão acredita que a cavalaria procede sempre confrontando as massas que lhes são opostas, penetrando-as, dispersando-as pelo arreio do cavalo e pelo sabre ou a lança. Ela crê ainda que nos confrontos de infantaria contra infantaria os grupos que se encontram se furam com golpes de baioneta em que o sangue jorra" (p. 184). (*A armada francesa em 1867*, Paris, Amyot, 1867, sem nome do autor).

⁵¹ "A direção tende a escapar ao chefe supremo, aos chefes subalternos... Pela força das coisas as batalhas tendem se tornar hoje... batalhas de soldados (p. 89). As batalhas de soldados são bem mais frequentes (p. 112). As batalhas, mais do que nunca hoje são batalhas de soldados, de capitães. Elas o são ainda de fato pois em última análise a execução pertence ao soldado; mas a influência deste sobre o resultado final é mais ou menos grande; daí a verdadeira palavra do dia: Batalhas de soldados (p. 91). O soldado raso de nossos dias uma vez em ação escapa, pela desordem inerente à ação, pela dispersão... ao controle dos chefes" (p. 223). Ver aqui em *Diários*: texto e nota.

⁵² [Ver nota 58]. "As armadas são guizos entre as mãos dos príncipes (p. 256). Uma arma é uma coisa monstruosa (p. 259). Quem diz sociedade democrática diz sociedade antipática a quem faz o espírito militar. O ar militar é um ar desconhecido dos romanos. Entre eles, não há diferença entre civil e militar (p. 261). Gasta-se milhões por ano em uniformes, penduricalhos, barretinas, etc... Simplicidade em tudo! Fora as plumas de todo gênero! Menos amadores! Se menos de constrangimento, menos de ostentação, belo infortúnio! (p. 274). A observar que na França nossos uniformes têm cores absurdas. Importa-se apenas com a aparência para uma revista... A calça comprida vermelha se vê de mais longe que a cinza, assim a cinza deveria ser o fundo do uniforme do soldado raso... A noite, na caída da noite, os russos chegavam até nossas trincheiras sem ser visto por alguém graças à sua capa cinza-perdiz" (p. 364, nota; ver aqui em *Souvenirs*: Binet-Valmer e nota).



longe a análise desses contrastes, mas a citação a seguir os faz compreender todos porque ele aborda o cerne da questão: “De onde vem essa facilidade deles para a guerra sobretudo... que não são de forma alguma chamados a fazer pessoalmente? Dessa poesia que envolve a guerra, o combate, e que tem para nós, duas vezes mais que alhures, o dom de entusiasmar as gentes. Seria um serviço a prestar à humanidade, ao seu país, desiludir a esse respeito, mostrar o que são os combates: as pasquinadas, terríveis de fato, por causa do sangue derramado, mas pasquinadas, em síntese, cujos autores, heróis aos olhos da multidão, não são mais que pobres presos entre o medo, a disciplina e o amor-próprio, que atuaram durante algumas um jogo de avanço e recuo (sic), sem jamais se encontrar, se abordar, se ver, mesmo de perto, com outras pobres pessoas tendo tanto medo quanto eles e presos na mesma engrenagem”⁵³. (Estudos sobre o combate, página 266).

Esse grande pensador militar é a nosso ver o único técnico que teve a probidade intelectual e a coragem de preferir as lições de sua experiência pessoal do combate às ilusões tradicionais da função. Ele não é conhecido e honrado como merece. Por outro lado, não deve surpreender se seu nome aparece frequentemente nas lembranças dos combatentes da Grande Guerra. É que Ardant du Picq é mais que qualquer outro nosso irmão de armas, viu como nós, sentiu como nós, soube dizer a verdade, por pior que fosse, como os melhores dentre nós⁵⁴.

⁵³ Essa passagem revela em du Picq um apóstolo da paz; veja-se outros exemplos: “O bom francês se deixa levar, entusiasmar, pelas proezas as mais ridículas com a premissa perfeita... É que o homem ama se admirar sua força e sua valentia. Que essa força e essa valentia achem outros meios de se afirmar, ao menos que se mostre à multidão que a guerra não é essa verdadeira medida, que há de mais verdadeiro, de mais alto, e esse ideal terá lugar melhor... Ignora-se qual força está na justiça” (p. 256, 255-256 et 266).

⁵⁴ É assim que ele insistiu sobre a importância documental das impressões do soldado raso: “Quem conhece a moral do soldado raso, aquele que é submetido à rude prova, esse conhece a respeito de todos os combatentes (p. 132). É sobre o soldado raso que o combate exerce a maior violação, impressão porque é sempre o mais exposto” (p. 144).

Ele se esforçou por desmentir as proezas lendárias: “Desde as trincheiras de Fribourg até a ponte de Arcole, até Solférino, há uma multiplicidade de proezas, de posições estratégicas de front, que enganam todo mundo, os generais como os bons burgueses, e que fazem fazer sempre as mesmas besteiras. Seria tempo de ensinar as pessoas que as trincheiras de Fribourg não tinham sido estratégias de front, que o ponto de Arcole não tinha sido estratégia de front, que Solférino não tinha sido..., etc. (p. 131) Enfim, é duro para os militares de alta patente cegos às dificuldades da tropa: “Essas pessoas vivem bem: todo mundo faz o mesmo! Eles têm cavalos de elite e bem nutridos que vão para todos os lados: os caminhos são excelentes! Eles nunca ficam doentes: os médicos exageram as doenças! Eles têm médicos e serviços: todo mundo é bem cuidado! Tal coisa se passa, monstruosa negligência, como se vê frequentemente na guerra; com a generosidade da barriga cheia, eles dizem: “Mas isso seria uma infâmia, coisa sem nome, o não admissível, é impossível, etc.” (p. 245). Cf. Morel-Journel, aqui em *Diários*.



Há dois escritores de sua linha que, ainda que não combatentes⁵⁵, merecem ser mencionados aqui, porque exprimem ideias que complementam aquelas de Ardant du Picq. Essas ideias não poderiam encontrar lugar nos *Études sur le combat* mantidas em forma de rascunho e baseadas sobre uma experiência anterior em 1870. Mas é provável que se du Picq tivesse sobrevivido e adicionasse à sua experiência da Crimeia a experiência mais rica de 1870-1871, ele as teria exposto em uma obra concluída. O capitão Émile Mayer, técnico de artilharia de uma parte, Jean de Bloch, economista israelita russo, conselheiro financeiro do czar, inspirador da primeira convocação das nações em Haya de outra parte, tem a grande honra, depois de ter estudado a guerra de um ponto de vista estritamente realista, mas sem fazê-la, de ter chegado até às conclusões que previam com antecedência (de 23 a 27 anos para um, 16 a 23 anos para o outro) o que aconteceu em 1914-1918 para a grande estupefação dos experts militares da Europa. Suas profecias são tão surpreendentemente precisas que permanecem inacreditáveis para todos os que não leram suas obras: as dos artigos de Mayer publicadas de 1888 a 1892 e a obra de Jean de Bloch, cuja publicação se estendeu de 1892 a 1899. Essas profecias não têm qualquer relação com as que se reivindicam com o dom da divinação, da visão adivinhatória⁵⁶; elas resultam da fé de seus autores na ideia fundamental de Ardant du Picq, que se pode conhecer o que a guerra será amanhã fazendo uma pesquisa com um espírito científico, livre das lendas e dos preconceitos militares, pesquisa considerando os detalhes significativos, coordenados, interpretados e levando a conclusões. É o que du Picq exprime nesses termos: “Dir-se-ia que ninguém quer compreender que, para saber o amanhã, é necessário conhecer o ontem, e o ontem não está escrito francamente em parte alguma. Está somente na memória dos que sabem lembrar, porque souberam ver, e jamais falaram⁵⁷... O mínimo detalhe, flagrado em uma ação de guerra, é mais instrutivo para mim soldado, que todos os Thiers e Jomini do mundo, os quais falam sem dúvidas para os chefes de Estado e das forças armadas, mas não mostram jamais o que eu quero saber, um batalhão, uma companhia, um pelotão em ação (p. xi)⁵⁸. Todos os

⁵⁵ Não combatentes, eles negligenciam a psicologia do soldado e por isso sua obra apresenta maior contraste com a de Ardant du Picq.

⁵⁶ *Anticipations*, obra de H. G. Wells, lançada em 1901, muito mais conhecida que aquela de Jean Bloch. Wells leu o autor russo, o nomeia, mas questiona-se se ele leu os artigos de Mayer.

⁵⁷ Se du Picq tivesse conhecido as memórias publicadas sobre 1914-1918, ele teria acordado para o que mais de uma boa testemunha falou. Por outro lado, sua frase confirma o que nós pensamos sobre as testemunhas das guerras anteriores.

⁵⁸ Comparar o que nós dissemos antes, cap. IV.



detalhes podendo esclarecer seja da perspectiva material, seja da perspectiva moral da ação, podendo fazê-lo ver de perto, o mais perto possível, são coisas infinitamente mais instrutivas para nós, soldados, que todas as discussões imagináveis sobre os planos e a conduta geral das campanhas dos maiores capitães, sobre os grandes movimentos de campanha de batalha... Certamente não se pode obter todos os detalhes possíveis sobre uma mesma questão. Mas certamente, de uma sequência de narrativas sinceras, deve resultar um conjunto de detalhes característicos, bem apto a mostrar, de uma maneira surpreendente, irrefutável, o que acontece obrigatoriamente, necessariamente a tal ou qual instante de uma ação de guerra, dar a medida do que ora pode ser obter do soldado... e nos adverte contra os métodos a priori, os métodos da escola, pedantes (*Études sur le combat*, página XIII-XIV)

Émile Mayer⁵⁹ estudou sobretudo as consequências que devia levar ao emprego das armas de fogo aperfeiçoadas pelo tiro rápido, a pólvora sem fumaça e a grandes distâncias. Ele previa o tiro indireto, a impossibilidade da guerra em campo aberto, a imobilização quase imediata dos fronts, o vazio do campo de batalha onde as armadas são entrincheiradas, invisíveis, a supremacia da defensiva sobre a ofensiva empreendendo uma guerra sem solução por meios puramente militares. É o que a guerra de 1914 provou: durou mais de 4 anos e teria continuado por bem mais tempo ainda sem intervenção dos Estados Unidos agindo menos como agente militar que como agente econômico e sobretudo moral, fazendo baixar o moral alemão e ao mesmo tempo que aumentar o nosso. A esse agente moral se adicionavam outros de mesma natureza: no caso da zona cinzenta, a perda gradual de confiança no seu governo e seus grandes chefes militares que tinham abusado das vitórias brancas e dos triunfos sem efeito, perda da confiança precipitada por nossa propaganda e o progresso das ideias revolucionárias.

O triunfo do método de Mayer brilha na precisão da previsão seguinte: “Representa-se [é o autor que esconde modestamente sob o pronome indefinido] a batalha do futuro contrapondo duas muralhas humanas quase em contato, separadas somente pela espessura do perigo, e essa muralha dupla vai permanecer quase inerte apesar da vontade que se tem de ambos os lados, apesar das tentativas que se fizeram para consegui-lo. Uma dessas linhas buscará, não podendo avançar, ultrapassar a outra. Esta por sua vez prolongará seu front, e isso será um concurso que se estenderá o máximo, na medida que seu efetivo lhe permita... Mas a

⁵⁹ Ver na Bibliog. da Intro. E em Cartas: texto e nota.



natureza apresenta obstáculos. A linha parará em um ponto de apoio, em um mar, uma montanha, uma fronteira de uma nação neutra. A partir desse momento não há uma razão para que a luta termine, pelo menos desse lado”⁶⁰. Mas enquanto a obra de Ardant du Picq tem toda a audácia e a franqueza brutal de notas que a redação final não suaviza, os artigos de Mayer, oficial subalterno, são quase obscuros à força da prudência e de considerações a respeito de doutrinas do dia que não ousava bater de frente. Ele está reduzido a prová-las em bloco para refutá-las em seguida em seu detalhe. Às vezes ele empresta sua opinião aos que certamente não a compartilhavam: “Ninguém hoje imagina seriamente que a baioneta seja a *ultima ratio* dos combates”⁶¹. Mas acontece que Mayer louva as doutrinas de seus adversários com uma tal verve que, sob o ditirambo, é a fustigação que aparecer. Depois de ter citado a instrução de 1887 sobre a ofensiva total ele comenta: “Em uma boa hora! Eis os sotaques masculinos, e que é bom enfim de ouvir. Ao invés de uma marcha clandestina e dissimulada de moita em moita, de sulco em sulco, todos de pé e avante! Rufem os tambores! Clarins, toquem seu refrão de batalha: *Tem uma gota para beber lá em cima!* Bandeiras, balancem vossas dobras flutuantes! E todos, à baioneta! Corramos sobre o inimigo e vamos olhá-lo no branco dos olhos, se ele nos der a chance. Mas é muito provável que ele nos recusará o prazer: preferirá nos dar as costas! Nada é mais reconfortante, nada é mais são que essas vigorosas exortações de audácia, temperadas de uma piada”⁶². Essa passagem publicada na *Revue Scientifique* de 23 de fevereiro 1889. Notemos a data para mensurar o mérito de Mayer⁶³.

Jean de Bloch⁶⁴ apresenta o caso mais curioso dentre os autores dos quais falamos. É em seus escritos que se encontra a imagem mais próxima da guerra que os *poilus* fizeram e, no

⁶⁰ *Algumas ideias francesas sobre a guerra do futuro*, artigo publicado na *Revue Militaire Suisse*, nº de maio de 1902. A revista reimprimiu, resumiu, em seu nº de 1915. – Se se compara a citação acima àquelas que damos de du Picq (sobretudo aquelas da página 48, em nota), ver-se-á o que distingue cada um dos dez autores: du Picq é um soldado raso que viu o fogo, ele revela a psicologia do combatente e as consequências táticas que dela resultam; Mayer é um artilheiro não combatente que prevê o efeito de.

⁶¹ *Como se podia prever a imobilização dos fronts...*, p. 41.

⁶² *Ibid.*, p. 49.

⁶³ Os artigos que Mayer publicou de 1888 a 1892 permanecem quase desconhecidos. Ele publicou extrato deles na brochura: *Como se podia prever...* publicado em 1916, mas esses extratos são muito fragmentários. Interessa que esses artigos sejam editados em extenso a fim de permitir que se estabeleçam os fatos exatos da história das doutrinas de guerra nos trinta anos que precederam 1914. Ver-se-á então que se a doutrina oficial da ofensiva com excesso, da ordem rígida, da preponderância da arma branca triunfante na Escola de Guerra, a razão conservava seu direito graças a qualquer espírito independente, os heréticos realistas.

⁶⁴ Ver na Bibliografia da Introdução e Boasson, aqui em *Cartas*.



entanto, Bloch é um civil que nunca usou farda. Esse rei dos caminhos de ferro chegou a ser o homem mais bem informado sobre a guerra tal que ela é graças à extensão e à sagacidade de uma pesquisa como nunca feita antes, nem desde então. A pesquisa com as testemunhas é a ideia essencial de Ardant du Picq, mas ele só a tinha esboçado na data de sua morte e as notas de *Études sur le combat* são apenas esboço do estudo monumental que o coronel preparava. No entanto, Jean de Bloch que cita tantos escritores militares nunca menciona Ardant du Picq; ele poderia conhecer pouco os *Études*, de fato, cuja edição parcial permaneceu desconhecida e cuja edição completa é posterior à sua morte. Mas se ele ignora du Picq⁶⁵, Jean de Bloch se torna seu discípulo mais direto: ele começou a pesquisa com as testemunhas, levou-a até o fim e tirou conclusões que previam o que se chamou como as surpresas da guerra de 1914. Ele tinha organizado, digamos, toda a equipe de pesquisadores para examinar os documentos e concentrar os resultados da pesquisa. Sua grande obra em 6 volumes precedeu a guerra sul-africana que deveria lhe dar uma primeira confirmação. Jean de Bloch ali repetia, por conta própria e segundo documentos independentes, as previsões já feitas por Émile Mayer. Mas ele fazia outra que, por si só, bastava para desvendar todo o mistério das guerras que adviriam no início do século 20. Ele previa a paralisação da ofensiva e conseqüentemente o uso generalizado das trincheiras e redes de arame⁶⁶. Vendo seus prognósticos confirmados em Transvaal, ele escreveu cinco artigos de 1900 a 1902 (data da sua morte) em três revistas (uma francesa, uma inglesa, uma americana), para atrair a atenção do público sobre as ideias que lhe eram caras⁶⁷. Morreu antes das três guerras que deviam, melhor ainda que a do Transvaal, dar uma

⁶⁵ Ele o ignora evidentemente, pois ele o cita sem duvidar disso, atribuindo ao general Pouzyrevski uma passagem famosa que este tomou de empréstimo de Du Picq e traduziu em russo. Ver Bloch: *La guerre*, tomo 1, p. 619-620: ali se encontrarão as páginas 153-154 de Du Picq que contêm a frase: “O confronto é uma palavra”.

⁶⁶ Ele protestava contra o ceticismo dos raros técnicos que admitiam o uso de redes pelo inimigo mas que propunham destruí-las por meios pueris: Que significam esses meios de destruição recomendados se eles são bons apenas nos casos em que os inimigos atiram de modo pouco perigoso e se é ameaçado por um tiroteio barulhento mas inofensivo? Tudo isso é completamente incompreensível. E não se explica de antemão o cuidado que põem os autores militares a deixar de lado a questão dos obstáculos artificiais. Em vez de se ocupar disso, eles se esforçam por convencer as tropas que lhes bastará aplaudir para chegar às obras com ousadia e que nada os impedirá de atacar o inimigo com a baioneta”. *La guerre*, tomo 1, p. 617. – Bloch critica, vinte anos antes, nossos métodos de combate de 1914-1915. Cf, aqui em *Romances*.

⁶⁷ “A superioridade da defensiva atingiu nos nossos dias um grau muito elevado graças às armas de tiro rápido, à pólvora sem fumaça, ao uso generalizado das trincheiras e das redes de arame farpado... A importância das trincheiras e dos arames farpados é hoje evidente... – Temos tanto fuzis quanto pás, mas estou inclinado a acreditar que das duas ferramentas de combate é o mais humilde e o mais desprezado que é o mais útil (citado de acordo com um general inglês no Orange). Um dos fatos mais marcantes é o pouco efeito do fogo da artilharia sobre as trincheiras... Canhões bôeres ou britânicos, seu efeito sobre as trincheiras era o mais escasso... Em Paardeberg



demonstração evidente da certeza de seu raciocínio: a guerra russo-japonesa, a guerra dos Balcãs, a guerra de 1914-1918.

Mas por que falar aqui desse homem que não foi nem combatente, nem soldado? Primeiramente para mostrar a origem dos métodos de Ardant du Picq e a fecundidade de seus resultados. Em seguida, para mostrar em Jean de Bloch o exemplo mais convincente da lição que a guerra me ensinou: que a chamada arte militar não tem segredos proibidos aos não-iniciados, sejam eles civis, contanto que se informem pelos métodos de investigação e de pesquisa ratificados por outras disciplinas. Por esses métodos, um civil bem dotado pode aproximar-se da verdade mais perto que os mais brilhantes professores de estratégia e de tática porque aborda o problema sem ideias preconcebidas e o trata sem ter em vista a maior honra da profissão militar no passado, no presente e no futuro. Os técnicos do ensino militar oficial não mencionam em suas obras nem fronts estanques, nem trincheiras, nem redes; em pleno século XX, preconizam a marcha sob o fogo em grupos compactos, as avalanches com as baionetas, as cargas de cavalaria⁶⁸. Jean de Bloch declarava esses últimos caducos, duvidando mesmo que jamais tenham sido possíveis; em contrapartida, descabelava-se antes com os traços essenciais da guerra que tínhamos realizado. É para se perguntar, por maior que seja o paradoxo, se a França teria sido invadida em 1914 caso em que seus exércitos tivessem sido formados na escola do grande financiador russo. Esse pacifista de gênio tinha compreendido que para matar a guerra seria necessário começar por bem conhecê-la, melhor que os próprios experts militares⁶⁹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDANT DU PICQ, Charles. **Études sur les combats**. Paris : Hachette, 1880.

Cronje tinha 4000 homens nas trincheiras; bombardeada por 50 a 100 divisões durante 10 dias, ele perdeu 40 homens... Sem trincheira os ingleses perderam 1500 homens em Spion-Kop pelo tiro de dez divisões... Pouco ingleses puderam ver um bôer... Nem seis oficiais conseguiram ver um em Colenso... Não se viu um único bôer durante o dia”. *Contemporary Review*, ano de 1901, vol. 80.

“The day of the bayonet, is over” é a frase que reaparece como um refrão nos artigos escritos por Bloch para as revistas anglo-americanas.

⁶⁸ Ver na Bibliografia da Introdução.

⁶⁹ Como Mayer, Jean de Bloch está longe de ter a bela independência, a expressão categórica de Ardant du Picq. Quando ele cita a opinião de experts militares europeus, submete-se a seu prestígio e não ousa recusá-los claramente. Sua opinião pessoal esgueira-se lá onde está menos em destaque. Mas não está clara e o leitor atento poderia apenas enganar-se. Wells leu mal seu autor quando escreveu: “Os ataques de cavalaria seriam suprimidos, contrariamente ao que admite Jean de Bloch...” (*Antecipações*, cap. VI).



- BARBUSSE, Henri. **Les enchaînements**. Paris : Flammarion, 1925.
- BARBUSSE, Henri. **Le feu** : journal d'une escouade. Paris : Flammarion, 1916.
- BARRÉS, J. B. Auguste. **Souvenirs d'un officier de la Grande Armée**. Paris : Plon, 1923.
- BOUVARD, Henri. **Les leçons militaires de la guerre**. Paris : Masson, 1920.
- CARON, Pierre. **Revue de Synthèse Historique**, tome 33, p. 6-11, 1921.
- COIGNET, Jean-Roch. **Souvenirs d'un vieux grognard par le capitaine J. R. Coignet**. Paris : K. Tallandier, 1912.
- CRU, Jean-Norton. **Témoins**: essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants édités en français de 1915 à 1928. Cressé : PRNG Editions, 2016 [1929].
- FRICASSE, Jacques. **Journal de marche d'un volontaire de 1792**. Paris : J. Dumoulin, 1910.
- JOLICLERC, François Xavier. **Ses lettres**. Paris : Perrin, 1904.
- MARBOT, J. B. Marcelin. **Memoires du général baron de Marbot**. Paris : Plon, sans date.
- MAYER, Emile. **Comment on pouvait prévoir l'immobilisation des fronts dans la guerre moderne** : l'évolution de l'art militaire. Paris : Berger-Levrault, 1916.

Artigo recebido em: novembro/2023

Artigo aceito em: março/2024



**VELHICE EM TEMPOS TURBULENTOS: REFLEXOS DO
NEOLIBERALISMO E DO NEOCONSERVADORISMO DURANTE A
COVID-19**

***OLD AGE IN TURBULENT TIMES: REFLECTIONS OF
NEOLIBERALISM AND NEOCONSERVATISM DURING COVID-19***

STHEFANE MONTEIRO PEREIRA

<https://orcid.org/0009-0001-7394-581X>

Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) pela UFAM

sthefanemonteiro@hotmail.com

ALICE ALVES MENEZES PONCE DE LEÃO

<https://orcid.org/0000-0002-9466-067X>

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM

Professora Adjunta do curso de Serviço Social da UFAM

allicyponce@gmail.com

Resumo

Embora a velhice seja uma conquista da humanidade, as pessoas idosas não encontram garantia de proteção social por parte do Estado, que tem reforçado a ideia de reprivatização da velhice, patentemente evidenciada no contexto da Covid-19. Por meio de uma revisão de literatura crítica, propomos uma reflexão teórica acerca dos efeitos da conjuntura neoliberal e neoconservadora sobre a vida das pessoas idosas no Brasil no contexto da pandemia da Covid-19. Na primeira sessão, debatemos o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil. Na segunda, discutimos a Covid-19 e a produção de seus efeitos no aprofundamento da vulnerabilidade social. A terceira seção apresenta um panorama da situação das pessoas idosas no período crítico da pandemia da Covid-19 no Brasil. Entende-se que o retrocesso do Estado baliza o avanço de uma longevidade efetivamente protegida e com qualidade.

Palavras-chave: Pessoa idosa; Estado; Covid-19; Etarismo; Vulnerabilidade social.

Abstract

Although old age is an achievement of humanity, elderly people do not find a guarantee of social protection from the State, which has reinforced the idea of reprivatizing old age, clearly evident in the context of Covid-19. Through a critical literature review, we propose a theoretical



reflection on the effects of the neoliberal and neoconservative situation on the lives of elderly people in Brazil in the context of the Covid-19 pandemic. In the first session, we debated the advance of neoliberalism and neoconservatism in Brazil. In the second, we discussed Covid-19 and its effects on deepening social vulnerability. The third section presents an overview of the situation of elderly people in the critical period of the Covid-19 pandemic in Brazil. It is understood that the State's setback marks the advancement of effectively protected and quality longevity.

Keywords: Elderly; State; Covid-19; Ageism; Social vulnerability.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para as sociedades ao redor do mundo, afetando diversos grupos populacionais de maneiras distintas. Dentre os grupos sociais mais vulnerabilizados, está a população idosa, considerada como grupo de risco, ou seja, como população vulnerável em caso de contaminação pelo vírus, com maior propensão de adoecer e morrer, mas, fundamentalmente, como um grupo exponencialmente vulnerabilizado pelo Estado neoliberal e neoconservador, sobretudo em países de capitalismo tardio e periférico, como o Brasil, em razão de sua negligência e omissão travestidas em discursos e práticas necropolíticas que denunciaram o desprezo à existência das pessoas idosas.

Antes da pandemia, as pessoas idosas já enfrentavam desafios significativos para a efetivação de seus direitos garantidos no Estatuto da Pessoa Idosa (2003) em razão da tendência de retração do Estado e do incentivo à reprivatização da velhice. No entanto, durante o período pandêmico, o descaso do poder público tornou-se ainda mais patente diante de um cenário social de forte vulnerabilidade biofisiológica e social dessa população.

No período anterior a 2020, o avanço dos serviços voltados a pessoa idosa dava o tom de que essa população ganhava protagonismo social, dando a impressão de que o preconceito etário tinha se tornado coisa do passado diante de uma imagem positivada da velhice e da pessoa idosa qualificadas como a “melhor fase da vida” e “melhor idade”, respectivamente. Aparentemente, o poder público parecia avançar na preocupação em garantir uma velhice digna às “pessoas da terceira idade”⁷⁰.

⁷⁰ Ponce de Leão (2015) assevera que “terceira idade” se qualifica como uma categoria eufemística para substituir o termo “velhice” e a conotação depreciativa que dele emana.



Com o decreto da pandemia da Covid-19 e a constatação da insuficiência dos respiradores mecânicos e da falta de oxigênio que pudessem contemplar a todos que demandassem a sua necessidade, autoridades governamentais passaram a definir critérios de prioridade entre a população para o uso desses mecanismos. No Brasil, a ordem do chefe de Estado-maior à época, o (ex) presidente Jair Messias Bolsonaro, era de que pessoas jovens, em idade economicamente ativa, pudessem ser contempladas por essas intervenções clínicas em detrimento de pessoas idosas com Covid-19, embora esse público fosse considerado exponencialmente mais vulnerável.

Como se não bastassem as práticas gerontocidas, os discursos necropolíticos não vinham apenas do ex-presidente, eram também protagonizados pela mídia, sobretudo por meio das redes sociais que veiculavam vídeos e *memes* que infantilizavam as pessoas idosas como rebeldes e débeis que precisavam de controle e tutela. Esse quadro denunciou a falácia da pseudovalorização da velhice e das pessoas idosas escancarando o fato de que não há lugar para essas pessoas nessa sociedade, considerando que supostamente elas já não têm serventia de nada.

Neste contexto em que as fragilidades governamentais foram expostas de forma cruel à sociedade, este artigo tem como objetivo investigar os impactos enfrentados pelas pessoas idosas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, buscando compreender os projetos societários em curso no país e as suas motivações subjacentes. Para alcançar esse propósito, é indispensável o conhecimento da realidade brasileira quanto ao surgimento e ascensão do neoliberalismo e neoconservadorismo na política econômica brasileira. Uma vez que a vulnerabilidade das pessoas idosas tornou-se evidente nesse período, torna-se essencial uma análise minuciosa que compreenda essa situação não apenas como um caso isolado na história do país, mas, sim, como parte de um contexto mais amplo e complexo.

Diante disso, o presente artigo se organizou em três seções distintas, desconsiderando a introdução e as considerações finais. Na primeira seção, propomos um debate sobre o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil que têm delegado a gestão da velhice prioritariamente como uma responsabilidade individual ensejada por um discurso corrompido de autonomia e independência que eufemisticamente camufla o preconceito etário e a desresponsabilização do Estado. Na segunda, situamos a discussão da Covid-19 e a produção de seus efeitos no aprofundamento da vulnerabilidade social de grupos socialmente



marginalizados. A terceira e última seção apresenta um panorama da situação das pessoas idosas no período crítico da pandemia da Covid-19 no Brasil destacando os discursos da necropolítica e as práticas gerontocidas.

Para a contextualização conceitual e histórica das correntes teóricas do neoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil, foram utilizados autores como: Barroco (2015), Casara (2021), Harvey (2014), Keller (2019), para a problematização da pandemia da Covid-19, aplicamos as análises de Braz (2022), Costa et al. (2017), Henning (2020), e Marx (1867).

1. O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO E DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL

De acordo com Harvey (2014), o neoliberalismo é uma teoria política que se tornou hegemônica a partir da década de 1970 e moldou a forma de compreensão do mundo. Essa teoria defende a promoção do bem-estar humano através da liberdade individual empreendedora, com foco na propriedade privada, nos mercados livres e no livre comércio. O Estado desempenha um papel de estabelecer e preservar essa estrutura garantindo a integridade do dinheiro, a segurança e criando mercados conforme necessário, contudo, a intervenção estatal no livre jogo dos mercados deve ser mínima.

Casara (2021) afirma que com a ascensão do neoliberalismo, graças aos esforços dos detentores do poder econômico para limitar outras formas de racionalidade com viés antiliberal ou social, criou-se uma racionalidade neoliberal. Esta racionalidade traz consigo um novo conjunto de valores e normas que influenciam as ações humanas. Os valores e interesses do mercado se tornam fatores determinantes em todas as atividades humanas gerando divisões entre "desejáveis" e "indesejáveis", promovendo mudanças na sociedade, no Estado e nas pessoas. A racionalidade neoliberal transforma tudo e todos, simplificando a linguagem, reduzindo a diversidade cultural, afetando a cidadania e minando a democracia. O foco predominante é nos critérios econômicos e nos cálculos para buscar vantagens e lucros em todas as esferas da vida, causando a relativização da soberania popular e a confusão entre o poder político e o poder econômico.

No Brasil, o neoliberalismo se tornou uma política econômica estatal a partir da década de 1990, após a redemocratização, com governos de centro direita, como Collor e FHC, através da adoção de uma agenda importada de organismos internacionais como o FMI (Fundo



Monetário Internacional) e o Banco Mundial. As medidas adotadas por esses governos tinham como objetivo minimizar a intervenção do Estado promovendo privatizações e diminuindo a sua intervenção na economia para supostamente aumentar a sua eficiência. No entanto, essa abordagem excludente e minimalista exacerbou as desigualdades sociais no país impactando negativamente os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. A política neoliberal foi conduzida em conluio entre os setores dominantes do capital⁷¹ e o governo federal da época (Keller, 2019).

Anteriormente, a crise da acumulação do capital na década de 1970 levou ao surgimento de alternativas populares que ameaçavam as elites econômicas e as classes dirigentes em várias partes do mundo. Para se proteger, a burguesia nacional adotou o neoliberalismo ⁷²como alternativa, o que influenciou significativamente as políticas públicas e as dinâmicas sociais em âmbito global, refletindo-se em diversos contextos nacionais (Harvey, 2014).

De acordo com Barroco (2015), foi diante da crise da década de 1970 que o conservadorismo passou por um processo de reatualização, momento em que incorporou os princípios econômicos do neoliberalismo e deu origem ao neoconservadorismo, o qual manifesta um apoio predominante à ordem capitalista, buscando dismantlar o Estado social e os direitos sociais em prol a uma sociedade com um mercado livre de restrições.

Essa reatualização vai contra a premissa do conservadorismo clássico que, segundo Souza (2015), após 1789, surgiu como um conjunto de ideias e posições políticas fortemente contrárias à modernidade, manifestando-se de forma antimoderna, antirrepublicana e antiliberal, resumindo-se, em essência, como uma reação ideológica e política contra os progressos da modernidade, com uma clara oposição ao pensamento burguês.

Contudo, Keller (2019) refere que as ideologias liberal e conservadora apresentam muitas semelhanças na realidade brasileira, onde a transição para o sistema capitalista não ocorreu da mesma forma que nos países onde essas correntes surgiram. Suas fundamentações e grupos internos são distintos, levando a posicionamentos diversos em questões polêmicas da política contemporânea. Embora, originalmente, o conservadorismo tenha representado uma

⁷¹ Consonante Marx (2011), o capital é a forma predominante de propriedade e poder nos sistemas capitalistas, representado pelos meios de produção, como máquinas, fábricas, terras e matérias-primas, que pertencem a uma classe específica da sociedade.

⁷² O conceito de neoliberalização refere-se ao processo de disseminação e implementação de políticas econômicas e sociais neoliberais em escala global. (HARVEY, 2014).



oposição ao liberalismo em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, no Brasil, ambos os grupos compartilharam objetivos e partiram do mesmo ponto, considerando que os senhores de escravos se transformaram na futura burguesia⁷³.

Diante dessa conjuntura, a correlação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo é um tema de relevância no contexto ideológico brasileiro, pois ambos encontram acolhimento junto às classes dominantes do país a ponto de aparentemente se fundirem e serem adotados por muitos brasileiros que se identificam com a orientação política de direita. Essa simpatia mútua e sobreposição das ideias destas correntes políticas, desde o seu surgimento no país, instiga um aprofundamento analítico no campo de estudo brasileiro.

Desse modo, Barroco (2015) defende que o neoconservadorismo na sociedade brasileira é perpetuado pelas elites promovendo “valores tradicionais” como o racismo, o preconceito de classe e a aversão ao comunismo. Em conjunto, a acumulação capitalista e o neoliberalismo, por meio da exploração, dominação, desigualdade e violência contribuíram para a reprodução de uma realidade social marcada pela barbárie, refletida em ideias, valores e comportamentos.

Contudo, após esse processo de inserção do neoliberalismo acompanhado da ascensão do neoconservadorismo no Brasil, Keller (2019) entende a era dos governos petistas de esquerda de Lula e Dilma entre os anos de 2003 a 2016 como um período de neodesenvolvimentismo⁷⁴, que não rompeu completamente com o neoliberalismo anterior. Houve avanços sociais, mas os pilares da economia de mercado foram mantidos. O esgotamento desse modelo, com protestos, desaceleração econômica e escândalos de corrupção levou ao fortalecimento do movimento reacionário à esquerda, culminando na destituição de Dilma em agosto de 2016. Assim, a proposta neodesenvolvimentista não confrontou as contradições do sistema capitalista, contribuindo para seu próprio declínio.

Após o golpe⁷⁵ sobre Dilma, com a ascensão de Temer ao poder (2016 – 2018), o Brasil experimentou uma democracia vigiada, com violações de privacidade por escutas e

⁷³ Segundo Marx (2011), a burguesia é a classe social dominante no sistema capitalista. Essa classe é composta pelos proprietários dos meios de produção, como fábricas, terras e máquinas, que possuem o capital necessário para investir na produção e gerar lucro.

⁷⁴ De forma geral, o neodesenvolvimentismo é uma abordagem que busca promover o desenvolvimento econômico com base em uma combinação de políticas econômicas ativas, intervenção estatal e preocupação com a inclusão social.

⁷⁵ Para Veroneze (2017) “Dilma ficou refém do grande capital e enfrentou a traição do vice-presidente Michel Temer. Foi crucificada, massacrada e, finalmente, retirada do poder. O golpe, maquiavelmente arquitetado, culminou com a ascensão de um governo que vem derrubando direitos sociais e aplicando medidas impopulares.”.



monitoramento e uma lei que legitimou a opressão. Os doze anos de governo petista não conseguiu enfrentar a hegemonia midiática da burguesia e acabou sendo afetado pela corrupção e pelo desmantelamento dos Estados. O governo de Temer gerou instabilidade política e desmonte das políticas públicas enquanto o poder judiciário deu aparência de legalidade ao golpe e reprimiu violentamente estudantes e movimentos sociais que resistiram contra o neoliberalismo ultraconservador (Veroneze, 2017).

É em vista desse cenário que o governo de Bolsonaro foi eleito vitorioso em 2018 e assumiu o poder em 2019. Desde então, as condições econômicas, sociais e políticas favoreceram o fortalecimento de uma ideologia que se relaciona com a convergência entre o neoliberalismo radicalizado e o neoconservadorismo reacionário, unificando os interesses das diversas frações do capital em uma pauta econômica antipopular e antinacional. Esse governo teve um impacto devastador na sociedade brasileira deixando um legado de destruição em diversos aspectos da vida social, como a questão ecológica, a insegurança alimentar, o desemprego, a política externa e, especialmente, a situação sanitária. A má gestão da pandemia da Covid-19 resultou em um alto número de mortes evitáveis, ilustrando o retrato trágico do governo Bolsonaro (Braz, 2022).

2. A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E OS SEUS EFEITOS SOCIAIS

Em dezembro de 2019, a OMS (Organização Mundial de Saúde) foi informada sobre casos de pneumonia em Wuhan, China, causados por um novo tipo de coronavírus. Este coronavírus, chamado SARS-CoV-2, é responsável pela doença conhecida como Covid-19. Em janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus era uma emergência de saúde pública de importância internacional. Em razão da rápida propagação do vírus, em março de 2020, a OMS classificou a Covid-19 como pandemia, reconhecendo que a doença estava se espalhando globalmente, independente de sua gravidade (OPAS, 2023).

Após um período de mais de três anos, considerando o início da pandemia da Covid-19 em março de 2020, a OMS anunciou em maio de 2023 que o vírus não representa mais uma ameaça sanitária internacional, encerrando oficialmente a crise. Estima-se que aproximadamente 20 milhões de pessoas tenham perdido a vida e 800 milhões tenham sido oficialmente infectadas desde o início da pandemia da Covid-19.



A disseminação do vírus desencadeou uma situação sem precedentes, resultando em altos índices de pobreza e desemprego ao redor do mundo, revertendo avanços sociais conquistados ao longo de décadas. No Brasil, com um presidente que adotou uma postura negacionista diante das recomendações dos organismos mundiais de saúde, a doença ceifou a vida de mais de 700 mil pessoas, colocando o país entre os mais afetados em termos de contaminação a nível global (COFEN, 2023).

Embora a pandemia tenha atingido a todos, sem exceção, nem todos estavam no mesmo barco. Os efeitos sociais da Covid-19 foram devastadores sobre grupos já considerados socialmente marginalizados/excluídos, como mulheres, pessoas idosas, a população LGBTI+, negros e indígenas. O aumento da produção de violências, sofrimento psíquico, desemprego, sobrecarga de trabalho e descaso sanitário são algumas das manifestações que se agudizaram sobre a vida e as condições de vida desses segmentos sociais. Nesse sentido, Braz (2022, p. 21) refere que:

A pandemia, além de ceifar a vida de mais de 680 mil pessoas no país, escancarou nossas desigualdades, que vêm aumentando e nos colocando em patamares regressivos, que remontam, no caso da fome, aos anos 1990. Tal cenário, que exacerba as formas de pauperização absoluta, se aprofundou. Isso se reflete dramaticamente nas políticas públicas, especialmente voltadas para os segmentos mais vulneráveis, sem prejuízo dos direitos universais consagrados na Constituição de 1988: a juventude, principalmente negra, que vive sob precária educação, crescente desemprego, cada vez mais, a violência policial do Estado; os trabalhadores e trabalhadoras envelhecidos numa sociedade que, num futuro bem próximo, será composta massivamente por eles e elas; as mulheres, principalmente as negras, que estão na base da pobreza e no topo da violência; entre outros segmentos empobrecidos da população.

O descaso governamental das políticas de proteção social nesse período expôs esses grupos sociais a situações de calamidade e de ameaça à própria vida. Henning (2020) argumenta que a inércia na resposta governamental brasileira durante a pandemia da COVID-19 em fortalecer o sistema de saúde, a lentidão na liberação do auxílio econômico para os necessitados, o aumento dos casos de feminicídio, a violência doméstica contra às pessoas idosas, a persistência dos assassinatos racistas cometidos por agentes do Estado nas periferias e a intencional negligência do governo federal em relação às favelas, periferias, quilombos e povos indígenas são fatos evidentes e impossíveis de serem ignorados.

Deparamo-nos com um cenário preocupante que demandava a expansão das políticas sociais, mas o que tínhamos pela frente não era nada promissor. Os espaços democráticos se



curvavam ao poder do grande capital limitando as opções políticas. Países e estados encontravam-se obrigados a seguir uma agenda de austeridade rigorosa resultando em ruína e miséria para a sua população.

Essa situação se agravava diante de manifestações da questão social⁷⁶ em uma conjuntura regressiva enquanto o governo da época, liderado por um político profissional, defensor da antipolítica, enriquecia de forma questionável e impulsionava um projeto político radicalmente favorável ao grande capital, sob a gestão de um fundamentalista neoliberal no Ministério da Economia durante o governo Bolsonaro (Braz, 2022).

Consonante as formulações de Marx (2011), é possível compreender que este cenário decorre da limitação das opções políticas na sociedade capitalista derivada da influência do poder do grande capital nos espaços democráticos. Esse poder restringe a possibilidade de mudança social e perpetua as desigualdades inerentes ao sistema. As relações fetichizadas⁷⁷ de troca de mercadorias ocultam as verdadeiras relações de poder e exploração presentes no sistema capitalista.

Essa “fetichização” contribui para a manutenção da dominação dos proprietários dos meios de produção sobre o sistema político e econômico moldando suas estruturas de acordo com seus interesses e perpetuando a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma minoria privilegiada enquanto grande parte da população, composta pelos trabalhadores, é relegada a uma posição de vulnerabilidade e dependência.

Ao buscar garantir a acumulação de capital durante uma crise sanitária que englobava uma crise tanto econômica quanto político-ideológica, o governo de Bolsonaro minimizou o papel da biopolítica, que conforme Reis (2021) descreve, é uma forma de poder e administração que abrange não apenas a vida humana, mas também a gestão da população e da sociedade, considerando seus elementos biológicos e existenciais. Essa abordagem se estende para além do âmbito individual, abrangendo toda a comunidade e sociedade em questão. A negligência

⁷⁶ Segundo Yamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

⁷⁷ Para Marx (2011), o termo "fetichizadas" refere-se à característica das mercadorias na sociedade capitalista de adquirirem uma aparência de possuírem um valor intrínseco e independente das relações sociais subjacentes que as produziram.



por parte do governo revela uma lacuna no entendimento da complexidade dessas dinâmicas políticas e sociais interligadas.

Dessa forma, esse cenário viabilizou a ascensão da necropolítica, conceituada por Casara (2021) como uma prática política sofisticada que não apenas busca o controle social e político, mas atinge esse objetivo por meio do sacrifício intencional de grupos específicos. Essa abordagem estratégica não apenas conduz à morte, mas também impõe condições precárias, consolidando um modelo que vai além da gestão da vida para abraçar uma governança que amplia sua influência sobre o próprio espectro da morte. Isso delinea uma dinâmica política intrínseca à fragilização e à desumanização seletiva de determinados segmentos populacionais, essencialmente determinando quais vidas são consideradas passíveis de serem sacrificadas e quais são reconhecidas como dignas de existência.

Nessa perspectiva neoliberal, desprovida de sensibilidade social, a vida das camadas mais vulneráveis da população, como trabalhadores, pessoas idosas e comunidades de baixa renda, foi negligenciada em prol de uma pequena parcela da burguesia, abarcando setores financeiros, comerciais e agroindustriais, que se alinhavam ao governo por razões políticas e econômicas. As manifestações negacionistas e as medidas opostas adotadas pelo Presidente Bolsonaro, como resistência ao isolamento social, *lockdown*⁷⁸, vacinação e a adesão a tratamentos médicos não reconhecidos pelas autoridades de saúde, tiveram um papel progressivo na produção da crise sanitária que assolou o país desde o início de 2020 (Reis, 2021).

Assim, a crise global da COVID-19 revelou as consequências das políticas econômicas neoliberais, como a privatização e o desmantelamento dos sistemas de saúde, que causaram mortes e agravaram o sofrimento da população. Ao privilegiar os interesses do mercado em detrimento do interesse público, este conjunto de políticas neoliberais promove a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população fica excluída do acesso a bens e serviços básicos. A conexão entre neoliberalismo e necropolítica se tornou mais evidente durante a pandemia da Covid-19, no entanto, muitas pessoas não percebem a conexão entre o aumento de mortes e as escolhas políticas influenciadas pelo neoliberalismo devido a

⁷⁸ Bloqueio total ou confinamento.



uma camuflagem que obscurece esses mecanismos e políticas, fazendo-as parecerem naturais e inevitáveis (Casara, 2021).

3. O TRATO À VELHICE E A PESSOA IDOSA NO CONTEXTO DA PANDEMIA NO BRASIL

O preconceito contra a pessoa idosa ainda é um problema social constante na realidade brasileira, que baliza o avanço dos direitos legalmente constituídos no Estatuto da Pessoa Idosa (2003). Apesar da discursividade midiática e política de posituação da velhice e da pessoa idosa, a conjuntura neoliberal e neoconservadora denunciou, durante o período mais agudizado da pandemia da Covid-19, a face mais cruel do não-lugar dos velhos na sociedade.

Práticas governamentais consideradas gerontocidas, como reformas previdenciárias, privatização do sistema de saúde, discursos discriminatórios e a ausência de medidas estatais para proteção, efetivamente relegaram a população idosa a um estado de sacrifício institucionalizado a olho nu. Tais ações e políticas buscaram de forma incisiva afirmar que a vida das pessoas idosas não era significativa, tratando-os como meros obstáculos para a eficiência da máquina pública, priorizando os jovens como peça central na engrenagem vital do sistema capitalista. Esse cenário de desprezo, embora tenha sido intensificado durante a pandemia, já estava em curso mesmo antes dela (Henning, 2020)

É o que Debert (1999) refere ao abordar o conceito da reprivatização da velhice, no qual a ideia de que a experiência de envelhecer é, em grande parte, determinada pelo controle individual de cada um, eximindo assim o Estado e a sociedade de responsabilidades nesse processo. Há uma pressão quase imperativa para adotar comportamentos, sentimentos e uma identidade juvenil, ignorando completamente as inevitáveis perdas associadas ao envelhecimento. A sociedade tende a valorizar mais os idosos autônomos e capazes, enquanto os idosos incapazes são frequentemente negligenciados.

Esse panorama decorre do fato de que no contexto do capitalismo globalizado e do acirramento das desigualdades sociais, os velhos trabalhadores são párias da sociedade (Beauvoir, 1990) padecendo em contextos de pobreza, vulnerabilidade social e exclusão. Nessa ordem societária, os indivíduos são categorizados no binômio valorização/desvalorização a partir do critério cronológico. Assim, valoriza-se a juventude pelo seu vigor e disposição enquanto menospreza-se a velhice, pelo arrefecimento das capacidades biofisiológicas.



Esse fenômeno, resultado da individualização na era moderna, estabelece uma ordem cronológica para as diferentes fases da vida afetando diversos setores da vida social, incluindo o sistema de produção. Durante a velhice, são naturalizados preconceitos, dogmas e mitos que reforçam a desvalorização das pessoas idosas com base em suposições infundadas sobre a sua capacidade produtiva (Costa et al., 2017).

Teixeira (2008) refere que sem valor de uso para o capital, os velhos trabalhadores são descartados e sucumbem em condições precarizadas de vida, restando-lhes a administração de suas necessidades nas mãos das políticas públicas do Estado ou sob a gestão do cuidado familiar e/ou filantrópico. Ao atingir determinada idade, o sujeito é declarado socialmente velho e ganha o estatuto social de inutilidade e dependência tornando-se ônus para o sistema de saúde, previdência e assistência social.

Essa perspectiva está em conformidade com a teoria social de Marx (2011), segundo a qual delinea que no sistema capitalista, o valor atribuído às pessoas está frequentemente ligado à sua capacidade de trabalho e produtividade. Consequentemente, a pessoa idosa — o velho proletário⁷⁹ — é considerado um indivíduo que, ao atingir uma idade em que não pode mais contribuir diretamente para a produção de mercadorias, perde sua relevância dentro da lógica capitalista e, consequentemente, para a sociedade como um todo, uma vez que a produtividade é o fator nucleador da valorização social humana.

Conforme destacado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2023), a conjuntura política – neoliberal e neoconservadora – na qual a pandemia da Covid-19 aportou no Brasil evidenciou a fragilidade dos sistemas de saúde no suporte à população idosa e na devida consideração de suas necessidades específicas, o que ressaltou a importância de enfatizar as necessidades e vulnerabilidades do segmento populacional idoso no que diz respeito ao seu direito fundamental à saúde e a convivência intergeracional.

Henning (2020) argumenta que, durante a chegada da pandemia ao Brasil em 2020, os discursos do ex-presidente Bolsonaro desconsideravam a importância das pessoas idosas, retratando-as como um "fardo social" e minimizando sua relevância, ao mesmo tempo em que estimulava a

⁷⁹ Marx (2011) define "proletário" como a classe trabalhadora que não possui meios de produção e precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. São os trabalhadores assalariados que não têm controle sobre o processo produtivo, pois não possuem propriedade dos meios de produção.



falta de proteção por parte do Estado. Essa abordagem discursiva também era perceptível entre seus aliados no governo.

Neto (2020) relata que, durante o início da epidemia de Covid-19, a chefe da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Solange Vieira, teria proferido a seguinte declaração em uma reunião com integrantes do Ministério da Saúde: “É benéfico que as mortes se concentrem entre os idosos. Isso contribuirá para melhorar nosso desempenho econômico, ao reduzir nosso déficit previdenciário.” O ex-ministro da saúde, Nelson Teich, também sustentou, na época, que não seria vantajoso “investir” na vida dos idosos, destacando a preferência por direcionar recursos para salvar um adolescente, argumentando que o adolescente teria “uma vida inteira pela frente”, enquanto a pessoa idosa poderia estar no final da vida. Essa abordagem resultou em graves violações dos direitos humanos dessa população, que se sentiu tratada como cidadãos de segunda classe e privada do direito à saúde.

Até então gravitava-se em torno das pessoas idosas o espectro de uma pseudovalorização social que as concebia dentro de um protagonismo social mediado pela ideia de atividade e dinamismo. A velhice, então, passou a ser depurada de sua conotação negativa associada à ideia de doença e morte para se tornar “a melhor idade”. No estado crítico da pandemia, diante da crise do sistema de saúde, tiveram que decidir quem teria o direito de viver e quem deveria morrer. Nesse momento, ficou patente porquê o critério dessa escolha não priorizava a população idosa. Nesse sentido, também reflete Henning (2020, p. 151-152):

A vulnerabilidade de velhas e velhos em nosso país já seria de cortar o coração se considerássemos somente o risco de contaminação com o vírus em si, mas tais formas cruéis de administração necropolítica criam abertamente práticas de saúde eugenistas. As discussões sobre “critérios” para priorização de pacientes em UTIs superlotadas quase sempre estabelecem um a priori de que a idade é um dos principais fatores em jogo. Torna-se um dado inquestionável que os mais jovens deverão ser priorizados quanto a leitos e respiradores em caso de lotação ou falta de equipamentos disponíveis para todos. E é raro encontrar questionamentos críticos na arena pública do tipo: quem estabeleceu esses critérios? Quais são as suas bases? Quais são os seus efeitos? Como chegamos a esse tipo de concepções tão absolutamente gerontofóbicas? Em um contexto pandêmico a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), os quais regulamentam os direitos de pessoas na velhice e proíbem a discriminação por idade se tornam sem efeitos, suspensos, negociáveis?

A pandemia da Covid-19 foi o rito de eliminação dos velhos em uma sociedade onde os velhos são tolerados apenas como estrato de consumo. Assim como no filme *A balada de Narayama (1983)* em que os velhos que completassem 70 anos deveriam ser levados a uma



montanha para serem sacrificados pelo frio em nome da sobrevivência dos seus parentes mais jovens que viviam em uma comunidade marcada pela escassez de alimentos, a Covid-19 mostrou que os velhos deveriam ser sacrificados pela não priorização dos respiradores para que as pessoas jovens, economicamente produtivas, pudessem sobreviver.

A recomendação do isolamento social foi desincentivada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que estimulava as pessoas adultas a voltarem presencialmente aos seus postos de trabalho como forma de movimentar a engrenagem da economia, mesmo dentro de um contexto em que não havia previsão de produção das vacinas.

Com isso, as pessoas idosas, que passaram a conviver com os seus filhos adultos e os netos, tornavam-se ainda mais suscetíveis a contaminação pelo vírus. Para o presidente, a solução era “cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso. Evitar o contato com eles a menos de dois metros. E o resto tem que trabalhar, porque tá havendo uma destruição de empregos no Brasil”.

Essa forma de disciplinamento das pessoas idosas recomendada pelo ex-presidente, conforma as pessoas idosas como crianças que precisam ser tuteladas ou a animais que precisam ser domesticados. Nesse sentido, Schuch, VÍctora, Siqueira (2021, p. 151) afirmam que:

Em um país desigual como o Brasil, em que as políticas de gerenciamento da pandemia têm enfatizado ações de proteção à economia e o incentivo moral ao isolamento social, a conformação da noção de grupo de risco suscita discursividades públicas e exclusivos programas de restrição da circulação para o grupo de idosos em que o *cuidado* com essa população se mimetiza em *controle* e regulação das condutas. Tais modos e regulação das condutas produzem sensibilidades que acentuam a produção política da velhice como associada à falta de autonomia, incapacidade e dependência, contrapondo-se a vertentes contemporâneas que privilegiam os esforços de autoprodução de um envelhecimento ativo, autônomo e independente. *[grifos das autoras]*

O cerceamento da liberdade de ir e vir nem sempre foi bem compreendida pelas pessoas idosas que estavam acostumadas a frequentar circuitos sociais e a relacionarem-se com outras pessoas de seu grupo etário, comportamentos estimulados no âmbito da gestão contemporânea da velhice. Com a necessidade do isolamento social, essas pessoas precisaram retornar ao ambiente privado, o que contribuiu para o desencadeamento de adoecimentos psíquicos.

A dificuldade de compreensão da recomendação sanitária do isolamento social levou ao entendimento de que a pessoa idosa era rebelde e teimosa. Em torno disso, criou-se uma moralização midiática que debilitava a pessoa idosa em *memes* como o de um caminhão chamado “cata velho” que recolhia pessoas idosas que transitavam nas ruas para levarem-as de



volta para casa e vídeos como de velhos falando palavrões ao serem flagrados pelos filhos tentando pular as grades de casa para irem para a rua e outros de pessoas idosas fazendo gestos obscenos aos filhos quando censurados por estarem na área externa da casa andando.

A produção do estereótipo de um velho teimoso, sem capacidade de discernimento dos riscos e que pode e deve ser corrigido por mecanismos disciplinares aprisionadores conta uma história única sobre velhice, associada a incapacidade e dependência (Schuch, VÍctora, Siqueira, 2021, p. 150).

Com isso, o velho preconceito às pessoas idosas, até então aparentemente superado, ressurge escancaradamente de forma atroz, jocosa, banalizada e risível, reafirmando o não-lugar dessas pessoas nesse modelo de sociabilidade que não tolera o “atrasado”, o “feio” e o improdutivo.

A pesquisa de Romero et al. (2021) analisou dados de 9.173 participantes com idade igual ou superior a 60 anos, revelando que a atividade econômica era comum entre as pessoas idosas, sendo que metade dessa população havia trabalhado antes da pandemia, principalmente sem vínculo empregatício. No entanto, durante a pandemia, houve uma significativa diminuição na proporção de pessoas idosas com vínculo empregatício, com apenas 8,3% continuando a trabalhar normalmente e 21,2% trabalhando em casa. Cerca de um terço das pessoas idosas realizou atividades essenciais, mas a renda familiar foi baixa para aproximadamente um terço deles, e quase metade dos domicílios de idosos experimentou uma diminuição na renda durante o período. Além disso, alguns desses sujeitos relataram uma piora em sua saúde durante esse período manifestando sentimentos de solidão, ansiedade, nervosismo, tristeza e depressão em decorrência do isolamento social e da vulnerabilidade econômica.

Esses resultados destacam os impactos significativos que a pandemia teve sobre a população idosa, tanto em termos econômicos quanto de saúde mental e bem-estar. Assim, conforme Costa et al. (2017), o envelhecimento com dignidade não é uma realidade para todos. A discrepância dos níveis de bem-estar revela a dificuldade enfrentada pelos velhos trabalhadores em ter uma boa velhice enquanto os de classe abastada usufruem dessa prerrogativa sem nenhum ônus. A ausência de condições adequadas de trabalho, moradia e alimentação culminam em uma velhice marcada por doenças e solidão, limitando o convívio social e restringindo-se, muitas vezes, ao ambiente familiar.

Essa configuração também é refletida no número acentuado de óbitos de pessoas idosas pela pandemia. Mesmo que tenha sido declarado o encerramento da crise sanitária de Covid-19



em 2023 (OMS, 2023), é importante destacar que o vírus ainda continua circulando entre a população e causando perdas significativas, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, que têm sido afetados desde o início da pandemia. De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2023), a população brasileira com 60 anos ou mais tem sido a mais afetada pela Covid-19, apresentando o maior número de óbitos desde o início da pandemia. Para ilustrar o cenário atual, entre janeiro e maio de 2023, as pessoas idosas representaram cerca de 82% dos registros de óbitos, totalizando aproximadamente 3.401 vidas perdidas.

Reis (2021) refere que o Brasil foi liderado durante a pandemia da Covid-19 por um presidente cujo desdém pela ciência e pela vida colocou em risco a saúde da população brasileira e suscitou preocupações ao redor do mundo devido às possibilidades de surgimento de variantes mais letais do coronavírus. As declarações do presidente Jair Bolsonaro e a ausência de medidas do Estado para proteger as pessoas idosas tiveram um efeito direto no aumento de óbitos e casos de infecção, incentivando uma espécie de gerontocídio, além de influenciar a falta de autocuidado por parte da população. Embora não exista uma pesquisa específica sobre o impacto das declarações e ações do presidente sobre as pessoas idosas, é viável considerar essa possibilidade ao examinar os dados das intenções de voto entre pessoas acima de 60 anos.

Não obstante, a pandemia da Covid-19 também trouxe à luz a preocupante questão da violência contra as pessoas idosas, que se tornou um problema relevante na realidade brasileira. Durante os meses de maior isolamento social, – primeiro semestre de 2020 a contar de março – as denúncias de violência contra as pessoas idosas aumentaram consideravelmente no Brasil. Em março, foram registradas três mil denúncias, em abril foram oito mil, e em maio, dezessete mil. Essas denúncias referentes ao período de isolamento social até junho de 2020 ultrapassaram 60% do número total registrado ao longo de todo o ano de 2019. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 83% das agressões partiram de familiares, um dado preocupante que demanda intervenções públicas severas a fim de dissipar essa triste realidade que parte, muitas vezes, de dentro do próprio lar (Brasil, 2020).

Os reflexos do aumento da violência contra a pessoa idosa no âmbito da pandemia da Covid-19 nos lançam ao desafio de problematizar a desresponsabilização do papel do Estado na provisão da proteção social ao delegá-la prioritariamente (ou exclusivamente) à família. As dificuldades do convívio intergeracional têm provocado o questionamento sobre até que ponto



a família está devidamente preparada para assumir o protagonismo do cuidado. Essa e outras questões descortinam o futuro da velhice nesse país que considera as suas pessoas idosas como sub-categoria humana.

CONCLUSÃO

Bolsonaro surgiu em meio a uma onda conservadora-reacionária no Brasil, e mesmo sendo derrotado posteriormente em 2022, seu governo deixou um legado de regressão social e continuará exercendo influência política negativa. Durante a pandemia, sua necropolítica refletiu anos de inserção do neoliberalismo na esfera política do país fortalecendo tendências autoritárias e a privatização de serviços públicos. Como resultado, o cenário de escárnio vivenciado pela população brasileira é resultado de uma série de eventos históricos e não apenas de um evento isolado.

A análise da pandemia de Covid-19 -19 revelou um cenário preocupante onde o poder do grande capital restringe as opções políticas na sociedade capitalista, perpetuando desigualdades em favor de uma minoria privilegiada. O governo Bolsonaro, seguindo uma abordagem neoliberal, negligenciou os mais vulneráveis, priorizando os interesses do mercado e enfraquecendo o sistema de saúde. As suas medidas provocaram sofrimentos e mortes para a população, evidenciando a conexão entre neoliberalismo e necropolítica onde o bem-estar coletivo fica em segundo plano diante da concentração de poder e riqueza.

A pandemia de Covid-19 expôs a vulnerabilidade das pessoas idosas no Brasil destacando a necessidade de uma abordagem mais atenciosa e protetora para essa parcela da população, especialmente em relação ao alto índice de denúncias de violência contra esse segmento durante o período de isolamento. O elevado número de óbitos entre as pessoas idosas durante a crise sanitária reforça a urgência de políticas que visem garantir seu bem-estar e dignidade, especialmente em um contexto em que a liderança política desconsiderou medidas de proteção e desvalorizou a ciência. As evidências sugerem que as declarações e ações do presidente Bolsonaro influenciaram a falta de autocuidado a população que contribuíram para o aumento de infecções e mortes. Essa situação destaca a importância de uma postura responsável e baseada em evidências científicas por parte das autoridades governamentais para enfrentar



desafios de saúde pública, protegendo especialmente os grupos mais vulneráveis, como as pessoas idosas.

Portanto, frente à problemática, é imprescindível adotar uma abordagem humanizada e inclusiva em relação às pessoas idosas. É vital reconhecer e valorizar as suas contribuições para a sociedade para além do aspecto produtivo. A implementação de medidas de proteção social, suporte financeiro e assistência médica adequada é fundamental para garantir o bem-estar e a dignidade desse segmento social, especialmente em crises como a pandemia de Covid-19.

Além disso, é fundamental que líderes políticos e governantes assumam o compromisso de adotar políticas de saúde embasadas em evidências científicas, visando proteger toda a população, incluindo as pessoas idosas, contra ameaças sanitárias. Paralelamente, é imprescindível implementar políticas de conscientização quanto a violência contra essas pessoas, fornecendo mecanismo de apoio às vítimas e punição para os agressores, além de fortalecer as redes de proteção social para enfrentar esse grave problema em nossa sociedade.

A proteção das pessoas idosas, especialmente dentro de suas próprias famílias, deve ser uma prioridade da agenda social e dos direitos humanos. A promoção de uma cultura de solidariedade e cuidado mútuo desempenha um papel crucial na superação dos desafios trazidos pela pandemia e na construção de uma sociedade resiliente e justa para todas as gerações. Nesse contexto, é urgente que as políticas públicas estejam voltadas para a promoção da inclusão, respeito e proteção das pessoas idosas, assegurando-lhes uma vida digna e livre de violência.

REFERÊNCIAS:

A BALADA DE NARAYAMA. Direção: Keisuke Kinoshita. Produção de Toei Company. Japão: Shochiku Home Video, 1983. 1 DVD.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão**: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BEAUVOIR, Simone de Beauvoir. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Editora: Nova Fronteira, 1990.



- BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório anual do Disque 100**. Brasil, 2020. https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-deconteudo/disque100/relatorio-2019_disque-100.pdf Acesso em 23 de jun de 2023.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico N° 151 - Boletim COE Coronavírus**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2023/boletim-epidemiologico-no151-boletim-coe-coronavirus/view> Acesso em 10 de jul de 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.741, 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm Acesso em 23 de jun de 2023.
- BRAZ, Marcelo. **O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político**. In: Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional, CADERNO 2. CFESS, Brasília (DF), 2022.
- CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Após milhões de mortos em 3 anos, OMS decreta fim de emergência da covid-19**. Brasil, 2023. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/apos-milhoes-de-mortos-em-3-anos-oms-decreta-fim-deemergencia-da-covid-19_108179.html Acesso em 10 de jul de 2023.
- COSTA, Joice et al. **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HENNING, Carlos Eduardo. **Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da Covid-19**. Revista Cadernos de Campo, v. 29, n. 1. São Paulo: USP, 2020.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.



- KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** – Livro 1. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- NETO, Samuel Ribeiro dos Santos. **O Geronticídio no Brasil da Pandemia**. Comciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/o-geronticidio-no-brasil-da-pandemia/> Acesso em 11 de dez. 2023
- OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **COVID-19 e pessoas idosas**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel/covid-19-e-pessoas-idosas>. Acesso em: 10 de jul de 2023.
- OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://rb.gy/8jwztz> Acesso em 10 de jul de 2023.
- REIS, Aparecido Francisco dos. **Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19**. Revista Katálysis [Internet]. Maio de 2022; 25(2): 392–403. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82854>
- ROMERO, Dalia Elena et al. **Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho**. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 3, p. e00216620, 2021.
- PONCE DE LEÃO, Alice Alves Menezes. **Serviço Social e Velhice: perspectivas para o trabalho do assistente social na promoção à saúde do idoso**. Manaus: EDUA, 2015.
- SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres Gomes; SIQUEIRA, Monalise Dias de. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. In: **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. MATTA, Gustavo Corrêa et. al. (organizadores). Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2021.
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. Serviço Social & Sociedade, n. 122, p. 199-223. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>.
- TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital** – Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo, Cortez: 2008.



*Escritas: Revista do
Curso de História de
Araguaína*

*ISSN: 2238-7188
Araguaína v. 15 n.2: 2023*

VERONEZE, Renato Tadeu. **A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 345-359, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3215/321554297006/html/>

Artigo recebido em: dezembro/2023

Artigo aceito em: março/2024



LITERATURA E ÉPOCA BURGUESA: O PAI GORIOT DE BALZAC
LITERATURE AND BOURGEOIS EPOCH: BALZAC'S FATHER GORIOT

KESSE DHONE VIANA CARDOSO
<https://orcid.org/0000-0003-4552-2155>
Mestrando em Ensino de História pela UFNT
Docente pela SEDUC/TO
kesse.dhone@mail.uft.edu.br

DAGMAR MANIERI
<http://orcid.org/0000-0001-5082-3599>
Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar
Professor Adjunto pela UFNT
dagmarmanieri@mail.uft.edu.br

Resumo: Este artigo objetiva o estudo de *O pai Goriot*, de Honoré de Balzac através do conceito de reificação. Trata-se de uma perspectiva marxista de análise do romance com auxílio do pensamento de Karl Marx e György Lukács. A reificação nos indica que as relações sociais são mediadas por valores estranhos à humanidade do ser humano. Assim, há uma crítica ao capitalismo em sua forma econômica que engendra subjetividades estranhas à dimensão humana. Na literatura de Balzac há essa sensibilidade ante a transformação das personagens diante da força do mercado. Desta forma, sua literatura ensaia uma arte crítica aos valores da sociedade burguesa. Seus personagens comprovam a força do capital, bem como a existência precária de valores humanos que resistem à reificação da subjetividade humana.

Palavras-chave: Reificação; capitalismo; literatura; Honoré de Balzac; burguesia.

Abstract: This paper aims to study 'O pai Goriot' by Honoré de Balzac through the concept of reification. This is a Marxist perspective of analyzing the novel based on the thoughts of Karl Marx and György Lukács. The concept of reification indicates that social relations are mediated by values alien to the human essence. Thus, a criticism is presented against capitalism in its economic form that generates subjectivities alien to the human dimension. In Balzac's literature, there is this sensibility to the transformation of the characters prior to the force of the market. In this way, his literature essays a critical art to bourgeois values. His characters prove the strength of capital, as well as the existence of human values that resist the reification of human subjectivity.

Key-words: Reification; capitalism; literature; Honoré de Balzac; Bourgeoisie.

Introdução

Hoje, tornou-se um lugar-comum a ideia de que as representações (literárias, históricas, etc.) “são frutos de uma sociedade, pois o autor está inserido e é influenciado pelo contexto no qual escreve” (COSTA, 2019, p. 205). Aqui se indica a importância dos movimentos literários



para se compreender o espaço social em um determinado momento histórico. O autor exhibe relatos de seu tempo, da sociedade e suas relações sociais específicas. Em resumo, o autor “está com os pés fincados no presente, mesmo projetando o enredo [de sua obra] no passado” (Idem).

Não é o objetivo desse artigo ressaltar as divergências (ou convergências) entre o campo histórico e o literário. Interessa-nos evidenciar a importância da literatura (como fonte de pesquisa) para o campo da história. Nesse sentido, investigar as obras literárias do romantismo (ou do realismo), por exemplo, é se deparar com o descontentamento da nobreza com a queda do Antigo Regime, com as insatisfações da classe trabalhadora ante as explorações infligidas durante a Revolução Industrial, bem como com a frustração dos grupos revolucionários franceses ante a derrota de 1848. Compreender as obras literárias é estar próximo, também, dos conflitos sociais dos quais elas são o resultado; é conhecer a história figurada na ordem da estética.

É nesse cenário que os escritos de Honoré de Balzac são valiosos para o historiador; eles iluminam as relações sociais da sociedade francesa no transcurso do século XIX. Investigar obras literárias - como *O pai Goriot*, por exemplo - é se deparar com os efeitos da era capitalista. Balzac, com a sua pena cintilante, sabe expor as fraturas de um mundo social: uma nobreza em declínio ou jovens em busca de ascensão social em um mundo de afirmação capitalista.

Com esse intuito, procura-se investigar como o literato francês aborda as novas relações sociais francesas do século XIX. Balzac aviva uma inédita configuração social que emerge no século XIX. Agora, o dinheiro adquire espaço com o avanço do poder da burguesia, realizando uma nova configuração nas relações sociais. Suas personagens são afetadas por esse modelo de valoração burguesa.

Nesse sentido, o presente artigo realiza a interpretação do romance balzaquiano *O Pai Goriot* sob a mediação do conceito de reificação. Utilizam-se os trabalhos de Karl Marx e György Lukács sobre o tema; esses últimos são autores que se dedicaram à compreensão das novas relações sociais na ascensão da burguesia. Por isso, a obra balzaquiana (*O Pai Goriot*) se mostra de grande importância para a compreensão desta temática.

O artigo estuda, de forma particular, a trajetória do jovem Eugène de Rastignac em busca de ascensão social. O jovem nobre se encontra dividido entre a Paris das classes populares e a das classes superiores. Ao se vincular a esses “mundos” sociais, Rastignac se sensibiliza com o sofrimento do comerciante de massas Pai Goriot; porém, além de ser sensível aos sentimentos



dessa “pobre alma”, o jovem transita nos grupos sociais aristocráticos com suas respectivas contradições. Rastignac, ao perceber as relações sociais de sua época (ancoradas pelo “espírito” do capitalismo), se desilude; ele se torna consciente do processo em que está inserido.

Para a efetiva realização de tal empreendimento, procura-se investigar a obra balzaquiana através do conceito de reificação (*Versachlichung*). Karl Marx, em *A contribuição à crítica da economia política*, argumenta que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual de modo geral” (MARX, 2011, p. 5). Nesse sentido é possível constatar que a obra balzaquiana *O Pai Goriot* figura uma sensibilidade em relação a essas transformações impelidas pelo avanço da burguesia como classe social hegemônica.

A teoria da reificação

Quando o jovem Marx comenta sobre o trabalho estranho nos *Manuscritos econômicos filosóficos* já temos um bom exemplo da crítica radical ao capitalismo. Marx apreende a gênese do capitalismo como “a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, (...)” (MARX, 2017, p. 18). Esse modelo socialmente produtivo que separa trabalho e capital gera o que se denomina de *Entfremdung* (estranhamento).

Aqui, Marx nos apresenta uma visão de conjunto (que não deixa de ser “existencial”) da vida humana. Nesta forma de vivência, o trabalho é deslocado de sua função natural de gerar uma vida humana melhorada. Ele utiliza o pressuposto do homem como ser comunal (*Gemeinwesen*). Na interpretação de György Márkus:

Esta caracterização do homem como um ser social contém dois momentos intimamente interligados. Significa, por um lado, que o indivíduo não pode se tornar um ser verdadeiramente humano e não pode viver uma vida humana, a menos que ele mantenha contato e estabeleça relações com outros homens (MÁRKUS, 2015, p.51/52).

Isto explica a indignação do jovem revolucionário ante o modo produtivo do capitalismo. Ao deslocar o trabalho de sua função socialmente comunitária, ocorre o estranhamento e uma forma específica de reação subjetiva: a alienação (*Entäusserung*). São condições objetivas do próprio sistema capitalista que geram a alienação. Se o valor do produto



provém de trabalho, no capitalismo há uma estranha inversão da valorização; ou seja, o trabalho conduz a um empobrecimento da vida humana:

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalho em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*äusser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concebeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2017, p. 81).

Eis que nos *Manuscritos econômico-filosóficos* há a sombra de Hegel e Feuerbach: o ser humano produz um mundo objetivo, mas não se reconhece como seu produtor. Isto explica a afirmação de Charles Taylor ao enfatizar que “Hegel foi um dos primeiros a desenvolver a teoria da alienação” (2014, p. 416).

Para além da fenomenologia de Hegel e da antropologia (filosófica) de Feuerbach, em Marx a alienação adquire contornos sociológicos. É no próprio processo de produção que se encontra os fundamentos da alienação; no exemplo do capitalismo - como uma forma específica de produção - “o trabalhador se torna, portanto, um servo do objeto” (MARX, 2017, p. 81).

Quando Marx indica o tipo social “trabalhador”, há um problema de ordem filosófica, além das categorias da sociologia. A crítica realizada sobre a antropologia de Feuerbach implicava na generalização excessiva do ser humano. Em Marx, o homem é determinado pelo meio social. Assim, se o trabalhador está em um ambiente de estranhamento (as relações de produção), então “ele não se [estranha] a si mesmo?” (Ibid., p. 82). Interrogação importante para nosso estudo; ela indica que há algo obscuro na própria formação subjetiva do trabalhador. Isto explica o conceito de “trabalho externo”: “o trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele” (Ibid., p. 83). Dessa forma, ao invés do trabalho representar a “atividade livre” da “vida genérica” do homem, ele estranha o homem em relação a si mesmo. Aqui, aborda-se o indivíduo; contudo, esse fenômeno do estranhamento atinge as relações sociais imediatas do trabalhador:

Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranho do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com outro homem (Ibid., p. 86).



Observar que já nos *Manuscritos econômico-filosóficos* se engendra a teoria da reificação. Ela assinala que no próprio processo de socialização do ser humano sob o capitalismo há a perda da humanização. Trabalho morto, propriedade privada e capital impedem a “realização ou a efetividade do homem”. Isto conduz ao fato de que as várias formas de estranhamento (inclusive a religião) se manifestam na consciência, “mas o estranhamento econômico é o da vida efetiva – sua suprassunção abrange, por isso, ambos os lados” (Ibid., p. 106). A saída do estado de estranhamento está na própria transformação das condições objetivas da vida produtiva.

Assim, pode-se interrogar sobre a condição do sujeito no modelo capitalista. No Marx da *Contribuição à crítica da economia política*, a reificação surge como um fenômeno engendrado pelo próprio movimento do capital. O capitalismo provoca a inversão de valores entre as esferas de produção e da circulação. A moeda que na fase pré-capitalista serve como meio de troca, no capitalismo assume a forma de dinheiro. O que Marx denomina de “riqueza burguesa” indica uma “materialização do trabalho abstrato geral” na forma de dinheiro. A inversão de valores significa que no capitalismo se prioriza o “valor de troca” (MARX, 2011, p. 164). Então, para além da esfera da produção e da circulação, a produção econômica (no capitalismo) objetiva a acumulação de riqueza:

Em todos os estágios do processo de produção burguesa em que a riqueza toma a forma elementar da mercadoria, o valor de troca toma a forma elementar de moeda e, em todas as fases do processo de produção, a riqueza reproduz-se sempre, por um momento, na forma elementar geral da mercadoria (Ibid., p. 164, 165).

A mercadoria manifesta a “forma elementar” de riqueza. Com isso, Marx quer nos mostrar que no capitalismo o “valor de troca [torna-se] autônomo (...)” (Ibid., p. 356). Aqui, já estamos próximos da definição de capital. Se no capitalismo o “enriquecimento é (...) um fim em si mesmo”, isto significa que o dinheiro se tornou autônomo. Mas o que significa dizer que o dinheiro transmuta-se em algo autônomo e a mercadoria como forma elementar?

O dinheiro e a mercadoria tomados em si, assim como a circulação simples, só existem agora para o capital enquanto fases particulares, abstratas, da sua existência, nas quais ele se manifesta sem cessar, para passar de uma à outra e desaparecer com a mesma constância (Ibid., p. 357).

O capital coloniza o “dinheiro” e a “mercadoria” em função da acumulação. Por isso o primeiro é definido como o verdadeiro agente da produção. Isto afeta a produção social ao



desvirtuar a própria vocação do ser humano: o trabalho propicia mais vida, a duplicação do homem nas coisas. Com o capitalismo, a própria interação social é afetada pela presença do capital e suas manifestações. Eis a reificação na *Contribuição à economia política*: no capitalismo, as “relações dos indivíduos entre si apresentam-se como relações sociais das coisas” (Ibid., p. 290). O Marx das análises econômicas não abandona a análise do ser humano em sua dimensão social. Neste nível, os indivíduos se encaram como “sujeitos de equivalência”. Aqui, os sentimentos humanos estão adormecidos, porque eles são “imediatamente indiferentes um em relação ao outro. (...) eles são reciprocamente necessidade um para o outro” (Ibid., p. 324).

O capitalismo apresenta suas ilusões; uma delas é o fetichismo. O que o trabalho social produziu, agora está “fora do ser humano, confrontando e como um poder estranho” (MÉSZÁROS, 2016, p. 132). Por isso a reificação é uma forma de nos fazer crer na fetichização das coisas produzidas pelo homem.

O romance na era do capitalismo: a visão de Lukács

György Lukács argumenta em *O romance como epopeia burguesa* que o romance literário “é o gênero mais típico da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2011, p. 193). Constata que esse gênero, mesmo sendo um produto da época burguesa, é nele que “(...) todas as contradições específicas desta sociedade são figuradas de modo mais adequado”. Aqui, Lukács reaviva a riqueza dessas obras para o entendimento do mundo burguês.

Ao se considerar a argumentação do marxista húngaro, pode-se indagar: até que ponto o romance estabelece uma convergência com a sociedade burguesa, seus valores e contradições? Como a narrativa literária figura as contradições essenciais deste período histórico? Há a presença da reificação nas personagens desses romances? Lukács responde que Honoré de Balzac é um dos principais romancistas a fornecer, com certa nitidez, os elementos primordiais para a compreensão do mundo burguês. A trajetória literária do romancista francês é o ponto áureo das observações psicológicas e políticas no espaço social francês do século XIX. Em uma série de obras como *Eugénie Grandet* (1833), *Le Père Goriot* (1835), *Le lys dans la vallée* (1835), *Illusions perdues* (1837), *Splendeurs et misères des courtisanes* (1838) o literato ilustra as contradições fundamentais que emergem na França do século XIX.



Com o surgimento da moderna sociedade burguesa, vislumbra-se a ascensão de uma lógica de mercado que afeta as relações sociais em um sentido geral. O dinheiro passa a representar não só o poder aquisitivo dos agentes sociais, mas uma forma de poder social. O conceito (no marxismo) que explica a incorporação de elementos objetivos na formação subjetiva do ser humano é a reificação (*Versachlichung*). Eis um dos grandes méritos dos estudos de Lukács, ou seja, evidenciar um conceito tão importante para o pensamento marxista. Em *História e consciência de classe* ele delinea o que é o processo de reificação (*Versachlichung*) na sociedade capitalista:

A essência da estrutura da mercadoria já foi ressaltada várias vezes. Ela se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” que, em sua própria legalidade, rigorosa, aparentemente racional e inteiramente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens (LUKÁCS, 2003, p. 195).

Nesse contexto de predominância dos valores de mercado, o romance é estudado em sua relação com as forças sociais (em nosso caso, a França). Para Lukács, o romance na era moderna “se tornou a forma de expressão da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2011, p. 193). Aqui, a grande questão é a posição estética do romancista ante a sociedade. Se nesta fase se presencia a afirmação de “valores da burguesa”, como se comporta a produção literária diante deste novo mundo? O romance na era do capitalismo não revive mais a antiga epopeia que exaltava a ação (exemplar) do herói. Ao expressar a “realidade prosaica”, o romance na modernidade se depara com a impossibilidade de encontrar um herói positivo. Lukács vê duas saídas (insuficientes, em sua visão) diante do dilema da “degradação” do homem sob o capitalismo: primeiro, o retorno ao passado (o romantismo); segundo, ao procurar atenuar (em sua forma representativa) as contradições (reais) da sociedade. É diante dessas insuficiências que o marxista húngaro visualiza o valor estético de Balzac. O realismo deste último, assim se configura: “Balzac, em sua obra, desenvolve até o fundo as contradições mais profundas da sociedade burguesa e figura a interpenetração dinâmica destas contradições como forças motoras desta sociedade” (Ibid., p. 204).

Ao rejeitar o romantismo e, também, a “utopia” (nas palavras de Lukács), Balzac deve ser elogiado. Ele não se silenciou diante das contradições existentes da sociedade francesa de inícios do século XIX. Aqui, Balzac é interpretado de forma positiva por ter inserido em seu romance o princípio marxista da luta de classes. Além deste princípio, Lukács assinala outro



princípio da teoria marxista: a práxis. É este princípio que motiva a crítica de Marx à antropologia de Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de forma diversa, o que importa é mudá-lo” (Apud LABICA, 1990, p. 35). Marx se vê como um “materialista prático”; isto quer dizer que se rejeita a forma de conceber o mundo (como a teologia ou a filosofia especulativa) na qual prepondera a “abstração”. É assim que o marxismo funda uma nova concepção do ser humano. Para se rejeitar a abstração, deve-se conceber o ser humano como “homens reais – sociais, históricos – e sua prática”, na interpretação de Labica (1990, p. 117).

É este princípio de ação (práxis) que deve expressar a autêntica consciência dos personagens. O personagem (típico) deve mostrar a ação humana em “conexão com o ser social”. Se isto ocorrer, o romance adquire valor estético, pois figura “o elemento típico do seu ser social” (LUKÁCS, 2011, p. 205). Observar que Lukács comenta sobre a forma de “[se expressar] ativamente” esta “essência do homem”: o ser humano ao enfrentar seus dilemas não deve só se comportar como um indivíduo. Por isso, na literatura a tipicidade dos homens corresponde a seus destinos. Sobre este tema, observar a citação de Marx, empreendida por Labica: “E do mesmo modo que tudo aquilo que é natural deve nascer, do mesmo modo o homem também tem sua certidão de nascimento, a história (...). A história é a verdadeira história natural do homem” (Apud LABICA, 1990, p. 116). Por isso o modelo épico (na era do capitalismo), para ser significativo, deve figurar os confrontos de classes de forma “concreta, clara, típica”. A literatura necessita ir além da “vida burguesa cotidiana” que obscurece (através dos efeitos da reificação) a claridade das forças sociais fundamentais. Nesse sentido, a função do artista é promover a visibilidade das forças sociais por trás de seus personagens. Eis a força estética de Balzac:

Nas figuras de Goriot e Vautrin (bem como nas da Marquesa de Beauséant e de Rastignac), encarna-se efetivamente um certo *páthos*: cada uma destas figuras é elevada a um nível de paixão tão alto que nelas se manifesta o conflito interno de um momento essencial da sociedade burguesa; e, ao mesmo tempo, cada uma delas se encontra num estado de revolta subjetivamente justificada, mesmo se nem sempre consciente, representando assim em suas próprias pessoas um momento singular da contradição social (LUKÁCS, 2011, p. 210).

O personagem é típico porque em seu caráter – assim como em seu destino de vida - manifestam as “características objetivas, historicamente típicas de sua classe; (...)” (Ibid., p.



211). Neste sentido, o percurso do drama individual se depara com as questões fundamentais da sociedade burguesa.

O Pai Goriot: Balzac e o mundo das mercadorias

Analisar a produção literária de Honoré de Balzac não é tarefa fácil. A dificuldade ronda seus intérpretes de um modo geral. Isto porque, nas obras do literato de Tours há uma gama de riquezas do mundo social. É intenção de Balzac realizar um quadro social em torno de seu tema; literatura realista que não deixa de conter uma visão sociológica.

Em *O pai Goriot*, obra publicada em 1835, Balzac ilustra algumas características da sociedade francesa do início do século XIX: o escritor esboça um “mundo” cujas relações de interesse (econômicas, em sua maioria) se sobressaem no conjunto das relações sociais. Indignado com essas relações, uma das personagens principais da trama balzaquiana, Eugène de Rastignac, afirma que “Paris é um lamaçal”. Dentre as diversas personagens da obra é possível delinear traços de uma diversidade de personalidades voltadas, exclusivamente, para um ponto em comum: o dinheiro como aspecto visível do poder econômico da sociedade capitalista (CORDEIRO, 2010, p. 91).

Balzac realiza em *O pai Goriot* uma aproximação entre as instâncias econômica, social e política; isto ocorre para ilustrar como o capitalismo transforma o mundo subjetivo dos sujeitos (o que se denomina de reificação). O escritor descreve traços de personalidade e várias formas da experiência sensível. Logo no início da obra, ele apresenta o ambiente no qual a trama se desenvolve: a pensão da Sra. Vauquer. Balzac indica como a percepção da proprietária passa por uma metamorfose ao descobrir que um de seus hóspedes, o Sr. Goriot, possui reduzidos recursos financeiro. De início, Madame Vauquer concebe que o “velho macarroneiro” dispunha de “uma renda de cerca de oito a dez mil francos” (BALZAC, 2015, p. 30). Esse detalhe faz com que a pensionista cogite até em se casar com o humilde Goriot. O narrador descreve os anseios da pensionista:

Embora um pouco rústico, ele andava tão frajola, pegava seu tabaco magnificamente, o aspirava como um homem tão seguro de ter sempre a sua tabaqueira cheia de macouba, que no dia em que o Sr. Goriot se instalou em sua pensão a Sr. Vauquer deitou-se à noite assando, como uma perdiz em volta na tira do toucinho, ao fogo do desejo que a agarrou de abandonar o sudário de Vauquer para renascer como Goriot (Ibid., p. 31).



Aqui, Madame Vauquer devaneia sobre a figura do velho comerciante de massas, inclusive com um tom de conotação sexual. Sua imaginação vai além; a viúva, inclusive, cria a expectativa de constituir um futuro amoroso ao lado do humilde homem: “Casar-se, vender sua pensão, dar o braço aquela fina flor de burguesia, torna-se dama de prestígio no bairro, pedir recurso aos indigentes (...)” (Ibid., p. 31). Eis os anseios da personagem, enraizados na lógica capitalista: seu hóspede é concebido como um meio para sua realização financeira.

Em outra passagem, a condessa de L`Ambermesnil - uma golpista que se instala na pensão Vauquer e se torna amiga da sua senhoria - faz alguns comentários sobre o comerciante de massas: “– Ah! Minha querida senhora, um homem saudável como meus olhos – dizia a viúva. – Um homem perfeitamente conservado, e que ainda pode dar muito prazer a uma mulher” (Ibid., p. 32). Inicialmente essa é a percepção que Madame Vauquer e sua amiga (a condessa de L`Ambermesnil) adotam ante o Sr. Goriot.

No decorrer da narrativa as duas personagens terminam por compreender que Goriot não é bem o que elas presumem; a partir desse ponto, a percepção das duas personagens começa a passar por transformações. Depois de uma investida realizada pela condessa (em favor de sua senhoria) a percepção adquire uma nova forma: “- Meu anjo – disse à querida amiga -, você não tirará nada desse homem! Ele é ridiculamente desconfiado; é um sovina, uma besta, um tolo, que só lhe causara desgosto” (Ibid., p. 33).

Com a “frustração” que Goriot provoca em sua senhoria, ela passa a lhe tratar de forma ríspida, comparado àquele tratamento anterior. Sua primeira estratégia é punir o bom homem e lhe servir sempre um único jantar; porém, Goriot não se aflige. Nas palavras do narrador:

O Sr. Goriot era um homem frugal, em quem a parcimônia necessária às pessoas que fazem fortuna por si mesmo degenera em hábito. A sopa, o cozido, um prato de legumes tinham sido, deviam sempre ser seu jantar predileto. Portanto, foi bem difícil para a Sr. Vauquer atormentar seu pensionista, cujos gostos e nada em nada ela podia melindrar (Ibid., p. 35).

Balzac esclarece, nesta passagem da obra, a consciência (ou seja, suas representações) dos sujeitos em relação ao valor humano: “ser é ter”. Madame Vauquer possui traços dessa percepção capitalista em ascensão. Com a sociedade burguesa em formação e as práticas empreendidas por esta classe (em busca de hegemonia social), há uma transformação da sociedade francesa; agora, se subverte as heranças hereditárias de poder como ocorria no Antigo Regime. Em um horizonte de declínio aristocrático, o dinheiro é definidor de *status*, de poder



social e influência política. Nesse novo regime, o que se vislumbra é o consolidar-se da lógica mercantil que afeta a qualidade das relações intersubjetivas. Madame Vauquer corporifica um tipo social proeminente neste contexto. Ela é uma personagem típica que expressa a metamorfose entre dois momentos históricos distintos: o declínio do modelo aristocrático e a consolidação da sociedade burguesa.

São personagens impregnadas pelos valores de mercado; tanto Madame Vauquer, quanto a Condessa de Γ Ambermesnil, são atingidas por valores heterônomos. Nesse cenário, o fator essencial “é justamente o ter enquanto critério do ser, mas o ter no sentido de posses materiais” (DANNER, 2008, p. 13). É esta forma de “ter” que Balzac denuncia. O escritor revela a transformação no regime sensitivo causado por esse modelo econômico no qual o consumismo “constrói ideologicamente nossa realidade, inibe e camufla os duros efeitos do mercado capitalista em nossas sociedades e mesmo para com o meio ambiente” (Ibid., p. 13).

Em contraposição às senhoras, Goriot representa outro modelo de sensibilidade: o comerciante de massas expressa um ser “puro” ao nível sentimental. Sua devoção e amor às filhas fazem com que transcenda a reificação. Goriot dispõe de toda a sua fortuna para levar conforto e, até realizar as extravagâncias das filhas. Porém, elas não se realizam segundo o modelo de felicidade que imaginam; culpam o pobre pai pela sua condição. O amor filial em Goriot não está impregnado de valores mercadológicos; ele não assume o caráter de “uma relação entre coisas”, na expressão de Lukács (2003, p. 194).

Goriot não suporta ver as filhas em situação de infelicidade; no final da trama, falece. Sobre a situação do pobre homem com relação às filhas, outra personagem, Viscondessa Beauséant, prima de Eugène de Rastignac, esclarece:

Pois é, sim, o pai delas, o pai, um pai – prosseguiu a viscondessa -, um bom pai que deu, pelo que dizem, a cada uma quinhentos ou seiscentos mil francos para fazer a felicidade delas, casando-as bem, e que só reservou para si mesmo oito a dez mil libras de renda, acreditando que as filhas continuariam a ser suas filhas, que ele criara na casa delas duas existências, duas casas nas quais seria adorado, mimado. Em dois anos, seus genros o baniram de seu convívio como o último dos miseráveis... (BALZAC, 2015, p. 86).

Goriot é rejeitado pelas filhas e pelos genros; isto ocorre devido a sua frágil condição e um baixo *status* social. O contexto histórico se entrelaça à vida do macarroneiro nesse instante. Aqui, a percepção de Lukács é assertiva: Balzac reconstitui a degradação do homem sob o capitalismo. Em outro momento da obra a Sra. de Langeais, amiga da viscondessa, comenta:



(...) na época do Império [período napoleônico], os dois genros não se escandalizaram muito por ter esse velho noventa e três⁸⁰ na casa deles; com Bonaparte ainda era tolerável. Mas, quando os Bourbon retornaram, o homem incomodou o Sr. De Restaud, e mais ainda o banqueiro (Ibid., p. 87).

As transformações sociais na França no início do século XIX afetam a vida de Goriot. Balzac deixa claro como a instabilidade social interfere nos destinos dos personagens. As relações familiares não são exceção; como se constata na citação acima, os regimes políticos pelos quais transita a França, nesse contexto, causam uma alteração na visão que os genros possuem do sogro.

Em *O pai Goriot* esta instabilidade é atribuída à condição social dos personagens: a posse financeira torna-se um poder social nada desprezível. São abandonados os desejos, sonhos e ideais. O mundo que outrora se apresentava como belo e exuberante, agora se torna “um lamaçal”. Nesse instante, se percebe o elogio de Lukács à obra balzaquiana: o literato francês não se silencia ante as transformações políticas, econômicas e sociais.

Aqui o subtexto humanizador do jogo figurativo da obra balzaquiana pode ser vislumbrado. Em Balzac o “sujeito é levado a imitar o que é diferente de tudo aquilo que ele espera” (DANNER, 2008, p. 10); ou seja, há um processo oposto ao que ocorre na arte da indústria cultural (Ibid., p. 10). Enquanto nesta última há uma imitação do sujeito, “mostrando-lhe apenas o que ele percebe por si mesmo (que, na verdade, já está predeterminado), na sua vida cotidiana”, na arte moderna balzaquiana procura-se “relembrar o sujeito da sua dimensão natural” (Idem). A relação afetiva de Goriot perante as filhas não é mediada por interesses estranhos à humanização.

No modelo estético balzaquiano, o trabalho é compreendido como uma degradação sob o capitalismo. A vida burguesa concebida como um processo de obscurecimento das relações sociais sob a égide da reificação: “Ali um parisiense perdido só enxergaria pensões burguesas ou instituições, miséria ou tédio, velhice que morre, alegre juventude obrigada a trabalhar” (BALZAC, 2015, p. 14/15)

Aqui, o processo de reificação se apresenta na trama balzaquiana, já que as filhas veem no pai só um agente financeiro. Elas estão prontas a abandoná-lo (e de fato o fazem), caso os seus recursos se esgotem. O final de Goriot é trágico. Como argumenta Sergio Schaefer, quando

⁸⁰ Referência ao período revolucionário francês no qual os jacobinos se instalam no poder.



o sofrimento é percebido pelo sujeito (admirador da arte) descortina-se a autêntica *mimesis*: o sujeito se identifica com o sofrimento expresso na obra e ela o faz sofrer (SCHAEFER, 2012, p. 39). A arte é uma forma de educação (sentimental) que se faz por intermédio do negativo. Porém, além da argumentação de Schaefer, percebe-se que essas relações sociais reificadas provocam um dano ao sujeito. Balzac dá visibilidade a essas forças sociais que causam a ruína da humanidade no indivíduo.

Em Balzac, nos deparamos com uma literatura de contestação dessa lógica reificadora. Em dissonância com a arte consumista da indústria cultural, na literatura balzaquiana há a proposta de se figurar o subtexto do mundo social: interessa ao escritor francês iluminar o modo com as classes populares “se reproduziam socialmente; como eram suas casas, o que cultivavam e o que comiam, como se vestiam, quais eram suas distrações e crenças, seus preconceitos” (CORDEIRO, 2010, p. 28). Eis o estilo do realismo na arte balzaquiana: o entendimento de traços indefinidos e submersos da sociedade francesa. Aqui, a literatura estabelece uma diferenciação ante a concepção de história de sua época; segundo sua investigação, esses historiadores “ao darem maior ênfase aos fatos, (...) aos fogos de artifício, eles percebiam apenas o que estava na superfície” (Ibid., p. 28).

No estudo dos tipos literários na obra balzaquiana, vamos interpretar outra figura de destaque da trama, Eugène de Rastignac. O personagem é um jovem que procura fazer fortuna e se instala em Paris com o objetivo de realizar estudos jurídicos com auxílio financeiro de seus familiares. O jovem nobre conhece bem sua linhagem e, por isso, procura auxílio junto a sua aparentada, a Viscondessa Beauséant. Esta lhe oferece a nomeação social; isto lhe permitirá vantagens para se inserir no mundo aristocrático. Porém, mais que um jovem nobre, Rastignac é sensível aos conflitos sociais: ele observa com atenção as ocorrências do mundo social.

No transcorrer de seu percurso, ou melhor, de sua “educação sentimental”, a personagem se depara com duas faces da sociedade parisiense: a Paris dos pobres e a dos aristocratas. Em um primeiro momento, a desilusão de Rastignac ocorre quando descobre o verdadeiro passado de Jean-Joachim Goriot. O jovem imaginava que o comerciante de massas fosse amante da Baronesa de Nucingen e da Condessa de Restaud; também, que ele não passava de um financiador dessas mulheres em troca de prazer: “– Mas – disse Eugène com ar de nojo –, então a Paris dos senhores é um lamaçal” (BALZAC, 2015, p. 58). Porém, ele descobre, em



suas investidas pela sociedade aristocrática que elas eram suas filhas. Enfim, elas ocultavam a paternidade, só dispondo do pai em momentos de apuro financeiro.

Quando Rastignac se defronta com tamanho sofrimento ao ver o pobre homem torcendo seu vermeil para auxiliar a filha a saudar uma dívida, o rapaz se comove e toma as dores do humilde senhor, impedindo que os demais hóspedes da pensão o zombem: “- O pai Goriot é sublime!” (Ibid., p. 88), afirma ao descobrir a boa natureza daquela figura. É através do comerciante de massas que o jovem tem contato com a face pobre de Paris.

Com a influência de sua prima viscondessa, o jovem se aproxima da Baronesa de Nucingen, convertendo-se em seu amante. É através de sua prima e das filhas de Goriot que o personagem entra em contato com a face aristocrática de Paris. Nesse sentido, Rastignac é um jovem dividido entre dois mundos.

Realizadas essas observações, averigua-se dois episódios que envolvem a personagem e demonstram a forma artística que Balzac utiliza para realçar as contradições da sociedade francesa. O primeiro momento é quando Vautrin, um foragido da justiça, intenta sua sedução: o homem deseja que Rastignac conquiste a Sra. Taillefer (outra pensionista) para acessar a fortuna de seu pai, tramando para assassinar seu irmão, ficando a jovem como única herdeira (Ibid., p 121). Rastignac se desespera e se sente tentado com a presença daquele homem que pouco conhecia.

Mas quem é essa personagem que instiga um jovem virtuoso a ponto de fazê-lo duvidar de seus princípios? Vautrin é um sujeito singular que procura mostrar a Rastignac “as verdadeiras engrenagens” da máquina social. Ele, assim, comenta com o jovem:

O homem de luvas e palavras amarelas cometeu assassinatos em que não se derrama sangue, mas em que se dá o sangue; o assassinato abriu uma porta com um pé de cabra: duas coisas tenebrosas! Entre o que lhe proponho e o que você fará um dia, a única diferença é o sangue a menos. Acredita em algo fixo nesse mundo? Portanto, despreze os homens, e veja as malhas por onde se pode passar na rede do Código. O segredo das grandes fortunas sem causa aparente é um crime esquecido, porque foi cometido com limpeza (Ibid., p. 123).

A citação é reveladora; nela, o foragido ilustra a verdadeira face das relações sociais na lógica capitalista. O personagem tenta justificar que a fortuna pode ter mais valor que a vida humana. Logo adiante, temos um exemplo da forma como o personagem se aproxima do conceito de reificação. Isto ocorre quando enfatiza que o segredo das grandes fortunas é um crime cometido com limpeza. Ou seja, em sua lógica, Vautrin assegura que essa perspectiva



maquiavélica é justificável. Quando o crime é executado com “limpeza”, não há com o que se preocupar já que resulta em benefícios. A vida humana, na percepção da personagem, se converte em valor de troca: torna-se uma mercadoria.

Voutrin é um anônimo; no início da trama é figurado dessa forma, pois sua verdadeira identidade só será revelada no término da obra. Ele tem a sua personalidade avivada quando elucida que os sujeitos - que Rastignac admira e presume serem “civilizados” - partilham, assim como ele, de interesses financeiros acima da dimensão humanitária. Porém, são capazes de executar tudo que for possível para alcançar tais interesses. Voutrin revela uma nova configuração social ao jovem Rastignac: sua imagem (ideal) do mundo social é desconstruída por esta personagem. Aqui, a voz de um anônimo revela a face oculta da nova configuração societária burguesa: o poderio do dinheiro e os efeitos da reificação em seu estado mais radical.

Em uma das últimas cenas de *O pai Goriot*, o personagem principal termina por receber sua educação sentimental. Na falta de recursos econômicos - nem mesmo para pagar o coveiro de Goriot - Rastignac sente-se humilhado. O romance realiza este choque do personagem com a realidade capitalista mortificadora. O antagonismo desse contexto faz com que as filhas (envoltas em tanta riqueza e proibidas pelos esposos) não acompanhem o velório do pai. Essa configuração societária tem sua idealização lançada por terra para o jovem. O narrador descreve as cenas finais da obra, focalizando o sentimento de desilusão em Rastignac:

Ao ficar sozinho, Rastignac deu uns passos até o alto de cemitério e viu a Paris tortuosamente deitada ao longo das duas margens do Sena, onde as luzes começavam a brilhar. Seus olhos se prenderam quase avidamente entre a coluna da Place Vendôme e a cúpula) dos Invalides, ali onde vivia aquela bela sociedade em que ele quisera penetrar. Lançou sobre essa colmeia zunindo um olhar que parecia de antemão extrair-lhe o mel, e disse estas palavras grandiosas:

- Agora, somos nós dois!

E como primeiro ato do desafio que lançou a Sociedade, Rastignac foi jantar na casa as Sra. de Nucingen (Ibid., p. 289).

O sofrimento expresso pelo personagem manifesta desilusão. Eugène incorpora a juventude de seu tempo, desiludida com o mundo social e com as agitações revolucionárias. De forma diversa a outros personagens que marcaram a geração da literatura francesa, Rastignac (figurado em outras obras da *Comédia humana*) consegue realizar seu sonho de ascensão social. Porém, a mensagem de *O pai Goriot* expressa o sofrimento de uma geração que se encantou com Napoleão Bonaparte: eles carregam o difícil fardo de ver seus ideais dissipados.



Na reflexão final de *O pai Goriot*, Lukács pode nos auxiliar; em seu entendimento o capitalismo tem por principal objetivo “substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas” (LUKÁCS, 2003, p. 207). Nas obras balzaquianas esta característica é constatada. Os anseios da juventude, a pujança do dinheiro, o imaginário social em confronto com a realidade econômica, o contexto político mais imediato e o espaço social de conflitos são reavivados; aqui, a obra adquire valor ao expor, de forma consequente ou “positiva”, relações que possuem uma “objetividade fantasmagórica”, nas palavras do próprio Lukács.

Considerações finais

Para os marxistas após a derrota operária das Jornadas de Junho de 1848 (na França), despontou um novo horizonte nas relações de classe. Na Revolução de Fevereiro (1848), os trabalhadores lutaram ao lado da burguesia; daí nasceu uma república com algumas “concessões socialistas”. Aqui, acompanhamos Marx em sua interpretação deste período; ele comenta sobre as “ilusões sociais da Revolução de Fevereiro” (MARX, 2012, p. 60). No fundo, este modelo político nada mais significava que uma “república burguesa”.

Desta forma, o período que antecede às Jornadas de Junho de 1848 escondia uma “verdade” sobre a luta de classes essencial. Junho de 1848 evidenciou, através da história, esta “verdade”. São ilusões que Marx desvenda em sua análise: “Os trabalhadores acreditavam (...); (...) os proletários confundiam (...)”, eis algumas de suas expressões. Na França deste período, a luta moderna contra o capital ainda não estava desenvolvida; tinha-se uma “luta contra os modos secundários de exploração pelo capital, (...)” (Ibid., p. 48). Isto explica o fato de o “proletariado parisiense ter procurado impor o seu interesse paralelamente ao interesse burguês, (...)” (Idem).

Na linguagem de Lênin, o proletariado confundia tática com estratégia. Mas foram as Jornadas de Junho de 1848 que destruiu essas ilusões. Não mais a palavra-mágica *fraternité* que encantava a todos e eliminava (de forma imaginária) as relações de classe. Com as Jornadas de Junho de 1848, “a burguesia foi obrigada a contestar as exigências do proletariado de armas nas mãos” (Ibid., p. 61). Pela primeira vez na história da França, o trabalho se confronta com o capital.



Essas reflexões de Marx são importantes para efeito de nossa análise de Balzac. Aqui, se está no paroxismo do realismo, já que “o romance moderno nasceu da luta ideológica da burguesia contra o feudalismo”, segundo Lukács. Mas após 1848 não há mais a “alegria energia” que contagiava a “nova sociedade em gestação”. Na perspectiva marxista (seguimos Lukács, nessas ideias), Balzac pertence à fase em que o romancista se torna uma espécie de “historiador da vida privada”. Nesse momento, as grandes contradições sociais são refratadas pela “realidade cotidiana”. Os heróis de Balzac – Pai Goriot, Eugénie Grandet – são esmagados por forças sociais estranhas à essência humanizada do ser humano.

Ainda segundo Lukács, após 1848 a figura do romancista opta, cada vez mais, pelo “protesto subjetivo”: nesta fase, Gustave Flaubert é o modelo deste escritor. Temos nesta fase um tipo de modernidade literária inaugurada por Charles Baudelaire: o *dandy* observa na vida cotidiana tudo o que há de “vulgar, de terrestre e de imundo” (Apud LE GOFF, 2010, p. 195). É o ideal de beleza (como se encontra em *A educação sentimental*, de Flaubert) que se salva; um ideal eterno em meio à transitoriedade do mundo social.

Isto explica o valor de Balzac na acepção de Lukács. Diante da “reificação mortificante”, o escritor francês (Balzac) pratica uma forma de realismo sem cair no modelo poético ou na estilização simbólica. Rejeição da fuga poética (ou simbólica), muito menos o mascaramento das contradições sociais. Balzac é grande para Lukács porque expôs em seus romances “a baixa e a hipocrisia” da sociedade capitalista (LUKÁCS, 2011, p. 227).

O escritor realista se afasta da apologética vulgar do ambiente burguês; daí porque em suas obras, reificação e sentimentos humanizados ainda convivem em flagrante contradição. Isto expressa a transgressão estética do escritor realista desta fase literária francesa. Como bem ressalta Slavoj Žižek, o capitalismo não deixa de ser “um tremendo poder corrosivo que destrói mundos, culturas e tradições de vida particulares, atravessando-as e sugando-as para dentro de seu vórtice” (ŽIZEK, 2013, p. 209). Diante desta presença da universalização do valor de troca, a literatura (aqui, pensamos em Balzac) não deixou de denunciar seus efeitos nos mais diversos detalhes da vida humana.

Referências

BALZAC, Honoré de. *Lá comédie humaine: scènes de la vie de province* – Vol. VIII, Tome IV. Paris: Project Gutenberg - Free eBooks, 2017.



- BALZAC, Honoré de. *O pai Goriot*. Tradução de Rosa F. D'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.
- CORDEIRO, Sara R. Ramos. *O significado do dinheiro em Balzac*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.
- COSTA, Lourenço Resende da. História e literatura: um diálogo interdisciplinar. *Revista Todas as Musas*. São Paulo, Ano 10, N. 02, Janeiro – Junho, 2019.
- DANNER, Fernando. A Dimensão Estética em Theodor W. Adorno. *Thaumazein: Revista eletrônica do curso de Filosofia da UFN (Universidade Franciscana)*. Vol. 2, n. 3, 2008.
- FEUERBACH, Ludwig. *Preleções sobre a essência da religião*. Tradução de José da S. Brandão. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. Tradução de Rúrión Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2018.
- LABICA, Georges. *As "Teses sobre Feuerbach" de Karl Marx*. Tradução de Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana F. Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- LUKÁCS, Györg. *Arte e sociedade: escritos estéticos (1932-1967)*. 2ª Ed. Tradução de Carlos N. Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.
- _____. *História e consciência de classe*. 1º Ed. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MÁRKUS, György. *Marxismo e antropologia: o conceito de "essência humana" na filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular; EDIUNESC, 2015.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena B. Alves. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2011.



_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SCHAEFER, Sergio. *A teoria estética em Adorno*. Tese de Doutorado em estudos de literatura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 478 p. 2012.

TAYLOR, Charles. *Hegel: sistema, método e estrutura*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

TERTULIAN, Nicolas. *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*. Tradução de Renira L. de Moura Lima. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

Artigo recebido em: novembro/2023

Artigo aceito em: março/2024



APRISIONAR O CORPO PARA CUIDAR DA ALMA: FUNÇÃO RELIGIOSA DO SISTEMA ESCRAVOCRATA NO BRASIL

IMPRISONING THE BODY TO CARE FOR THE SOUL: RELIGIOUS FUNCTION OF THE SLAVERY SYSTEM IN BRAZIL

ELENICE ALVES DIAS BORGES

<https://orcid.org/0000-0001-8823-4183>

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

eleniceadborges@gmail.com

CÉLIO JUVENAL COSTA

0000-0003-1226-7805.

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Docente da UEM

celiojuvenalcosta@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo se debruça sobre o tema escravidão, especificamente sobre a atuação religiosa que o sistema assumiu para com os envolvidos. Muito já se ouviu falar sobre a Igreja considerar os africanos seres sem alma, entretanto, com afirmações de religiosos, representados neste artigo por Jorge Benci e Antônio Vieira, além das representações artística do pintor francês Jean-Baptiste Debret, podemos aferir a importância religiosa que a escravidão teve. Propomos então, por meio deste artigo, refletir sobre essa característica religiosa da escravidão. Como os cativos, segundo o pensamento cristão daquele momento e de acordo com o contexto cultural, exerciam seus deveres cristãos por meio do cativo. Dessa forma, este texto se atém a outros motivadores da escravidão moderna, como a religiosa, não desconsiderando suas motivações econômicas já sabidas.

PALAVRAS-CHAVE: Cristianismo, cativo, religiosidade, escravidão.

ABSTRACT

This article focuses on the topic of slavery, specifically on the religious role that the system took towards those involved. Much has been heard about the Church considering Africans to be soulless, however, with statements from religious people, represented in this article by Jorge Benci and Antônio Vieira, in addition to the artistic representations of the French painter Jean-Baptiste Debret, we can assess the religious importance that slavery had. We therefore propose, through this article, to reflect on this religious characteristic of slavery. Like captives, according to Christian thought at that time and according to the cultural context, they exercised their Christian duties through captivity. In this way, this text focuses on other motivators of modern slavery, such as religious slavery, without disregarding its already known economic motivations.

KEYWORDS: Christianity, captivity, religiosity, slavery.



INTRODUÇÃO

Até a chegada da Coroa portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro se apresentava com uma população que se dividia entre livres e escravizados. Segundo um comerciante inglês, ao chegar no Brasil em meados de 1808, ao girar em torno de 60.000 habitantes, a população do Rio era composta por aproximadamente 48.000 pessoas livres e 12.000 escravizadas no período próximo à chegada da Corte (SOARES, 2007).

Neste artigo, que é derivado de nossa dissertação de mestrado, buscamos nos voltar ao sistema escravista no Brasil e como a religiosidade estava ligada a ela, dando não apenas uma justificativa, como também motivação para o cativo. Entendemos que havia uma compreensão religiosa em torno da escravidão, no que diz respeito à conversão e salvação de almas. Para tanto, nos baseamos em bibliografias a respeito da escravidão moderna e do Brasil do século XIX, além desses materiais, utilizamos também como fontes, relatos de viajantes como o artista francês Jean-Baptiste Debret e sermões dos religiosos Pe. Antônio Vieira e Pe. Jorge Benci que nos auxiliam na compreensão da parte religiosa da escravidão.

TRÁFICO NO ATLÂNTICO: BRASIL/ÁFRICA NO SÉCULO XIX

Devido a convivência com o sistema escravista de ao menos três séculos, o Brasil já não tinha uma rotina sem o comércio de escravizados e a situação econômica resultante do trabalho deles. A rotina brasileira era toda permeada pela escravidão, e até 1850 o tráfico de escravizados foi intenso e legalizado. Antes colônia, posteriormente reinado independente, o Brasil manteve até 1888 a manutenção regular da escravidão.

Autores como Luiz Felipe de Alencastro (2000) se voltam ao período de tráfico licenciado de escravizados no Atlântico e sobre a dinâmica desses escravizados no Brasil. Segundo ele, que em seu livro *O Trato dos Viventes* (2000) se dedica principalmente ao tráfico dos escravizados pelo Atlântico, a comercialização das pessoas escravizadas se iniciou muito antes da relação Luso-Brasileira se iniciar em 1500. De modo que o tráfico de escravizados já ocorria entre África e Europa em meados de 1400.

Jaime Pinsky (2012) relata sobre um desembarque de escravizados africanos em 1444 em Lisboa e Alencastro (2000) discorre sobre as malsucedidas investidas do português e



aprendiz de negreiro Estêvão Afonso na captura de africanos na Guiné em 1445, sendo que sua última tentativa levou a um conflito entre ele e o nativo que terminou na morte de Afonso.

A cidade do Rio de Janeiro se mostrou promissora para o comércio e traslado de escravizados. O porto do Rio de Janeiro recebeu e embarcou escravizados não só para o Brasil como também para outros países sulamericanos como Argentina (ALENCASTRO, 2000). A demanda por escravizados no Rio de Janeiro bem como em outras capitanias pelo Brasil era significativa.

Nireu Oliveira Cavalcanti (2005) ressalta que o tráfico foi crescente no porto fluminense e que a intensidade do comércio de escravizados no Rio de Janeiro aumentava conforme a atividade comercial principal se modificava. Independentemente se fosse o cultivo e exportação do café ou a mineração, a demanda de escravizados permanecia em crescimento.

A demanda por escravos na capitania do Rio de Janeiro sempre foi crescente, principalmente a partir do início da exploração das minas, em 1694; do aumento de construção de engenhos para fabrico de açúcar e aguardente da terra, a exigir extensivas áreas plantadas de cana; do desenvolvimento da agricultura de abastecimento como a mandioca para a produção de farinha, o milho e outras culturas como o anil e, a partir do último quartel do século XVIII, o café; do aumento populacional, a demandar muitas construções; da instalação do Tribunal da Relação, a partir de 1752, trazendo para a cidade do Rio um novo pólo jurídico do Brasil e grande número de funcionários públicos importantes e bem-remunerados, a demandarem serviços e moradias; da transferência, em 1763, da sede do vice-reinado da Bahia para o Rio, tornando a cidade a capital brasileira; e do incremento do seu porto, que passou a ser o mais importante, e a capitania, o maior centro comercial do Brasil (CAVALCANTI, 2005, p. 21-22).

Mesmo com a existência de leis que proibiam o tráfico de escravos como a lei de 1850 e a lei de 1831 que tornava livres escravizados africanos que entravam no Brasil a partir daquela data, o comércio de escravizados, ao contrário do que seria natural após uma proibição, aumentou e tornou as condições dos africanos ainda pior.

Em 1850 a lei Euzébio de Queirós proibia o tráfico de escravizados entre Brasil e África, entretanto, segundo Sidney Chalhoub (2012), com a proibição o tráfico ao invés de cessar apenas piorou as condições dos escravizados que já eram negociados em condições insalubres. Antes da promulgação da lei, os africanos que chegavam no Rio de Janeiro eram levados ao Mercado da Rua do Valongo que se localizava próximo ao porto.

As leis de 1831 e 1850, respectivamente, tornava livres os escravizados que chegavam no Brasil e proibia o tráfico de escravos. Contudo, o comércio de escravizados não cessou,



continuou de forma ilegal. Por essa razão, as condições dos escravizados pioraram, os recém-chegados não eram mais expostos no Valongo, porém eram alocados em galpões clandestinos onde passavam um tempo aprendendo o português para que ao se deparar com um fiscal não fossem identificados como africanos trazidos ilegalmente. Além dos dispositivos legais de 1831 e 1850, em 1868 foi determinado que famílias não fossem mais separadas nas vendas e crianças de até 15 anos não fossem vendidas sem ao menos um dos pais. Igualmente foi decretado que não se vendessem mais escravizados debaixo de pregão e em exposição como eram feitos no Valongo (PINSKY, 2012).

A venda dos escravizados expostos já começava a incomodar moradores e políticos do Rio de Janeiro em meados de 1700. Ter em uma cidade importante como o Rio de Janeiro exposição de homens, mulheres e crianças à venda trazia uma imagem considerada ruim pelas pessoas que exigiam o fim do comércio na cidade.

Em apoio aos vereadores, em 26/6/1766, 24 negociantes de médio e grosso trato, moradores e com sede do seu comércio nessa região nobre da cidade, encaminharam abaixo-assinado em defesa do Edital da Câmara e denunciando os recalitrantes negociantes que continuavam “a venda dos referidos escravos novos na cidade, nas casas de seus donos e administradores, publicamente às suas portas como antes costumavam fazer”. Argumentavam esses ilustres consumidores de escravos que, numa cidade importante e do porte do Rio de Janeiro, não era admissível haver o espetáculo repugnante que ocorria todas as vezes que chegava um navio com escravos novos: negros e negras seminus, banhos no mar em frente à praia do Peixe, no cais de Brás de Pina e do Mineiro e na circunvizinhança da Alfândega e, sobretudo fazerem suas necessidades fisiológicas à vista de todos. (CAVALCANTI, 2005, p.44-45)

O Edital a que Nireu Cavalcanti se refere no excerto acima é um edital que os vereadores do Rio baixaram em 29 de janeiro de 1776 que reafirmava um edital anterior que proibia a comercialização de escravizados na região central da cidade do Rio. Os queixosos sentiam-se desconfortáveis com a presença que afrontava à moral dos que passavam pela falta de roupas dos escravizados e a condições fisiológicas paupérrimas dos recém-chegados.

Os casos de tráfico ilegal de escravizados deveriam ser direcionados a juízes de paz para averiguar a situação. Chalhoub (2012) descreve sobre as ações dos juízes que fiscalizavam esses casos, em alguns casos os juízes designados reclamavam pela falta de suporte pelas instâncias superiores, em outros eram os juízes que não exerciam bem suas funções sendo que até aceitavam subornos para fazer vista grossa, como no caso descrito na citação seguinte:

Mesmo que após a lei de 1831 que “tornava livre” todo africano que chegasse ao Brasil, a prática do tráfico não cessou, e os mesmos problemas sanitários existiam para



os africanos, agora ilegalmente, transportados. E os navios possuíam os mesmos problemas sanitários. Ao chegar no Brasil dois africanos com suspeita de tráfico, o ministro da Justiça Euzébio de Queiroz encaminhou um juiz de paz para averiguação. O dito juiz de paz considerou contrabandeados os africanos; ato contínuo, “em atenção ao miserável estado em que os mesmos se achavam”, “cobertos por sarnas”, requereu para ele próprio a concessão dos serviços dos novos “africanos livres” – e queria que os serviços deles lhe fossem conferidos “sem ser obrigado a pagamento algum”, devido ao estado que se achavam! (CHALHOUB, 2012, p. 757).

A ilegalidade do tráfico não impediu a sua continuidade. Por meio da ilegalidade e das fraudes legislativas, o Brasil continuou recebendo, entre os africanos para escravização. De forma escondida e com táticas de disfarce, os escravistas incorporavam novos cativos ao escravismo de forma que pudessem disfarçar seu idioma nativo com aulas de português para que se misturassem aos outros escravizados.

Os navios negreiros transportavam mais que pessoas escravizadas, as doenças eram corriqueiras nos desembarques dos navios. Além da sarna que era uma erupção cutânea comum aos transportados por conta das péssimas condições das viagens, o escorbuto – conhecido na época como Mal de Luanda – assolava tanto os escravizados quanto as pessoas que entrassem em contato.

As pessoas que reclamavam da presença dos escravizados na região central da cidade utilizavam as doenças contagiosas como um dos argumentos para que a exposição dos escravizados fosse cessada. Para os contrários à exposição dos escravizados a aglomeração dos africanos recém-chegados de África era o motivo para a proliferação de doenças como escorbuto e varíola (conhecida na época como bexiga) (CAVALCANTI, 2005).

Os embates entre negociantes de escravos e moradores juntamente com demais comerciantes do Rio de Janeiro ocorreram em meados de 1700. Logo, nota-se que a batalha travada entre eles fora vencida pelos negociantes de escravo.

Foram solicitados médicos e cirurgiões para darem seus pareceres técnicos sobre as condições do comércio de escravizados na região central da cidade. Queria-se saber se as epidemias em crescimento no Rio eram derivadas desse aglomerado de escravizados exibidos no Valongo. Os médicos deram parecer favorável aos comerciantes de escravos, afirmando que os escravizados recém-chegados nada tinham a ver com as pestilências. Segundo Cavalcanti (2005), a posição dos médicos foi diferente das suas opiniões iniciais, pois os mesmos médicos participaram de uma reunião em 14 de janeiro de 1758 em que concordaram que a comercialização de escravos era prejudicial à saúde pública.



Ao invés de reafirmar a posição adotada no dia 14 de janeiro, alguns médicos afirmaram não ter lembrança de que os cativos recém-chegados estivessem acometidos com alguma doença seja ela escorbuto ou varíola. A mudança de posicionamento dos profissionais da saúde beneficiou os comerciantes de escravos que continuaram com a comercialização na região central da cidade. Segundo Cavalcanti (2005), não se sabe ao certo a motivação dessa reviravolta, e o autor chega a considerar pressão por parte dos negociantes de escravos que empregavam os médicos.

Após os revezes sobre a comercialização no Valongo, foi decidido pelo vice-rei marquês do Lavradio que as embarcações que chegassem no cais do Valongo deveriam ser inspecionadas pelo médico de saúde antes de qualquer desembarque. Além disso, as mortes também passaram a serem tratadas de forma diferente. Os chamados “pretos novos” – escravizados recém-chegados – que falecessem ao chegar no Rio não poderiam mais ser enterrados nos cemitérios da cidade o que levou a criação de um novo cemitério para abrigar os corpos desses recém-chegados, o cemitério que hoje é um sítio arqueológico no bairro da Gamboa recebeu o nome sugestivo de Cemitério dos Pretos Novos (CAVALCANTI, 2005).

Após o decreto de proibição do tráfico em 1852, uma nova preocupação tomou as autoridades brasileiras. Como era decretado que escravizados chegados a partir de 1831 eram considerados livres no Brasil e a partir de 1850 o tráfico era proibido, começou-se a se cogitar a possibilidade de os escravizados mais antigos fingirem não falar bem o português e com isso conseguirem se libertar sem pagamento de alforria (CHALHOUB, 2012).

Assim como os traficantes de escravos escondiam os escravizados para aprenderem o português e enganarem os fiscais de modo que eles acreditassem que não se tratavam de africanos recém-chegados de África, existia um receio de que o contrário fosse feito pelos escravizados mais antigos para conquistarem a liberdade. Essa preocupação era natural, pois o simples fato de o tráfico ser proibido, não significava que a escravidão acabaria. Apesar da proibição do tráfico, ainda pretendia-se manter a dinâmica escravista dentro do Brasil. Para isso, mantinham-se formas de desmobilizar qualquer tipo de resistência ou mobilização. De forma mais evidente por meio dos castigos pelas fugas ou de formas mais sutis com a “promoção” de escravizados e diferenciação entre eles.

Em 1791 ocorreu uma revolução no Haiti, na época conhecido como Ilha de São Domingos, que assustou muitos escravistas. Essa revolução foi conhecida em muitos lugares



por seu modo sangrento. A preocupação de o mesmo ocorrer no Brasil amedrontava não somente proprietários de escravos como também legisladores que registravam sua preocupação em suas falas na plenária (CHALHOUB, 2012).

Em uma visita de um viajante francês, ele expõe sua cisma em acontecer no Brasil o mesmo que na ilha de São Domingos:

Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo, os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta dos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continuar a falar de direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que, quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos, as plantações, massacrando os brancos e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos [Haiti]. (Comentário de um observador francês em MATTOS, 2004, p. 243).

O fato é que, mesmo com o fim do tráfico, a escravidão no Brasil demoraria bem mais para acabar, pois o sistema econômico brasileiro já girava em torno da escravidão há muito tempo. O Brasil havia sido construído por braços escravizados e uma ruptura no sistema, sem alguma maneira de contornar a falha econômica que a abolição geraria, traria prejuízo muito grande. Poderemos aferir no próximo tópico como a economia era movida pelo sistema escravista, o que a sustentou firmemente até os anos finais de 1800.

O SISTEMA ESCRAVISTA REGENDO A ECONOMIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

O Brasil já convivia com a dinâmica escravista desde o século XVI e de forma sistêmica a escravidão integrava a economia de modo que inúmeras atividades eram realizadas por meio dela. Atividades rurais, urbanas e mais para o final, de extração de minérios, eram realizadas por escravizados que para algumas tarefas mais específicas eram treinados.

As atividades variavam e além dos conhecidos trabalhos nos engenhos e no cultivo de café, os escravizados eram direcionados para a execução de tarefas como venda de produtos (que era o caso dos escravos de ganho), artesanatos, “saneamento” (a função dos tigres), afazeres domésticos, enfim, boa parte das atividades no Brasil era realizada pelos escravizados.

A sociedade do Rio de Janeiro convivia com os escravizados trabalhando em atividades urbanas, como dar assistência aos proprietários de empreendimentos como sapatarias,



tabacarias entre outros tipos de comércios. Enquanto nas regiões mais afastadas da cidade, onde ficavam as zonas rurais, os escravizados se empenhavam mais propriamente no cultivo e nos engenhos.

No cultivo do café, cultura que tomou força no século XIX, os cativos chagavam a cumprir jornadas de quinze a dezoito horas diárias. Essa jornada se iniciava ainda pela madrugada quando os escravizados se reuniam e formavam fila para receber as tarefas que o feitor passaria. Essa jornada era interrompida brevemente nos horários de almoço e café da tarde, no máximo duas vezes no dia. Ainda assim, senhores de escravos constantemente reclamavam da “preguiça” dos cativos (PINSKY, 2012).

Os escravizados que iam para a cidade ou já moravam nela, podiam trabalhar com vendas pela cidade, estes eram chamados “escravos de ganho”, e vendiam doces entre outros alimentos que eles mesmos faziam ou cultivavam. Para isso eles levavam os produtos em expositores ou cestas e tanto escolhiam um ponto fixo quanto percorriam as ruas vendendo como ambulantes. O que recebiam pela venda era separado: uma parte para o senhor e o restante poderia ficar com o cativo. Quem estipulava a quantidade a ser dividida era o senhor e o escravizado poderia usar seu ganho para talvez comprar uma alforria (SOARES, 2007).

Conforme as leis referentes à escravidão foram mudando, os negociantes envolvidos com o comércio de escravos foram se adaptando simultaneamente. A aquisição de escravizados ia além da reserva por meio dos traficantes, que iam até a costa da África, ou a compra no Valongo, que sessou após as leis de 1831 e 1850.

O Mercado do Valongo deixou de existir após o tráfico se tornar ilegal e os africanos não poderiam mais ser alocados nos barracões. A partir deste momento, houve um crescimento em uma outra modalidade de vendas de escravizados. Entre os anos 1830 e 1840 se difundiram escritórios e casas de vendas de escravizados. Esses empreendimentos trabalhavam com os diferentes tipos de escravizados: boçais⁸¹, ladinos⁸² e crioulos⁸³. Para que esse comércio ocorresse precisavam do aval da Câmara Municipal, entretanto, não era incomum que casas de venda de escravizados funcionassem de maneira ilegal, pois era corriqueira a venda ilícita de escravizados (SOARES, 2007).

⁸¹ Negros recém-chegados de África para escravização, quando ainda não eram adaptados ou aculturados para o convívio no Brasil eram chamados de **Boçais**.

⁸² Os **Ladinos** eram escravizados já aculturados e adaptados após a chegada no Brasil.

⁸³ Os **Crioulos** eram escravizados nascidos no Brasil.



Conforme afirma Luiz Carlos Soares (2007), era muito comum que os negociantes sem aval da Câmara permanecessem negociando sem nenhum receio, chagavam ao ponto de anunciar suas “peças”⁸⁴ nos classificados dos jornais (na época o *Jornal do Comércio*).

Para funcionar, estas firmas (muitas delas desenvolvendo atividades bem diversas) tinham que pedir licença à Câmara Municipal da Corte, mas o negócio varejista de escravos era tão lucrativo que muitos indivíduos se arriscavam e exploravam sem ter autorização da Câmara Municipal que, interessada na renda obtida com a cobrança das licenças de funcionamento e de outros impostos, reprimia aqueles estabelecimentos que funcionavam irregularmente (SOARES, 2007, p. 43).

Em 1849 a Câmara Municipal publicou uma relação de 18 casas ilegais de venda varejista de escravizados que, sem nenhum receio, anunciavam seus negócios nos classificados (SOARES, 2007).

As casas de compra e venda de escravizados trabalhavam com diferentes modalidades de negócio. Uma dessas modalidades era o aluguel de escravos, um negócio rendoso que supria a demanda de quem, por inúmeros motivos, não desejava comprar um cativo. Os negócios eram feitos como em uma corretora de imóveis: a casa fazia a transação da ponta e ficava com uma porcentagem – em torno de 10% do negócio – da venda ou aluguel. Os escravizados eram destinados a diferentes tipos de trabalhos e esses eram “profissionalizados” em áreas específicas e poderiam ser alugados de acordo com suas funções aprendidas (SOARES, 2007).

Algumas casas dessas também trabalhavam com empréstimo de dinheiro, como uma espécie de agiotagem, enquanto outras se dedicavam a fazer leilões de escravizados concomitante ao empréstimo ou à sua venda (SOARES, 2007).

Em seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* o artista francês Jean-Baptiste Debret se refere a “escravos diaristas” que, mesmo sem especificação, se assemelha aos cativos alugados por essas casas de consignação. Segundo o artista, os tais “escravos diaristas” ficavam totalmente em poder do locatário, mesmo sem serem comprados. Os escravizados locados podiam ser repreendidos da mesma maneira que um escravizado comprado, ou seja, por meio da agressão física ou verbal (DEBRET, 2016).

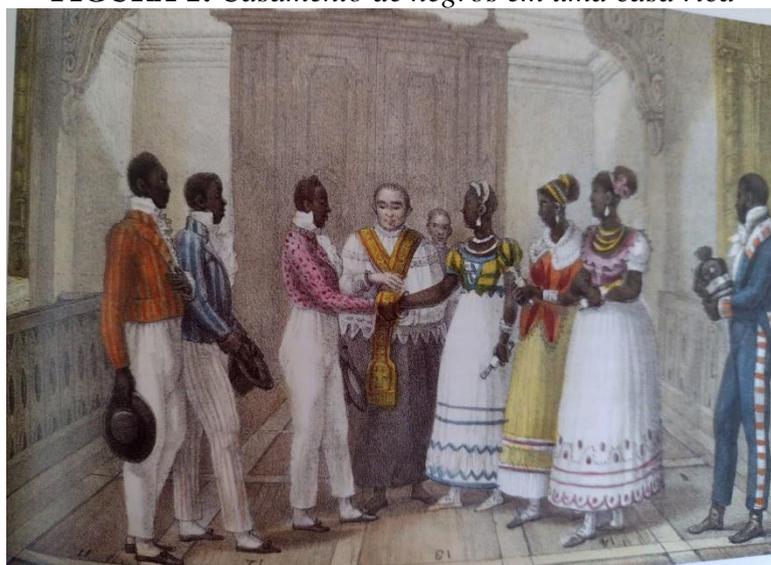
Para suprir a “necessidade” de cativos e prosseguir com o comércio escravista mesmo após a interdição do tráfico, algumas ações foram tomadas com relação às famílias

⁸⁴ O autor Luiz Carlos Soares usa o termo dos negociantes de escravos ao usar o termo *Peças*, era dessa maneira que os negociantes se referiam aos escravizados. Nosso intuito, ao repetir o termo é chamar atenção para a objetificação das pessoas escravizadas e postas à venda.

escravizadas. Como o tráfico foi proibido a partir de 1850, os proprietários de escravos passaram a usar o cultivo das famílias escravizadas e os casamentos como forma de manter o sistema bem alimentado mesmo sem a entrada de mais escravizados pelos portos. Ressaltamos aqui que não houve o fim definitivo do tráfico, houve, sim, uma diminuição inicial e, posteriormente, o tráfico seguiu acontecendo ilegalmente. Entretanto, o para permanecer na legalidade, a única forma de manter as compras de escravizados era por meio de escravizados nascidos no Brasil (FLORENTINO e GÓES, 2017).

Havia uma desproporção entre o número de homens e mulheres cativos, sendo o número de homens mais expressivo que o de mulheres. A partir da proibição do tráfico, os proprietários de escravos passaram a incentivar a formação e manutenção de famílias escravizadas (FLORENTINO E GÓES, 2017).

FIGURA 1: *Casamento de negros em uma casa rica*



Fonte: Debret, 2006.

Para que o investimento fosse mais bem aproveitado, a vida útil dos cativos também passou a receber mais atenção. Um escravizado que vivesse mais e procriasse permitia ao senhor uma maior possibilidade de aumentar o número de escravizados sem a aquisição de peças novas como eram chamados (SOARES, 2007).

Já com a lei de 1831 não era permitido que famílias fossem separadas nas vendas. As crianças com até 15 anos não poderiam mais ser vendidas sem um outro membro da família.



Vendas como as que ocorriam no cais do Valongo passavam a ser ilegais. Entretanto, a venda de crianças aumentara, pois, para compensar a queda de escravizados vindos pelo Atlântico e para que se tivesse mão-de-obra suficiente, buscavam-se investimentos a longo prazo (FLORENTINO e GÓES, 2017).

Nessa nova dinâmica em que os casamentos e as formações de famílias escravas passaram a ser estimuladas, o número de mulheres passou a ser maior em detrimento do período anterior que era superado pelo número de homens. Manolo Florentino e José Roberto Góes (2017) discorrem sobre a prática de incentivo de procriação para manutenção do usufruto de mão-de-obra escravizada. Segundo os autores, “a sociedade escravista tinha no mercado de almas o veículo maior de reprodução estrutural da sua mão-de-obra” (FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 30). Com a união de escravizados e a reprodução e formação de famílias, garantia-se a segurança da estrutura escravista mesmo após o fim do tráfico.

Ainda segundo os mesmos autores, senhores de escravos passaram a fazer vista grossa quando os escravizados saíam às escondidas para se encontrarem à noite, já que a união deles seria vantajosa para os proprietários. Com a formação de famílias escravas, além do aumento de posses humanas, era possível também a desmobilização dos escravizados. As fugas e insurreições seriam mais difíceis por parte de escravizados que tinham famílias sob o poder dos senhores de escravos.

Na figura 1, Debret mostra um casamento de escravizados dentro da sala do senhor de escravos, uma amostra da tutela dos senhores para com as famílias escravizadas. O artista discorre sobre o costume de realizar a cerimônia na própria casa dos proprietários demonstrando uma intenção de fortalecer o controle sobre os cativos.

É igualmente decente e de bom-tom nas casas ricas do Brasil fazer casarem-se as negras sem contrariar demasiado suas predileções na escolha de um marido; esse costume assenta na esperança de prendê-los melhor à casa. (DEBRET, 2016, p. 476)

Como pode-se perceber na frase de Debret, o casamento era utilizado como uma forma de dificultar fugas e revoltas assegurando a posse do senhor. Ainda, segundo o artista, esses casamentos não eram forjados pelos senhores, mas eram facilitados por eles. E como é possível aferir na imagem, a cerimônia de oficialização da união era feita com ritos cristãos, tendo um padre, padrinhos e os noivos trajados de acordo com os costumes da religião cristã ocidental,



isso porque os cativos já deveriam estar batizados como cristãos segundo a orientação da época. Como veremos no próximo tópico.

A FUNÇÃO RELIGIOSA DA ESCRAVIDÃO: A PRISÃO DO CORPO PARA A LIBERTAÇÃO DA ALMA

A escravidão moderna, como denomina o historiador Jaime Pinsky (2012), iniciou-se na África, onde o Cristianismo ainda não tinha chegado e aqueles povos “precisavam” da oportunidade de se converter. Entretanto, se deu de forma diferente dos nativos brasileiros. Enquanto estes foram catequizados pelos padres missionários e ensinados sem o uso do cativo, no caso dos africanos, a escravidão cumpriu com o papel de cristianização e a conversão foi usada como uma das justificativas da escravização.

Essa “missão” se iniciava já no embarque dos cativos, por meio de uma espécie de batismo feita com a colocação de sal na língua dos escravizados que não podiam entrar em terras cristãs na condição de pagãos (PINSKY, 2012). Daí por diante, o trabalho prosseguia no decorrer do cativo e as almas dos novos cristãos eram salvas.

De acordo com Hebe Mattos (2004) o real motivo da escravização dos nativos africanos não era pura e simplesmente a cor de sua pele, mas o fato de serem “ateus” e “grosseiros” ou “bárbaros” na visão dos colonizadores europeus.

Os negros tiveram o cativo como justificativa para a sua conversão ao cristianismo, ao contrário dos nativos brasileiros, que foram alocados em reduções e catequizados, sem a regra do uso da escravidão para tal. Quando nos referimos aos indígenas e afirmamos que estes não foram escravizados, sabemos que não se pode generalizar, e que eles não foram o “alvo” da escravidão assim como os africanos e posteriormente os seus descendentes nascidos no Brasil.

Segundo Charles Boxer (2002), existia uma proteção por parte dos padres jesuítas no Brasil para com os nativos e a menos que fosse por meio de uma guerra justa ⁸⁵ não era permitido

⁸⁵ Guerras Justas: Em caso de um índio convertido ao catolicismo fosse “pego” transgredindo a religião, ou ocorressem levantes indígenas contra vilas e cidades portuguesas. Era permitido se declarar a Guerra Justa. A guerra justa ocorria, também, para com aqueles indígenas brasileiros que não eram aliados aos portugueses (SPOSITO, 2009).

que os nativos fossem escravizados. Naturalmente, existiam formas de burlar essas orientações, como forjar ataques dos indígenas para justificar uma guerra justa e um posterior cativeiro, mas a regra era não os escravizar.

Voltando à escravização dos negros africanos, podemos aferir na escravidão a sua função religiosa ao constatar a preocupação dos europeus, sobretudo portugueses, em manter os escravizados em contato com a religião desde o embarque nos navios negreiros.

Figura 2: Negras a caminho da igreja para serem batizadas



Fonte: Debret, 2016.

Na prancha de Debret acima trazida, vemos negras indo à igreja para se batizar. Segundo o artista, era imperativo aos proprietários de escravos novos que os batizassem o quanto antes quando chegassem ao Brasil. Ainda, segundo ele, existiam igrejas, não muitas, onde padres negros atendiam. Debret sinaliza três igrejas no Rio de Janeiro onde os padres eram negros, a Velha Sé, a Lampadosa e a de São Domingos. Segundo Barros (2021), não era incomum a existência de padres negros trabalhando no Brasil no Século XIX.

Ao embarcar nos navios e chegar ao Brasil, os escravizados teriam uma vida completamente diferente. Como já comentamos, os senhores deveriam batizar os “negros novos” com urgência e a partir desse momento, o “novo cristão” teria também um novo nome.

Os Beneditos, as Marias, os Josés, os Franciscos, obtinham seus novos nomes que reafirmavam sua nova religião (PINSKY, 2012).

Os festejos e ritos religiosos cristãos eram praticados pelos escravizados, tais como batismos, carnavais, malhação de judas, dentre outros.

Figura 3: Malhação de Judas no Sábado de Aleluia



Fonte: Debret, 2016.

Como exemplo de posicionamentos religiosos em favor da escravização dos africanos, temos em Luanda o padre Gaspar Simões que afirmava, por volta de 1573, que a conversão daquele povo não poderia ser “pelo amor”, e o cativo e a força eram as únicas maneiras de convertê-los. De acordo com os pensamentos do religioso, “(...) a conversão desses bárbaros jamais se fará pelo amor, mas somente depois de tê-los subjugados pela força das armas e torná-los vassallos do nosso senhor” (Pe. Gaspar Simões *apud* BOXER, 2007, p.94).

Sendo assim, na narrativa europeia, a escravidão cumpria um papel missionário e civilizador e era utilizada também para “salvar almas”. O cativo seria para os escravizados a



nova oportunidade de viver uma nova vida cristã e submissa. Ao ser submetido ao trabalho compulsório, o escravizado estava sendo ensinado a praticar a mansidão e a se conformar, o que seria uma característica cristã. De forma prática era, na verdade, nada mais que uma forma de limitar a possibilidade de resistência dos escravizados.

Sabemos que essas tentativas de desmobilização eram coordenadas, contudo não foram totalmente eficazes, já que não evitaram mobilizações como a Revolta dos Malês que ocorreu na Bahia em 1835 ou as religiões originais dos escravizados que, ao invés de serem coibidas por completo, resistiram, como o Candomblé que ainda persevera apesar de ser alvo de tantos preconceitos (PINSKY, 2012).

Religiosos trataram sobre a escravidão em sermões, cartas e outros documentos. Os padres jesuítas Antônio Vieira e Jorge Benci são exemplos de religiosos que, por meio de seus sermões, falaram sobre a escravidão. Como sacerdotes, ministraram homilias a respeito dela direcionando-se não só aos escravizados, como também aos senhores de escravos. Enquanto as leis regularizavam a forma de administrar a escravidão, os religiosos se preocupavam se, através dela, escravizados e senhores estavam cumprindo os preceitos cristãos que lhes cabiam.

Os dois sacerdotes se preocuparam com a vida regida dentro do sistema escravocrata. Jorge Benci se voltou a escrever de forma mais direcionada ao senhor e a como este deveria comandar seus escravizados. Em seu livro *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, Benci instrui os senhores de escravos a administrá-los de forma correta, para que não os maltratasse e não permitisse que eles ficassem “preguiçosos”.

E para atalhar estas culpas e ofensas, que cometem contra Deus os senhores, que não usam do domínio e senhorio que têm sobre os escravos, com a moderação que pede a razão e a piedade Cristã: tomei por assunto, e por empresa dar à luz esta obra, a que chamo *Economia Cristã*: isto é, regra, norma e modelo, por onde se devem governar os senhores Cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores. Parece que cuidam muitos senhores que, por razão do senhorio, têm tão livre e absoluto domínio sobre os servos, como se fossem jumentos: de sorte que assim como o jumento nenhuma obrigação deve o senhor ao servo (BENCI, 1977, p.49).

E assim, nestas três palavras, *panis*, disciplina, *opus*, se compreendem todas as obrigações, que não são poucas as que devem os senhores aos servos. Por isso nelas fundarei os discursos desta *Economia Cristã*, em que pretendo instruir aos senhores, e especialmente aos do Brasil, façam distinção entre eles e os jumentos; da qual certamente não fazem os que só procuram tirar deles o lucro que interessam no seu trabalho (BENCI, 1977, p.52).



O jesuíta considerava importante que o escravizado fosse guiado com rigidez, mas, ao mesmo tempo, com benevolência. Por essa razão, além de orientar em seu livro para que o senhor não deixasse faltar disciplina, que impediria que o cativo ficasse desleixado, orientava também o tratasse com benevolência. Precisamos considerar que Benci escreveu em 1705, ainda no século XVIII e, naturalmente, de acordo com o contexto em que aqueles homens viveram, o conceito de benevolência era diferente que temos hoje. O castigo físico não era descartado pelo religioso, mas a moderação era defendida por ele sendo assim, “Benci (...) considera que, sendo merecido, os senhores têm obrigação de castigar fisicamente os escravos. Convém lembrar, mais uma vez, que, para o pregador, castigo não é direito, é obrigação do senhor (MENEZES, 2006, p. 222).

O senhor, na visão de Jorge Benci, deveria preocupar-se com a saúde, alimentação e descanso do cativo. A sobrevivência do cativo era obrigação do senhor e ao preservar as “boas” condições de vida do escravizado e assegurar que ele realizasse seu trabalho, o senhor estava cumprindo suas obrigações cristãs.

Benci, em seu livro, se empenhou em ensinar os senhores a administrar seus cativos. Em contrapartida, o padre Antônio Vieira usou seus sermões para orientar os escravizados, embora também tenha opinado sobre os castigos sofridos por eles e condenado essa prática dos senhores. Ao se referir ao trabalho nos engenhos, Vieira chama-o de *Doce inferno*. Essa alusão ao inferno é devido ao martírio pelo qual o padre reconhece que os escravizados passavam.

E que cousa há na confusão deste mundo mais semelhante ao Inferno, que qualquer destes vossos engenhos e tanto mais, quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar doce inferno. E verdadeiramente quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes: as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio: os etíopes, ou ciclopes banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forçados com que revolvem e atiçam; as caldeiras ou lagos ferventes, com os tachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando escumas, exalando nuvens de vapores mais de calor, que de fumo, e tornando-os a chover para outra vez os exalar: o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de trégua, nem de descanso: quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto etnas e vesúvios, que é uma semelhança de Inferno (VIEIRA, 1940, p. 37-38).



Embora o padre se refira dessa forma ao trabalho dos escravizados, ele, assim como Jorge Benci, não condena a escravidão e considera-a uma boa chance de salvar a alma do escravizado.

Oh se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceu bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre! Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé, nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como já credes e confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade (...). Pelo contrário os filhos de coré, [os negros] perecendo-o, salvaram-se, porque reconheceram, veneraram, e obedeceram a Deus: e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso (VIEIRA, 1940, p. 26).

Na visão de Antônio Vieira, o cativo estava possibilitando a salvação da alma e o sofrimento pelo qual os escravizados passavam no trabalho os aproximavam de Cristo que também foi martirizado na Terra. Cabia então ao escravizado suportar o suplício e se fortalecer na fé.

O jesuíta considerava que o cativo se limitava ao corpo do escravizado, dessa maneira a sua “alma” era livre. Sendo o negro inserido em um cativo cristão, ele tinha libertado sua alma, e esse cativo teria o conduzido ao real caminho da liberdade espiritual enquanto na África ele se manteria pagão e, portanto, sem chances de ir para o céu. (MENEZES, 2006).

Entretanto, mesmo que Vieira considerasse a escravidão um meio de salvação, ele não a atribui características divinas. Para o sacerdote, a escravidão era consequência da ação do homem:

Contudo, se a escravidão se faz necessária para a salvação dos negros, ou seja, se ela cumpre uma finalidade religiosa, sua existência decorre de uma necessidade humana, terrena. Segundo Vieira, Deus fez os homens "da mesma massa", fez todos iguais entre si: a desigualdade, as "distinções", e "diferenças", foram introduzidas pela "soberba" dos homens. Para Vieira, a escravidão não tem, portanto, origem divina. Ela é produto dos homens (MENEZES, 2006, p. 226).

Mesmo que fosse uma oportunidade de salvação, o cativo, na visão de Vieira, por si só não assegurava que o negro fosse realmente salvo. Nesse caso, a submissão é que vai garantir que o escravizado realmente se salve espiritualmente.

A aceitação da religião corresponde à aceitação da escravidão e a submissão a Deus corresponde à submissão ao senhor; mas a liberdade espiritual dos negros não aparece em Vieira como a contrapartida natural e imediata da escravidão. Sem dúvida, o cativo representa a possibilidade da liberdade eterna, mas, por si só, não a assegura. Para tanto se exige, além da fé, a submissão. Nesse sentido Vieira não apenas legitima



a escravidão, mas também se transforma num baluarte da manutenção da "paz social" (MENEZES, 2006, p. 227).

Seria, então, a escravidão uma criação humana que cumpriria um papel missionário e de conversão. Dessa forma, tanto Viera quanto Benci não condenavam a escravidão, mas tinham visões de como ela deveria ocorrer para não ferir os preceitos cristãos e, ao mesmo tempo, dar a chance de salvação aos cativos. Para os dois religiosos, apesar de não ser "natural" ao homem, a escravidão não era condenável, sendo que por meio dela escravizados e senhores poderiam praticar o cristianismo e garantir sua salvação.

A escravidão, ao contrário do que se pode supor, não era executada sob o pensamento de que os povos originários da África não possuíam "alma". Pelo contrário, a salvação da alma dessas pessoas era usada como justificativa para sua escravização. É nessa medida que a Igreja foi permissiva com a escravidão e o tráfico.

Boxer (2007) afirma que os portugueses se utilizaram das bulas papais para impulsionar seu comércio de escravos e, em 1460, já possuíam um sólido comércio de pessoas oriunda da costa ocidental da África. Sob a permissão da Igreja o comércio de escravos e a manutenção da escravidão se mostrou sólida por muito tempo.

A escravidão era um sistema integrante do cotidiano do Brasil e estando já integrado à sociedade e movimentando a economia, todo seu trajeto foi marcado por leis burladas, medo de pessoas livres em serem escravizadas e acordos internacionais descumpridos. A sistematização da escravidão no Brasil se apresentou de diferentes maneiras, a maneira encontrada para a manutenção do sistema após a proibição do tráfico além do tráfico ilegal pelo atlântico, os escravistas encontraram na formação das famílias escravas uma forma de manter seus investimentos ou até valorizá-los obtendo cativos crioulos por meio de famílias inteiras sob o poder de um senhor de escravos. Além dessa forma de submissão a religiosidade reforçou o status quo ao ter religiosos orientando senhores e cativos a lidarem com o sistema escravista, fosse coordenando os cativos (no caso dos senhores) ou aceitando os açoites (no caso dos escravizados).

Entendendo que a escravidão foi sistêmica no Brasil e que sua existência necessitava de uma adequação por parte dos principais personagens, os escravizados, compreende-se que a adequação destes viria através de algum método de ensino. Esse método não necessariamente se faria por meio de um método de ensino formal. Contudo, poderia se dar de diferentes



maneiras, até mesmo inclusa nos castigos e trabalhos. Nesse aspecto formativo, a religião formaria o bom cativo, temente e obediente, tal como seria esperado de um bom cristão, da mesma forma, o senhor cumpria com seu dever de cristão, guiando o cativo pelo caminho da retidão e do trabalho ajudando-o a resistir sua natureza pecaminosa e inclinada à indolência (GORENDER, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito já se ouviu sobre o pensamento no período moderno que consideraria os nativos de África como “sem alma”. Contudo, com base nos escritos de Benci, Vieira e Debret, vemos que a salvação da alma era importante dentro do sistema escravista ocorrido no Brasil. A prisão do corpo, segundo o Pe. Antônio Vieira, não comprometia a liberdade do espírito, e a submissão ao trabalho era importante para auxiliar o cativo a resistir os ímpetus de indolência que o afastariam do verdadeiro caminho da salvação. No cativeiro existia uma forma de tutela sobre a vida cristã dos escravizados, dessa forma, seria obrigação do senhor como “um bom pai” zelar do cativo para que ele não sucumbisse a natureza pecaminosa.

Havia então uma corrente de obrigações, tanto por parte dos cativos, quanto por parte dos escravizadores. Corrente essa que era corroborada por autoridades religiosas como Jorge Benci e Antônio Vieira, ou como o Pe. Gaspar Simões que de forma mais radical, defendeu a força física no trato dos cativos. Esse pensamento, demonstra um pouco da razão pelo que a Igreja foi permissiva com o cativeiro, não apenas no Brasil como em outras localidades onde a escravidão moderna foi praticada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, L. F. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2000.
- BARROS, S. A. P. de. Intelectuais negros entre o século XIX e início do XX: novas perspectivas para a história da educação brasileira. **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-14, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19826>>.
- BENCI, J. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**. São Paulo. Editora: Grijalbo, 1977.



BOXER, C. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAVALCANTI, N. O. O comércio de Escravos Novos no Brasil Oitocentista. In: **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Org. Manolo Florentino. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 2005.

CHALHOUB, S. **A Força da Escravidão**. (versão ebook). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DEBRET, J-B. **Viajem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2016.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 6ª edição. São Paulo. Editora: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

MATTOS, H. M. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. 2ª. ed. (versão ebook). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MENEZES, S. L. Escravidão e Educação nos Escritos de Antônio Vieira e Jorge Benci. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 215-228, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38974>>.

PINSKY, J. **Escravidão no Brasil**. 21ª ed. (versão ebook). São Paulo. Editora: Contexto, 2012.

SOARES, L. C. **O Povo de Cam na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro. Editora: 7 Letras, 2007.

SPOSITO, F. As guerras justas na crise do antigo regime português: Análise da política indigenista de D. João VI. **Revista de História**, n. 161, p. 85-112, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19119>>.

VIEIRA, P. A. **Sermões pregados no Brasil – II A vida social e moral na colônia (vol. III)**. Lisboa: Agência Geral das Coloniais, 1940.

Artigo recebido em: fevereiro/2024

Artigo aceito em: março/2024



**AS RUÍNAS DA CIMBA: OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL E A MEMÓRIA LOCAL EM ARAGUAÍNA -
TOCANTINS**

***THE RUINS OF CIMBA: A LOOK AT THE INDUSTRIAL HERITAGE
AND LOCAL MEMORY IN ARAGUAÍNA – TOCANTINS***

FILIPE VIEIRA DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0001-5347-8508>

Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – PROCAM/IEE/USP

Professor Adjunto da UFNT

filipeoliveira@uft.edu.br

ANA LIVIA DOS SANTOS SILVA

<https://orcid.org/0009-0002-0579-7752>

Graduada em Turismo - Universidade Federal do Norte do Tocantins

livia.silva1@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de compreender o patrimônio cultural industrial e as percepções da população sobre a memória local representada pelas ruínas da CIMBA em Araguaína, Tocantins. Como metodologia de pesquisa buscou-se uma investigação de caráter qualitativo, analítico e exploratório cujos procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas. Com isso, pudemos compreender que as ruínas da antiga fábrica da CIMBA não está totalmente integrada ao parque e que a memória local sobre o lugar como um patrimônio cultural industrial da cidade é contraditória e onde não se vê formas de valorização. Estes apontamentos, por fim, abrem espaço para se pensar as inúmeras possibilidades de Educação Patrimonial como forma de preservação/valorização dos elementos da história e da memória local em Araguaína.

Palavras-Chave: Araguaína; Patrimônio Industrial; Memória; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This article aims to understand the industrial cultural heritage and inhabitants' perception of local memory represented by the ruins of CIMBA in Araguaína, Tocantins. As a research methodology, a qualitative, analytical, and exploratory investigation was sought, whose methodological procedures consisted of a bibliographical review and semi-structured interviews. With this, we could understand that the ruins of the old CIMBA factory are not fully integrated into the park and that the local memory about the place as an industrial cultural heritage of the city is contradictory and where no forms of appreciation are seen. These notes, finally, make room for thinking about the countless possibilities of Heritage Education as a way of preserving/valuing the elements of history and local memory in Araguaína.



Keywords: Araguaína; industrial Heritage; Memory; Heritage Education.

INTRODUÇÃO

A urbanização tem um papel fundamental no processo de constituição das cidades e das sociedades contemporâneas. As cidades tornaram-se ao longo do tempo uma realidade concreta – palco dos conflitos sociais, urbanos e ambientais, mas também lugar da história, da memória e das distintas identidades. Elas crescem ou declinam, mas estão sempre em transformação.

As cidades como lócus da materialidade construída e das imaterialidades guardam significativa quantidade de testemunhos do tempo, seja na forma de objetos, lugares ou edificações, seja na forma de tradições, memórias e manifestações da diversidade humana, são muitas vezes lugares de patrimônios culturais, legalmente instituídos ou compartilhados socialmente que representam as permanências a testemunhar as diferentes configurações da ocupação do espaço e das relações socioculturais que se estabelecem no tempo.

Em relação aos testemunhos materiais como as edificações, elas podem ser compreendidas como permanências na paisagem que expressam a ação do trabalho no tempo e no espaço, são suportes da memória e também da história, objetos que contribuem para não permitir o esquecimento dos tempos passados. Estas permanências são elementos impressos na paisagem, é o que fica como legado, forma e espaço construído ou modificado pela ação humana, mas também lembrados pelos seus usos passados e atuais, e que hoje são rugosidades que auxiliam no entendimento acerca da complexidade do espaço produzido.

Para o ilustre geógrafo brasileiro Milton Santos (2012), as rugosidades e permanências nas cidades nos fazem compreender o espaço como uma acumulação desigual de tempos. São por vezes bens simbólicos e representativos de uma sociedade ou comunidade, que a partir da aplicação de técnicas transformaram o espaço em modo de vida e de reprodução social – elementos significativos da paisagem histórica, como é o caso das indústrias, das fábricas e das vilas operárias no período contemporâneo.

Na cidade de Araguaína, no Centro-Norte do estado do Tocantins, é possível observar na paisagem urbana, apesar da sua recente urbanização algumas permanências ou rugosidades de tempos passados, mesmo que de certa forma “abandonadas ou esquecidas no tempo”, como é o caso das ruínas da antiga fábrica da Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica - CIMBA, onde hoje está localizado o Parque Ecológico CIMBA no bairro de mesmo nome.



As ruínas da CIMBA, atualmente, nos faz perceber que lá estão entrelaçados fatores urbanísticos, políticos, econômicos, sociais e culturais de um tempo passado, permeados por vivências históricas do trabalho e da economia local. São processos históricos que produziram materialidades e imaterialidades que permanecem e desaparecem ao longo do tempo a partir das distintas dinâmicas urbanas vividas, tais como crescimento urbano, especulação imobiliária, apagamento histórico, riscos ambientais etc.).

Estes processos, em geral, pautam o discurso do patrimônio construído. São estes elementos que produziram as formas de ocupação do homem no território e que hoje podem ser considerados patrimônio histórico e cultural mesmo que não oficialmente instituídos. Em vista disso, entende-se que as ruínas da antiga fábrica CIMBA podem ser compreendidas como um patrimônio histórico e cultural local, e mais especificamente como um patrimônio industrial, parte integrante da história material da cidade, mas também da memória de seus trabalhadores e moradores.

Por outro lado, percebe-se que apesar de sua localização dentro de um parque público, que de certa forma pode lhe garantir formas de conservação, já que não está à mercê da maioria das dinâmicas urbanas mencionadas, não se vê uma articulação, ou mesmo diálogo das ruínas com o parque e/ou com a cidade, no sentido de sua conservação ou usos sociais mais adequados. Os usos que se observam, podem de certa forma contribuir com a contínua degradação do bem, ainda que também demonstra certa ocupação daquele espaço por distintas práticas, como o skate, futebol e a utilização do espaço para eventos públicos.

É perceptível também a falta de políticas públicas culturais e ou patrimoniais que ensejam a valorização das ruínas a partir da história e da memória local. Nesse sentido, ressalta-se a complexidade a que os processos patrimoniais estão expostos, entre seus usos e a sua conservação. Em vista disso, neste texto, derivado de pesquisa acadêmica e de um projeto de pesquisa, buscamos analisar as possibilidades de um diálogo mais condizente entre os preceitos do patrimônio industrial e dos usos sociais do patrimônio em espaços públicos, tendo em vista sua inserção no domínio dos usos sociais e da Educação Patrimonial.

Para tanto, a pesquisa apresenta um caráter qualitativo, analítico e exploratório, em que os procedimentos metodológicos estão ancorados em revisão bibliográfica com base nos conceitos fundantes que suportam o referencial teórico e entrevistas semiestruturadas com intuito de compreender a percepção da população em relação às ruínas da CIMBA.

O texto se estrutura a partir da compreensão da formação socioespacial de Araguaína e da inserção da CIMBA na história da cidade. O referencial teórico se apoia nos conceitos de patrimônio



histórico e cultural e patrimônio industrial para dar subsídio à compreensão das funções sociais das ruínas no tempo presente. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa e uma discussão sobre a Educação Patrimonial como ferramenta para a construção de uma memória local em Araguaína.

A formação socioespacial de Araguaína e a Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica (CIMBA)

O processo de urbanização da sociedade brasileira não se deu da mesma forma em todo o território nacional. As diferenças regionais e o modo político econômico de desenvolvimento promoveram diferenças significativas, principalmente na tardia industrialização de algumas regiões do país que nunca chegaram a se completar, assim como é percebido na região Norte.

Com uma população estimada em 186.245 mil habitantes (IBGE, 2022), Araguaína está localizada entre os rios Lontra e Andorinhas, na região do Vale dos Grandes Rios (Tocantins e Araguaia), pertence à chamada Amazônia Legal, ainda que o bioma predominante seja o Cerrado. Conhecida como a capital econômica do estado do Tocantins, se destaca no cenário regional pelo dinamismo do setor comercial e de serviços, mas também pela forte presença do agronegócio, sendo um dos principais municípios da região denominada MATOPIBA.⁸⁶

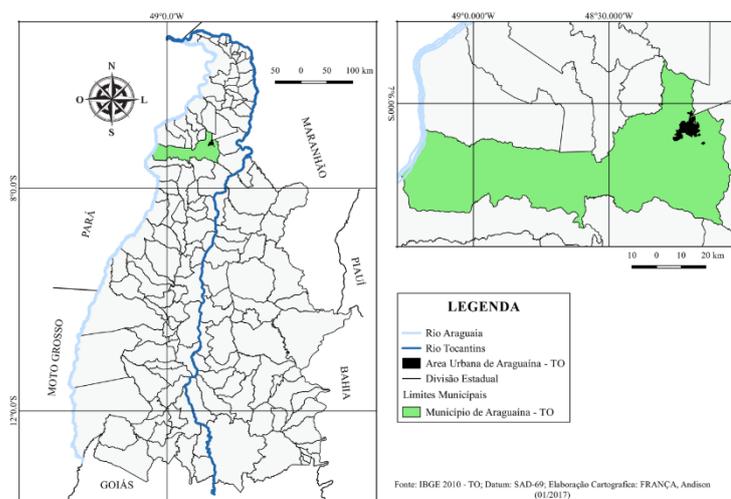
Do ponto de vista histórico, de acordo com Fernandes (2017), Araguaína apresenta uma narrativa peculiar, inicialmente habitada por povos indígenas, sobretudo da etnia Karajá, foi somente em 1866 que os primeiros migrantes chegaram à região, onde há relatos de que eram pessoas vindas da cidade de Paranaguá, no estado do Piauí, que fixaram moradia na margem direita do Rio Lontra (PEREIRA, 2013; ARAGUAÍNA, 2015; FERNANDES, 2017).

Chamada de “Livra-nos Deus”, e posteriormente de povoado Lontra, pertenceu ao município de São Vicente do Araguaia (atual Araguatins), depois passou à administração de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) e em 1925, com a chegada de novas famílias e a construção da primeira igreja em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus, se deu a mudança de nome para Povoado de Araguaína, em homenagem ao Rio Araguaia. Em 1948, a localidade passou a integrar a cidade de Filadélfia, e em 1953 tornou-se distrito até o processo de criação do município em 1958 (PEREIRA, 2013; ARAGUAÍNA, 2015; FERNANDES, 2017).

⁸⁶ Matopiba é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980. Produz de tubérculos a frutas, passando pela pecuária, mas se destaca mesmo é no cultivo de grãos e fibras, especialmente soja, milho e algodão (EMBRAPA, 2022).

Com a construção da Rodovia Belém-Brasília na década de 1960 (BR-153) a região teve um grande crescimento socioeconômico, tornando-se rapidamente umas das maiores cidades do antigo Norte de Goiás, e na década de 1990, após a criação do estado do Tocantins, Araguaína tornou-se a maior cidade do mais novo estado brasileiro (ARAGUAÍNA, 2015), e atualmente, é a segunda maior cidade do Tocantins em termos de população, atrás apenas da capital Palmas.

Figura 1: Mapa de localização de Araguaína - TO.



Fonte: FERNANDES, 2017 com base em IBGE – TO; Datum: SAD-69; Elaboração Cartográfica: FRANÇA (2017).

Para Fernandes (2017) após se tornar município, Araguaína tinha como atividade econômica principal o cultivo de cereais, comercializados localmente, especialmente no povoado do Coco (atual Babaçulândia), porém, a atividade não conseguiu subsistir ao tempo, devido às grandes dificuldades no escoamento da produção pela ausência das vias terrestres e de comunicação entre os povoados e demais cidades da região. Aspecto um pouco diferente da extração do coco babaçu, muito valorizado pela presença da fábrica Dirce S.A. instalada desde a década de 1950 para a produção de óleo de babaçu (SILVEIRA, 2009).

A construção da BR-153 acompanhou também a chegada de outras fontes econômicas estimuladas em grande parte pelo governo militar com a política de ocupação do interior do país, e desta forma, a mineração foi uma das primeiras a chegar e a utilizar as terras de forma inadequada, com muitos conflitos que determinaram o modelo de ocupação do território, configurando, inclusive, na origem diversificada dos habitantes da região (PEREIRA, 2013).



No contexto da ânsia do desenvolvimentismo, Araguaína passa a ter um crescimento exponencial, sendo o próprio estado brasileiro o maior propulsor deste desenvolvimento, pois, de acordo com Pereira (2013, p. 11), o estado foi “decisivo nessa reorganização territorial do antigo norte de Goiás (atual Tocantins) e, principalmente, em relação ao impulso econômico que deu ao município de Araguaína”.

Este impulso favoreceu uma urbanização acelerada do município, porém, com as características de um crescimento urbano e desigual, produzindo evidentes desigualdades. Para Silveira (2009), este processo explica a transição rápida da economia camponesa para uma economia voltada à propriedade privada da terra e da agropecuária de larga escala, mas também no surgimento de uma expoente indústria local.

Em relação ao tempo presente, segundo o IBGE (2022), Araguaína apresenta alguns dados que a insere em boa posição do ponto de vista econômico, mas que também ressalta suas desigualdades em termos sociais e de desenvolvimento humano. Araguaína se destaca pela produção agropecuária e por um setor de comércio e serviços forte, onde se inclui o setor da educação básica e superior, o setor hospitalar e o comércio varejista. O setor industrial não representa grande impacto, contudo, foi a partir de uma indústria do setor de beneficiamento do coco babaçu que a pujança de Araguaína se tornou evidente em meados da década de 1960.

A dinâmica econômica do município em seu processo de formação socioespacial não percebeu uma forte industrialização, no entanto, algumas fábricas se instalaram na cidade como foi o caso da chamada de Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica - CIMBA que logo tornou-se referência na região e dinamizou o mercado local a partir da cadeia produtiva do coco babaçu, que segundo Silveira (2009) girava em torno de um complexo comercial que envolvia uma rede diversa composta por: quebradeira-comprador-comerciante-indústria. A produção na época foi considerada uma das primordiais atividades econômicas e industriais estabelecida na localidade de Araguaína, e foi durante o muito tempo fonte de renda local para os trabalhadores (SILVEIRA, 2009).

A CIMBA era referência no polo comercial do Norte do Goiás e, por conseguinte, contribuiu significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Araguaína. A fábrica funcionou até 1974 e o local onde se localizada ficou “abandonado” por muitos anos. Hoje, apenas restam suas ruínas, que a partir de 2016 foram integradas ao projeto do Parque Ecológico CIMBA.

Figura 2: Ruínas da Fábrica CIMBA anos 1980



Fonte: Silveira, 2009

Estas duas fotografias das ruínas da CIMBA foram retiradas da tese de doutorado de Marcos Silveira (2009) a fim de demonstrar o abandono e também um comparativo com as atuais condições das ruínas, já integradas ao parque e à dinâmica da cidade. Para Silveira (2009), todos os prédios da antiga fábrica, incluindo a casa dos patrões, foram abandonados e tomados pelo matagal. O que se sabe, é que boa parte da estrutura foi levada por moradores que, mais após o fechamento da fábrica e aumento da urbanização da cidade, ocuparam áreas próximas.

Figura 3: Ruínas da fábrica CIMBA em 2022



Fonte: Os autores, 2022

A tese de Silveira (2009) traz em detalhes a questão do trabalho no norte do Tocantins nas décadas de sessenta e setenta, com detalhamento sobre as relações entre patrões e empregados,



como o caso da CIMBA. Elementos que devido aos objetivos do texto, não iremos abordar, mas que são importantes para abarcar a questão da memória dos trabalhadores da fábrica, bem como as relações desiguais e de opressão que passaram os trabalhadores na época conforme relatado pelo autor e seus entrevistados.

O atual Eco Parque CIMBA Benedito Vicente, denominado também de Parque Ecológico CIMBA ou somente Parque CIMBA situa-se no bairro de mesmo nome. É um dos poucos espaços verdes de uso público na cidade, configurando-se como um lugar destinado à práticas de lazer, lazer cultural e esportivo, eventos pontuais ou programados.

Segundo pesquisa realizada por Fernandes (2017) a construção do parque teve como objetivo a ampliação de área de lazer e entretenimento para a população araguanense, à prática de esporte com vistas à melhoria da saúde pública e o incentivo a atividades ao ar livre, bem como para a revitalização dos mananciais de água do município. De outra forma, o projeto, de acordo com a autora, pouco menciona a integração das ruínas como elemento da paisagem e da história da cidade, tão pouco como um patrimônio histórico e cultural local.

Chama a atenção na pesquisa de Fernandes (2017) o fato de que o projeto do parque CIMBA foi feito em um contexto unilateral, onde o poder público executou as obras com pouca ou quase nenhuma participação social e que após a construção houve certa valorização imobiliária das terras situadas no entorno do parque, em especial no bairro CIMBA, onde já há um loteamento pertencente a mesma proprietária herdeira da fábrica CIMBA, que se beneficiou, em certa medida da construção do parque (FERNANDES, 2017).

Em dissertação de mestrado, a autora apresenta a percepção ambiental da população acerca do parque CIMBA, as quais, em resposta à entrevista aplicada, veem o local como área de lazer, de descanso e até mesmo de trabalho, como é o caso dos vendedores ambulantes. Mas quanto as ruínas, apenas quando os entrevistados eram provocados, as mencionavam:

i) “A construção, ‘casa velha’, deve ser derrubada, está feia, poderia ser um museu”; ii) “A ruína nem deveria existir, deixaram porque é histórico. iii) Foi interditada, poderia cair, não serve para nada, se já foi interditado porque deixaram”; iv) “Gosto de deixar a ruína pelo que ela significou, mas é ruim porque é insegura”; v) “Ruínas é um perigo, se acontecer um acidente quem vai se responsabilizar?”

Deste modo, afirma a autora:

A existência das ruínas da fábrica mantidas no interior do Parque CIMBA, conforme relatado nesta pesquisa, não é de interesse dos entrevistados, uma vez que a menção



às ruínas somente foram percebidas quando provocadas na entrevista, o que nos ressalta a importância de pensar o lugar (FERNANDES, 2017, p. 78).

Ao visitar o parque, as ruínas de fato fazem parte da paisagem do lugar e não podem ser ignoradas. E evidentemente fazem parte da memória local e do imaginário das pessoas, mesmo quando analisadas de forma negativa. Isso se dá, ao nosso ver, pois não parecem estar integradas ao cotidiano do parque e de seus frequentadores.

Deste modo, face a esta constatação, observa-se a necessidade de melhor articulação entre o este patrimônio ali presente e outras dinâmicas de uso do espaço público, como é o caso da Educação Patrimonial e do lazer cultural, por exemplo, que em certa medida são elementos presentes no local, mas não trabalhados de forma a valorizar a história e a memória do lugar, e consequentemente, a memória local da própria cidade de Araguaína.

O que é um patrimônio industrial

O conceito de patrimônio é amplo, dialético e complexo, pois se conecta com a ideia de herança, seja ela individual ou coletiva, pública ou privada (GARCIA-CANCLINI, 1999). O patrimônio é, nesse sentido, tudo aquilo que herdamos do passado, ou que nos foi deixado como legado material ou imaterial, e representa um constructo histórico e cultural, pertencente às memórias e às múltiplas identidades.

A palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos. Originalmente relacionada à herança familiar e posteriormente assimilada pelas sociedades em seu sentido histórico e cultural, e que hoje se subdivide entre o patrimônio cultural material e o imaterial, o natural e a paisagem, mas todos evidentemente relacionados a cultura humana, ou seja, tudo aquilo que deixamos como legado a partir da nossa interação com o meio ambiente e outras culturas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1972), define que os Patrimônios Culturais e Naturais devem ser preservados a fim de que seja deixado como legado para as futuras gerações como herança e conhecimento de tempos passados, na medida em que se constatou que muitos patrimônios estavam e ainda estão em risco de desaparecimento.

No Brasil, a discussão acerca do patrimônio cultural se faz presente desde a promulgação do Decreto-Lei Federal em 1937 que instituiu as formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio do instrumento do tombamento e da criação de um organismo oficial que tempos depois se tornou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), culminando na



inserção da obrigação da conservação do patrimônio cultural brasileiro na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 216 define:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O patrimônio cultural, muitas vezes denominado de patrimônio histórico, pode ser compreendido como um constructo que abarca em si bens materiais, imateriais e bens naturais com significância histórica pertinente para uma sociedade ou comunidade, podendo esse patrimônio ser composto por objetos, como obras de arte, igrejas, praças, monumentos, uma parte da cidade, como os edifícios, esculturas, estátuas ou ruínas. que são permanências na paisagem e que se relacionam diretamente com a história, as memórias e as identidades locais.

Huges de Varine (1975 *apud* OLIVEIRA, 2020), afirma que o patrimônio cultural é uma construção social que deve ser instituído por ação pública, pois é uma categoria conceitual que se constitui de três elementos fundamentais: o primeiro são os elementos naturais, pois são os bens naturais que tornam o mundo habitável; o segundo compreende o conhecimento, as técnicas, o saber, e o saber-fazer, os elementos intangíveis do patrimônio; e o terceiro corresponde às construções humanas que têm origem na interação entre a natureza e o saber-fazer do homem, chamado de patrimônio material.

Em vista disso, o patrimônio material de uma cidade pode ser compreendido como um conjunto de bens que tem significado cultural, de memória, história ou identidade, onde a sua conservação é de interesse público, seja através dos lugares memoráveis ou objetos contidos no espaço, ou dos lugares que no passado representam parte da cidade e que hoje expressam tais permanências, como é o caso das indústrias e fábricas.

Chamadas de patrimônio industrial, segundo Normandi (2017), estas permanências podem proporcionar o entendimento a respeito do funcionamento industrial da cidade, retratando a sua importância para o cenário de formação social da cidade, bem como da memória que as pessoas projetam sobre estes bens no presente.

Para Rosa (2011) a construção do conceito de patrimônio industrial se deu por meio da



ressignificação e da reapropriação das permanências da produção industrial do passado, de modo que essas estruturas, antes espaços desvalorizados, passaram a ser dotados de valor.

O patrimônio industrial remete às permanências de edifícios e estruturas físicas, entendido, do ponto de vista patrimonial como um monumento ou até mesmo ruínas. Para o IPHAN (1999), um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Existem monumentos construídos especialmente para celebrar ou lembrar algum episódio, momento ou personagem de nossa história, criados por arquitetos, escultores, artistas, mas também existem os monumentos que antes tiveram algum uso específico, social ou econômico e hoje, permanecem na paisagem como testemunhos, permanências e rugosidades da história local, e fazem parte, portanto, da memória da cidade.

A memória segundo Halbwachs (2004) não se resume à vida de um indivíduo, é também uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, mas que é em certa medida, herdada do passado. E nas cidades estas memórias resultam da dialética entre o tempo e o espaço construído, que se transformam ao longo do desenvolvimento da urbe e das identidades locais em lugares de memória (NORA, 1993).

Pierre Nora (1993) entende que a sociedade atual produz um passado morto, envolta numa percepção geral de que algo está sempre desaparecendo. E por esta razão acabam por produzir os lugares de memória, que são, segundo o autor “ sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo ”, mas que são, antes de tudo, restos, marcos testemunhais de uma outra era (NORA, 1993, p. 13).

Em que pese todas as relações de memória e identidade do patrimônio cultural, é preciso pensar que para a sua efetivação enquanto bens de reconhecimento coletivo, seus usos atuais também devem ser reconhecidos pela população no sentido da preservação da memória e dos lugares de memória, mas também de novos usos sociais do patrimônio.

O patrimônio cultural de uma cidade precisa ser valorizado a partir de seus usos, com a premissa de que a sua relevância se encontra atrelada a um modelo que tem um impacto significativo no desenvolvimento local e no crescimento da cidade (OLIVEIRA, 2020). Com isso, os usos turísticos e de lazer, por exemplo, se mostram uma possibilidade tanto da valorização do bem quanto de sua conservação. Do mesmo modo, ações de valorização por meio da Educação Patrimonial também se mostram condizentes com as características do patrimônio industrial representado pelas ruínas da fábrica CIMBA em Araguaína.



Diante do exposto, entende-se que, mesmo não sendo um bem oficialmente patrimonializado, as ruínas da CIMBA podem ser caracterizadas como um patrimônio industrial, pois remonta aos processos econômicos e sociais passados e que hoje, apesar de não ter mesmo a mesma função, tornou-se elemento da paisagem local de Araguaína e da memória de sua população. Agora, coube compreender como que esta população vê este patrimônio em relação às dinâmicas da cidade e de pertencimento enquanto lugar de memória da cidade, assim como quais são as suas possibilidades de usos sociais?

Resultados e discussão

Para a pesquisa aplicada foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com pessoas adultas escolhidas aleatoriamente no mês de novembro de 2022, durante dois dias pré-definidos (um dia durante a semana e um dia durante o final de semana) no parque CIMBA. As entrevistas foram gravadas com o devido consentimento dos participantes e serviram de suporte para a discussão e conclusões da pesquisa.

As perguntas aplicadas se voltaram a compreender a CIMBA como patrimônio cultural e industrial da cidade e a sua atual inserção dentro de um parque como opção de lazer para a população de Araguaína. As primeiras questões se relacionavam com a história da CIMBA. Com isso, pudemos perceber que a maioria dos entrevistados disseram não conhecer a história da fábrica e apenas alguns participantes mencionaram que ali funcionava uma indústria, umas das primeiras da cidade, e que outros lembravam que era uma fábrica de sabão.

Sobre a importância da fábrica para a cidade, parte dos entrevistados afirmaram que ela tem uma grande importância como um marco histórico e por ser um lugar que ajudou na geração de empregos no passado, mesmo muitos deles afirmarem não conhecer toda a história do local. Nesse sentido, o que se pode constatar é que não há uma identificação por parte dos frequentadores do parque sobre o que foi ou representou a CIMBA e isso se nota pela não integração das ruínas com o parque, seja pela falta de usos sociais ou pela falta de informações sobre as ruínas.

Em relação aos usos atuais, a maior parte dos entrevistados consideram as ruínas um patrimônio cultural da cidade, sempre ressaltando a importância da fábrica do ponto de vista econômico e por representar a história da cidade como um símbolo de Araguaína, mas percebe-se certa confusão ao relacionar o parque com as ruínas, pois mesmo perguntados sobre a fábrica, muitos respondiam sobre o parque e de sua importância para o lazer urbano, como expõe um dos entrevistados neste trecho destacado:



“Considero sim, muito, muito mesmo. Olha, porque ficou assim, ficou um patrimônio, que não existia aqui na cidade pro (sic) pessoal fazer caminhada, pro pessoal fazer um dia de domingo vir pra cá ficar com a família, com as crianças, né? Fazer um piquenique, fazer um casamento que aqui já gera casamento também. Então, ficou um órgão, um patrimônio público muito bom e aceito para todo mundo de Araguaína (sic)”.

Em relação a lembrança do espaço antes da construção do parque, grande parte dos entrevistados afirmaram que só tem lembranças do local abandonado e as ruínas da fábrica eram assim como elas estão hoje, e que a memória sobre a fábrica, devido ao longo período em desuso é de um lugar abandonado e que não havia usos:

“A memória que eu tenho é assim: eu passava aqui e via muito abandono, muita sujeira, muito mato, então a lembrança que eu tenho é só essa. A fábrica já não existia mais, só as ruínas mesmo, no meio do mato”.

Sobre se a integração das ruínas ao parque CIMBA, os respondentes afirmaram em sua maioria que na percepção deles as ruínas estão ali pela preservação da história, mas que nunca viram nenhuma ação sobre elas por parte do poder público, e que também há pouca manutenção, pois há muito mato e que pode ser perigoso por conta das condições estruturais das ruínas.

Na sequência, perguntados acerca da conservação das ruínas pelo poder público, os entrevistados responderam que não há conservação, sendo este um grande problema e desafio para a gestão do parque. O que ressalta a urgência de ações para a valorização do lugar.

Sobre a importância do conjunto do parque CIMBA como um equipamento de lazer, os entrevistados disseram, em sua maioria, que o parque é muito bom pois é uma opção de lazer para a cidade, mas que ainda faltam alguns equipamentos para usufruto da população:

“A importância é um lugar pra você vim (sic), passar com a família, é um local bom, assim, falta muita coisa a desejar aqui (sic), aqui ainda falta quiosque, umas quadras de futebol, um ginásio que não tem. O pessoal vem pra cá mesmo só pra poder fazer piquenique, correr e pedalar aqui, só isso e comemorar aniversário, pra aniversário de criança”.

Ao caminhar pelo parque, principalmente no fim de tarde, percebe-se que os usos atuais das ruínas se voltam para algumas práticas, como skate e futebol (dentro das ruínas), muitos entrevistados afirmam que esses usos são feitos de forma errada e perigosa, porém por não terem espaços dentro do parque para a prática de esporte ou até mesmo para a realização de eventos dos mais variados tipos, esse é o único lugar que eles usam para tal prática, conduzindo, na visão dos



entrevistados, a uma desvalorização do espaço e usos inadequados. E deste modo, percebe-se que isso se dá pela falta de outros espaços para práticas de lazer e espaços culturais na cidade.

“Não concordo com isso, se é uma ruína ela tem que ser preservada no caso um patrimônio histórico tem que se preservado, então a prefeitura tinha que ter uma iniciativa de fazer uma pista de skate e um complexo de eventos, entre outros, mas eu não concordo não, está é depredando o que sobrou das ruínas”.

“O parque em si teria que ter uma infraestrutura melhor, banheiros entre outros, para realmente fazer eventos tanto do município quanto da sociedade em si, enquanto a ruína é só uma memória que restou, pra mim ela não tem nenhuma utilidade”.

A última pergunta do questionário buscou saber dos entrevistados como o poder público poderia conservar e dar melhor uso às ruínas. Em geral, muitos não souberam responder ou repetiram a necessidade de conservação por meio de reformas e até mesmo a demolição. Em vista disso, sugerimos que para combinar os usos sociais do patrimônio industrial representado pelas ruínas da CIMBA com a valorização da memória da cidade, é urgente a ação do poder público e sociedade civil para projetos de Educação Patrimonial com vistas a colocar em debate a importância do patrimônio local e até mesmo suas contradições.

A educação patrimonial como ferramenta para a construção de uma memória local em Araguaína.

Como resultado da pesquisa aplicada percebemos que não há, em primeiro lugar, uma identificação da população em relação às ruínas da fábrica CIMBA e que isso não colabora para a construção de uma memória local.

Neste texto, buscamos apresentar a ideia de que para a construção de uma memória coletiva em Araguaína acerca de seus bens culturais e patrimoniais a Educação Patrimonial pode ser um caminho possível, haja vista que, ao que pudemos avaliar na pesquisa há um sentimento contraditório sobre a função das ruínas enquanto elemento patrimonial da paisagem da cidade, onde a identificação com o bem, assim como seus usos ou abandono por parte do poder público caracterizam uma falta de apropriação desse patrimônio.

Neste contexto, vemos que iniciativas de Educação Patrimonial podem ser uma ferramenta importante para trabalhar junto a sociedade civil os lugares de memória da cidade de Araguaína. Nesse sentido, pautamos este último item com algumas considerações sobre a Educação Patrimonial.



Para Viana (2006, p. 130) “a educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”. Ao se falar em Educação Patrimonial, portanto, estamos juntando dois conceitos, que é educação e patrimônio, que por si só, são temas bastante complexos, mas de certa forma, inseparáveis.

A Educação Patrimonial gera possibilidades de educação não formal, seja ela vinculada ou não às atividades escolares. A Educação Patrimonial promove, nesse sentido, o envolvimento da comunidade, atrelando-se às diferentes áreas do conhecimento humano, no entanto, é comum deixarem as discussões sobre o tema somente aos conhecimentos da disciplina de História, o que acaba sendo um grande equívoco. Sendo assim, o conceito de Educação Patrimonial aponta que:

(...)a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 19).

Educação Patrimonial é mais efetiva quando vivenciada pelos cidadãos, pois deve fazer sentido e serem percebidas nas práticas cotidianas, na medida em que a sensibilização em torno do patrimônio cultural passa diretamente ou indiretamente por transformações e ressignificações no decorrer do tempo e do espaço, ou seja, no cotidiano vivido pelas pessoas.

Para Tolentino (2016), o patrimônio cultural é uma construção social e, portanto, deve ser apropriado socialmente, e por isso, a Educação Patrimonial é concebida também a partir da noção de referências culturais, ou seja, dos lugares e objetos que fazem parte de uma comunidade, e nestas referências, ela se reconheça e reconheça sinais da história, da memória ou da identidade local. O autor completa dizendo que são nos referenciais que são conformadas socialmente a participação efetiva dos detentores e produtores dessas mesmas referências, por meio de um processo permeado de consensos e conflitos, (TOLENTINO, 2016), assim como se observou no contexto desta pesquisa.

Mas para além do conceito do que é Educação Patrimonial, Tolentino (2016) chama a atenção para o fato do que não seria a Educação Patrimonial, pois há ainda entendimentos equivocados sobre a temática. Para ele são cinco falácias sobre o conceito de Educação Patrimonial: A saber: a Educação Patrimonial não é uma metodologia ou um instrumento de alfabetização



cultural; a Educação Patrimonial não surgiu, no Brasil, nos anos 1980; a Educação Patrimonial não se configura uma conscientização da população para a preservação do patrimônio cultural; a Educação Patrimonial não se destina aos patrimônios culturais tutelados pelo Estado; e por fim, não é preciso conhecer para preservar.

Estas afirmações vêm a contestar a própria noção de Educação Patrimonial que o IPHAN defendia até pouco tempo atrás, principalmente ao fato de que Educação Patrimonial era uma metodologia ou instrumento, pois é preciso pensar o papel da Educação Patrimonial e como ela se vincula a outros fenômenos sociais, como o lazer e o turismo. Assim sendo, o lazer turístico, pode estimular o reconhecimento do próprio espaço e dos bens patrimoniais, e agir, de certa forma, contra o esvaziamento dos bens patrimoniais e do próprio espaço público.

São diversas as faces do lazer, desde as mais conhecidas: diversão, recreação e entretenimento, até as mais distantes do imaginário popular: formação, criação e participação social (RODRIGUES, 2019). Nesse sentido, é importante notar que as práticas de lazer e de Educação Patrimonial coexistem intrinsecamente em relação aos bens patrimoniais.

É justamente neste contexto que o lazer cultural surge e os espaços públicos, como os parques e os lugares de memória e monumentos históricos têm um papel fundamental não só do ponto de vista do lazer, mas também da Educação Patrimonial, assim como enxergamos na potencialidade do parque CIMBA e suas ruínas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou entender as Ruínas do Parque CIMBA como patrimônio industrial e as possibilidades de Educação Patrimonial em Araguaína – Tocantins. Para tanto, buscou compreender as possibilidades de valorização do patrimônio industrial, representado pelas ruínas da antiga fábrica CIMBA em relação à percepção dos frequentadores do parque.

Após levantamento do referencial teórico constatamos que não há muitos trabalhos sobre o tema, principalmente na forma de livros ou artigos científicos. O que encontramos, de fato, foram trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação, muitos deles elaborados na Universidade Federal do Tocantins com temáticas da história local, geografia urbana, paisagem, lazer e turismo. Assim sendo, constatamos que uma abordagem a partir do patrimônio ainda é escassa.

Importante ressaltar, neste contexto, que a falta de informações mais específicas sobre a CIMBA e sua história mostrou-se um desafio, mas também é possível afirmar que em se tratando de um potencial ou efetivo patrimônio cultural da cidade, destaca-se que, como demonstram alguns



trabalhos consultados, a memória sobre o lugar não é tão evidente, principalmente por se tratar, de certo modo, de um patrimônio industrial que não tem muita articulação com a cidade nos dias de hoje.

Uma possibilidade, para levantamentos futuros, deve levar em conta a memória dos trabalhadores que ali vivenciaram a fábrica em um momento específico da história local.

Sobre este ponto, concluímos que a memória representada pelas ruínas do Parque CIMBA está em disputa, em relação ao seu esquecimento, ou pela possibilidade de sua ativação por meio de ações, que, todavia, dependem do poder público e da participação social. Nesse sentido, uma das possibilidades de salvaguardar ou até mesmo preservar o lugar como um lugar de memória, deve passar pelas ações de Educação Patrimonial, que por sua vez podem despertar para o contexto do lazer cultural.

A fábrica CIMBA, no passado, teve um papel importante para a economia local da cidade, e as respostas dos entrevistados reverberam esta afirmação, no sentido de que muitos, ao pensar nas ruínas como patrimônio, ressaltaram o aspecto da importância da fábrica para a cidade.

Ao que pudemos perceber, propostas de Educação Patrimonial podem fomentar as possibilidades para a construção de uma memória local coletiva em Araguaína em relação a sua própria história, na defesa de bens culturais, não somente este que analisamos, mas como um todo, pois apesar da recente história econômica dos municípios, na cidade convivem diferentes identidades e culturas.

As considerações deste trabalho podem contribuir para uma melhor compreensão da memória coletiva da cidade e do monumento representado pelas ruínas da fábrica CIMBA. Todavia, conforme identificamos nas entrevistas este monumento não está integrado à dinâmica do parque e nem da cidade, que tem suas características mais relacionadas ao lazer esportivo. Falta, portanto, ações para a valorização e usos sociais mais condizentes com este que aqui chamamos de patrimônio industrial de Araguaína.

Ainda assim, devemos apontar a importância do conjunto do parque CIMBA, as opções de lazer ali existentes e de práticas de esporte, que podem, certamente, serem integradas a ações culturais e formas de educação, como aqui tratamos.

Este trabalho, por fim, cumpre seus objetivos, ainda sabendo das dificuldades em se tratando de temas ainda pouco debatidos e que necessitam de mais tempo para amadurecimento das questões envolvidas. A partir dessa experiência e do contato direto com este patrimônio cultural, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, entendemos que a Educação Patrimonial busca



levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização das heranças culturais, e assim, evidenciando um melhor usufruto dos bens patrimoniais, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos e formas de lazer cultural, num processo contínuo de educação.

Nesse sentido, pode se dizer que a contemplação do patrimônio industrial da cidade de Araguaína, mostrada ao longo dos resultados que seguem adiante expostos, compreendem uma parte importante do desenvolvimento da cidade tendo impactado significativamente o seu desempenho e demais atividades econômicas ao longo dos anos, principalmente o que não se percebe, por parte da população, de um espaço que poderia ser melhor aproveitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGUAÍNA (TO). **Prefeitura**. Disponível em: <http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>. Acesso em 15 de outubro de 2022 _____ . Lei Nº 2424/2005. **Lei Municipal Plano Diretor de Araguaína**. Disponível em: <<http://leis.araguaina.to.gov.br/lei/2424/611.aspx>>. Acesso em: 10 outubro de 2022
- BRASIL. **Constituição Federal brasileira**: Artigo 216. Brasília, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- EMBRAPA. **MATOPIBA**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba> Acessado em 18 de outubro de 2022.
- FERDENDES, Lilian Fonseca. **O Parque Ecológico Cimba**: território e cultura como elementos da percepção ambiental em Araguaína. Dissertação (mestrado).
- FLORÊNCIO, Sônia. et al. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Centauro, 2004.
- IBGE Cidades. **Araguaína**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguaina.html>. Acesso em 20 de outubro de 2022.
- IPHAN **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf Acessado em 02 de outubro de 2022.
- OLIVEIRA, Filipe Vieira de. **Patrimônio cultural e natural, turismo e desenvolvimento local no município de São José do Barreiro – SP**: Uma esperança condicional. 2020. 228 fls. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.



NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, 1993.

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas:** um estudo de Araguaína – TO. 2013. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Edusp, 2012.

SILVEIRA, Marcos Cesar Borges da. **Herdeiros de Sisífo.** Trabalho e trabalhadores do antigo Norte de Goiás (1960-1975). Tese (doutorado). 228fls. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

RODRIGUES, Ana Paula Rosa. **As transformações do universo museal pelos paradigmas do conhecimento e o aprimoramento de sua função social a partir da Nova Museologia.** 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo.** In : FUNARI, Pedro Paulo. PINSKY, Jaime (ORG). Turismo e patrimônio cultural. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ROSA, Carolina L. **O patrimônio industrial:** a construção de uma nova tipologia de patrimônio. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf. Acessado em 20 de outubro de 2022.

TOLENTINO, Átila. **O que não é Educação Patrimonial:** cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf Acessado em: 20 de outubro de 2022.

VIANA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução Histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** Disponível em: <http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44> Acessado em: 01 de outubro de 2022.

Artigo recebido em: abril/2023

Artigo aceito em: março/2024



INFORMATIVO “VOZ DO NORTE” E SIGNIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

NEWSLETTER “VOZ DO NORTE” AND THE MEANING OF VIOLENCE IN THE BRAZILIAN LEGAL AMAZON.

JOÃO DE DEUS LEITE

<https://orcid.org/0000-0002-7152-4341>

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Professor Adjunto da UFNT

joadedeus@mail.uft.edu.br

JOÃO VICTOR FERREIRA DOS SANTOS SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-4826-5721>

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT), da
Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT)

joavictorfdss@mail.uft.edu.br

RESUMO: Neste trabalho, vamos nos debruçar sobre diferentes edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, da diocese de Tocantinópolis/Tocantins, buscando analisar como a violência referente aos conflitos agrários da região do Bico do Papagaio é ali significada na década de 1980. Estamos interessados, mais de perto, na seção “Pastoral da terra”, não perdendo de vista o modo como esse arquivo religioso incorpora e acomoda sentidos advindos de outras formações discursivas. Nessa medida, estamos às voltas com o seguinte questionamento: O que pode e deve ser (não) dito sobre os conflitos de terra no referido Informativo Pastoral? O aporte teórico em que nos ancoramos está circunscrito aos fundamentos da Análise de Discurso pecheutiana e orlandiana. Por meio de sequências discursivas, vamos mobilizar diferentes formulações, com o objetivo de focar como o significante “violência”, em cadeia discursiva, incorpora e acomoda relações de designação, de adjetivação e de adverbialização, metaforizando a violência nesse Informativo. Ainda neste artigo, vamos mobilizar dois recortes do *Jornal do Brasil*, com o intuito de pensarmos em instâncias de concomitância de sentido sobre a violência nessa região, até como forma de mostrar os atravessamentos entre formações discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo Religioso, Arquivo jornalístico, Discurso, Conflitos agrários.

ABSTRACT: In this work, we are going to look at different editions of the Pastoral Newsletter “Voz do Norte”, from the diocese of Tocantinópolis/Tocantins, seeking to analyze how the violence related to the agrarian conflicts in the region of Bico do Papagaio is signified there in the 1980s. We are interested, more closely, in the section “Pastoral da terra”, not losing sight of the way in which this religious archive incorporates and accommodates meanings arising



from other discursive formations, such as the journalistic discursive formation. To that extent, we are grappling with the following question: What can and should be (not) said about land conflicts in the aforementioned Pastoral Newsletter? We will also mobilize two excerpts from the “Jornal do Brasil”, seeking to produce the contrast between the aforementioned discursive formations. The theoretical support on which we anchor ourselves is limited to the foundations of Pecheut's and Orland's Discourse Analysis. Through discursive sequences, we will mobilize different formulations, to focus on how significant “violence”, in a discursive chain, incorporates and accommodates designation, adjective, and adverbialization relations, metaphorizing violence in this Newsletter.

KEYWORDS: Religious Archive, Discourse, Agrarian conflicts, Violence.

Introdução

O nosso interesse na temática da violência na região do Tocantins está circunscrito a um conjunto de preocupações mais amplas materializadas no projeto de pesquisa “Discurso, arquivo, violência: entre contenção e deriva de sentidos” em vigência entre os anos de 2021 a 2024. No âmbito desse projeto, por exemplo, temos nos debruçado sobre o Informativo Pastoral “Voz do Norte” na condição de arquivo religioso, pois esse Informativo nasce das práticas discursivas da igreja católica na diocese de Tocantinópolis/Tocantins nos anos de 1983 a 1986.

Em 2021, iniciamos o movimento de sistematização das ideias sobre esse Informativo, com foco no modo como a violência foi ali significada. Leite e Carneiro (2021) analisaram, a partir desse arquivo religioso, o funcionamento da memória discursiva no processo de (des)estabilização de sentidos sobre os conflitos agrários na região da Amazônia legal brasileira. O trabalho com a memória, na esteira discursiva, coloca-nos no lugar, por excelência, de termos de lidar com a forma material dos sentidos.

Se os sentidos têm uma forma material significa dizer que eles, para se historicizarem, implicam, constitutivamente, o silenciamento de outros. Esse jogo de interdependência entre o que ganha inscrição e o que é silenciado faz funcionar processos de (re)atualização de sentidos. Institucionalmente, há uma *gestão da memória*. Para dizermos do foco deste artigo, há uma gestão da memória dos conflitos agrários nessa região. Na condição de analistas de discurso, o gesto de nos debruçarmos sobre arquivos do passado possibilita a compreensão de outros processos de significação sobre a violência na região em tela. Todo retorno ao passado produz efeitos na significação do presente e do futuro em termos de sentidos postos em formulação e em relação àqueles silenciados.



As condições de produção do Informativo em foco colocam em cena os intensos conflitos e a acentuada luta pela terra na região norte do Brasil, não perdendo de vista o fato de que as forças estatais assumiram um importante papel na constituição dos conflitos. A terra, sua posse e seu uso, na região amazônica, até pelo suposto projeto desenvolvimentista de diferentes governos, são marcados por disputas entre diferentes sujeitos, enquadrados no e pelo campo, não perdendo de vista a força desigual entre eles.

Discursivamente, em cada época, foram sendo institucionalizados sentidos, cuja força desigual e material evidenciava a contradição do Estado brasileiro em reparar e em mediar as distorções entre os diferentes grupos sociais existentes na região. Nessa medida, com base em Mariani, Leite e Silva (2021), podemos considerar que revisitar o passado põe em cena uma movimentação nas redes de sentido. Neste ponto, cumpre ressaltar que o nosso olhar assume uma feição discursiva e, não, histórica. Nessa medida, o campo da historicidade é que ganha relevância para nós em termos de efeitos de sentido. O nosso compromisso é com efeitos de sentido e, não, com os fatos históricos em si e as fontes que asseguram esses fatos.

A prática governamental de Getúlio Vargas (1930-1945) fomentou processos de ocupação das regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil, com o intuito de promover a articulação econômica e de povoar as áreas mais afastadas. Sob a discursividade da “Marcha para o Oeste”, houve a implementação de propostas voltadas, por exemplo, para o uso e a posse da terra, dado o suposto objetivo de estruturar e de se por em funcionamento núcleos agrícolas. Desse modo, a prática do latifúndio, nas regiões interiorizadas do país, passaria a ter, supostamente, menos abrangência territorial.

As condições sócio-históricas da ditadura militar, no Brasil, também apontaram para o suposto desenvolvimento da Amazônia, tendo como foco os processos sociais e territoriais de ocupação. A formulação “Integrar para não Entregar”, em 1966, dá mostras do funcionamento de certo discurso nacionalista que buscava tematizar a necessidade da proteção da floresta amazônica contra a suposta “internacionalização”. Nessa época, a construção de grandes rodovias, perpassando e ligando o território da Amazônia legal brasileira, é levada a bom termo. Em 1972, a Transamazônica foi, oficialmente, liberada e inaugurada; em 1974, foi a vez da rodovia Belém-Brasília.

Essa breve circunscrição sobre os incentivos de ocupação da Amazônia legal brasileira, nas décadas de 40 a 80, mostra-se importante para marcarmos a perspectiva de que as práticas



institucionais fomentaram a implantação e a implementação de grandes projetos agropecuários na região. Essas práticas estiveram ancoradas na discursividade da segurança nacional, produzindo a ideia de que outros regimes de posse e de uso da terra fossem considerados como “inimigo”. No caso da relação com a terra, o camponês e os indígenas são significados como “inimigo” nessa região, sendo que as forças estatais passaram a atuar na repressão do “inimigo”. É o caso, por exemplo, da aparelhagem dos órgãos públicos com a força da repressão (atuação da polícia) e com a força da impunidade (atuação do judiciário).

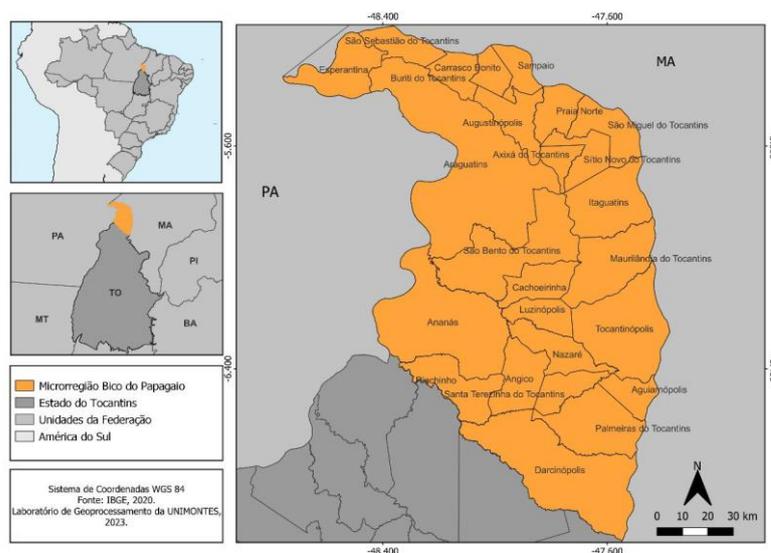
Dessa forma, podemos dizer que as formas de violência relacionadas à questão agrária, no Bico do Papagaio/TO, para dizermos do recorte territorial que nos interessa neste trabalho, ganha condescendência e apoio do Estado brasileiro. Neste ponto, não podemos perder de vista o fato de que essa região foi palco da Guerrilha do Araguaia, entre o final da década de 60 e início da década de 70. A violência contra guerrilheiros e camponeses, nessa época, atestaram práticas cruéis de tortura e de execução. Nessa época, a aparelhagem do Estado brasileiro para com as forças de repressão e as forças de impunidade criou condições político-simbólicas para práticas contrárias à reforma agrária na região. Criou, sobretudo, uma significação do camponês como inimigo que deveria ser combatido e aniquilado.

Inscritos em fundamentos da Análise de Discurso pecheutiana e orlandiana, para dizermos do campo teórico em que nos ancoramos, podemos destacar que essas condições sócio-históricas apontam para formações ideológicas em funcionamento a partir de formações discursivas sobre modos materiais de significar a terra e a relação dos sujeitos com esta. No jogo contraditório do “que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1971, p. 32) sobre a terra e o seu uso, pensando as práticas discursivas circunscritas a essa região, podemos considerar a divisão desigual de sentidos. Estão em jogo aí os saberes que vão se historicizando e que acabam por produzir discursividades sobre a terra e seu uso.

Não perdendo de vista o princípio teórico de que as formações ideológicas ganham referência aos aparelhos ideológicos de Estado, como elemento problematizador, neste trabalho, estamos interessados na discursividade da teologia política, inscrita na perspectiva da Teologia da Libertação da igreja católica. A partir dos anos de 1970, esse movimento fomentou a prática de engajamento de religiosos da igreja para com o sofrimento e com a opressão dos pobres. Para tanto, a igreja deveria assumir e incorporar a prática da crítica social, considerando, por exemplo, a problematização e o combate da injustiça institucionalizada.

Interpelados pelo fato de o Bico do Papagaio, no extremo norte do Estado do Tocantins, conforme localização geográfica apresentada no mapa 1, ser uma região em que os conflitos agrários e, conseqüentemente, a violação dos direitos humanos se acentuam, fomos tendo acesso a um conjunto de documentos sobre a temática. Por exemplo, podemos citar os seguintes: “Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil”, com edições anuais, dados os trabalhos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); “Conflitos no Campo Brasil”, também, com publicações regulares, tendo por base a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); “Informativo Pastoral Voz do Norte”, considerando as ações da Diocese de Tocantinópolis, nos anos de 1983 a 1985, tendo o intuito de fazer circular sentidos sobre a prática religiosa na região. Eis, a seguir, o Mapa 1:

Mapa 1 – Localização geográfica do Bico do Papagaio/TO



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Unimontes, 2023.

Neste trabalho, o nosso olhar teórico-analítico recaiu sobre o “Informativo Pastoral Voz do Norte”, conforme já ressaltamos, pois se trata de um material que nasce em uma década marcada, ainda mais, pelos efeitos das práticas de violência características da Guerrilha do Araguaia. Do ponto de vista sócio-histórico, a década de 80 deu o testemunho da continuidade das forças de repressão e de injustiça para com os trabalhadores do campo. O direito à terra, inclusive pensando em termos de proposição de políticas públicas, ganhou contornos de



violência: grilagem, trabalho análogo à escravidão, fragilização e vulnerabilização das relações de trabalho, entre outras.

Por mais que recorremos a fatos históricos para marcar a perspectiva dos conflitos agrários no Bico do Papagaio/TO, estamos interessados, mais de perto, em efeitos da memória, produzindo significações sobre a violência no *corpus* discursivo a ser analisado. Esse Informativo, do ponto de vista político e simbólico, no sentido teórico desses termos no âmbito da Análise de Discurso, opera efeitos na gestão da memória sobre a violência nessa região. Por essa razão, a partir de sequências discursivas, vamos trabalhar designações, adjetivações e adverbializações em funcionamento no *corpus* discursivo, tendo como foco o significante “violência” em cadeia.

A aparelhagem das forças repressivas e das forças punitivas, nessa região, reverberou efeitos, também, na imprensa local da época, já que a temática dos conflitos agrários era pouco veiculada e denunciada. A partir de buscas sistemáticas na internet, encontramos dois jornais de circulação nacional, a saber: “Jornal do Brasil” e “Folha de S. Paulo”, que veicularam na época sentidos sobre os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio (TO). Ainda na toada de repertoriar diferentes materialidades acerca da temática em foco, foi possível localizar o acervo digitalizado do jornal “Trabalhadores SEM TERRA”.

Os modos de constituição, de formulação e de circulação de sentidos, até pelo trabalho da instância ideológica, fazem operar sentidos antagônicos sobre a relação da terra e seu uso, ganhando evidência aí os conflitos agrários. Por essa razão, buscando inspiração no construto teórico de formação discursiva, tal como fundamentado por Pêcheux (1975) e por Orlandi (2007), vamos apresentar, neste artigo, além da análise de sequências discursivas recortadas do Informativo em questão, recortes discursivos do primeiro jornal.

O objetivo de mobilizarmos esses recortes abre possibilidades para tratarmos das instâncias de concomitância de formulação e de circulação de sentidos sobre a temática em perspectiva neste artigo. Assim, vamos focar materialidades inscritas em formações discursivas diferentes, neste caso, a religiosa e a jornalística, tendo por fundamento o modo como a violência encerrou mortes. É o caso, por exemplo, da morte do Padre Josimo Moraes Tavares, que teve repercussão local, regional e nacional.

Estruturamos este artigo em três seções, além desta seção inicial e uma final. Na próxima, apresentamos as considerações teórico-metodológicas que sustentam o artigo, tendo



por base a nossa filiação aos fundamentos da Análise de Discurso inspirada nos trabalhos de Pêcheux ([1975]1988, [1983]1999, [1984]2013) e de Orlandi (1992). Na segunda seção, de modo mais demorado, ocupamo-nos da tarefa de apresentar as análises construídas em torno do *corpus* discursivo selecionado a partir das diferentes edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”. Na terceira seção, mobilizamos dois recortes discursivos da matéria “Tuma diz que a polícia participa de crimes no Maranhão”, do Jornal do Brasil. Essa análise se mostra mais sumária, já que ela tem a função de nos possibilitar pensar nas instâncias de concomitância de formulação e de circulação de sentidos.

Incursões teórico-metodológicas

Nesta seção, o nosso foco recai sobre os fundamentos teóricos circunscritos à perspectiva discursiva a que filiamos, sobre a constituição do *corpus* e sobre o procedimento de análise em relação ao conjunto das edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, entre os anos de 1983 a 1985. Esses documentos estão disponíveis no Centro de Documentação Histórica de Araguaína (CDH), do Curso de História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Se, por um lado, o referido Informativo é o nosso *material de análise*, cujas condições de produção perpassam a atuação da igreja católica frente aos conflitos de terra na região do Bico do Papagaio, por outro, o modo como a violência é significada, nesse material, passa a ser o nosso *objeto discursivo*.

Na condição de analista de discurso, pensar essa passagem metodológica do material de análise para o objeto discursivo pressupõe lidar com os processos discursivos que ancoram as significações de violência na formação discursiva religiosa, não perdendo de vista a natureza do arquivo sobre o qual nos debruçamos neste trabalho. Neste ponto, gostaríamos de fazer menção às formulações de Pêcheux ([1980]2016) sobre a perspectiva das materialidades discursivas. Na abertura dos colóquios realizados em 1980, na França, Pêcheux reitera o viés de que as materialidades discursivas abrem horizontes para pensarmos naquilo que é resultante dos limites da história, da linguística e da psicanálise.

Assumir o viés da “heterogeneidade irreduzível” entre esses campos disciplinares, para usarmos os termos do próprio Pêcheux ([1980]2016), pressupõe que o analista de discurso não está interessado em si na história, na linguística e na psicanálise do modo como esses campos são praticados, respectivamente, por seus pesquisadores. Lidar com discursos reclama a



proposição de deslocamentos teóricos e analíticos, sendo que a heterogeneidade é fundante. É dos limites entre os referidos campos disciplinares que nasce a (im)possibilidade do fazer do analista de discurso.

Neste trabalho, o fundamento da memória discursiva proposto por Pêcheux ([1983] 1999) nos é relevante, pois estamos interessados no modo como a memória institucional sobre a violência, em funcionamento nessas edições do Informativo, é habilitada pelos efeitos da memória discursiva. Vejamos a definição do referido autor sobre memória discursiva: “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos [...]. (PÊCHEUX, [1983] 1999, p.56).

Na esteira desse construto, alguns questionamentos se (im)põem a nós: como a violência é ali significada no jogo contraditório das formações sociais sobre os conflitos agrários nessa região? No caso da natureza do *corpus* discursivo em foco, vamos pensar nas divisões e nas disjunções a partir da maneira como as designações, as adjetivações e as adverbializações marcam processos discursivos polêmicos e desiguais dos conflitos agrários. Sob a forma material da língua, estamos dimensionando o fato de que a ideologia “fornece [...] as evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem”. (PÊCHEUX, [1975]1988, p.160).

A memória discursiva funcionando, no âmbito das formações discursivas, encerra processos discursivos que apontam para certas regularidades e irregularidades, abrindo horizontes para modos de significação específicos. Daí o fato de as formações discursivas possibilitarem a regionalização dos sentidos assegurando modos de dizer, ou seja, engendrando relações discursivas sobre “o que pode e deve ser dito”. Torna-se relevante pensar no funcionamento das formações discursivas, sobretudo, no modo como elas vão deixando entrever processos discursivos de apropriação e de acomodação de sentidos advindos de outro lugar.

Neste ponto, cabe salientar a pertinência de trabalhos que buscam dimensionar o contraste entre formações discursivas. É que a heterogeneidade das práticas discursivas passa a ser evidenciada no e pelo jogo contraditório entre formações discursivas. Já buscando pensar na temática em foco, a mobilização de diversos sentidos sobre a violência oportunizará a constituição de diferentes redes de filiação de sentidos nas práticas discursivas na sociedade.



Na esteira de Pêcheux (2014[1982]), ressaltamos a relevância de trabalhos que buscam tematizar as discursividades inscritas nos e pelos diferentes arquivos textuais, já que, sob a empreitada do analista de discurso, são os processos discursivos que entram ali em jogo. Não é a fonte histórica, linguística ou matemática que compete ao trabalho de leitura daquele. Trata-se, acima de tudo, de acessar a forma material da língua, no funcionamento do arquivo, na relação que ela faz trabalhar com as redes de sentido. Vejamos, a seguir, as palavras do referido autor, sob as quais repousam a pertinência das referidas considerações:

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade* do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, *também* nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo. (PÊCHEUX, 2014[1982], p. 67, destaques do autor)

Já pensando em uma articulação com o objeto de análise deste trabalho, cumpre ressaltar que analisar algumas formulações sobre violência, em funcionamento em diferentes versões do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, exige considerarmos que:

1) não concebemos esse arquivo religioso, na condição de fontes histórias, sendo que a partir delas faríamos a história da violência no Bico do Papagaio movimentar; ao contrário, o nosso intuito é construir gestos de interpretação sobre a maneira como a formação discursiva religiosa apropria e acomoda sentidos sobre a violência, a partir do material em foco.

2) não concebemos esse arquivo religioso, como fonte de “dados” linguísticos por si mesmo, em que estaríamos, supostamente, atentos à descrição e à explicação de como o sistema da língua engendra as suas unidades e as relações destas em mecanismos de funcionamento deste sistema; ao contrário, o nosso foco está alinhado à perspectiva de que a língua é a base material que produz a inscrição do elemento linguístico na história, abrigando, materialmente, os processos discursivos de significação.

3) não concebemos esse arquivo religioso, como passível de oportunizar uma leitura psicanalítica de cada sujeito envolvido nessa prática discursiva religiosa de proposição do Informativo Pastoral “Voz do Norte”, tendo por base aí os processos inconscientes; ao contrário, o atravessamento da psicanálise, na constituição epistemológica da Análise de Discurso, coloca-nos no lugar de ter de abordar os pontos de clivagem, os pontos de dispersão de sentidos, como efeito do funcionamento do inconsciente.



Os referidos desdobramentos teórico-metodológicos se aplicam, também, na nossa relação com o arquivo jornalístico, dado o nosso manejo com os recortes produzidos a partir do “Jornal do Brasil”. O trabalho do analista de discurso, nesses entrelugares, é justamente não opor os dizeres (religiosos e jornalísticos), mas, sim, pensá-los sob o viés da contradição. E os efeitos de sentido nos possibilitam mostrar, materialmente, como essa contradição marca os processos de significação da violência na sociedade brasileira, sendo acentuado na região que nos interessa nesse artigo.

Ao tematizarmos esses três pontos, como decorrência para o manejo do material de pesquisa, estamos dimensionando, ao mesmo tempo, o aspecto da heterogeneidade, como uma instância que (im)põe seus limites, já que não se trata de pensarmos nos construtos e nas tarefas dos campos de origem (do historiador, do linguista e do psicanalista), e o aspecto das materialidades discursivas. É o analista de discurso, de sua parte, que consegue captar, com seu objeto e com sua tarefa, o funcionamento discursivo de diferentes materialidades significantes. Assim, o analista de discurso está interessado em processos discursivos e, não, em processos históricos e em processos linguísticos por si só.

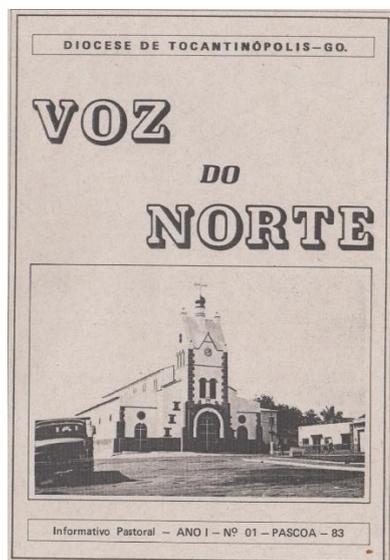
Neste ponto, gostaríamos de articular a estas incursões algumas considerações sobre a questão do “arquivo” no âmbito discursivo. Pêcheux (2014[1982]) problematiza a leitura do arquivo, apontando que a leitura literária e a leitura científica não apreendem, no manejo do arquivo, a materialidade linguístico-histórica, conforme já consideramos neste texto. É preciso alcançar, na esteira de Pêcheux (2014[1982]), a discursividade em funcionamento no arquivo, tendo a materialidade da língua como o ponto de aplicação. Desse fundamento, estamos derivando algumas implicações para o nosso percurso de leitura do arquivo religioso e do arquivo jornalístico em foco, neste trabalho:

1) não se trata de pensar arquivo, no sentido empírico, de documentos alocados em determinado espaço que se serviram apenas ao trabalho do historiador, vendo estes como fontes históricas.

2) o arquivo é fruto do jogo de forças entre controle e deriva de sentidos, pois aquele já é uma construção do analista, na justa medida em que o procedimento teórico e analítico elaborado capta certas discursividades do arquivo e outras não.

Consideremos, a seguir, a Figura 1 em que apresentamos a digitalização da capa do Informativo em foco:

Figura 1 – Capa do Informativo Pastoral “Voz do Norte”



Fonte: Centro de Documentação Histórica de Araguaína (CDH), do Curso de História, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Se estamos tomando partido pelas discursividades em funcionamento no arquivo religioso em questão, vamos trabalhar o modo como a formação discursiva religiosa, em sua heterogeneidade, apropria e acomoda sentidos sobre a violência em sequências discursivas recortadas do material de análise em tela. Antes de procedermos aos critérios de constituição das sequências, vejamos, a seguir, a Tabela 1, que apresenta formulações sobre o ano de edição e o título das diferentes edições do Informativo em análise neste trabalho. Cumpre ressaltar que estamos interessados, mais de perto, na seção “Pastoral da Terra”, já que os conflitos referentes à ocupação e à posse de terra são ali discursivizados. Eis a Tabela 1:

Tabela 1 – Edições do Informativo Pastoral “Voz do Norte”

Ano da Edição	Título(s)
Ano 1 n. 1 - 1983	Sangue inocente derramado na roça O bárbaro assassinato de Rufino
Ano 1 n. 6 - 1983	Mais violência contra os trabalhadores rurais do Bico do Papagaio A luta dos quebradores de coco-babaçu
Ano 1 n. 8/9 - 1983	Uma voz clara e forte vem do “Bico do Papagaio” É uma urgente reforma agrária
Ano 01 n. 7 - 1983	É preciso por fim à impunidade Dom Aloísio, Dom Fernando arcebispo de Goiânia e o Padre Ricardo de CPI entregaram ao governador um relatório denunciando torturas e assassinatos em nossa diocese.
Ano 1 n. 8 - 1983	A nova lei de segurança nacional e a liberdade dos padres e posseiros
Ano 1 n. 9 - 1983	Continua o clima de tensão em várias áreas da diocese Ameaça a lavradores



Ano 1 n. 1 - 1984	Sindicalistas denunciam mais violências no Bico do Papagaio
Ano 1 n. 2 - 1984	Uma história de sofrimento
Ano 1 n. 1 -1985	Violência e arbitrariedades no Bico do Papagaio
Ano 2 n. 2 - 1985	Violência e morte no Bico do Papagaio
Ano 04 n. 2/3 - 1986	Bárbaro Assassinato
Ano 04 n. 4/5 - 1986	“O trabalhador rural e posseiro urbano”

Fonte: Elaboração do autor.

Uma vista d’olhos, nos anos de publicação dos Informativos, evidencia que, no Centro de Documentação Histórica de Araguaína (CDH), não há todas as edições no acervo desse Centro. Dada a nossa visada discursiva sobre esse material, esse caráter esparsa do modo de exposição e de abordagem não se configura como um problema epistemológico. A Análise de Discurso não está interessada nem na quantidade do material de análise nem na sequência cronológica, pois esses aspectos (quantidade e cronologia) não asseguram por si só o efeito de evidência. Insistimos na ideia de que estamos mais interessados em processos discursivos e menos em processos históricos e processos linguísticos sobre a violência.

Neste ponto, para problematizarmos a passagem do manejo do material de análise para o *corpus* discursivo, vamos reiterar as contribuições de Courtine (1981) para a perspectiva de que esse *corpus* pressupõe interrogações sobre a organização regular dos “dados discursivos”, conforme destacamos anteriormente. Ainda na esteira de Courtine (1981), vamos usufruir do conceito de sequência discursiva para a constituição do *corpus*. Desse modo, destacamos que as sequências discursivas foram constituídas a partir das discursividades que a violência assume, no âmbito do material de análise em foco. Não podemos perder de vista o nosso objetivo, neste trabalho, que é analisar como a formação discursiva religiosa, em contradição com a formação discursiva jornalística, funciona ali, de modo a fazer trabalhar gestos de apropriação e de acomodação de sentidos sobre a violência.

Como este trabalho está circunscrito a um contínuo de preocupações mais amplas, conforme fora dito na introdução, na esteira de Courtine (1981), assumimos os limites que o arquivo textual em foco possui. Ainda está por fazer a referência cruzada mais densa a partir da leitura com outras materialidades significantes, dado o nosso investimento na temática da violência na região do Bico do Papagaio. Neste momento, o *corpus* discursivo já constituído possibilita-nos concernir certas discursividades sobre os conflitos agrários na sua relação com o funcionamento da formação discursiva religiosa, tendo por base os efeitos da memória discursiva resvalando implicações para a memória institucional. O movimento de leitura que



fizemos foi ir tematizando certas discursividades outras, tendo como ponto de aplicação as formulações de designação, de adjetivação e de adverbialização no processo de apropriação e de acomodação.

Sendo assim, estamos concebendo a seguinte discursividade inscrita no e pelo arquivo em foco:

- 1) Discursividade inscrita na formação discursiva religiosa: Violência, sofrimento e mortes dos trabalhadores do campo.

Por meio dessa discursividade, buscamos pôr em relação a perspectiva de que a formação discursiva religiosa ali em funcionamento apropria e acomoda formulações que descrevem, com ancoragem factual, os acontecimentos de violência, de sofrimento e de mortes dos trabalhadores do campo. Já constituída e afetada pela instância ideológica de que a igreja católica, nesse segmento entrevido pelas ações de pastorais, tem de estar do lado do “oprimido”, vamos perceber que as formulações têm feição de (d)enunciações sobre a realidade vivenciada no campo.

- 2) Discursividade inscrita na formação discursiva jornalística: Violência, sofrimento e mortes dos trabalhadores do campo.

Com base nessa discursividade, o foco recaí sobre a base ideológica que busca significar a ancoragem factual (elementos dos fatos ocorridos no tempo e no espaço), evidenciando outros agentes como promotores da violência no território do Bico do Papagaio (TO), buscando produzir o efeito de sentido de atenuação dos conflitos agrários, como responsáveis da violência na região em foco.

Incursões analíticas: da discursividade do e pelo arquivo textual em cena

Nesta seção, vamos nos ocupar da tarefa de apresentar as análises empreendidas em torno do modo como a violência é significada no âmbito do *corpus* discursivo particularizado para este trabalho. Para tanto, lidar com as discursividades do e pelo arquivo textual mostrou-se relevante para bancarmos a discussão de que a formação discursiva religiosa, em seu funcionamento heterogêneo, passa a apropriar e a acomodar formulações advindas de outros lugares. Nessa medida, a prática discursiva religiosa, no Bico do Papagaio/TO, entrevista a partir do *corpus* discursivo, passa a formular e a circular diferentes sentidos sobre a violação



dos direitos humanos nessa região do Tocantins, que é marcada, socio-historicamente, por conflitos agrários.

Consideremos, a seguir, as sequências discursivas circunscritas à discursividade com a qual estamos trabalhando:

(1) Publicamos a nota da Comissão Pastoral da Terra do Regional Tocantins-Araguaia, sobre os graves acontecimentos ocorridos na fazenda “Extrema”, Município de Nazaré. O nosso apoio e solidariedade aos *posseiros injustamente massacrados e a todos os agentes de pastoral que lutam por uma melhor justiça social e por isso são ameaçados e perseguidos*. (Ano 1 n. 1 – 1983, Sangue inocente derramado na roça - O bárbaro assassinato de Rufino)

(2) A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO REGIONAL TOCANTINS-ARAGUAIA; diante dos últimos e estarrecedores acontecimentos no Extremo Norte de Goiás, vem de público solidarizar-se com os posseiros dessa região, e protestar contra *as arbitrariedades e abuso de poder das autoridades e órgãos públicos*. (Ano 1 n. 1 – 1983, Sangue inocente derramado na roça - O bárbaro assassinato de Rufino)

(3) O sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro do Firmino, a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Tocantinópolis e a Diretoria do Partido dos Trabalhadores dos municípios de São Sebastião do Tocantins e de Augustinópolis, vêm de público apoiar a luta das quebradeiras e quebradores de coco babaçu do Povoado de Centro Firmino, município de Augustinópolis, extremo norte de Goiás. Queremos dar conhecimento ao Governador do Estado, ao IBDF e a todo povo trabalhador de nosso Estado e País, a respeito dos fatos e opressões que aqueles trabalhadores rurais vêm sofrendo para poderem trabalhar e sustentar a própria vida. Apresentamos, então, a denúncia dos moradores daquele Povoado, através de suas próprias palavras. (Ano 1 n. 6 – 1983, Mais violência contra os trabalhadores rurais do Bico do Papagaio. A luta dos quebradores de coco-babaçu).

(4) Diante da grave, enganadora e irresponsável atuação do GETAT na região do Bico do Papagaio, Extremo Norte de Goiás, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro dos Mulatos, município de São Sebastião do Tocantins-GO, os Membros da Comunidade desse povoado, e a Comissão Pastoral da Terra – CPT da Diocese de Tocantinópolis-GO, resolvem informar e esclarecer a toda a Classe Trabalhadora do nosso País o que vem ocorrendo. (Ano 1 n. 8/9 – 1983, Uma voz clara e forte vem do “Bico do Papagaio” - É uma urgente reforma agrária)

(5) “Reforma Agrária Já é a nossa luta!” Com esta afirmação decidida, a Coordenação Sindical do Bico do Papagaio encerra a extensa denúncia das violências que a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores daquela conflagrada região do Norte goiano. (Ano 1 n. 1 – 1984, Sindicalistas denunciam mais violências no Bico do Papagaio)

(6) Continua a negação ao homem do campo de seu sagrado direito ao trabalho. Isso não contribui para a manutenção da **paz social**. (Ano 1 n. 1 -1985, Violência e arbitrariedades no Bico do Papagaio)

(7) A realidade social do Bico continua grave. Tenções, ameaças, violências e até morte são a triste realidade cotidiana do povo. Publicamos uma certa alerta às autoridades da delegacia sindical de JATOBAL e o relato das violências ocorridas nestes últimos dias. (Ano 2 n. 2 – 1985, Violência e morte no Bico do Papagaio)



(8) *As barbaridades e as injustiças* contra os lavradores continuam. Publicamos esta declaração para ter uma ideia de nossa realidade. [...] Infelizmente o nosso querido Pe. Josimo Morais Tavares foi assassinado no dia 10 de maio em Imperatriz [...] (Ano 04 n. 2/3 – 1986, Bárbaro Assassinato.)

A partir dessas sequências discursivas, podemos salientar que a violência ganha circunscrição temática a partir das diferentes denúncias que as variadas categorias de trabalhadores sofreram, à época, dada as suas relações com a ocupação e com o uso da terra no extremo norte do Estado do Tocantins. A violência, metaforicamente, vai deslizando para as seguintes designações: “graves acontecimentos”, como na sequência discursiva (1); “estrangeiros acontecimentos” e “arbitrariedades e abuso de poder”, na sequência discursiva (2); “fatos e opressões” na sequência discursiva (3); “grave, enganadora e irresponsável atuação do GETAT”, na sequência discursiva (4); “extensa denúncia das violências”, na sequência discursiva (5); “Continua a negação ao homem do campo”, na sequência discursiva (6); “A realidade social do Bico continua grave. Tenções, ameaças, violências e até morte”, na sequência discursiva (7) e “As barbaridades e as injustiças”, na sequência discursiva (8).

Está na base de funcionamento das designações que ocorrem em (1), (2), (4), (5), (6) e (7) relações de adjetivação que qualificam os conflitos de terra no período em abordagem. Em (3), as práticas de violência são marcadas por dois substantivos, sendo que o segundo (“opressões”) faz trabalhar sentidos da relação tensiva entre trabalhadores e a ocupação e o uso da terra. Em (7), há a ocorrência, também, de substantivos, postos em gradação, que significa a violência em suas diferentes nuances: “tensões”, “ameaças”, e “morte”, para usarmos as formulações que aparecem na sequência discursiva (7). Em (8), há a ocorrência de outros substantivos que marcam os processos discursivos de significação da violência na dimensão territorial em foco.

Nessa toada do foco nas designações, poderíamos trazer para a nossa abordagem as próprias formulações que aparecem nos títulos dos textos das seções “Pastoral da Terra”. As adjetivações ocorrem aí do seguinte modo: “sangue inocente” e “bárbaro assassinato”, nas duas primeiras sequências discursivas; “uma voz clara e forte” e “é urgente”, na sequência discursiva 4; “bárbaro assassinato”, na sequência discursiva 8. Ainda considerando os títulos, podemos fazer menção à ocorrência de substantivos, como funcionamento dos processos discursivos em significar a violência na seção do Informativo em foco: “violência” e “arbitrariedades”, na sequência discursiva (6); “violência” e “morte”, na sequência discursiva (7). Também,



tematizando as formulações dos títulos, chamamos a atenção para as relações de adverbialização que ocorrem em: “Mais violência contra os trabalhadores do Bico do Papagaio”, na sequência discursiva (3), e “Sindicalistas denunciam mais violências no Bico do Papagaio”. O advérbio “mais” faz funcionar ali o pressuposto de que já havia práticas de violências nesse território e aquelas discursivizadas, nessa edição, evidenciam a continuidade de novas práticas.

O funcionamento da formação discursiva religiosa apropriada e acomoda sentidos sobre a violência, fazendo trabalhar formulações (designações, adjetivações e adverbializações) que apontam para práticas cruéis em relação à posse e ao uso da terra na dimensão territorial do Bico do Papagaio/TO. Com base nas sequências discursivas (2) e (5), podemos perceber a aparelhagem das instituições públicas na prática de violência contra os trabalhadores ligados à terra. Notadamente, a sequência discursiva (5) tematiza a prática de grilagem de terras, que ganha a cobertura das forças policiais da época. Consideremos a formulação constante da referida sequência: “*extensa denúncia das violências* que a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores daquela conflagrada região do Norte goiano.”.

A sintagmatização das palavras em “extensa denúncia das violências” faz trabalhar o pré-construído da impunidade dos responsáveis pelas práticas de violência contra os lavradores da época. Tematiza-se aí a institucionalização da injustiça para com alguns, quando, na verdade, o Estado deveria funcionar para reparar e para assegurar a justiça social. Ainda por essa sequência discursiva, mais precisamente por estas formulações “a Polícia, a serviço dos grileiros, continua cometendo contra os lavradores”, notamos em funcionamento a discursivização da aparelhagem do Estado com a prática de grilagem. O aposto “[...] a serviço dos grileiros [...]”, em uma relação de escopo com o sintagma “a Polícia”, produz o efeito dessa aparelhagem, pois, como agente do Estado, a polícia deveria proteger e assegurar direitos à população e, não, estar a serviço de alguns, como é o caso dos “grileiros”.

A violência é significada pelo prisma da prática de grilagem de terras na região em foco, que, por sua vez, sedimentou a constituição de outras formas de violência, como aquelas praticadas por jagunços e por pistoleiros, seja para assegurar a expulsão dos antigos proprietários das terras, seja para oferecer proteção contra invasões primeiras, de modo a assegurar a propriedade da terra.



Esse modo de significação da violência abre horizontes para problematizarmos como a terra, em sua posse e em seu uso, nessa dimensão territorial, expõe uma formação social contraditória. Se, por um lado, a prática da grilagem põe em cena categorias que deixam entrever o funcionamento de certa formação social, como é o caso de “grileiros”, de “jagunços”, de “pistoleiros” e de “fazendeiros”, por outro, a prática social dos regimes de uso e de propriedade da terra põe em perspectiva outras categorias, tais como: “posseiros”, “povo trabalhador”, “trabalhadores rurais”, “classe trabalhadora” e “lavradores”, para dizermos daquelas que, também, aparecem nas sequências discursivas em tela.

O funcionamento da formação discursiva religiosa aponta para alguns efeitos da memória, se considerarmos as referidas sequências discursivas: se, por um lado, a aparelhagem do Estado com forças de repressão e de punição aponta para uma forma material das relações sociais e institucionais da época, por outro, deixa entrever a organização e a articulação entre categorias e suas forças de representação, dado o intuito de resistir às diversas práticas de violência. Com base nas materialidades das sequências discursivas, percebemos em funcionamento a discursividade o engajamento entre diferentes instituições, que são nomeadas e reiteradas a cada edição do Informativo. Por meio da sequência discursiva (3), por exemplo, notamos as diferentes frentes populares envolvidas; trata-se do “sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro do Firmino, a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Tocantinópolis e a Diretoria do Partido dos Trabalhadores dos municípios de São Sebastião do Tocantins e de Augustinópolis”.

Não perdendo de vista a política do silêncio, constituída inclusive no pós-ditadura, nessa região de severos conflitos agrários, chama-nos a atenção as formulações constantes da sequência discursiva (4), mais notadamente esta formulação “resolvem informar e esclarecer”. O efeito de sentido construído pelo verbo “resolvem”, articulado aos verbos “informar” e a “esclarecer”, parece tocar em um agente de atribuição prévia de que, diante do silenciamento das instâncias constituídas e competentes para tais fins, cabe às instituições sociais organizadas exercer a função de fazer circular informações e denúncias.

No fluxo dessa formulação, ocorre outra, a saber: “a toda a Classe Trabalhadora do nosso País o que vem ocorrendo”, produzindo, ao mesmo tempo, certo efeito de restrição e de ampliação a quem se destina as informações e os esclarecimentos. Do meio de muitas categorias interessadas, os informes seriam destinados à “classe trabalhadora”. Não se trata de pensar



apenas nos trabalhadores rurais da região, já que parece haver aí em funcionamento certa discursividade da solidariedade (im)posta pela perspectiva da justiça social. O efeito de ampliação prende-se ao fato de a “classe trabalhadora” ser de todo o Brasil, embora o Informativo circulasse, regionalmente, na abrangência territorial do Bico do Papagaio.

Neste ponto de nossas incursões, gostaríamos de abordar o atravessamento da discursividade sobre a questão da reforma agrária e da paz social no campo. Nas sequências discursivas (1), (5) e (6), aparecem formulações que deixam entrever efeitos da memória discursiva, resvalando pontos de apropriação e de acomodação na memória institucional. Em (1), a tematização da “justiça social” está circunscrita ao assassinato do trabalhador Rufino no município de Nazaré no ano de 1983. Na sequência (5), a formulação “Reforma Agrária Já é a nossa luta!” contribui para se marcar o tom discursivo de reclamo da necessidade de institucionalização de uma reforma agrária no Brasil. Por meio de uma organização social, como a Coordenação Sindical do Bico do Papagaio, é dito que os trabalhadores já apresentaram várias denúncias de práticas de violência contra os lavradores.

Em (6), a formulação “paz social” está ancorada na ideia de que as práticas de violência continuam; desta vez, o tom discursivo passa a ganhar materialização sob a forma material de que essas práticas promovem a própria negação da condição humana dos trabalhadores do campo. A discursividade sobre o trabalho atravessa aí, se considerarmos a seguinte formulação “sagrado direito ao trabalho”, produzindo o efeito de sentido de que uma liberdade substantiva, como o trabalho, é negligenciada pelo Estado. Desse modo, os efeitos da memória institucional passam a produzir certa referência para o que se concebe como “paz social”. Trata-se daquela em que a institucionalização de uma reforma agrária ponha no cerne a distribuição e a regulamentação justa do acesso à terra pelos trabalhadores.

Das instâncias de concomitância de sentidos sobre a violência

Nesta seção, buscamos apresentar outras discursividades sobre a violência no Bico do Papagaio, principalmente no que tange à morte do Padre Josimo Moraes Tavares, sob o viés jornalístico. A morte do Padre Josimo Tavares ganhou evidência e foi amplamente divulgada no país, o que provocou pressão para que os governos da época, em suas diversas instâncias, lançassem luz à região do Bico do Papagaio e às suas problemáticas. Para tanto, mobilizamos dois recortes do jornal “Jornal do Brasil”, de circulação nacional, que tematizaram ações

relacionadas ao conflito agrário na região em foco. Podemos observar, por meio dos recortes apresentados, as instâncias de concomitância e de dispersão em relação ao Informativo Pastoral “Voz do Norte”.

A matéria foco de análise foi publicada no “Jornal do Brasil”, no dia 15 de maio de 1986, apresentando ao leitor dois temas centrais, a saber: (1) envolvimento da polícia em crimes praticados na região do Bico do Papagaio; e (2) a possível participação do Padre Josimo em um assassinato. Vejamos, a seguir, os recortes discursivos:

Figura 2 – Recorte 1 - Manchete do Jornal do Brasil – 15/05/1986

Tuma diz que polícia participa de crimes no Maranhão

Brasília — As polícias civil e militar estão envolvidas em crimes no Bico do Papagaio, na divisa dos estados de Goiás, Pará e Maranhão, onde foi assassinado o padre Josimo Moraes. A constatação é do diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que esteve na região e foi transmitida ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, na noite de terça-feira, segundo informou ontem o secretário-geral do Ministério, Honório Severo.

Explicou Honório Severo que um contexto de banditismo, de grilagem de terras, de roubo, brigas entre grupos rivais, além da própria questão agrária, são as causas dos crimes. A morte do padre Josimo Moraes Tavares, em Imperatriz (MA), pode ter sido causada por vingança.

— O envolvimento policial muitas vezes vai além da convivência, chegando até a atuação — disse o secretário, esclarecendo que Romeu Tuma, no relatório oral que fez ao ministro, assim que chegou a Brasília, declarou-se “preocupado com a atuação da polícia, mas aliviado por- que o conflito não se caracteriza unicamente por motivo agrário”.

Romeu Tuma, que viajou para os Estados Unidos, deixou o chefe da Polícia Fazendária do DPF, Renato Torrano, que o acompanhou às cidades de Imperatriz (MA), Tocantinópolis (GO) e Marabá (PA), encarregado de entregar um relatório escrito ao ministro Brossard. O relatório está sendo redigido com a participação de integrantes do SNI e do Conselho de Segurança Nacional, que também viajaram para a região.

Romeu Tuma determinou a todos os superintendentes regionais da Polícia Federal que façam relatórios sobre conflitos de terra em seus respectivos estados, que servirão para manter o governo informado sobre a questão. O primeiro passo será dado com o relatório sobre a região do Bico do Papagaio, onde Tuma manteve encontros com religiosos, delegados de polícia, posseiros, fazendeiros e “todos os representantes de segmentos envolvidos que o procuraram”.

Brossard, na reunião que fará hoje com os governadores de Goiás (Onofre Quinan), Pará (Jáder Barbalho), Maranhão (Luís Rocha), Mato Grosso (Júlio Campos) e Mato Grosso do Sul (Wilson Martins), discutirá o problema da convivência policial, segundo Severo. Outro assunto em pauta será a possível investigação sobre a União Democrática Ruralista (UDR), entidade formada por fazendeiros que está sendo acusada de envolvimento nos crimes.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), divulgou ontem uma nota repudiando o assassinato do padre Josimo Tavares “por pistoleiros que o tocaram no município de Imperatriz”. No documento, a Contag afirma que nos últimos meses houve recrudescimento da violência no campo, o que, para a entidade, revela a existência de uma ação articulada e encetada por latifundiários e grileiros, “com o evidente propósito de reprimir e calar os que lutam pela reforma agrária e pela justiça social”.

Fonte: Material disponível no GoogleNews – Jornal do Brasil, 15 de maio de 1986.

Figura 3 – Recorte 2 - Manchete do Jornal do Brasil – 15/05/1986

UDR acusa padre assassinado

Goiânia — O coordenador da UDR — União Democrática Ruralista, médico Ronaldo Casado, disse que o padre Josimo Moraes Tavares, assassinado por pistoleiros em Imperatriz (MA) “liderava o PT na região do Bico do Papagaio, era coordenador da Comissão Pastoral da Terra e estava sendo processado por co-autoria da morte do fazendeiro goiano José Palmário.

O bispo de Goiás, Dom Tomás Balduino, em entrevista na sede da Comissão Pastoral da Terra, responsabilizou a UDR por envolvimento na morte do padre e disse estranhar a interpretação que a entidade deu ao caso, responsabilizando o padre por sua própria morte, no que foi acompanhado pelo comandante da Polícia Militar, coronel Álvares Alves Júnior. “Trata-se de um policial com opinião formada antes mesmo de os fatos serem apurados”, disse o bispo.

Segundo o coordenador da UDR, “quem semeia ventos colhe tempestades”, referindo-se ao padre Josimo que, conforme Ronaldo Casado, “tinha um pessoal muito complicado, que criava muitos problemas”. Em Imperatriz, a polícia determinou revista nas balsas que cruzam o rio Tocantins para tentar localizar os irmãos Osmar Teodoro da Silva, o Neném, e Francisco Teodoro da Silva, o Tentém, suspeitos de terem assassinado o padre, para o que usaram um Corcel II do cunhado, Wilson Cardoso, também procurado.

Envolvimentos

Neném, 39 anos, é vereador pelo PMDB de Augustinópolis (GO) e seu irmão, Tentém, 36, não tem ocupação fixa. O primeiro, licenciado da Câmara há dois meses, mora na periferia de Augustinópolis; o irmão mora em Mozarlândia (GO). Segundo o delegado de Augustinópolis, tenente Antonio Chaves, os dois participaram, no sábado à tarde — dia em que o padre foi assassinado — da operação de resgate do corpo de um irmão deles, Sebastião Teodoro da Silva (são sete irmãos), que foi assassinado no dia 7 de maio por dezenas de lavradores numa fazenda no município de Araguaínas.

Embora o delegado Valber Dourado, diretor regional de Segurança Pública, suspeite da participação de mais alguém da família Teodoro da Silva no assassinato, os parentes negam que a família desejava vingar-se dos lavradores que mataram Sebastião, conhecido como Donda, ainda que exista suspeita de que os lavradores possam ter sido incitados pelo padre Josimo, que atuava no município de São Sebastião do Tocantins (GO).

Transferência

O crime organizado fez ontem mais uma vítima em Imperatriz. Desta vez foi o delegado do 1º Distrito Policial, Raimundo Brandão, que pediu transferência, por telefone, para o município de Bacabal (Centro do Maranhão, região de Mearamim), ao secretário de Segurança Pública, coronel Silva Júnior. Brandão se diz impotente para agir no sentido de conter a onda de violência que assola Imperatriz e vizinhanças, com matanças generalizadas, conflitos pela posse de terra, assaltos e furtos de automóveis.

Segundo Brandão — que chegou há sete meses em Imperatriz, transferido de São Luís — “o que esperava era o apoio e a colaboração do governador Luís Rocha, seu secretário de Segurança e o diretor regional de Segurança Pública de Imperatriz, delegado Valber Dourado”.

Fonte: Material disponível no GoogleNews – Jornal do Brasil, 15 de maio de 1986.



Salientamos que os dois recortes estão apresentados lado a lado na página do jornal, expondo ao leitor as duas visões sobre a temática. Observando o primeiro recorte, podemos perceber ali em funcionamento discursividades que visam a apresentar ao leitor o posicionamento das entidades de segurança do governo federal. Diferentemente dos Informativos da Pastoral “Voz do Norte”, o governo atribui vários motivos para a ocorrência da violência na região. Enquanto o Informativo busca produzir efeitos de sentidos de que a violência da região ocorre por conta de conflitos agrários, o governo atribui a causa da violência à grilagem, ao roubo, à “briga entre grupos rivais” e, também, às “questões agrárias”.

Conforme notamos a partir do recorte 2, Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, declara que estava “preocupado com a atuação da polícia, mas aliviado porque o conflito não se caracteriza unicamente por motivo agrário”. Podemos observar, pelo menos, um ponto de unidade e um de dispersão em relação às discursividades circuladas no Informativo, a saber: nas formulações constantes do Informativo e do recorte 1, é textualizado o envolvimento da polícia em crimes; quanto aos motivos da violência, no âmbito do Informativo, acredita-se que as práticas de violência na região sejam por motivos agrários, já com base no recorte discursivo 1 apresentam-se outros motivos, produzindo certo efeito de atenuação da violência. Isso porque outros agentes são responsabilizados pelas práticas de violência.

Quanto ao recorte 2, observamos em jogo discursividades que significam a imagem e a morte de Padre Josimo de outro modo. As discursividades produzidas pela União Democrática Ruralista (UDR), e corroborada pela Polícia Militar, visam a atribuir culpa ao padre pela sua morte, citando que ele estava sendo processado pela morte de um fazendeiro. No âmbito da formação discursiva jornalística, dado o efeito do discurso direto, os dizeres do coordenador da UDR são mobilizados, até como modo de se produzir certo efeito de “verdade” sobre o caso do Padre Josimo. É dito por ele que “quem semeia ventos, colhe tempestade”, ou seja, as ações do padre ocasionaram sua própria morte. Podemos observar que o Informativo realiza certo silenciamento de sentidos em relação ao processo de assassinato que o padre estava respondendo, já a UDR utiliza desse processo para, em certa medida, conter a repercussão da morte do padre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



No decorrer deste trabalho, o nosso objetivo se pautou em analisar o modo como o significante “violência” ganhou significações a partir do material de análise “Informativo Pastoral Voz do Norte”, não perdendo de vista as formações sociais sobre os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio. O nosso objetivo se pautou, mais de perto, no modo como a formação discursiva religiosa, em sua heterogeneidade, faz trabalhar pontos de apropriação e de acomodação de discursividades outras no atravessamento discurso do *corpus*. É heterogênea, no sentido de que estamos pensando na gestão da memória institucional sobre os conflitos agrários a partir de certas práticas da igreja católica, mais precisamente da teologia política.

A mobilização de outras formulações inscritas na formação discursiva jornalística, como foi o caso do “Jornal do Brasil”, abriu possibilidades para tematizarmos outras instâncias de concomitância de sentidos sobre a violência na região do Bico do Papagaio/TO, permitindo-nos mostrar pontos de unidade e de dispersão de sentidos. É, nesse sentido, que estamos concebendo a questão da heterogeneidade de sentidos, quando enfocamos formulações inscritas em formações discursivas diferentes. Esse cotejo entre formulações advindas de formações discursivas diferentes abriu possibilidades, também, para dimensionarmos o aspecto material dos sentidos. Em cada prática discursiva, percebemos sentidos inscritos e circunscritos e sentidos silenciados, em um jogo de forças desigual.

Por mais que não tenhamos, nesse período, o funcionamento das forças de controle e de coerção sobre a imprensa, como já tivemos em outros períodos históricos, chama-nos a atenção o silenciamento da divulgação das práticas de violência cometidos nessa época por práticas jornalísticas, por exemplo. Conforme mostramos, é no seio da prática religiosa que as (d)enunciações de violência ganham formulação e circulação. Talvez, pudéssemos trabalhar com a perspectiva de que haveria aí um vazio temático, que acaba por reclamar gestos de interpretação de retorno sobre o passado, não perdendo de vista a relação constitutiva entre memória e esquecimento. Por essa razão, estamos concebendo que a formação discursiva religiosa fez trabalhar uma gestão da memória discursiva dessa época, expressando que, a despeito de o momento histórico ser outro, ainda persistiram práticas de violência contra os trabalhadores do campo.

Por fim, como estamos tomando partido pelo caráter material dos sentidos, esse gesto de retomada, por meio do *corpus* discursivo ora em foco, acaba por produzir efeitos na rede de



filiações históricas dos sentidos sobre a violência e suas relações interdiscursivas com os conflitos agrários na região do Bico do Papagaio

Referências

COURTINE, Jean Jacques. Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina. Campos Velho Birck et al. São Carlos: Ed. EDUFSCAR, 2009.

LEITE, João de Deus; CARNEIRO, Felipe Gonçalves. Discurso, arquivo e violência na Amazônia legal: uma análise discursiva do Informativo “Voz do norte”. Revista Entreletras. v. 12, n. 1, jan./abr. 2021.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa; LEITE, Milene Maciel Carlos; SILVA, Ariana da Rosa. O golpe de 1964 na ordem do dia: memória e silenciamento no processo discursivo de legitimação da violência de estado. Revista Entreletras. v. 12, n. 1, jan./abr. 2021.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, M. *Semântica do discurso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, [1975]1988.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.19. Campinas, IEL, jul-dez., [1982] 1990.

_____. Papel da memória. In: ACHARD et alii (Org.). *Papel da memória*. Campinas, Pontes, [1983] 1999.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. In: *Décalages*, [1984] 2013.

Artigo recebido em: outubro/2023

Artigo aceito em: março/2024